

Entre a Fazenda e a Cidade,
o Poder e a Salubridade:
São Paulo e Trabalho na Primeira República



Ana Maria Cardachevski

ANA MARIA CARDACHEVSKI

**Entre a Fazenda e a Cidade, o Poder e a Salubridade:
São Paulo e Trabalho na Primeira República**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade
Católica de Campinas como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutora em Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Campinas
2021

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4098161 Cardachevski , Ana Maria
C266e

Entre a fazenda e a cidade, o poder e a salubridade: São Paulo e trabalho na Primeira República / Ana Maria Cardachevski . - Campinas: PUC-Campinas, 2021.

304 f.: il.

Orientador: Wilson Ribeiro do Santos Junior.

Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Cidades e vilas - São Paulo (SP). 2. Trabalhadores. 3. Café - História - São Paulo (SP). I. Santos Junior, Wilson Ribeiro do. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 18. ed. 711.4098161

ANA MARIA CARDACHEVSKI

“ENTRE A FAZENDA E A CIDADE, O PODER E A SALUBRIDADE:
SÃO PAULO E TRABALHO NA PRIMEIRA REPÚBLICA”

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Tese defendida e aprovada em 29 de junho de 2021 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior
Orientador da Tese e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra Laura Machado de Mello Bueno
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra Ivone Salgado
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Marcia Regina Capelari Naxara
Universidade Estadual Paulista



Prof. Dr. Renato Perim Colistete
Universidade de São Paulo

Dedico esta tese aos meus pais,
Wladimir Boris (*in memoriam*) e Helena Maria

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior (Caracol) pela sintonia e estímulos ao longo dessa trajetória,

Ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas, pelas garantias concedidas, apoio ao desenvolvimento da pesquisa e reforço à importância do desempenho acadêmico em eventos externos;

Às professoras Ivone Salgado, Juleusa Turra e Ana Rosa Clochet da Silva, por ocasião das sugestões pertinentes na qualificação da pesquisa

Ao SESC – Serviço Social do Comércio de São Paulo, agradeço a consideração e a confiança manifestas por diferentes colegas e superiores

Aos meus amigos e amigas e meus familiares, filhos, irmãs e sobrinhos que sempre estiveram ao meu lado, personificando a alegria e os votos sinceros para a conclusão dessa etapa, meus afetuosos agradecimentos.

Um especial agradecimento ao acervo do historiador e Prof. Odilon Nogueira de Matos pertencente à Biblioteca do Campus I Unidade 2, da PUC de Campinas, que tive o prazer de conhecer e cujos livros me proporcionaram uma profusão de novas sensibilidades e percepções.

Aos funcionários da Universidade sempre atenciosos e dispostos em solucionar problemas, me atendendo da melhor maneira.

* * *

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. *"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001."*

Guia de fotos e iconografias

01. Rancho para pouso de São Paulo – Santos (Arruda, 2000; 43)	56
02. Litografia de Jean-Baptiste Debret, 1835	56
03. IMS - Militão Augusto de Azevedo de Igreja de N. Sra do Remédio e Biblioteca.	82
04. IMS de Militão Augusto de Azevedo. Rua do Rosário, com Igreja ao fundo.	82
05. Igreja de N.Sra. a Conceição e Santa Ifigênia. Foto de autor desconhecido.DPH – PMSP	83
06. IMS de Militão Augusto de Azevedo. Rua Antonina.	83
07. Estatuto da Confraria de N. Sra. do Remédio, de 1836	85
08. Trabalhadores Nacionais	131
09. Fazenda Val de Palmas	132
10. MI. Cafezal crescendo	132
11. MI. São Miguel Arcanjo, Estrada de Ferro Sorocabana.	133
12. MI. Hospedaria dos Imigrantes	191
13. AESP. Memória Pública. Fazendas	191
14. MI.Famílias no trato dos cafezais.	192
15. MI. Leva de Trabalhadores Hospedaria	193
16. MI. Jovens nacionais	193
17. MI. (Reis, 1989) Canteiro de Obras	194
18. MI. Ensacando Café	195
19. MI. Núcleo Colonial Campos Salles	195
20. MI. Oficina em São Paulo 1924	196
21. MI. Operários italianos da tecelagem Mariangela 1910	196
22. IMS. Vincenzo Pastore -Estudio 1	197
23. IMS Vincenzo Pastore -Estudio Mulher e mercado	198
24. IMS. Vincenzo Pastore. Mulheres conversam	198
25. IMS. Vincenzo Pastore. Encontro de Mulheres	199
26. IMS. Vincenzo Pastore. Homens praça	199
27. IMS. Vincenzo Pastore. Crianças e realejo	200

28. IMS. Vincenzo Pastore. Meninos engraxates	200
29. IMS. Vincenzo Pastore. Mulheres verdureiras	223
30. Hospital de Isolamento. APESP	223
31. IMS. Vincenzo Pastore. Casal roça milho	224
32. Cortiço R. Cons. Ramalho- Acervo Saúde Pública	224
33. IMS. Casario e demolição da R. da Esperança. VP.	225
34. Planta Cortiço Comissão de inspeção sanitária	226
35. Museu Paulista. Guilherme Gaensly -Teatro	277
36. IMS. Vincenzo Pastore. Procissão	277
37. Cartão Postal. Igreja demolida	278
38. APESP. Memória Pública. Igreja do Remédio	278
39. APESP. Penitenciária do Estado, 1920	279
40. IMS. Vincenzo Pastore. Vale do Saracura	279
41. Largo da Banana. PMSP	280
42. Grupo de crianças, cordão, 1925. DPH-PMSP	281
43. Grupo original cordão em Pirapora, 1915. DPH-PMSP	281
44. Procissão popular, 1920. MI.APEESP	282

MAPAS

A. Mapa Corográfico de 1792	55
B. Mapa da Capitania de São Vicente	55
C. Planta histórica Affonso de Freitas	84
D. Mappa da Província	131
E. Mapa do Estado em francês e japonês	192
F. Mapa da Capital – 1890	222
G. Mapa local: Largo da Banana	280

TABELAS

Tabela 1	71
Tabela 2: Mulheres sós sem escravos - 1836	76
Tabela 3: Fogos de mulheres sós: bairros e estado civil – São Paulo, maços de 1836	78

Tabela 4	108
Tabela 5: Estatística de Campinas	172
Tabela 6: Imigração por nacionalidade	255

FIGURA

Figura. 01. Reconstituição da cobertura florestal do Estado	134
---	-----

GRÁFICOS

Gráfico 1	194
Gráfico 2	256

Guia de fotos e iconografias	9
Sumário	13
Epígrafe	15
Resumo	17
Introdução	21
<i>Primeira Parte</i>	
Capítulo 1 - Cidade colonial: semelhanças e diferenças em São Paulo	27
Vilas para administração e governo da Coroa	33
Ermidas, freguesias e vilas: sítios e características	39
São Paulo: o planalto e o colégio	45
Mudanças políticas e os caminhos do sertão	50
Capítulo 2 - Vida social e religiosa: irmandades, ordens terceiras, espaços e mulheres na cidade mestiça	57
Templos, irmandades e confrarias - da cor da pele	63
Os habitantes mais numerosos	70
Capítulo 3 - Decadência colonial, Império e desdobramentos econômicos. Terras, trabalho e instrumentos jurídicos	87
Territórios, fazendas e exploração	91
Emancipação	101
A fase imperial	105
Ascensão da economia cafeeira, o trabalho e a terra - Império e República	110
República	121
Terras, colonização e poder	127

Segunda Parte

Capítulo 4 - O trabalho livre: imigrantes, trabalhadores nacionais e ideias sobre progresso, povo e nação	135
Nação sem povo e sem trabalho	139
Viver na Cidade	147
Disciplina e civilidade	152
Economia cafeeira, crescimento urbano e crises	157
Emigrantes, imigrantes e migrantes	162
As plantações e as fábricas: o trabalho e a propriedade	171
Capítulo 5 - Reformas urbanas: higiene, sanitarismo e o poder sobre as cidades	201
Males urbanos	204
A saúde e a salubridade	208
Urbanismo	213
Tecnologias para a cidade	216
Capítulo 6 - Sociabilidades na cidade-espetáculo	227
Igrejas, irmandades e o anti-popular	229
Resistências, trabalho e Estado	238
Transformações, rupturas e consumo	257
Polícia e Cidade	266
Considerações Finais	283
Referências	289

“Em vez de um mundo feito de sujeitos, ou então de objetos e de sua dialética, de um mundo em que a consciência conhece seus objetos de antemão, visa-os ou é, ela própria, o que os objetos fazem dela, temos um mundo em que a relação é o primitivo: são as estruturas que dão seus rostos objetivos à matéria. Nesse mundo não se joga xadrez com figuras eternas, o rei, o louco: as figuras são o que as configurações sucessivas no tabuleiro fazem delas.”

Paul Veyne
(Foucault revoluciona a história)

Resumo

A pesquisa para a tese está referida ao contexto da Primeira República em São Paulo, tomando como base, as transformações ocorridas pelo adensamento populacional, pelas reformas urbanas e os novos princípios políticos de um estado laico, cuja secção com o Padroado Régio doravante impactaria, tanto na configuração social, quanto espacial e religiosa. Com uma abordagem ampliada e relacional, estão reunidos sob as características do complexo cafeeiro, cidades e lavouras num feixe de sucessivas crises econômicas no mercado internacional, nas quais a retração do trabalho nas lavouras constitui-se como oportuna causalidade à formação de reserva de trabalhadores na Capital, entre outras cidades do Estado. Com o fluxo e afluxo de imigrantes, migrantes entre os nacionais já estabelecidos, delimitam-se as condições para a adoção na Capital e outras cidades do complexo cafeeiro como Santos e Campinas, do ideário de progresso, ordenação e restrições sanitárias e higiênicas, que concorreriam na separação e especialização dos espaços para o comércio, os lazeres e para a adoção de parâmetros sofisticados aliados à divulgação apelativa ao circuito permanente das mercadorias. Diante disso, uma nova geografia do trabalho na cidade revelaria entre assujeitamentos e condições sempre precarizadas com alto custo de vida e baixos salários, as notáveis resistências em formas recriadas para a sociabilidade, o cotidiano e os marcos históricos desses grupos.

Palavras-chave: São Paulo, trabalho, população, complexo cafeeiro, Primeira República

Abstract

The research for the thesis is referred to the context of the First Republic in São Paulo, taking as a basis, the transformations occurred by the population density, the urban reforms and the new political principles of a secular state, whose section with the Padroado Régio would henceforth impact, both in the social configuration, as well as spatial and religious. With a broad and relational approach, they are united under the characteristics of the coffee complex, cities and crops in a series of successive economic crises in the international market, in which the retraction of work in the fields constitutes a timely causality to the formation of a reserve of workers in the Capital, among other cities in the state. With the flow and influx of immigrants, migrants among the already established nationals, the conditions for the adoption in the Capital and other cities of the coffee complex, such as Santos and Campinas, of the ideals of progress, ordering and sanitary and hygienic restrictions, which would compete, are defined. In the separation and specialization of spaces for commerce, leisure and for the adoption of sophisticated parameters combined with appealing dissemination to the permanent circuit of goods. Given this, a new geography of work in the city would reveal, among subjects and conditions always precarious with high cost of living and low wages, the notable resistance in recreated forms for sociability, daily life and the historical landmarks of these groups.

Keywords: São Paulo, work, population, coffee complex, First Republic

Resumen

La investigación para la tesis se relaciona con el contexto de la Primera República en São Paulo, tomando como base, las transformaciones ocurridas por la densificación poblacional, por las reformas urbanísticas y los nuevos principios políticos de un estado laico, cuya sección del Real Patronato impactaría tanto la configuración social como espacial y religiosa. Con un enfoque extendido y relacional, se agrupan bajo las características del complejo cafetero, las ciudades y los cultivos en un conjunto de sucesivas crisis económicas en el mercado internacional, en el que la retracción del trabajo en el campo es una causalidad oportuna a la formación de la reserva de trabajadores de la Capital, entre otras ciudades del estado. Con el flujo y afluencia de inmigrantes, migrantes entre los nacionales ya establecidos, se delimitan las condiciones de adopción en la Capital y otras ciudades del complejo cafetero, como Santos y Campinas, una idea de progreso, ordenamiento y sanidad y restricciones higiénicas, que competirían en la separación y especialización de los espacios para el comercio, el ocio y la adopción de parámetros sofisticados sumados a la difusión del atractivo al circuito permanente de mercancías. Ante esto, una nueva geografía del trabajo en la ciudad revelaría, entre relegaciones y condiciones precarias con alto costo de vida y bajos salarios, la notable resistencia en formas recreadas para la sociabilidad, la vida cotidiana y los hitos históricos de estos grupos.

Palabras clave: São Paulo, trabajo, población, complejo cafetero, Primera República

Introdução

A pesquisa cujas origens permitiram a trajetória de estudos aqui apresentada, tem início num cotidiano de práticas ligadas à percepção dos espaços das cidades, anterior à perspectiva crítico acadêmica delineada. São vivências familiares compartilhadas como memórias ou como ingredientes educativos para um repertório social; experiências profissionais ligadas às políticas sociais e públicas, até as mais recentes, na área de planejamento e assessoria técnica. Contudo, foram também os estudos históricos desenvolvidos, há ao menos duas décadas, que me encorajaram a propor algumas afirmações, em caráter temporário, de modo a lançar-me à tarefa investigativa propriamente, junto ao Programa de Urbanismo, *Stricto Sensu*.

A partir da área de concentração – Política - em Ciências Sociais, no mestrado cursado e concluído em 2004, estabeleci alguns pressupostos de análise para aproximar-me dos aspectos que estavam menos evidentes ao que viria a ser uma história na e da cidade, tomando São Paulo como princípio. Entre leituras de memorialistas e historiadores busquei constituir um recorte de análise que fosse, num segundo momento, capaz de superar alguns limites disciplinares e contribuir, de modo inovador, à determinados aspectos presentes nas abordagens de algumas das subáreas das ciências humanas e sociais. O primeiro aspecto, portanto, seria superar o distanciamento havido entre tempo e espaço, principalmente tratando-se de lugares, pois quando bem se trata de um aspecto ligado às temporalidades, esquece-se, por força das estruturas de concepção dos campos teóricos, aqueles vinculados ao espaço, ao território. Essa é uma discussão que já está presente e é recorrente em diferentes propostas críticas e, tem sido um ponto de destaque no âmbito das áreas: seja a história, a geografia, a arquitetura, o urbanismo e a política, só para citar as mais evidentes. Para a transdisciplinaridade, nesse sentido, havia ao menos duas frentes, a histórica e a espaço-territorial que deveriam estar contempladas na configuração do referencial de análise. Além da dimensão específica do lugar, portanto, da São Paulo, era importante entender como o urbano enquanto ideia e prática estava evidenciado e quanto determinante seria frente às características mais orgânicas desenvolvidas pela situação colonial e imperial de modo a contextualizar as fronteiras da Primeira República, na qual propunha-me a tratar a clivagem social e econômica para situar nexos e sentidos de “verdade” daqueles vestígios iniciais que me dispus a atualizar.

Os vestígios que foram naquele momento centrais para a modulação da pesquisa diziam respeito à cinco irmandades leigas que tendo templos próprios na freguesia da Sé e um, em Santa Efigênia, denominadas de “homens pretos” e de “homens pardos”, acabaram silenciadas pela demolição de parte das suas igrejas na era republicana ou submetidas à outra economia religiosa laicizada, afinada aos interesses e às condições capitalistas que emergiam na realidade paulista. A condição local, na cidade, por si, não bastava, no entanto, para a configuração do problema uma vez que o contexto se mostrava também relacional, frente ao que tão bem definiu-se como complexo cafeeiro, envolvendo tanto cidades como a hinterlândia, cujas terras gradativamente tornaram-se, no sistema federativo, o maior substituto do homem escravizado como propriedade. Com esse núcleo de afirmações iniciais, deflagrei um processo de configurações afim de garantir algumas hipóteses de investigação que deixaram sua condição singular para assumir uma condição pluri-hipotética ou de multiplicidade, ainda mantendo-se a cidade como base de conexão entre as demais.

Assim, as reflexões feitas a propósito das transformações urbanas ocorridas no antigo centro deviam ser precedidas dos significados próprios dessa cidade nas suas tradições e configurações como forma de confrontar quais expressões de fato podiam ter representado as intensas mudanças. Alargamento de ruas, criação de praças, demolições e o “embelezamento” que em pouco tempo emprestou paisagens de “progresso” que se somavam às ferrovias e ao bonde eletrificado, produtores de mobilidade e circulação, das novas escalas de interações no comércio, entre pessoas e entre cidades. Dito isso, parecia seguro considerar a demolição dos templos como um entre outros efeitos, mais diretos desse tipo de intervenção urbana, cujos aspectos dito técnicos aparecem quase sempre como neutros. Mas temos diferentes e bons exemplos de modos de desapropriação e demolição, estratégicos, para ser exata, como o foram na Paris popular, os planos de Luís Bonaparte e principalmente *Hausmann*, para citar só o modelo. Assim, se fez necessário afirmar inicialmente que as demolições pareciam a síntese anticolonial e antimonárquica que as novas distinções socioespaciais assumiram entre outras regiões, mas sobretudo em terras paulistas.

Mas além das pistas seguidas sobre as irmandades e suas igrejas demolidas, era importante entender o silêncio criado a respeito desses espaços, tão valorizados na sociabilidade do passado, e o que indicavam as novas possibilidades, não para o desvendamento em si, mas na medida em que outros sinais vinham somar-se aos aspectos hipotéticos do período, também pertinentes ao território paulista, como o trabalho livre, a imigração e o adensamento populacional. Da polarização criada entre o

imigrante branco e o negro ex liberto, surgiria uma série de infortúnios, dentre os quais o ostracismo advindo da falta de trabalho, que só não foi pior, como lembra Florestan Fernandes (2007), porque nunca faltou trabalho doméstico para as mulheres negras. Essa falta de trabalho, também os expulsaria das lavouras, e das cidades, que passaram a ser mais restritivas, com leis e vigilância policial dificultando as formas de vida alternativas, doravante com o amparo enfraquecido prestado por antigas formas coletivas, como as confrarias. O imigrante por sua vez, com a responsabilidade de trazer o crescimento econômico e novos padrões de civilidade, nem sempre esteve satisfeito com as condições oferecidas, num regime de trabalho intenso e grande opressão. Entre o respeito ao contrato nas fazendas e a sorte nas cidades, preferia-se, muitas vezes, a vida instável das cidades.

Outra afirmação variável ou provisória apontava a capital de São Paulo como um importante centro articulador territorial e econômico, reeditando ou reafirmando o seu papel na Colônia, em que foi possível a abertura de longas rotas e percursos, aproximando o mar do sertão. Esse domínio sobre parte do território paulista pela cidade que centraliza o capital, investimentos e sociedade, permitiria o estabelecimento de medidas saneadoras para que o fluxo de trabalhadores fosse ininterrupto. Esse adensamento populacional traria novas intervenções sobre a espacialidade urbana, que em São Paulo tinha por alvo o afastamento da população pobre. A Primeira República criaria um grande exército de mão-de-obra abundante e barata, tratando os fluxos de trabalhadores imigrantes, proporcionalmente à abertura de novos cafezais com a exploração de novos ramais ferroviários. Assim, era inevitável tratar de antecedentes dessa instalação exploratória que reúne os três elementos: trabalho livre (imigração), terras (e propriedade) e transporte ferroviário (frente “pioneira”). Com um regime jurídico que se alterou favoravelmente às elites até a década de 1920, a doação de terras acabou concentrada no formato de grandes fazendas, principalmente na região noroeste, ainda que houvesse a oferta de pequenos lotes aos imigrantes interessados como forma de fixação do trabalho imigrante por meio de uma dupla atuação nas lavouras próprias e como colono. Com as grandes safras, valorização, desvalorização e variações entre crises econômicas e início da industrialização urbana, parecia claro que as maneiras “insustentáveis” dessa economia, sem contar as políticas borradas entre público-privado, definiriam a mobilidade de trabalho “entre as fazendas e as cidades”, dado que ambas as condições de trabalho diante de tamanhas tradições escravistas, não pareciam fáceis e não ofereciam alternativas. Para essas considerações iniciais dos fluxos de trabalho e de algumas das motivações, recuperei parcialmente

minha experiência familiar, na qual vivi sob a curiosa tensão, já na segunda geração, de entender o que era ser paulista e imigrante. Com avós paternos do leste europeu e referências maternas paulistas de raiz, cresci ouvindo muitas histórias, inclusive das dificuldades enfrentadas ao chegarem na “América”, entre comissariado de café e as dietas pobres de alimentos em São Paulo.

Outra questão, ainda que não formulada como afirmação no método aqui reportado, se depara durante toda a pesquisa, com a dicotomia sociológica clássica entre rural e urbano, aparecendo, no entanto, como um *a priori* não aplicável ao contexto do início da Primeira República, sendo contudo, percebida a partir do cosmopolitismo de aparências nas regiões privilegiadas da cidade, bem depois do pós-guerra. Antes disso, no entanto, teríamos a polaridade do que de pior se poderia associar ao rural, orbitando com exemplos advindos do atraso expresso na resistência de Canudos ou no quadro das doenças endêmicas existentes e o combate deflagrado pelo *Campanhismo*.

Por fim, e como referido no início da introdução, busquei inserir, de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, a chave adicional de uma leitura do poder próxima às considerações feitas ao longo do percurso teórico de Michel Foucault, no qual sua proposta genealógica permite entender aspectos ligados à teoria da soberania e sua aplicação em forma de instrumento jurídico; da emergência de uma normatização disciplinar controladora de gestos, de atitudes e de individualidades, sobretudo em contexto urbano e seu convívio atualizado pelo cenário de uma economia liberal, com o Estado direcionado a governar para a segurança das populações, nas cidades e com seus métodos, convencionados pelo autor como dispositivos da biopolítica, ou biopoderes.

A tese está composta por duas partes e seis capítulos, sendo que os três primeiros estão dedicados a compreender a cidade em suas características administrativas e diferenças geográficas e, com quais aspectos sociais se apresentava até meados do século XIX. Finalizando a primeira parte, destaca-se o contexto Imperial do país, a manutenção do monopólio econômico de Portugal e as dificuldades advindas da supressão do comércio de africanos escravizados e seus desdobramentos fundiários. Com o mote da Lei de Terras de 1850 e suas adaptações para instrumentos jurídicos com autonomia estadual e suas aplicações em São Paulo, conclui-se a primeira parte. A Segunda Parte, também composta por três capítulos, apresenta os aspectos do trabalho livre de imigrantes e nacionais, o adensamento populacional e as reformas sanitárias para os níveis de salubridade exigidos, entre a reformulação e criação de

institutos médicos, ações de profilaxia, mas pouco investimento em condições sociais, trabalho e habitações populares. No último capítulo, além de formas de resistência dos grupos que habitavam a cidade, veríamos os instrumentos de poder resguardando as áreas centrais, de antigas sociabilidades, destinando-as, em escala crescente, ao comércio, ao consumo e à moda, tão próprios à ordem burguesa, em que serão necessários os novos heróis, monumentos e as narrativas oficiais de uma geografia sem povo e de um povo sem história.

Primeira Parte

Capítulo 1

Cidade colonial: semelhanças
e diferenças em São Paulo

O estabelecimento do projeto colonial no ultramar português, configurou características respectivas à implantação de seus núcleos, aldeamentos, vilas e cidades, tanto territorial, quanto econômica, política e administrativamente. Com limites espaciais pouco definidos, a propósito das muralhas que cercavam as cidades medievais europeias, tais núcleos mantiveram formatos irregulares, as vezes com múltiplos centros, destacando distintas funções, como a religiosa com o marco da Igreja matriz, a administrativa pela casa de Câmara e, os espaços de comércio. Durante o século XVI os núcleos e vilas representavam a ocupação do Império comercial português, estando presentes nas rotas da África, Ásia e América.

Como núcleos fortificados em território africano e asiático, tinham características de feitorias, ou seja, eram entrepostos comerciais sem expressão segundo interesses oriundos de uma política de povoamento. Isso esteve presente nas Ilhas do Atlântico e era até então o que significava colonização, embora as missões religiosas em África datem do século XV, e tenham contribuído para obnubilar limites entre os empreendimentos comerciais e as empreitadas religiosas como adiante será visto. Contudo, será a partir do século XVI, quando o regime de concessão das Capitanias e sua distribuição territorial na América, conformada pelo Tratado de Tordesilhas, exigiria para o êxito comercial, a ampliação das bases de posse incluindo o povoamento e a organização da produção de gêneros de interesse mercantil, que se estabelecesse um regime diferente das tradicionais feitorias, com trabalho, envolvimento parcial da Coroa e por meio do capital privado. Até os primeiros decênios, os entrepostos da América ainda que integrados ao empreendimento da expansão marítima portuguesa, configuravam abrigos muito simples para proteção e espera do transporte das mercadorias, convencionados, no entanto, por um efeito de “feitorização” incapaz de evitar “as incursões francesas, frequentes desde 1504, nem a cobiça espanhola, perdidos todos, corsários e capitães, na imensa costa brasileira, capaz de alimentar um comércio lucrativo” (Faoro, 1979; p.106). Desde a primeira feitoria datada de 1504 e localizada em Cabo Frio, a administração territorial das capitanias concedida à fidalguia, constituir-se-ia numa economia de privilégios régios, posse e patrimônio aos que dispunham do consentimento da notoriedade e destaque político junto à Coroa.

Com a missão, entre outras, de fundar vilas, defender os territórios com a formação de milícias e explorar os recursos naturais e minerais, os donatários a quem se atribuiu a administração das capitanias tinham a permissão de distribuir sesma-

rias¹ aos católicos, impor taxas e tributos, cada qual respondendo pela jurisdição civil e criminal de homens escravizados e homens livres que permanecessem nas terras de seu controle. O sistema das capitanias formara unidades autônomas independentes, com uma organização político-administrativa que mantinha algumas obrigações com a Coroa², o que era reiterado pelas Cartas Forais, documento com dotação de autoridade legítima na regulação institucional da vida coletiva de determinada localidade. De 1532 a 1536 foram constituídas doze capitanias aos cuidados e sob a responsabilidade de diferentes donatários. Com o sucesso da conquista e ocupação portuguesa e o estabelecimento de inúmeros engenhos entre outras atividades nas ilhas da Madeira, São Tomé, nos arquipélagos de Cabo Verde e de Açores, a divisão das terras e as metas exploratórias estabeleceram-se como modos de fixação e exploração na terra de Santa Cruz.

No período de vigência da política administrativa e ocupação da costa marítima estabelecida com as Capitanias hereditárias, até 1548, foi fundada a primeira Vila, São Vicente, em 1532, sob a administração de Martim Afonso de Souza. Outras vilas a seguiram nos anos sucessivos como Porto Seguro e Espírito Santo em 1535; Igarassu e Ilhéus em 1536; Olinda em 1537 e Santos em 1545.

Do conjunto das capitanias, somente duas apresentaram resultados esperados: Pernambuco e São Vicente. As donatárias, segundo Faoro (1979) e Prado Jr (1933|1983) fracassaram como política de defesa às invasões de aventureiros estrangeiros e igualmente ao ataque dos nativos, habitantes do novo mundo. Sem conseguir evitar as duas causas de prejuízo administrativo à empresa do pau-brasil e dos nascentes engenhos de açúcar, a experiência, no entanto, sugeriria vantagens, a primeira e mais importante seria “garantir à Coroa portuguesa a posse efetiva do longo litoral” (Prado Jr. 1942, p.36) e ainda, a confirmação e viabilidade dos monopólios, tributos e rendimentos econômicos, cuja revisão seria feita e aplicada no formato de Governo-geral, na futura etapa. Os exemplos de Pernambuco, com o açúcar, a criação animal e também com a produção de algodão e, São Vicente, com a mineração, engenho de açúcar e aguardente, criação de animais, pro-

¹ A lei das Sesmarias foi instituída no século XIV, em 1375 por Dom Fernando de Borgonha, com o propósito de ampliar o cultivo do solo português, num estímulo produtivo para vencer as consequências da peste negra e das guerras de reconquista contra os mouros na península ibérica. As duas obrigadoriedades do sesmarialismo português eram: o cultivo do solo em vista da produção de alimentos e interesse coletivo e, caso houvesse a impossibilidade de seu cultivo completo, ficava o sesmeiro obrigado a arrendar as terras ociosas à terceiros. (Faoro, 1979; p.123)

² Além do monopólio da Coroa sobre o comércio do pau-brasil, das especiarias, do quinto de ouro, prata e pedras encontradas; também o donatário ficava obrigado a pagar o dízimo de todos os produtos coloniais à Igreja. (Faoro, 1979; p.198)

dução de milho, mandioca, algodão e batatas, indicariam novas formas de administração da política colonial, com a centralização econômica e administrativa e o estabelecimento de uma estratégia de povoamento em que os instrumentos de controle colonial estivessem diretamente nas mãos da Coroa, como o transporte, a permissão de deslocamentos pelo sertão, posteriormente nomeadas como “entradas”, restringindo as iniciativas individuais, em qualquer empresa comercial, sendo obrigatória a participação da Coroa.

O estabelecimento da política do Governo-geral unificou a partir dos anos 1548 a administração de toda a Colônia, retirando dos donatários as possíveis atribuições sobre poderes públicos e criando novas bases para um sistema de defesa contra as investidas estrangeiras, além de reafirmar a soberania metropolitana no Brasil. Cabia ao Governo-geral, segundo o Documento de 17 de dezembro de 1548, Regimento de Dom João III entregue a Thomé de Sousa para fundação da sede administrativa em Salvador (Faoro, 1979; p.144-145); fiscalizar e auxiliar as Capitânicas; promover a instalação de engenhos e explorar o sertão; facilitar o povoamento com a fundação de vilas; estabelecer alianças com os indígenas e controlar as interfaces de colonos e indígenas; favorecer a catequese e promover a defesa da terra com a implantação de fortificações e o amparo armado dos colonos. Dos outros complementos desse Regimento surgiram as funções de apoio ao Governador-geral cujos cargos específicos eram de Ouvidor-mor, que respondia pelos preceitos e execução da Justiça; de Provedor-mor que tinha sob sua incumbência a cobrança de impostos e a arrecadação dos tributos respectivos à Coroa e, de Capitão-mor, cuja atribuição encontrava-se na defesa, interna e externa da colônia.

A política centralizadora da colonização no Governo-geral impôs um novo horizonte de restrições à autonomia dos empreendimentos, configurando um sistema de obediência às ordenações e regulamentos burocráticos da Metrópole e ao mesmo tempo promoveu a recuperação das velhas tradições ibéricas de controle feudal, em que a fiscalização local garantiria o domínio das populações que viviam dispersas nos imensos territórios. Como lembra Faoro (1979; p.147) para a governança monárquica, o município sempre representou êxitos pois, por seu intermédio oficializavam-se a cobrança de tributos e rendas e, ainda, moldava-se como instrumento para frear os excessos sempre cometidos pela aristocracia aqui instalada

O modelo serviria, além disso, a outro propósito, também coevo à corrente municipalista portuguesa: o povoamento, com a disciplina dos moradores. Velho mecanismo de luta do Rei contra a nobreza, revigora-se na colônia sem que estivesse isento, ele próprio, de produzir efeitos contrários ao sopro que o gerou”.

Dito isso, é também relevante, antes de dedicado o tema do poder local das vilas coloniais, acomodar a tese de Faoro para a criação dos núcleos, de ter sido a forma jurídica que precedeu as feitorias, as capitanias e mesmo o Governo-geral, antecipando-se à ação e à realidade das adequações administrativas; as vilas como construções normativas também estiveram adiante do povoado local. Com isso podemos entender, segundo o autor que o estado português inventou um país com seus próprios moldes, negando-se a experiência de adaptar-se às circunstâncias tão peculiares na América. Nessa medida, ainda, o município seria criado para cumprir termos e regulamentos do Rei, uma vez que tinha por funções maiores transformar as obrigações em vantagens extraídas de rendas e tributos repassados à Metrópole.

Durante a atuação dos três primeiros governadores, foi demarcada a organização do sistema colonial em terras brasileiras. Tomé de Souza como o primeiro, além da fundação da cidade de Salvador, aplicou a política sesmarialista de distribuição de terras aos colonos, o que promoveu a abertura de novos engenhos e, também, o início da criação animal bovina, no período entre 1549 e 1553. Contribuiu para estabelecer as bases da Companhia de Jesus em 1551, estratégias evangelizadoras que teriam enorme repercussão, já em 1553 com o Colégio dos Jesuítas na Bahia e especialmente na capitania de São Vicente³. Foi durante sua administração que foram configurados os Conselhos de Vereança, com integrantes locais distintos, chamados de “homens bons”. O governo de Duarte da Costa, entre 1553 e 1558, pelas grandes dificuldades enfrentadas acabou determinado pelos diferentes conflitos entre colonos e jesuítas contrários à escravidão e, sobretudo, pela invasão do Rio de Janeiro pelos franceses em 1555, criando o núcleo povoado da França Antártica. Na longa administração de Mem de Sá, entre 1558 e 1572 os conflitos entre jesuítas foram controlados também pela importação de homens africanos escravizados, uma iniciativa desse governo e assim também o êxito na expulsão dos franceses e a eliminação de sua nação Antártica, em 1567.

Nas duas administrações ainda, foram fundadas a cidade do Rio de Janeiro em 1567 e as vilas de São Paulo de Piratininga em 1554 e 1560, Vitória em 1551; Itanhaém em 1561. No reinado de D. Sebastião, findo o período do governo de Mem de Sá, a Colônia

³ Em moradias de pau-a-pique e com toda a sorte de privações foram instalados diversos colégios e acolhimentos de educação dos jesuítas no Brasil, no chamado Período heróico – 1549 a 1570. Em São Vicente, foi implantado o primeiro seminário-escola com Padre Leonardo Nunes em 1549, seguido por outros de Olinda a São Paulo. As classes formadas reuniam no mesmo ambiente órfãos, curumins de aldeamentos próximos entre crianças filhas da aristocracia. A atuação educativa aberta seria conduzida por Manoel da Nóbrega até 1554, depois disso, a Companhia de Jesus no Brasil transforma as ações, em função do custeio baseado na redízima, restringindo, portanto, o projeto educativo prioritário aos filhos da elite. O Período heróico termina com a morte de Manoel da Nóbrega em 1570. (Matos, 1958)

seria dividida nas zonas norte e sul com dois governadores, sendo Salvador capital do norte e Rio de Janeiro, do sul. Como instrumento de controle, a descentralização não prosseguiria como modelo permanente. Em 1578 haveria nova centralização; entre os anos de 1602 e 1612 uma retomada da descentralização com a polaridade das cidades sede novamente em Salvador e Rio de Janeiro. Entre 1621 e 1725 haveria outra divisão com nova polaridade: Brasil e Maranhão. Em 1763 a maior transformação adviria com a mudança definitiva da Capital para o Rio de Janeiro, acompanhando o deslocamento da importância geoeconômica do nordeste para a região sudeste, mais um capítulo do histórico de divisões, subdivisões e unificações moduladas pelos interesses de controle e aproveitamento eficaz do sistema colonial. (Faoro,1979; Abreu, 2018; Bueno, 2009; Prado Jr. 1945/1984)

Vilas para administração e governo da Coroa

Até meados do século XVII, a autoridade política da coroa se exercia essencialmente nas sedes do Governo-geral em que o poder estivesse constituído. Nesse período também são fundadas inúmeras vilas⁴ e criadas freguesias com alguma característica urbana além da presença de edificações religiosas, demarcando a época da Restauração⁵ entre 1640 e 1706. Nesse momento a Coroa mantinha uma relação em que suas atividades correspondiam ao estritamente necessário “atendia a seus pedidos com a relutância e morosidade de quem não se decide a fazer grandes gastos com o que não lhe pagava o custo” (Prado Jr.,1933; p.29). No imenso território havia a grande dificuldade de controle para coibir os excessos de seus vassallos e mesmo os funcionários da administração como capitães-mores ou os governadores, que tinham limites definidos para reprimir os desmandos. A empresa de grande exploração agrícola estabelecida, contava com a audácia desbravadora da elite que estava presente e instalada. Dela dependia a Coroa

⁴ Os núcleos e vilas, considerando a instituição burocrática da organização colonial contemplaram: Gurupá em 1639; Cameté em 1635; Belém em 1616; Vila Souza Caeté em 1634; Alcântara em 1637; São Luiz em 1612; Natal em 1599; N. Sra. Das Neves (João Pessoa)1585; Sarinhaém em 1627; São Francisco em 1636; Porto Calvo em 1636; Alagoa do Sul (Maceió) em 1636; São Cristóvam (1590); Cairú em 1608; Angra dos Reis em 1608; Cabo Frio em 1615; Santana do Parnaíba em 1625; São Sebastião em 1617; Ubatuba em 1637; Mogi das Cruzes em 1611; Cananéia em 1587. (Abreu,1907/2018; Bueno,2009)

⁵ A Restauração foi o processo que buscou a autonomia de governo monárquico português após o período de unificação das Coroas de Espanha e Portugal, com a vacância do trono criada pelo desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, entre 1580 e 1640. Esse período reúne novos princípios de vida e comportamento urbano. (Cruz, 1940)

para tudo. Portanto, as câmaras municipais devem ser entendidas como a única forma, e daí sua importância e legitimidade, para tudo que estivesse ligado à administração colonial. Assim, a administração instalada nas vilas e cidades não se configurava, nesse período, como desdobramento de ocupações e povoamentos urbanos, mas como uma extensão administrativa do mundo rural. Ao contrário das cidades feudais europeias cujos princípios de dominação não-legítima libertaram do jugo senhorial um grande contingente de servos e burgueses emergindo da condição plebeia para a condição de cidadania intrínseca ao modo de vida urbano (Weber, 1999; 469), no Brasil seriam os proprietários rurais⁶ que continuariam a dominar a administração municipal, segundo os melhores interesses da elite. E esse privilégio na tomada de decisões nos assuntos da vila ou cidade permaneceria por muitos anos, como um direito aristocrático na exclusão dos demais interessados, homens e mulheres libertos ou escravizados, até a perda progressiva de autonomia municipal para a ordem política do governo das províncias, ainda ali, os conselhos municipais continuariam como importante zona de influência. Assim, Prado Jr lembra que

“o poder das câmaras é, pois, dos proprietários. E o seu raio de ação é grande, muito maior que o estabelecido nas leis. Vemos as câmaras fixarem salários e o preço das mercadorias; regularem o curso e valor das moedas; proporem e recusarem tributos reais, organizarem expedições contra o gentio, e com ele celebrarem pazes; tratarem da ereção de arraiais e povoações; proverem sobre o comércio, a indústria e a administração pública em geral; chegam a suspender governadores e capitães, nomeando-lhes substitutos, e prender e pôr a ferro funcionários e delegados régios.” (1933; p.30)

Nesse sentido análogo, os interesses do soberano encontravam nas vilas e núcleos a máquina que operaria na defesa institucional da monarquia resguardando-a contra os nativos escravizados, o estrangeiro e o fidalgo que, pela posse da sesmaria pretendesse exceder-se contra os rigores dessa soberania. Citando Oliveira Viana, Faoro (1979, p.148) reitera que a organização política dos arraiais ou núcleos urbanos sendo anterior à organização social, supõe que a população surgiu, sim, das prescrições administrativas. O caráter extra-social das vilas, portanto, nasce com as cartas de concessão para a fundação dos locais. Um outro exemplo vem do fato de que a

⁶ A eleição era realizada mediante a instituição da Lei de 1391. Os “homens bons” reuniam-se na Casa de Câmara e indicavam seus escolhidos e era feita uma lista tripla com nomes de vereadores para os próximos três anos seguintes. As notas eram conferidas por funcionário, geralmente o Ouvidor que as enrolava em bolas de cera conhecidas por pelouros, guardando-as num cofre até o final do ano, quando no mês de dezembro, um menino era escolhido para tirar um pelouro cuja lista indicava os vereadores escolhidos para o futuro mandato (Pires, 2006; p.67-79).

municipalidade tornar-se-ia instrumento criado com a função de reunir habitantes dispersos no território. No Regimento⁷ que orienta sobre a fundação da cidade de Salvador como a primeira cidade brasileira e sede de governo, já estava proposta a dualidade administrativa entre governo-geral e governo municipal, com indicações de funcionários, em ambas instâncias, e respectivas circunscrições. Dentro dos princípios simbólicos e espaciais estão incluídas orientações para a localização do pelourinho como local de expressão da justiça e legalidade no conjunto urbano. Com o pelourinho também a igreja e a alfândega são indicadas como expressão tanto de devoção do Rei à Ordem de Cristo quanto da importância da Igreja em si e, ainda, da autoridade sobre a vida, a morte e a sobrevivência de todos. Para o funcionamento do aparelho administrativo na colônia localizado nas vilas, então, foram replicados no Brasil os dispositivos da administração municipal portuguesa, instituídos nas Ordenações Reais. Recebem a centralidade do poder municipal os dois órgãos de reiterada atuação nos períodos colonial e imperial, conjunto sede do poder municipal, a “Alcaidaria” e a “Câmara Municipal”. (Teixeira e Totini, 1993)

Os alcaides tinham a função de zelar pela vila ou freguesia durante o dia, geralmente sendo acompanhados pelo escrivão que ficava incumbido de “dar fé” das ações realizadas nos percursos das jornadas. Diz-se que os jurados eram também auxiliares do alcaide e costumavam reunir-se quase diariamente para os planos de vigilância estratégica de locais e comportamentos dos munícipes.

Apenas nos locais com a qualidade de vila podiam se alocar as Câmaras e, também, por concessão régia, em conformidade com as Ordenações primeiramente Manuelinas e posteriormente, Filipinas (Leal, 1949; p. 60). A Câmara era composta por dois juízes ordinários, prestando serviço alternadamente ou, do juiz de fora e dos três vereadores. Os funcionários específicos eram o procurador, o tesoureiro e o escrivão, tabelião de notas e judiciário, às vezes, sendo todos, inclusive os juízes, eleitos pelo voto distinto dos proprietários. Outros funcionários como os juízes de vintena⁸, para julgar questões de pequeno valor, os almotacés ou afilador, inspetor de pesos e medidas e de alimentos; quadrilheiros, agentes com função policial para prender suspeitos e criminosos e responsáveis pela segurança pública. Os depositários responsáveis pela guarda de bens públicos, cofres entre outros, eram geralmente escolhidos pela câmara. (Leal, 1949, p. 60-61). Como não havia a separação de poderes, a Câmara ficava responsável por res-

⁷ De D. João III entregue a Tomé de Souza, já citado.

⁸ No Direito português era o juiz escolhido pela Câmara, na proporção de um para cada vinte vizinhos, com competência para questões menores. (Faoro, 1979)

ponder à diferentes temas conjuntamente. Em algumas localidades a presidência da câmara era atribuição do Juiz de fora, nomeado pelo Rei. O primeiro Juiz de fora nomeado foi o da Bahia em 1696, seguido pelo de Pernambuco em 1700 e pelo Juiz do Rio de Janeiro, em 1703. Ainda no início do século XVIII foram criados outros juízes de fora em vilas menores, mas estratégicas para a Coroa, em vista da fiscalização do ouro e pedras como Santos, em 1713; Itu, em 1726 e Ribeirão Carmo, em 1731. Os Juízes de fora eram nomeados por triênio e, não lhes era dada recondução. Ao final do cargo mudavam-se para outra circunscrição. A figura judicante do Juiz de fora na Colônia reproduz sua presença da estrutura jurídica de Portugal a partir das Ordenações legais do Reino, Afonsinas a partir de 1480, Manoelinas de 1520 e Filipinas de 1603 (Sadek, 2010).

Sem distinção da natureza judicial, administrativa ou policial, como mencionado, os oficiais da câmara, vereadores com juiz e funcionários ficavam incumbidos de todos os assuntos normativos que eram incluídos nos editais e posturas e ficavam subordinados ao controle da legalidade e conveniência atribuídos pelo ouvidor que tinha o papel de juiz corregedor da localidade (Leal, 1949; Faoro, 1979; Omegna, 1971). Era na figura do ouvidor que se obrigavam as autoridades ao cumprimento dos melhoramentos públicos de pontes, bicas, fontes, arruamentos, proibições sobre o lixo, animais etc. Para essas benfeitorias as câmaras dispunham de recursos, ou tinham que requisitar de forma extraordinária.

Dito isso, o poder político colonial está representado nesse período por esses proprietários que investidos pela delegação da Coroa, superavam os limites intervindo em todos os assuntos da forma que melhor aprovesse; junto às aldeias, instituições religiosas ou públicas, para a captura de índios, para tornar-lhes escravizados, para todas as oportunidades extrativas oferecidas pelo sertão. A Coroa sem contrariar os colonos proprietários estava, ao final, sujeita as mesmas leis que eram propostas pelos colonos. Lembra assim Prado Jr. que as medidas relativas ao sistema eleitoral das câmaras ou alcaidarias e assim ao fabrico de aguardente ou a produção de algodão nos cento e cinquenta anos iniciais da colonização estiveram sempre afinados aos interesses e medidas dos proprietários e, portanto, é deles o poder político. Mas o poder era disperso. Formavam-se ilhas quase independentes e sem comunicação. Nem vem ao caso lembrar as teses do mundo feudal que justificaram as analogias com a relação estabelecida entre o proprietário, as terras e os homens escravizados. A questão, por ora é destacar que vilas e cidades por meio das câmaras estiveram presentes em toda América Portuguesa e eram expressão de uma organização política independente. O domínio comum que ligava as regiões era aparente, embora a Metrópole se referisse

à Colônia como um vasto território, eram muitas e diferentes regiões e seus poderes, que persistiriam, até as novas formas de governo.

* * *

As formas de governo, entre os séculos XVI e XVII também podem ser analisadas segundo a teoria da soberania. Foi essa teoria, por sua vez, que estabeleceu os sentidos entre o direito e o poder, a partir da elaboração de um pensamento jurídico que se fez para o atendimento mandatário do Rei. O Direito Ocidental a partir do século XII reativou o Direito Romano, para transformá-lo em instrumento e alegação régia

“Esta ressurreição do Direito Romano foi efetivamente um dos instrumentos técnicos e constitutivos do poder monárquico autoritário, administrativo e finalmente absolutista. Quando nos séculos subsequentes, esse edifício jurídico escapar ao controle real mais precisamente quando se abater sobre ele, o que se questionará serão os limites deste poder e seus privilégios. Em outras palavras, o personagem central de todo o edifício jurídico ocidental é o Rei.”(Foucault, 1998; p.180-181)

A teoria jurídico-política da soberania, portanto, cuja capilaridade poderíamos perceber nas determinações legais e administrativas da empresa colonial – com princípios de justiça, ordenações, regulamentos – configurou, de modo geral, quatro importantes desempenhos: o primeiro serviu como mecanismo para fortalecimento e efetividade do poder feudal. O segundo desempenho serviu como fundamento e aparato para grandes monarquias em sua diversidade administrativa. O terceiro desempenho que aqui nos interessa, está distribuído a partir do século XVI, principalmente durante o século XVII, com as guerras religiosas, tendo a teoria da soberania se constituído num instrumento que passaria a percorrer todo o corpo social, tanto para coibir o poder real, como para fortalecê-lo. Esteve em evidência entre os católicos monarquistas da Espanha, França e Portugal, mas também entre protestantes anti-monarquistas, liberais, protestantes monarquistas e entre os católicos “regicidas”. Não sendo privilégio de poucos, o direito de soberania estaria presente entre os representantes do Rei, seus vassalos, parlamentares ou aristocratas, como o grande aparelho de luta política e teórica com relação aos sistemas do poder nesses séculos. O quarto desempenho da teoria de soberania, por fim, esteve presente no pensamento democrático parlamentar francês do século XVIII, tendo além de outros adeptos, Jean Jacques Rousseau, com a tentativa de formação de um sistema de governo contrário

às monarquias administrativas e absolutistas. Sua consolidação, portanto, fez da Revolução Francesa um exemplo de seu ideário, assim também seus desdobramentos no velho e novo mundo

“(...)os problemas que a teoria da soberania se referia diziam respeito realmente à mecânica geral do poder, à maneira como este se exercia, desde os níveis mais altos até os mais baixos. Em outras palavras, a relação de soberania, quer no sentido amplo quer no restrito, recobriria a totalidade do corpo social” (Foucault, 1998, p.187)

Na análise da dominação colonial e suas formas administrativas de operação, seria coerente dizer que o direito de soberania, dramático e absoluto, traria a justificativa para inúmeras sujeições, que podem ser adaptadas às situações locais de realidades coloniais. Desde a escravização, à punição violenta ou à completa arbitrariedade sobre qualquer súdito, estariam as justificativas para o direito de morte e direito de vida sobre todos. É o “fazer morrer e deixar viver”, segundo o qual é possível ainda reiterar (Foucault, 1999; p.286)“(...) a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana”. Isso será chamado de paradoxo teórico porque há um desequilíbrio nisso, qual seja, na analogia entre - direito de vida e de morte – o duplo sempre penderá para o “fazer morrer” porque “o efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar”. (Ibidem)

A partir do século XVIII e entre nós, a partir de meados do Oitocentos, ocorrerá um fenômeno advindo da criação de novas maneiras de poder, a partir do uso de instrumentos contrários aos aparatos comuns ao poder de soberania. É um novo sistema que estará sustentado por corpos e seus movimentos concebidos e tratados individualmente e, não mais, supliciados. Será um mecanismo que possibilitará retirar dos corpos “tempo e trabalho”, muito mais em acordo com as formas capitalistas de acumulação em ascensão. Será um tipo de poder fundado na vigilância e não na sujeição imposta pelas taxas e obrigações monetaristas. Será um sistema disciplinar com base em “coerções materiais”. O novo sistema que não substituirá o direito de soberania, mas somar-se-á como um novo aparato, apresentará uma outra economia de poder, “segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem a domina” (Idem, 1998;p.188)

Na aparelhagem da soberania aparece uma apropriação de riquezas e bens, dentro das quais podemos pensar o escravizado, o corpo-súdito e todo tipo de justiças com castigos, suplícios e morte entre todas as demais que disso poderiam fazer parte. Já a nova

forma de poder estará relacionada ao trabalho, fruto de uma nova racionalidade que irá promover um gasto mínimo para grande eficiência. As cidades se expandem como locais favoráveis às práticas e conexão de significados desses dispositivos. Seria uma alternativa ao antigo poder fixado na existência física e material do Rei. Essa seria uma das grandes invenções da ordem burguesa (Foucault, 1998) a qual teremos complementos analíticos na segunda parte.

Ermidas, freguesias e vilas: sítios e características

Um dos aspectos interessantes sobre o qual se merece introduzir o tema dos sítios escolhidos e os primórdios da colonização portuguesa na América está nos motivos que teriam feito com que os núcleos de povoamento se conservassem por muito tempo, restritos ao litoral. Adota-se aqui, nesse sentido, um apoio à superação de distorções já históricas atribuídas aos motivos da demora dos colonos portugueses, desde o descobrimento, em adentrar os sertões, planaltinos, muitas vezes, sobre os quais prevaleceu a justificativa da comodidade e certa preguiça, e, portanto, configurar-se-ia uma preferência facilitada do colonizador, para o estabelecimento dos núcleos e feitorias e até missões religiosas, na costa, como se houvesse muitas escolhas. Vale lembrar a partir de diferentes linhas da geografia além da histórica e reiterando-se, que manter-se no litoral já teria sido façanha das maiores, diante da extensão da costa a povoar e proteger, como herança advinda do trato de Tordesilhas. Tornou-se comum, no entanto acreditar, que a colonização espanhola preferiu o planalto à costa do pacífico, como se isso não fosse uma eleição anterior dos povos pré-colombianos com os locais, de onde se extrairiam os metais tão ambicionados existentes nas antigas reservas. E ainda, nessa linha de argumentação, não seria também difícil supor que os espanhóis não adentraram o território da América espanhola, pelas outras tantas dificuldades geográficas da cordilheira altiplana andina e “a densa floresta intransponível que reveste as fraldas orientais da cordilheira” (Prado Jr, 1933|1984; p.14), vindo a fazê-lo na porção ao sul em que a cordilheira decai e oferece acessos ao atual território do Paraguai e Uruguai. Como sugere a primeira “História do Brasil” de autoria de Frei Vicente do Salvador - um religioso franciscano nascido na Bahia em 1564 e fundador do convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro em 1620 - que aborda o período de 1500 a 1627; a partir das considerações sobre certa comodidade do colonizador português que a esse respeito notabilizou-se a ideia do “caranguejismo” que de Risério (2012; p.77) transcrevo

“Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.

Tais comparações também foram reproduzidas por Ernani da Silva Bruno (1953; p.71) citando Silvio Romero em sua “História da Literatura Brasileira” na qual despontam as distinções da vila de São Paulo diante do povoamento da costa da América portuguesa, e no qual se pode perceber o tom de certa reprovação “*até então e em outras regiões até muito depois, arranhando as praias como caranguejos, na tão repetida comparação do velho cronista.*”. Em Raízes do Brasil, Sérgio Buarque Holanda (1936|2015; p.128) recupera na letra de uma carta de Manuel da Nóbrega (1552) a assimetria existente entre a grandeza rural diante da pobreza urbana, mas reiterando a crítica especialmente da indiferença dos portugueses de tudo o que estivesse no foco da exploração do Brasil, complementando com a ideia de Frei Vicente e sua expressão dos “caranguejos” nas costas, como se lê

“Não querem bem à terra, pois têm sua afeição em Portugal; nem trabalham tanto para a favorecer, como por se aproveitarem de qualquer maneira que puderem; isto é geral, posto que entre eles haverá alguns fora desta regra. E Frei Vicente do Salvador, escrevendo no século seguinte, ainda poderá queixar-se de terem vivido os portugueses até então “arranhando as costas como caranguejos” e lamentará que os povoadores, por mais arraigados que à terra estejam e mais ricos, tudo pretendam levar a Portugal, e “se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como papagaios, aos quais a primeira cousa que ensinam é: papagaio real para Portugal, porque tudo querem para lá”.

Ainda que o objetivo fosse criticar a falta de sensibilidade de portugueses ao Brasil em suas investidas exploratórias, vale reiterar que a tese da indolência ligada à deficiência na exploração da hinterlândia do território naquele período, repetida à exaustão e aqui minuscilmente representadas, encontraram desde há muito, como veremos, controvérsias, sendo portanto importante pactuar da ideia apresentada por Risério (idem) sobre as enormes dificuldades para a implantação de pousos e feitorias mesmo em costas litorâneas, disso tendo dependido inclusive as configurações dos assentamentos coloniais e as formas de habitação e transporte daquele período. Nesse sentido, ficam em destaque os diferentes conflitos sofridos com os habitantes nativos, testemunho que refuta a maledicência de Frei Vicente e dos que, depois dessa argumentação disso também se apropriaram. A proeza dos portugueses no domínio litorâneo colonial, ocorreu com alto custo de

vidas e com embates não só com os habitantes, mas também com franceses, holandeses, espanhóis e ingleses como veremos adiante. São referências importantes das primeiras tentativas de assentamentos portugueses e devem ser reconhecidas

“As primeiras vilas não se implantaram, na orla marítima do Brasil, sem muitas guerras. Ao tentar desembarcar no Rio Grande do Norte, Aires da Cunha foi recebido por balas e flechas de franceses e potiguares. Cerca de setenta portugueses morreram na refrega (...). Olinda foi construída em combate aos Caetés. Igaracu não teve sossego. A pequena póvoa de Nazaré, erguida onde hoje se encontra São Luís do Maranhão, sofreu com o cerco indígena. A conquista de Sergipe, com o objetivo de estabelecer comunicação por terra entre Olinda e Salvador (por mar não era nada fácil, ao contrário do que supôs Sérgio Buarque (...), vinculando os dois principais núcleos da colonização portuguesa, resultou numa guerra que se estendeu de 1575 a 1590 – quinze anos de luta com milhares de mortos. Ilhéus, como Porto Seguro morreu nas mãos dos aimorés. No atual Espírito Santo, os goitacás (...) cobriram de flechas a tentativa colonizadora de Vasco Fernandes Coutinho. O Rio foi conquistado em luta armada. E Frei Vicente não deveria desprezar o esforço e a morte de tanta gente. Manter-se na franja do litoral era já uma façanha.” (Ibidem)

Antes de esgotar outros tantos argumentos que prolongam a vida dessa tese, vale ainda recuperar de Prado Jr. (1945|1984; p.43-45) e Capistrano de Abreu (1907) o sentido da colonização e a geografia do litoral e com quais possibilidades se deram os núcleos de povoamento nos séculos XVI e XVII, medidas pelo pioneirismo e esforço luso diante da inhóspita natureza, para a ocupação das costas. Do Oiapoque no Amapá até o atual estado do Rio Grande Sul as dificuldades encontradas nos núcleos de povoamento colonial foram muitas. Além de holandeses e franceses e ingleses os portugueses só conseguiriam incorporar o território em 1899. No delta do Amazonas encontrava-se povoamento mais farto e o Rio e seus afluentes desde sempre serviram como meios de comunicação e interiorização, garantindo outra qualidade ao povoamento. Os portugueses aí se estabeleceram em 1616 e mesmo assim, expulsando holandeses e ingleses e, se não fosse por causa da união das coroas, os espanhóis não teriam sido poupados da deportação. Na direção das Capitanias de Grão-Pará e Maranhão uma extensa área alagadiça ficou por muito tempo desabitada. Mas passando um pouco essa região surgem, afastados da orla os campos de “perizes” região que ficava alagada no inverno, mas sem impedir a criação animal e o plantio. As baías de São Marcos e São José, vasto estuário de rios navegáveis até o sertão, reuniu desde o início das capitanias um povoamento regular e adensado, um dos mais importantes da Colônia. Da Vila de Parnaíba, no atual extremo norte do Piauí se desenvolveram as oficinas

de carne-seca da maior expressão no consumo das regiões da Bahia, Rio de Janeiro e Pará. No Ceará, a zona litorânea muda por completo. Há a predominância de grande acúmulo de areia trazida pelas correntes marítimas, além da baixa pluviosidade, o que fazia os rios escassos e temporários ficarem sem força para impedir as barras configuradas pelos depósitos de areia. As falésias configuravam elementos de dificuldade. Algum povoamento foi possível nos maciços um pouco distantes da orla, em que a umidade aumentava permitindo o cultivo de alimentos: Camocim, Acaraú e Fortaleza são exemplos, mas sobretudo Aracati que é banhada pela saída do Rio Jaguaribe e reuniu uma população de sessenta mil habitantes no início do século XIX, com grande produção e comércio de gado e algodão. Fora isso, o litoral cearense permaneceu desabitado, também pelos acessos internos entre povoados, ser bastante dificultado. Situação semelhante foi encontrada no Rio Grande do Norte, que não se prestou muito ao povoamento naqueles inícios de fixação costeira. A aridez e a falta de água potável, favoreceu principalmente a produção do sal marinho como produto principal dessa área litorânea. Assim como no Ceará, o depósito de areia dificultava a locomoção e a comunicação entre núcleos e povoados que não fossem por meio da navegação marítima. De todo modo, nessa faixa, até o atual Maceió, antiga Alagoa do Sul, a linha contínua de recifes formando piscinas naturais separando a arrebentação para pesca, concentrou a maior parte do povoamento até o norte. De Pernambuco, vale reiterar que inserida geograficamente na zona litorânea com a presença de rios e, ademais o fato de aproximar-se da Metrópole, com a Ilha de Fernão de Noronha para algum abastecimento, atraiu um denso povoamento e facilidades mercantis. Em direção ao sul, vai se alterando a geografia litorânea e demonstrando falta de cobertura vegetal, com solo arenoso. Em Sergipe que integrava a capitania da Bahia ainda os rios eram constantes: São Francisco, Cotinguiba, Vaza-Barris, Real (Prado Jr., 1942; p.46; Abreu, 1907, p.30). Dos 140 engenhos sergipanos, a maioria encontrava-se aí. Daí em diante decresce o povoamento desenhado ao norte e integrado pelo núcleo pernambucano, na faixa que segue até o recôncavo. Nessa faixa que vem do Maranhão se concentraria por muito tempo o principal núcleo de povoamento colonial litorâneo por motivos locais, na visão de Prado Jr. (1945|1984, p.46). Ao sul desse, portanto, tem início uma longa faixa litorânea de difícil comunicação com o interior, que possui, terras altas que se aproximam do litoral e terminam quase na praia, sendo formado por serra coberta por densa vegetação. Em diferentes trechos a praia desaparecia interrompida pela própria serra que formava um contraforte⁹ que avançava no mar. Uma série de rios que desembocavam no mar formavam barras que concentravam

⁹ Cadeias de montanhas que se destacam mais ou menos perpendicularmente de um maciço principal, entestando com ele. (Aurelio, 1988)

povoamentos, mas que por causa das águas paradas dos remansos, acabam sendo pouco salubres. Os núcleos mais importantes eram: Camamu, Barra do Rio de Contas, Ilhéus, Canavieiras, Belmonte, Porto Seguro e Caravelas. Estes núcleos estão caracterizados pela ocupação exclusiva da orla, não penetrando senão a poucas distâncias ou preferivelmente na foz dos rios e cercanias.

“A mata densa que acompanha o litoral a pouca distância, formando uma larga faixa ininterrupta e de passagem difícil, bem como relevo acidentado, sobretudo de Porto Seguro para o sul, onde atinge a linha de grandes altitudes da Serra do Mar, são os fatores que isolaram o litoral, separando-o por completo do interior” (Idem, p.47).

Os núcleos de povoamento desenvolvidos nessas faixas, acabaram sendo totalmente independentes um do outro, sendo bons exemplos Ilhéus e Porto Seguro, que só foram incorporados à capitania da Bahia, no início do século XIX. O Espírito Santo também apresentava situação semelhante. A comunicação entre o litoral e o interior datava do início do Oitocentos, principiando pelo rio Doce e depois traçando às margens, a estrada do Mucuri. Isso explica, para esse mesmo autor, o lento desenvolvimento de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, contrastando com Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Outra característica que contribuiria para o isolamento da região seriam os ataques gentios. A região configuraria um reduto de densas florestas indevassadas e refúgio de tribos vindas do litoral, sendo extremamente hostis, como os aimorés. De 1750 a 1786 há uma certa pacificação por medidas adotadas pelo Capitão-mor João Domingos Monteiro. No final do século XVIII os ataques retornam despovoando novamente a região. E por esse fato determinar-se-ia em 1808 a guerra contra os aimorés.

No Rio de Janeiro constituiu-se um dos três maiores núcleos de povoamento do litoral brasileiro. De Parati em diante, tornava-se novamente raro pela grande barreira formada pela Serra do Mar que atinge até mil metros de altitude e um pouco menos nos limites ao sul da colônia, nas Capitânicas de São Paulo, que incluía o Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul. Apesar dos portos de Paranaguá, Santos e São Sebastião, o povoamento da região acabou comprimido entre a estreita faixa da planície e a imensa encosta da Serra. Na altura de São Vicente e Santos, o mar se distancia da base da Serra apenas 15 quilômetros e nessa parte ainda estavam trechos de mangue o que tornava o cultivo mais difícil e a possibilidade de pântanos insalubres não era incomum. Outra circunstância seria a distância das maiores atividades econômicas, estabelecimentos coloniais e seus afluxos na Capital, primeiro Salvador e depois Rio de Janeiro.

Na altura de São Paulo e partindo de São Vicente há o primeiro local em que a colonização litorânea subiria a serra, chegando ao planalto, percurso facilitado pelas antigas trilhas indígenas. É a essa oportunidade que São Paulo deve sua condição pioneira de centro no planalto e à menor dificuldade de acesso ao *plateau* e ao sertão, sua primeira e maior diferença. As demais, sendo a segunda expressiva, o fato de seu povoamento ter sido primeiramente objeto de catequese dos integrantes da Companhia de Jesus e não núcleo de exploração como tratar-se-á adiante. Com o trajeto e percurso até o planalto, a colonização se dará no topo da serra, implantando-se um núcleo. Isso foi possível nas primeiras décadas do descobrimento pela imensa clareira natural que havia na floresta que se estendia no território paulista logo na chegada: os campos de Piratininga. Mas essa clareira natural nas florestas que marcam a chegada pelo caminho do litoral é ainda a parte do planalto mais próxima do Mar. Somam trinta quilômetros o que tornava o sítio extremamente vantajoso pela proximidade com São Vicente. Outros colonos não encontraram local mais apropriado ao longo do litoral. Essa seria uma das principais causas do povoamento ter ficado restrito ao litoral, por tanto tempo. Prado Jr lembra (1933/1983; p.14) que “Minas foi povoada por paulistas, chegados do interior, e não por colonos estabelecidos no litoral do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Aí o povoamento se deteve na fralda (base) da Serra”. A outra circunstância favorável à posição desse núcleo está no fato de Santo André ter sido o primeiro local ocupado por portugueses, antes mesmo da vinda de Martim Afonso de Souza donatário da Capitania de São Vicente. No primeiro núcleo, vários europeus sendo deles João Ramalho o mais notável, escolheram o ponto no qual o Caminho do mar ia terminar nos campos, na chegada ao planalto. Veio daí o nome “borda-do-campo” conservado quando em 1553, o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza em visita concede-lhe a designação de Vila. Quando os jesuítas estabelecem o colégio no sítio de São Paulo, então, Santo André da Borda do Campo já estava elevada à Vila. No entanto, a primazia de São Paulo sobre os demais núcleos do planalto como Santo André se daria por aspectos físico-geográficos como à frente colocado.

São Paulo: o planalto e o colégio

Antes que fosse instalada a Câmara Municipal na Vila de São Paulo de Piratininga em 1560, Mem de Sá, terceiro governador geral do Brasil, em visita a São Paulo, propôs ao núcleo existente em Santo André da Borda do Campo que viesse reunir-se aos inacianos já instalados no Campo de Piratininga, pois que estariam mais seguros no Colégio, de ata-

ques promovidos por diversos grupos, sobretudo pelos tupinambás. Nesse sentido, seria melhor e muito mais prudente estar no núcleo de Inhapuambuçu ou “morro que se vê ao longe” (Kehl, 2005). Essa transferência além de demonstrar a forte influência da Companhia de Jesus sobre a colonização, reiteraria não só a escolha por aquele sítio, mas a importância dos jesuítas sobre a colonização em todo o planalto, o que definiu por muito tempo as interações entre nativos, colonos e o território, ao menos até a expulsão desses em 1640 da Capitania de São Paulo e São Vicente.¹⁰

Nessa época a Capitania possuía três núcleos de povoamento elevados à categoria de vila, como indicado anteriormente: São Vicente, Santos e Santo André da Borda do Campo. Na escala de importância, vimos que as Vilas deviam ser criadas pelos governadores e que só perdiam em complexidade institucional e administrativa para as Cidades, essas, sim, tinham o privilégio de fundação e instituição diretamente da Coroa, conforme os interesses da organização colonial já referidos. Mas antes desse estabelecimento, muitos núcleos, quando não avançavam para a condição de Vilas, permaneciam ao longo do tempo como Capela ou Freguesia. O conjunto de núcleos eclesiásticos no Brasil, precedia, em boa parte das vezes à rede de instituições da vida civil, embora estivesse a ela submetida juridicamente (Bueno, 2009; p.251-294). Era por meio da Igreja e de seus dispositivos de ligação à Coroa, como o Padroado Régio, que garantir-se-ia a oficialidade dos povoados mediante a presença da assistência religiosa nessas ermidas. Quando uma localidade era elevada à condição de Capela curada, significava que aquela região deixava de ser isolada e passava a dispor das visitas periódicas ou da permanência de um pároco, decisões essas que eram tomadas pelo bispo, mediante a solicitação formal dos colonos. Com a concessão da condição de freguesia à localidade, passavam a ser garantidos os batismos, casamentos, a benção aos doentes, registros de nascimentos, de óbito, com suas responsabilidades jurídico-sociais. Esse uso para as formalidades civis-religiosas emprestaram uma importância expressiva na configuração da vida urbana e na importância política das Igrejas nessas freguesias. A importância da instância eclesiástica materializada nos edifícios e seu funcionamento era tão expressiva que em certos núcleos teria sido a única maneira organizadora da vida civil dos habitantes. Era o lugar no qual a população das Capelas e suas imediações se dirigiam em vista de diferentes eventos, de festividades, registros aos demais acontecimentos. Já para a assistência jurídica solicitada pela população, era necessária uma petição junto à Câmara local mais próxima da qual a entidade eclesiás-

¹⁰ Referente ao tema a pesquisa tornada livro de Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron – *Linha de Fé – A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Séculos XVI e XVII)* estabelece um panorama do pensamento religioso e de algumas práticas adotadas na colonização.

tica era integrante. Se uma edificação religiosa como Capela ou Igreja já emprestava à localidade uma condição de vida civil coletiva; a casa de câmara e cadeia com o largo do pelourinho defronte bastavam para garantir autonomia municipal e desdobramentos administrativos e judiciários.

Dito isso, devemos considerar que antes de ganhar seu estatuto de Vila, São Paulo configurava-se como um núcleo de objetivos religiosos catequéticos, tendo sido durante alguns quinquênios um aldeamento de padres e índios. Padres e índios que garantiam a condição de Capela curada desde o início e “que deixaram a marca de suas experiências nas primeiras edificações, nos primeiros arruamentos, na própria escolha do sítio em que ela se estabeleceu” (Bruno, 1953; p.72).

A escolha do local, como indicado pelas tradições lusitanas, foi dada pelos princípios de defesa. Esse “urbanismo de colina” de que São Paulo é um exemplo em terras coloniais, já era uma prática ao fundar cidades portuguesas no ultramar, sendo também Lisboa um modelo original de implantação em colina¹¹. A escolha dos jesuítas, principalmente no ponto de instalação do Colégio ficava à altura de 25 metros, sendo de aproximadamente 30 metros a encosta do vale do Anhangabaú, dando a ideia da altura da Acrópole em relação à várzea dos rios. A preferência também se deu pela existência da aldeia dos tupiniquins, o que garantiria a sociabilidade própria à evangelização do Colégio. À ocupação e fusão com o grupo de João Ramalho, seguiu-se a recomendação de fortificação da Vila empregando para isso a construção de muros feitos em taipa (Reis, 2004, apud Simões Jr e Campos, 2013) numa área equivalente à

“(...) oito hectares, e corresponderia à área entre o Pátio do Colégio e a Igreja Matriz, chegando à altura da Rua do Rosário. Por volta de 1580, o muro foi ampliado, chegando à altura do futuro Largo da Misericórdia, onde provavelmente ficava uma das portas”.

A ausência de pedras e madeiras de lei, abundantes apenas no litoral, obrigou os paulistas ao desenvolvimento das técnicas do barro cru ou adobe, com a taipa: taipa de mão

¹¹ A Lisboa antiga, chamada de Olisipo, reitera os usos feitos por outros povos na cidade alta como iberos, celtas, suevos, gregos, romanos, visigodos e fenícios (Teixeira, 1993; p. 350-379). No alto da colina foi construído o castelo e a cidade romana ao redor. Durante a ocupação moura, a cidade expandiu-se no sentido colina abaixo, até as margens do Rio Tejo. Foi com a recuperação cristã que se dá o crescimento populacional indo além dos muros levantados durante a era mourisca. A cidade de Lisboa à época moura, tinha por característica o traçado urbano tortuoso, com ruas estreitas, becos, azinhagas, rossios e pátios acessíveis por vielas ou corredores em alvenaria e com casas que possuíam balcões em madeira que saltavam das fachadas, os muxarabis.

para interiores e de pilão para partes externas e muros. As construções eram inicialmente cobertas com sapé e a partir do fim do século XVI já se aplicavam telhas de barro cozido. A necessidade da proteção das águas da chuva no uso desses materiais (Ibidem) emprestou uma fisionomia à vila com construções de largos beirais e grandes valas para escoamento das águas, que seguiam nas encostas pelo lado da Igreja do Carmo e atrás do Pátio do Colégio. Mas a proteção murada não adentrou e permaneceu no século XVII. Logo outros terrenos fora da área fortificada foram integrados à colina. Nos vértices da planta triangular instalar-se-iam as Ordens Religiosas das Carmelitas (1592); dos Beneditinos (1598) e dos Franciscanos (1640-1644). A posição dos novos conventos reforçava a localização principal do templo e colégio dos Soldados de Cristo. Tanto esses como as demais ordens religiosas contavam com localização estratégica e defensável, com lotes amplos inclusive para hortas e pomares. A posição dos vértices vinha da determinação do Papa Júlio II, de 1509 na qual as ordens religiosas deveriam se instalar no mínimo a aproximadamente 520 metros entre si, com exceção dos Jesuítas que estavam liberados desse cumprimento desde o Pontificado de Pio IV (1559 – 1564) (Lemos, 2004, apud Simões Jr; Campos, 2013,). Lembrando Luís Saia, Bruno (1953;p.79) reitera que a vila paulista não teria obedecido o tipo mais comum de povoamento ou núcleo administrativo, com a formação em torno da Igreja, do mercado e do edifício da administração, a casa de câmara; o Parlamento Paulista por exemplo, teria funcionado em prédios alugados, até a expulsão dos jesuítas, quando o Colégio tornou-se sua sede, no século XVII e posteriormente no século XVIII, quando os bens da Companhia foram confiscados tanto em Portugal, quanto nas colônias. Além disso, a centralidade da Igreja matriz, definidora dos núcleos, freguesias e vilas em diferentes cidades, perdia importância em São Paulo, pois só seria construída em 1600, após apelo dos habitantes, quando já existiam outros templos como da Ordem das Carmelitas, de Santo Antônio, dos Beneditinos, além do Colégio.

Outra vantagem sobre as condições de Santo André da Borda do Campo foi dada pelas facilidades no abastecimento. A proximidade com os rios não só proveria de água, mas também de peixes, para o alimento. O local escolhido pelos inacianos mostrou-se-ia muito estratégico, como lembra Prado Jr. (1933|1983,p.19) e, portanto diante da ordenação de Mem de Sá a Vila da Borda do Campo não encontrou nenhuma oposição, nem de João Ramalho (grande adversário dos jesuítas e de sua evangelização) que a acatou e posteriormente veio inclusive a desempenhar papéis na administração da Vila.

O local, portanto, foi estratégico porque, do ponto de vista geográfico oferecia grandes vantagens para a penetração do território planaltino e, também, das outras regiões do país. Além disso, estava referendado pelos habitantes locais que por meio do

*Peabiru*¹² alcançavam o atual território do Paraguai e de Potosi, na atual Bolívia. Como centro hidrográfico da vasta região, “Sem o saberem, seus fundadores tinham-no estabelecido num ponto donde irradiam em quase todas as direções, ou pelo menos as principais, estas vias naturais de comunicação que são os cursos d’água.” (Prado Jr. 1983,p.20). Como descrito também por Capistrano de Abreu

“Da Vila fundada em Piratininga conhecemos a mera existência ou pouco mais. A situação no descampado dificultava surpresas inimigas. O trânsito do Paraguai dava-lhe algum movimento. As cabanas de João Ramalho e dos mamalucos seus filhos e parentes, no outro lado da serra donde as águas já corriam para o Prata, apregoavam vitória alcançada sobre a mata virgem do litoral, vitória obtida aqui mais cedo que em qualquer outra parte do Brasil, porque os colonos apenas continuaram a obra dos indígenas, já achando aberto por cima de Paranapiacaba e aproveitando a trilha dos tupiniquins.” (Abreu, 1907/2018; p.37-38)

Além dos Rios navegáveis próximos à vila de Piratininga, como o Tamanduathey que acessava o Tietê e esse o Rio Pinheiros, tínhamos o próprio Ribeirão do Inhangabaú localizado no vale da encosta oeste da colina, que teve no início função primordial no abastecimento de água e depois como receptor de rejeitos e dejetos. Outros riachos e ribeirões, como o Iacuba, o Itororó, o Saracura foram fundamentais para a subsistência e abastecimento desde o cultivo de alimentos, para o consumo dos habitantes até suas criações animais. Mas, as referências à articulada hidrografia que se dá pelo Tietê, principiam a entender que, por sua interdependência, permitiu que fossem criados os núcleos de povoamento, nas suas imediações. Assim, irradiaram-se por um lado, na região em que liga o Tietê ao alto Paraíba, um prolongamento na direção nordeste e à noroeste, atravessando todo o território da hinterlândia paulista até o Rio Paraná que pelos afluentes da margem direita avança pelo Mato Grosso. Nesse eixo formado pelo Tietê, articulam-se outros afluentes na margem esquerda pouco abaixo de São Paulo formando ramais do sistema hidrográfico com o rio Pinheiros, o Rio Cotia e o Rio Piracicaba, esse na margem direita, como lembra (Prado Jr., 1933|1983, p.21-22)

¹² O Caminho Peabiru era um sistema formado por estradas e trilhas, que interligavam territórios do Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru pertencentes a diferentes etnias autóctones do continente sul-americano, séculos antes da colonização portuguesa e espanhola. O sistema configurou um eixo de trânsito e intercâmbio entre as culturas, desde as tribos tupiniquins e guaranis do litoral atlântico até a região pré-incaica nos Andes, estabelecendo uma conexão intracontinental.

“E é para gozar das vantagens destes caminhos naturais e de fácil acesso que o povoamento procura no início, de preferência e quase exclusivamente, a margem dos rios. Partindo de São Paulo, o povoamento do planalto começa por seguir duas direções, ambas pelo Tietê: uma, rio acima, outra rio abaixo. É seguindo estas linhas que os colonos se vão estabelecendo e formando as primeiras povoações e vilas. Rio abaixo encontramos já, muito cedo: Nossa Senhora da Expectação do Ó (hoje Freguesia do Ó) e Parnaíba, que em 1625 é constituída em Vila. E pelas variantes do Pinheiros, seu afluente Jeribatiba (Rio Grande), do Cotia e afluente Mbói-Mirim (Embu), inúmeras povoações e aldeias de índios fundadas ou dirigidas pelos Jesuítas: Pinheiros, Itapeperica, Ibirapuera (hoje Santo Amaro)”.

No Rio acima, na direção do vale do Paraíba encontram-se já no fim do século XVI os núcleos e aldeamentos de Guarulhos, Itaquaquetuba, São Miguel. Do povoamento tornado Vila de Moji das Cruzes e alcançando o vale do Paraíba teríamos uma região em crescente povoamento no século XVII, com as Vilas de São José dos Campos, Guaratinguetá, Taubaté, Jacareí, Lorena e Pindamonhangaba. No território da Capitania essa região torna-se próspera do ponto de vista agrícola e ainda pelo estímulo comercial provocado pelo roteiro das bandeiras que se desenha a caminho de Minas Gerais, ramificando-se para o norte e o nordeste do país incluindo o sertão de São Francisco.¹⁵ Além dos acessos comunicativos propiciados pelos rios em sua articulação, foram também escolhidos para o estabelecimento de povoados devido à fertilidade das terras, abundância de peixes e do fornecimento perene e abundante de água. A vila de São Paulo, portanto como centro desse sistema de articulações hidrográficas demonstrava vantagens desde o princípio.

¹⁵ A notoriedade das bandeiras no conhecimento do sertão brasileiro e no apresamento de índios ao longo do século XVII era tamanha que, em 1685 o Governador-Geral da Capitania de Pernambuco, Sotto Mayor, em acordo com a Coroa ofereceu vantagens aos paulistas que liderados por Domingos Jorge Velho (sobrinho) aceitara a empreitada de dominar e derrubar o quilombo dos Palmares. O cerco e os confrontos na Serra da Barriga, no qual os paulistas formando grupo com aproximadamente 400 integrantes entre indígenas, mamelucos e negros duraram mais de 7 anos. Ao final, como recompensa pela vitória, os bandeirantes receberam todas as terras antes ocupadas pelos quilombolas entre outras mais, com proximidade das “praças marítimas” que eram os centros mercantis, e, que segundo carta assinada pelo líder paulista eram locais necessários para transações comerciais dos produtos cultivados pelos índios escravizados, que em São Paulo ficavam restritas. Como o território da América Portuguesa estava caracterizado por ilhas de produção e circulação comercial sem ligações umas com as outras, os paulistas entendiam a expansão agrícola e comercial como forma já diferenciada de uso do solo para produção comercial (Alencastro, L. F./FSP, 1999).

Mudanças políticas e os caminhos do sertão

Durante o período de 1580 a 1640, o trono português esteve em vacância, o que sujeitou o país à coroa espanhola, tendo sido indicado pelo Rei da Espanha um Vice-Rei para Portugal. De todo modo não houve escolha para impedir que o Reino português fosse unido à política de guerra dos Habsburgos na Europa, despendendo homens para o exército e alta soma de recursos (Cruz, 1940). Diante das guerras e da dominação espanhola, Portugal, sua marinha e seu império ultramarino ficariam arruinados. A Holanda e a Inglaterra, contra quem a Espanha esteve em combate de maneira constante, acabaram ocupando de forma permanente todas as possessões asiáticas de Portugal e, as poucas que sobejaram não tinham nenhuma importância comercial. Restaram-lhe, portanto, o Brasil e algumas possessões na África, o que valeria para intensificar o comércio de homens escravizados. Nesse período, as invasões à colônia na América necessitavam de reforços para impedir o assalto de franceses, ingleses e holandeses. Em 1630 os holandeses se instalaram na Capitania de Pernambuco que incluía o atual Estado de Alagoas, até o Maranhão. Foram vinte e quatro anos de dominação holandesa e somente após a independência portuguesa do reinado espanhol, os holandeses seriam expulsos definitivamente. Mas o que aqui mais interessa é tratar brevemente dos reflexos em São Paulo das mudanças na política colonial em decorrência da unificação ibérica.

Quando a colônia na América demonstrava ser única fonte de prosperidade, Portugal passou a tirar o maior proveito possível de seus recursos. A restrição com o comércio asiático foi um golpe na economia do Reino

“ (...) que durante mais de um século lhe fornecera o melhor de seus recursos, forçando o êxodo em larga escala de sua população que procurará na colônia americana os meios de subsistência que já não encontrava na mãe pátria. A emigração para o Brasil será, a partir de meados do século XVII, considerável. Ameaçou por vezes despovoar regiões importantes de Portugal, como o Minho; e tomaram-se em consequência enérgicas medidas repressoras. As leis que coíbem a emigração se sucedem sem interrupção por um século; e a sua própria frequência nos mostram que eram ineficazes.

(...) Em um século, a contar de 1650, os portugueses terão ocupado efetivamente, embora de forma dispersa, todo o território, que ainda hoje constitui o Brasil. Quando em 1750 e posteriormente se redigem os grandes tratados que limitariam definitivamente as possessões portuguesas e

espanholas neste continente, a Espanha será obrigada a reconhecer a soberania de Portugal sobre toda esta metade da América do Sul que forma o Brasil e que de direito lhe cabia na maior parte” (Prado Jr. 1945|1984; p.50).

A vinda de novos colonos e, a busca de riquezas, terras e trabalho criará um desequilíbrio na colônia, primeiro porque os emigrados buscaram ocupar a posição dos que aqui estavam e, ou em certos casos, gerando concorrência que levaria à muitos conflitos. Com o aumento da população, a disputa pelo trabalho e a geração e busca de riquezas, aumentaria a administração da Coroa que recrudescer seu controle, lançando para isso um conjunto de regras novas com dispositivos de restrição. A esse exemplo, teríamos entre meados do século XVII até a primeira metade do século XVIII impedimentos à produção e manufaturas na colônia

“O círculo de ferro da opressão colonial vai-se apertando em todo o correr do século XVII, e não passa ano em que se não invente uma nova forma de sugar a colônia, tolhendo-lhe por todos os meios o livre desenvolvimento. (...) Proibia-se o cultivo de plantas que tivessem similares no Reino como a castanheira, a oliveira e outras. (...) O exemplo mais frisante da intolerância de Portugal está na proibição de quaisquer manufaturas, salvo apenas os grosseiros tecidos de algodão. (Prado Jr., 1933|1983; p.38)

Mas as restrições e proibições de cultivo ou produção de itens agrícolas ou manufaturas buscavam lançar à completa dependência os colonos e habitantes, para o exclusivo privilégio português no abastecimento e comércio de itens, mas isso somar-se-ia à uma decorrência importante da centralização econômico-administrativa: a decadência das autoridades locais, a perda da autonomia das câmaras municipais nas decisões sobre os núcleos e vilas. Como visto anteriormente, as Câmaras tinham além de poucos funcionários, o conselho municipal, integrado por representantes locais (exceto índios, judeus e outros trabalhadores excluídos pelas Ordenações) com atribuições de cuidar do patrimônio público (aí incluso o rossio¹⁴), bem como conceder os terrenos urbanos (datas) e rurais (sesmarias) à particulares, conduzindo os negócios públicos, chegando a legislar sobre grande parte das disciplinas de governo. Nesse panorama de autonomia alcançada no trato das questões locais, também devido ao isolamento da Coroa, muitas vilas, na fase de centralização e controle da Metrópole, sofreriam perdas, quando a nova ordem instituída, segundo Prado Jr. (1945|1984;p.52)

¹⁴ Rossio era uma ampla área central da municipalidade

com os representantes do poder metropolitano reivindicando para si, toda a autoridade, transformariam as câmaras em simples instâncias de execução de ordens por estes expedidas.

Nesse período, ainda considerando o desenvolvimento econômico e a ordenação da nova política restritiva, ver-se-ia surgir um novo segmento na economia, ao lado do setor agrícola, o setor mobiliário com a instituição de crédito e financiamento, segundo a hipótese de Celso Furtado¹⁵, liderado por uma categoria de negociantes abastados que podia ser encontrada nas cidades do litoral que se transformavam em centros ricos e populosos. Recife, antes da ocupação holandesa, era uma vila simples e depois da expulsão torna-se a “cidade da nobreza” (Prado Jr.1933|1983; p.38); Olinda que dobrara a população para 15 mil habitantes, estava na mesma época repleta de mercadores enriquecidos, sendo a maior parte formada por emigrados portugueses expulsos pela crise da unificação.

Quando o estímulo à busca de metais, ouro e prata configurado pelos grupos organizados tornaram-se recorrentes nesse período de enorme avidez da metrópole, as “bandeiras” nas regiões sul e sudeste já haviam estabelecido diferentes rotas em quase todas as direções, do extremo sul ao centro-oeste, norte e nordeste e, portanto, se notabilizavam pelas aventurosas expedições. A guerra dos emboabas¹⁶, ocorrida entre 1707 e 1709, um conflito pelo direito de exploração das jazidas de ouro na região paulista, nomeada como Minas de Ouro, atual Minas Gerais, é um exemplo de como a administração da Coroa era deficiente não sendo capaz de impedir os confrontos gerados pelos emigrados, na busca de riquezas (Toledo, 2003). O direito de exploração dos paulistas, descobridores das minas, foi entregue aos portugueses entre outros exploradores vindos do nordeste. Depois do abandono das jazidas aos “emboabas” os vicentinos seguiriam ao Mato Grosso e Goiás e lá descobririam novas reservas de minérios.

A trajetória da Vila de São Paulo nos duzentos anos de sua criação, está profundamente marcada pelas características assinaladas, seja pela distância com o litoral e as condições geográficas da Serra do Mar sendo vencidas as dificuldades para o aces-

¹⁵ No livro de 1959, Formação Econômica do Brasil, defende que a atividade de exploração açucareira em Pernambuco pode ser mantida por meio do lucro obtido e reinvestido via financiamento e crédito estrangeiro, facilitado pela credibilidade e rentabilidade da economia açucareira.

¹⁶ Emboabas, da língua geral paulista, significava “pata peluda”, (comum à algumas aves) pois ao contrário dos paulistas, sempre descalços, os forasteiros, portugueses emigrados para a corrida do ouro, estavam sempre calçados com botas. No dicionário Houaiss é possível verificar um segundo sinônimo para emboabas, como a junção de palavras cujo significado de “fazer ferir, agredir” era usado para um epíteto coletivo “os que invadem, agridem”.

so planaltino, seja por sua elevada situação como acrópole nos campos de Piratinin-ga, estratégica na defesa de ataques, sobretudo dos tamoios¹⁷. O fato de nascer como Colégio, ao contrário de outros núcleos administrativos de povoamento, também foi um diferencial, embora essa fase tivesse vida breve. A rede de comunicação estabelecida pelo privilegiado acesso hidrográfico à diferentes regiões do planalto, como aqui tratado, teve aspectos facilitados pelas rotas e caminhos ancestrais que já haviam sido delineados pelos diferentes grupos que ali fizeram sua cartografia ajudando a expandir o território continental. Os impedimentos gerados pelos confrontos com os *emboabas* levariam à outras empreitadas bandeiristas, abrindo novos caminhos pelo sertão brasílico. Cuiabá fora fundada em 1719, inicialmente nomeada de São Gonçalo Velho. Em 1725, Anhanguera fundou o povoado da Barra e, pela grande quantidade de ouro lá extraído, o povoado foi elevado em 1750 à Vila, Vila Boa de Goiás. Nessa época a região pertencia à Capitania de São Paulo. Depois disso, foi desmembrada, criando-se a Capitania de Goiás.

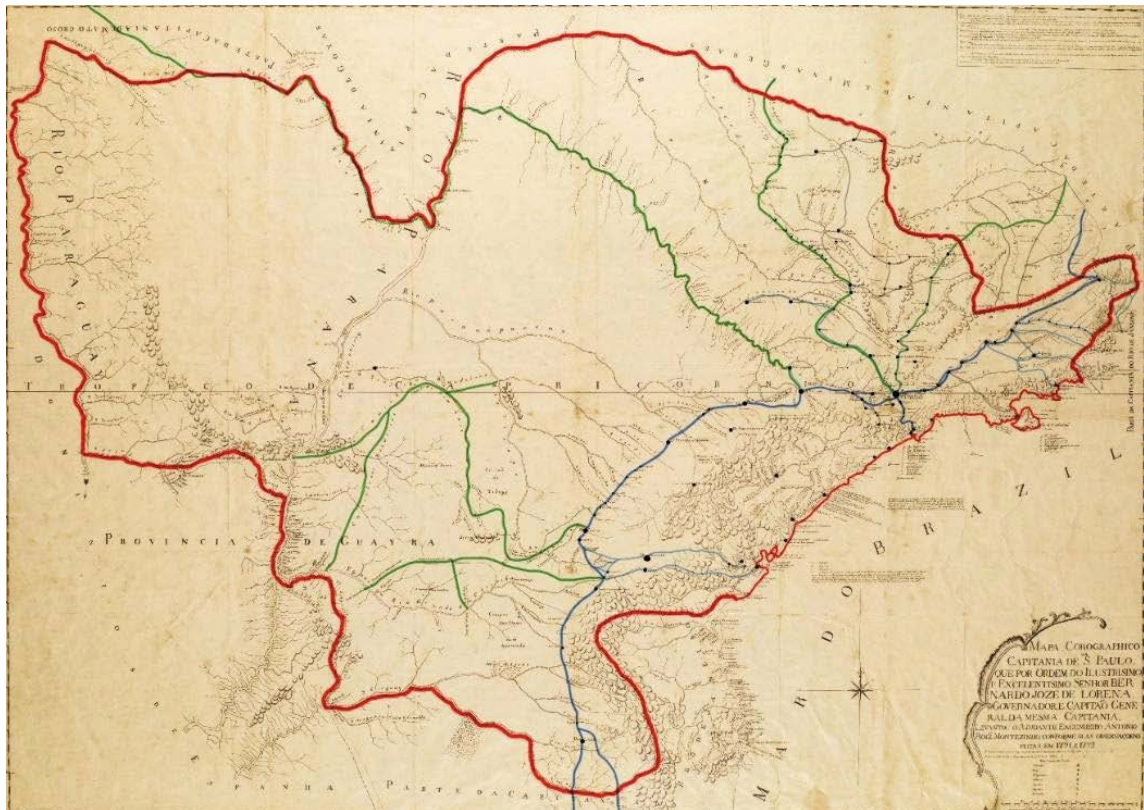
Além das riquezas promovidas pelas descobertas dos bandeirantes, terem beneficiado à Coroa e os próprios sertanistas, permitindo a concentração de poder e fortuna nas mãos de poucas famílias paulistas, em meados do século XVIII a diversificação das atividades econômicas com a criação do modelo de fazenda mista paulista, tornar-se-ia um modelo produtivo¹⁸ que além da Capitania Vicentina passaria a predominar a economia monetizada das Minas Gerais. Vale lembrar, que no final do Seiscentos, além de buscas sertanistas, desenvolveu-se a cultura produtora de trigo nas regiões rurais da vila de São Paulo, em fazendas, nas quais, tiveram origem os primeiros bairros de São Paulo. Essa particularidade é tratada por John Manuel Monteiro (1999), que descreve sua importância lembrando inclusive que figuras ilustres da paulistânia como Fernão Dias Paes dedicava-se a isso sem jamais ter abandonado as bandeiras em caminhos cada vez mais distantes, na segunda metade do seiscentismo

¹⁷ Também chamados tupinambás, compunham a nação indígena mais conhecida da costa brasileira. Formaram, entre alianças com vários grupos para oposição à escravização (Confederação dos Tamoios), acordos de pacto com os franceses contra os portugueses.

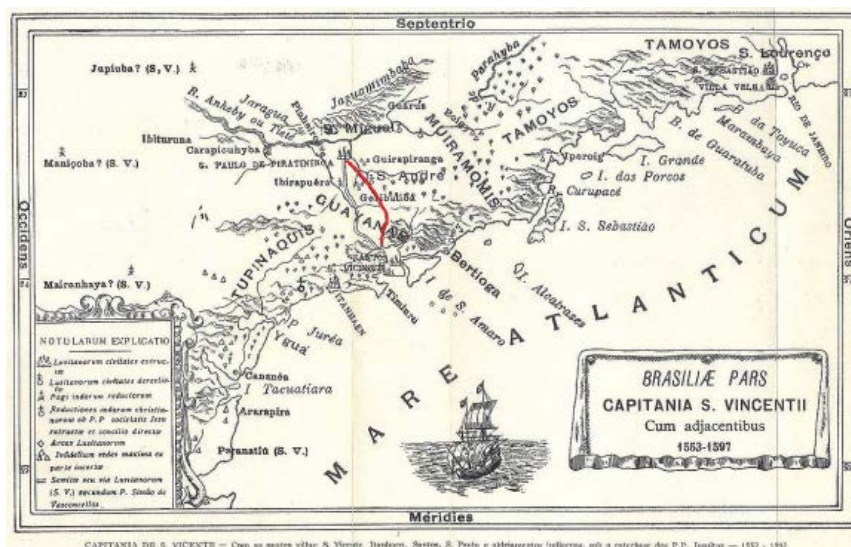
¹⁸ “Este é um momento decisivo para a história da fazenda mista, paulista ou mineira, exatamente quando, sob os auspícios da nova política colonialista encetada por Pombal, instala-se na colônia um novo padrão de colonização, no centro do qual a viga mestra é a fazenda mista e não o engenho açucareiro. Sua identidade é definida pela diversificação produtiva e não a monocultura, apesar do açúcar continuar a ser uma de suas principais produções, inclusive em São Paulo, onde a cultura da cana se revitaliza no final do século XVIII e retorna a expressões alcançadas nos meados dos quinhentos”. (Arruda, J.J., História (São Paulo), v.39, 2020, e2020022, ISSN 1980-4369)

“Grande parte da riqueza, poder e prestígio das principais famílias da São Paulo rural estava assentada nos bairros rurais que surgiram com a expansão da produção colonial. Em termos administrativos, o bairro, o bairro representava pouco mais que um mero apêndice rural da vila, com a finalidade de proporcionar uma estrutura organizativa capaz de atender algumas das necessidades coletivas de seus moradores. Assim, cada bairro tinha sua própria estrutura interna, sobretudo durante o Período Colonial, quando o mercado urbano permanecia pequeno e a dominação da cidade sobre o campo inexpressiva.” (Monteiro, 1999, p.190)

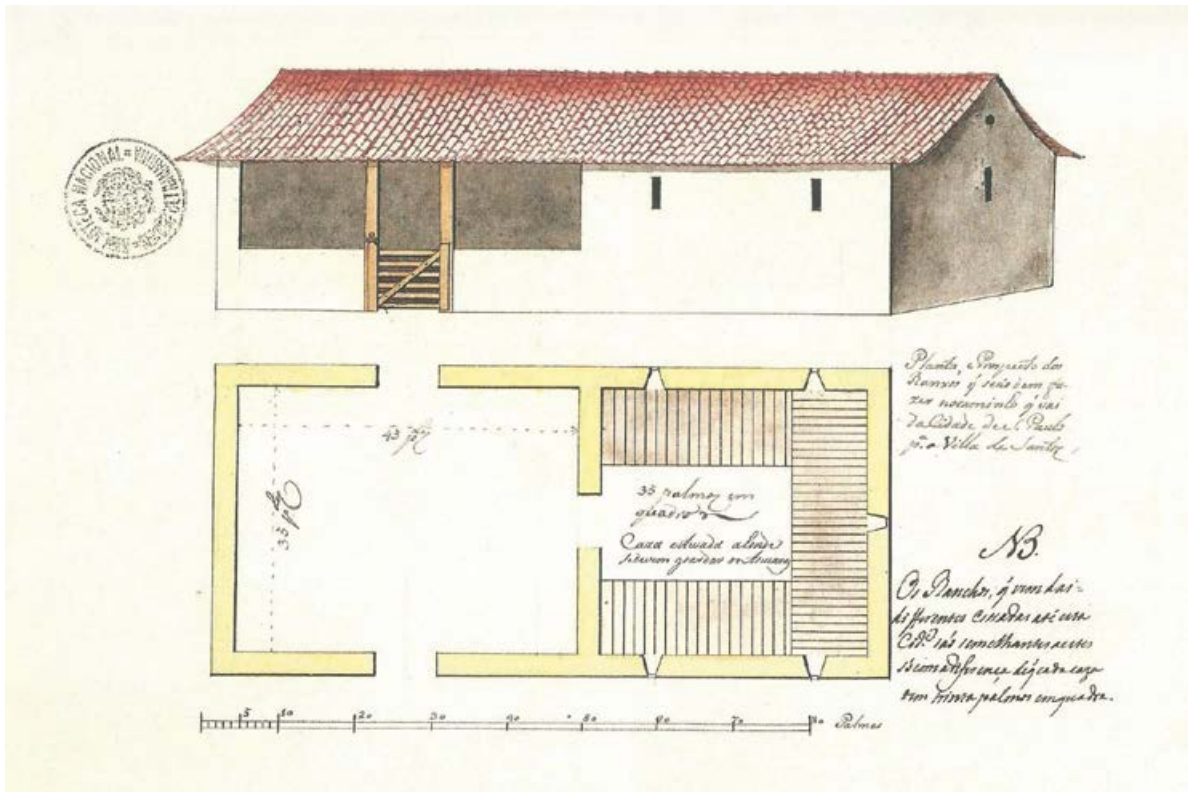
A diversificação econômica possível pela atividade produtiva agropastoril da fazenda mista, reedita, portanto, uma tradição paulista atendendo tanto às necessidades internas quanto para abastecimento do mercado: o que preparou empreendedores e mediadores envolvidos em múltiplas atividades no espaço rural e urbano, em suas atividades de proprietários de terras, de custeio de índios escravizados, de casas comerciais e intermediários no comércio dos produtos. A economia paulista e mineira em muito seriam beneficiadas, pois transformar-se-iam no Setecentos as principais atividades coloniais da Capitania de São Paulo - que alargaram fronteiras, produziram riquezas, dizimaram habitantes nativos em distantes pontos da América portuguesa, fundaram vilas - em empreendimentos de ocupação territorial produtiva, no espaço de fazendas. Durante longo período, acreditava-se que as atividades bandeiristas eram vantajosas para a administração da Coroa, ainda que, por explícita ambiguidade, estivessem sempre muito além de todos os limites mínimos de aprovação.



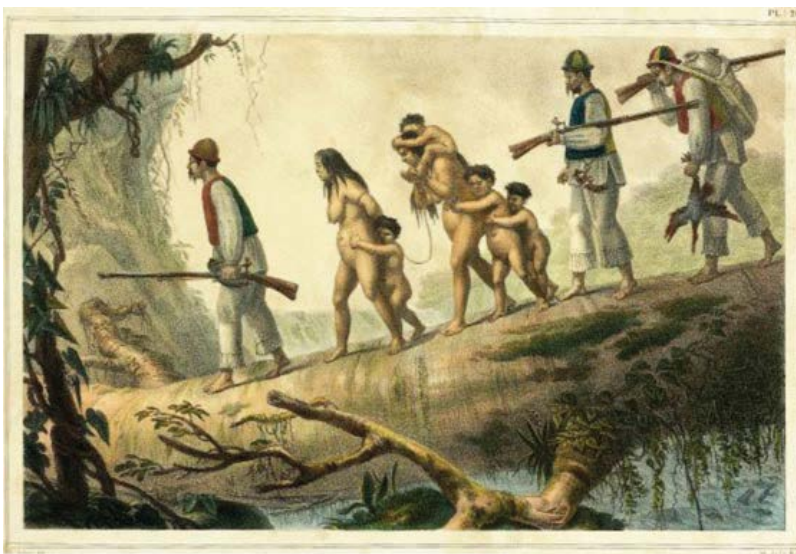
A. Mapa Corographico da Capitania de São Paulo. Por ordem do Governador Capitão Bernardo Jozé de Lorena em 1792



B. Mapa da Capitania de São Vicente e Adjacências - 1553-1597 com destaque para a trilha Tupiniquin entre São Vicente e São Paulo de Piratininga.



1. "Planta e prospecto dos ranchos que se hão de fazer no caminho que vai da cidade de São Paulo para a vila de Santos" (Século XVIII). (Arruda, 2000; 43).



2. Soldados-índios aprisionam mulheres e crianças tribalizadas da região de Curitiba. Litografia de Jean-Baptiste Debret, 1835. Domínio público, Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Capítulo 2

Vida social e religiosa:
irmandades, ordens terceiras, espaços
e mulheres na cidade mestiça

As ordens terceiras foram elemento de distinção evidente na vida social da colonização portuguesa e espanhola. Como associações de leigos católicos vinculadas às tradicionais ordens dos franciscanos, carmelitas e dominicanos, estiveram presentes reunindo-se sempre em torno da devoção de seu Santo Padroeiro, tendo sido expressivas na América Portuguesa por meio do ideal missionário que acompanhava as ordens religiosas na colonização.

Em São Paulo, diante de suas funções religioso-catequéticas, as ordens terceiras agregavam a população branca, enquanto os mestiços eram educados com outras formas associativas, pois uma das regras para o pertencimento às ordens era a “pureza” de sangue e de linhagem familiar. Houve mudanças após a legislação pomбалina de 1773, que eliminou as cláusulas de pureza de sangue do ingresso àqueles ofícios, dignidades e postos, rigor de certo modo de difícil exercício na Colônia. Os privilégios espirituais concedidos pela Igreja aos religiosos mendicantes, e extensivos às ordens terceiras por meio de diferentes bulas e constituições apostólicas, constituíam fatores entre as justificativas à adesão de fiéis de ambos os sexos às referidas associações.

Mesmo filiados à diversas outras irmandades leigas ao longo da vida, no momento crucial de elaboração do testamento e da escolha do local da sepultura, seus integrantes acabavam preferindo o sepultamento na capela da ordem terceira, utilizando o hábito dos religiosos ou da própria Ordem Primeira. Em São Paulo, as Ordens terceiras, conhecidas por Veneráveis Ordem Terceira de São Francisco e Ordem de N. Sra. do Carmo, davam mostra de sua superioridade, inclusive por meio da arquitetura, já que possuíam Igrejas próprias que ficavam contíguas às dos religiosos, apresentando-se em diversas localidades, além de São Paulo, sempre aos pares.

Nessa escala hierárquica e ocupando um grau abaixo das ordens, as irmandades e confrarias também representaram uniões numerosas de grupos, no Império, mas sobretudo no período colonial. Em São Paulo, mesmo e talvez pelo seu anticlericalismo jesuítico e reduzido número de membros eclesiásticos, as entidades leigas tornaram-se uma forma associativa de prestígio e importância sócio-religiosa. Sem a qualidade ilustre das ordens terceiras, as irmandades foram numerosas em toda colônia tendo desempenhado papel de destaque na sociedade paulistana, como indicam os estudos históricos de Augustin Wernet (1987). Sabe-se, portanto, que em áreas rurais nos arredores da acrópole, existiram capelas e igrejas pertencentes à

diversas irmandades e confrarias. Foram registradas na Comarca Eclesiástica de São Paulo, do final do Setecentos ao final do Oitocentos quarenta e seis irmandades e confrarias, com a iconografia devocional, na qual se destacavam: as Irmandades do Santíssimo Sacramento de um lado e as de N. Sra. do Rosário, de outro. Segundo as caixas do Arquivo do Estado de São Paulo as irmandades criadas no Oitocentos estavam divididas em: onze do Santíssimo Sacramento; doze de N. Sra do Rosário (duas de homens brancos e três para homens pretos e outras sete sem distinção) e três Ordens Terceiras. Em São Paulo as Irmandades tinham a seguinte preferência: Irmandade da Misericórdia, Irmandade de São Benedito; Irmandade de São Pedro; Irmandade de N.Sra do Remédio; Irmandade de N.Sra da Dores; Irmandade de N.Sra da Conceição; Irmandade de São Gonçalo; Irmandade de N.Sra da Boa Morte; Irmandade de São Francisco e Irmandade de Santa Efigênia e de Santo Elesbão.

Um dos modelos para as irmandades religiosas teve inspiração nas associações de artífices¹⁹ entre os séculos XVI e XVII em Portugal e Espanha. Carpinteiros, serralheiros, pintores, sapateiros, sendo que, ao menos em Portugal, cada associação possuía um santo protetor. E algumas distinções entre associações profissionais e religiosas às vezes se mesclavam. Caso citado por Scarano (1976, p.25) de associações de Lisboa, como a irmandade do Santo Homem bom do ofício dos alfaiates, ou do Senhor Jesus dos pescadores e, até então, São José dos pedreiros. Mas, ainda segundo a autora, no caso brasileiro e porque, não, paulistano, parecem mais próximas do modelo da confraria medieval religiosa, cuja finalidade era, sobretudo caritativa, o que estava implícito no estatuto das associações.²⁰

A estrutura das irmandades e confrarias de pretos e pardos compreendia um estatuto aprovado pelas autoridades eclesiásticas, devendo ser seguido pelos membros, que prestavam juramento. Os dirigentes eleitos formavam uma mesa com Juiz, Procurador, Escrivão e Tesoureiro. Para outras funções não administrativas, como de Rei e Rainha e na organização das festividades, por exemplo, também havia a escolha simples para a participação dos integrantes, e uma prévia avaliação da vida e “índole”

¹⁹ No Brasil foram abolidas pela Constituição de 1824, que passou a ordenar os princípios do trabalho, conforme seu Artigo XXV: “Ficam abolidas as Corporações de Offícios, seus Juizes, Escrivães, e Mestres”.

²⁰ No caso das finalidades de auxílio, existiam ações caritativas em algumas confrarias, mas as Irmandades de Misericórdia, que fundaram e mantiveram (e mantém) hospitais em todo o Brasil, se tornaram indispensáveis à população, pela natureza da atividade filantrópica e pela completa falta de assistência médica que marcou a vida colonial. O caráter oficial das ações das Santas Casas era previsto pelo compromisso firmado em estatuto, com a composição de integrantes da elite em Vilas e Cidades, fazendo com que as associações tivessem atuação e peso político em muitas regiões. Franco, R. J. *O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*.

dos candidatos à pertença na irmandade, numa demonstração rigorosa da restrição, seleção e avaliação de seus integrantes.²¹

Da cidade nascida do terreiro dos jesuítas, as igrejas, capelas e conventos eram, depois das ruas, espaços privilegiados de encontros e atividades, embora as devoções particulares fossem providas dentro das casas com pequenos ritos de novenas e rezas, num costume voltado às imagens, oratórios e rosários. Aliás, as devoções particulares parecem ter tido mais força pela simples fé, do que pela ordenação inteligente da doutrina católica.

A igreja como espaço do sagrado para as práticas comunitárias constituía a expressão máxima da vida, do além-morte e para a ressurreição. E materialmente, com seus edifícios espalhados por todas as cidades tinham o imperativo de seus sentidos lembrados diariamente e marcando o cotidiano da existência coletiva, com o reverberar de seus sinos no alto das torres, dominando de forma indiscutível a paisagem.

A obediência era uma atitude para todos diante da Igreja e dos Santos. Aluísio Almeida (apud Moura, 1999; p.45) completa lembrando “que ouvia-se falar de hereges de outras terras com horror. Herege era um xingamento que devia ecoar desde os interditos da inquisição. E, era comum dizer a expressão aos que quebravam os protocolos das práticas religiosas – *Mecê está ficando meio herege!*”

Essas orações, portanto, eram muito mais do que preces ao adormecer, práticas dos Conventos ou inspiração para a existência. As orações movimentavam uma verdadeira economia voltada às festas, procissões e aos cultos domésticos²². O calendário oficial de comemoração aos Padroeiros era vasto e havia comemorações para todos. De Portugal vinham os folhetos com as orações apropriadas a cada Santo. E todo dia havia um Santo cujas virtudes se deveria homenagear e para as quais pedir e glorificar.

²¹ Em livros de registros de entrada e saída de irmãos das associações pesquisadas na Cúria Metropolitana, é perceptível o grande número de mulheres integrantes, restando saber se havia alguma restrição aos cargos da Mesa. Na Irmandade de São Benedito da Igreja de São Francisco da Penitência em São Paulo, há listas separadas com os nomes de irmãos numa, irmãs em outra e ainda com a distinção de cativos e cativas.

²² Até a última década do Oitocentos era possível ler no Correio Paulistano de 1890 a chamada em retângulo com aproximadamente 10cmx5cm o título: Rendas e abaixo: Rendas de linho (..); rendas de ouro; de prata de todas as larguras, franjas, lantejoulas de todos os tamanhos(..) desenhos em papel para bordar (..) laços de fita para a primeira comunhão; filó branco lizo; crepe preto para luto; cetins de cores; arcas para caixões, simples e ricas; grinaldas para anjos; palmas; festões; sortimento completo de tudo quanto é preciso á Igreja; paramentos de todas as cores, ricos e simples; bandeiras do Divino Espirito Santo; pombinhas de todos os tamanhos; bandeiras para mastros de invocação; opas para irmandades e emblemas para as mesmas (...) Dispondo nossa casa de um lindo e completo sortimento de todos os objectos precisos ao culto Divino, oferece grande vantagem ao clero e aos demais fieis. Pedimos ao clero que não confunda nossa casa com a da rua de S.Bento. Nossa casa é no Largo da Sé n.13-B. Ferrete & Comp. Sucessores de Fagundes . S.Paulo.

Do comércio mascate em fins dos setecentos, era obrigatório, entre os muitos objetos, fornecer “livrinhos” de Santos com suas orações, tanto nos sítios, como nas vilas e freguesias do planalto, como conta Padre Castanho ou Aluísio Almeida (que são o mesmo): “As procissões, como em todos os países latinos, foram muito frequentes, inclusive na roça. Todos os primeiros domingos do mês, na cidade, nas vilas e até nos bairros, saíam as procissões do rosário ou do terço.” (Idem; p.47)

Mas a questão da frequência às procissões chegou a ser obrigatória e regulamentada na São Paulo seiscentista para comparecimento em ao menos três, sendo oficiais – a procissão do Corpo de Deus (Semana Santa), a dois de julho, em honra à visitação de N. Sra. e no terceiro domingo do mês de julho, por comemoração do anjo da guarda (Bruno, 1954; p. 368).

Mas as procissões ocorriam muito além das datas oficiais, pois eram como “préstitos profano religiosos” (Bruno; 1954) e como uns entre pouquíssimos divertimentos coletivos. Estavam ligadas às antigas “mascaradas”, comuns em todo Brasil Colonial. Segundo Bruno, as “mascaradas” não eram livremente permitidas, mas não eram proibidas. A permissão parecia estar ligada às decisões transitórias, as vezes sim ou não. Comentando o memorialista Afonso de Freitas ao associar a diversidade de procissões aos eventos e divertimentos das mascaradas, lembra que eram nessas ocasiões que índios e mamelucos faziam suas festas, muitas dessas combatidas pelas autoridades municipais. No documento da Câmara de 1623 aparece:

“O gentio desta Vila fazem baile de noite e de dia, e percoanto nos ditos bailes socedia muitos pecados mortais e ensulencias, contra o serviço de Deus e de sua Majestade e contra bem comum”. (Atas da Câmara da Vila de São Paulo, apud Bruno, 1954, p. 201;)

Mas o possível perigo nesses eventos estaria na fuga ou nos confrontos. A participação dos brancos nessas festas dos pobres era proibida e passível de punição. De certo que no início do século XIX muito já havia se transformado na vida religiosa e na forma das suas festividades seja pelos pardos, negros ou brancos. Mas as Igrejas, os conventos e os cemitérios mantiveram enorme prestígio e, por isso, apresentavam casos polêmicos (Bruno, 1954, p.372) ilustrando como os territórios sagrados eram tratados acima dos homens. Os criminosos, como exemplo, se adentrassem no adro ou portada da Igreja não poderiam lá ser presos. Isso parecia ser muito respeitado.

Mas o caráter sagrado das Igrejas também se dava pelo seu duplo papel, de cuidar da alma dos vivos e de abrigar o sepultamento dos mortos. Nos mosteiros ou nas capelas

das ordens terceiras estavam destinados os jazigos para as pessoas de posses da cidade. Pertencer à alguma irmandade garantia, algum amparo na doença e por sua vez, também um sepultamento digno em solo sagrado como era habitual no porão das Igrejas ou em campo santo contíguo. Terrível era ser sepultado no Cemitério que existia nas proximidades da Capela dos Aflitos, no caminho para Santo Amaro²³. Na ermida dava-se a última parada do cortejo para oração antes do enterro. Citando Afonso de Freitas, Barros Ferreira (1971; 133) lembra que para ali eram levados os cadáveres dos supliciados, dos pobres e sem nenhum vínculo com irmandade religiosa. O Cemitério dos Aflitos, ao fundo da Capela, era dos mais tristes e pobres, pois segundo os memorialistas, de um lado estava instalada a Santa Casa de Misericórdia e do outro ficava o morro da força.²⁴

Muito mais do que costumes, no entanto, o urbano e sua face intrínseca, religiosa, também deve muito ao tipo de poder aqui configurado, um, entre outros desdobramentos da expansão ultramarina, no caso brasileiro, ligado à Portugal. A maneira como o Estado Ibérico vinculava-se à Igreja permitiu que a formulação de legislação específica não mantivesse em separado, as duas instituições. “As normas da Igreja, por toda a parte em suas colônias, foram seguidas mais fielmente que as do Estado. O resultado desenhou outra maneira, muito distinta, a cidade que promoveu entre nós.” (Marx, 2003; p. 20). Ainda segundo o autor, a união da “Coroa com a Mitra” tão evidente nos costumes, deixou marcas profundas desde os menores povoados até as vilas maiores e sobretudo nos espaços públicos. Nada pode ser, no âmbito civil, tão normativo, no tempo da Colônia, mas também do Império, como as “*Constituições primeyras do arcebispado da Bahia*”. Sua duração e força dos cânones explicaria as paisagens, seus destaques, a produção e repetição dos elementos construídos.

Templos, irmandades e confrarias – da cor da pele

Os grupos sociais no Brasil Colônia, estiveram distribuídos em irmandades e confrarias diferentes, como referido, inclusive segundo as distinções da cor da pele, o que era habitual na busca pelo convívio entre iguais e a afirmação da hierarquia social pela

²³ Hoje, Avenida Liberdade.

²⁴ O primeiro cemitério laico, embora pertencesse à Cúria, funcionou até o ano de 1858, quando foi inaugurado o Cemitério da Consolação. Depois disso, todos os despojos foram retirados e o terreno foi colocado à venda e loteado para edifícios comerciais e habitações, algumas das quais mantidas até a atualidade.

origem étnica, justificável também pela condição escravizada do africano²⁵. Em Portugal as confrarias eram demográfica e juridicamente específicas, segundo “mistas, de pretos, de nação ou de casta” (Lahon, 2012). Em Portugal, foram nas últimas décadas do século XVI e com base num ideal fraterno ecumênico que surgem os devotos à Virgem do Rosário²⁶, embora estivesse presente na iconografia católica desde o final do século XV em Portugal, como aponta Lucilene Reginaldo (2005, p.54), em virtude da epidemia de cólera que devastou Lisboa e dos cultos de devoção para a cura que se praticaram; dando origem à Capela entre muitos templos que depois viriam a ser construídos. Em Lisboa, segundo Lahon (2012) a Confraria do Rosário do Mosteiro de São Domingos como instituição matriz, inspirou todas demais e teria inclusive influenciado as do Brasil. Ao que indica João José Reis (1998) também as irmandades religiosas na Bahia reproduziam os cultos e as festividades das congêneres europeias. Mas nessas, tinham destaque a procedência africana, cujos interesses eram dados por distintas “nações”. “Além da Irmandade de N. Sra. do Rosário e Conceição da Praia, outras foram criadas e administradas por angolas e crioulos da terra”. (ibidem, p.102). Das irmandades e confrarias de homens pretos, a de Nossa Senhora do Rosário, portanto, foi a que se consagrou e se popularizou entre os africanos e crioulos, como eram tratados os nascidos no Brasil, principiando assim, como modelo religioso e na organização sociocultural dos grupos. Com documentos produzidos desde o início da colonização, no século XVI, a Irmandade do Rosário criada em Olinda foi a primeira, tendo erigido seu templo no bairro de Bonsucesso, em 1627. Todas as demais que teriam sido instituídas no século XVII, tiveram no Brasil essa primazia e como símbolo, o Rosário de contas, instrumento criado contra os heréticos albigenses²⁷.

²⁵ A Coroa quase nunca interferiu a favor dos escravizados, como lembra Didier Lahon (2012; p.53-83) e, ao contrário, sempre criou regras e maneiras de vigilância social. Era tradição na península ibérica, o veto aos negros nas posições burocráticas que eram destinadas aos brancos. A exceção ficava por conta das Irmandades que entre o século XV e XVIII (1761) foram criadas, entre uma população estimada em 800 mil africanos que aportaram em Lisboa. A distinção de poderes entre brancos e negros, autorizadas pelo Poder real durante o século XVI parece ter sido motivação para que as Confrarias passassem a existir de forma específica e para públicos distintos, a princípio em Portugal.

²⁶ Independente do estatuto econômico ou condição social e fenótipo, a Confraria estava aberta a todos. Criada por São Domingos em sua cruzada contra os heréticos.

²⁷ (150 orações ave-maria, 3 orações Glória ao Pai, 6 orações Pai-Nosso) e que se popularizou como o Terço (que é a terça parte do Rosário de 150 orações Ave-maria). As narrativas envolvendo as origens do rosário recorrentemente atribuem a São Domingos de Gusmão o papel de receptor da mensagem da Virgem Maria em forma de oração. Os papas exortam o que a tradição reconhece: Maria pessoalmente ensinou São Domingos a rezar o rosário, presenteando-lhe com o instrumento para tal oração. O episódio ocorreu no início do século XIII, quando o então cônego Domingos de Gusmão travou uma intensa batalha contra as investidas hereges que assolavam a Europa desde meados do século XII. Com o apoio do papa Inocêncio III, Domingos de Gusmão trabalhou pela evangelização e conversão dos territórios europeus onde as heresias ganhavam adeptos. Na região de Albi, sul da França, crescia rapidamente o

Há, portanto na origem da história das confrarias religiosas em Portugal, a mesma tensão entre o poder civilizatório do catolicismo em expansão, que está integrado à Coroa e, um universo negro cujas crenças exprimem modos simbólicos desconhecidos e mesmo sendo familiares pelas relações existentes entre Portugal e os reinos africanos, sempre foram tratados como pagãos dependentes de conversão. Ainda que com diferenças, essas características de autonomia às irmandades de Portugal, aqui também foram disseminadas e reforçadas pelas ordens primeiras autorizadas a acompanhar o projeto colonial em terras brasileiras: Franciscanos, Carmelitas, Dominicanos, Beneditinos, além, dos Jesuítas, cujo desempenho na socialização com os nativos foi de fundamental relevância ao projeto colonial, sendo responsáveis em recriminar a violência contra os índios escravizados. Era papel dos inicianos, portanto, constituir na América um projeto de evangelização com territórios educativos - as missões - que se notabilizaram na atual região do Paraguai.

No período colonial, para integrar uma irmandade, também era importante a identificação com o santo ou santa padroeira, o que permitia a ligação a mais de uma irmandade. Santos protetores de cativos, santas e santos “etíopes” ou pardos recebiam preferências. O caso da popularidade da Virgem do Rosário e sua prevalência entre as irmandades em todo Brasil esteve associada, primeiro com a liturgia da invocação original para a liberdade de cristãos cativos pelo império otomano, e ainda, ao colar de contas e às interpretações desse objeto feitas pelas culturas africanas e, em especial a importância de certos objetos materiais, entre os bantos²⁸, adotados em suas práticas mágico-religiosas. Em São Paulo, a irmandade teve grande expressão associada às atividades urbanas existentes nas proximidades da Igreja, favorecidas posteriormente pelo posicionamento de seu templo na freguesia expandida da Sé. Do grupo de homens escravizados que chegaram no início do século XVIII, para as atividades de mineração do Jaraguá, como lembra Barros Ferreira (1971, p.37) ao menos 500 indivíduos ficaram na Vila, que tornar-se-ia cidade em 1711. Aquele local, que viria a ser o Largo da Igreja do Rosário, muitas décadas depois, era uma área ainda pouco valorizada quando foi concedida pela Câmara, distante, portanto, das ruas habitadas, que estavam mais próximas ao Pátio do Colégio. A irmandade, já se reunia e frequentava outras Igrejas com altares laterais como

número de cátaros (ou albigenses), considerados os mais perigosos dos hereges por negarem os dogmas da maternidade divina de Maria, da encarnação do Filho de Deus e desprezarem os sacramentos e o culto católicos (Frei C. Berri Revista "Mensageiro do Santo Rosário" - MSR 1953)

²⁸ Os estudos brasileiros sobre as diferentes culturas africanas e seus grupos sociais de origem no Brasil escravista permitiram identificações de povos e suas produções sincréticas religiosas na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, como assinalado por diversos autores, entre Roger Bastide (1973).

a Igreja de Santo Antônio e de São Francisco, quando a permissão se oficializou. A Igreja foi construída entre 1723 e 1725, também pelos esforços de Domingos de Melo Tavares que conseguiu donativos para a causa. Com o passar do tempo, diversos imóveis no entorno foram edificados, reunindo africanos e crioulos, cativos, forros e libertos que viviam e trabalhavam naquelas imediações, possuindo fortes sentidos comunitários. (Bertin, 2010, vol.23)

Assim como existiam irmandades exclusivas para pessoas brancas, existiam para pessoas livres ou escravizadas, pretos e, também, pardos. As Irmandades de homens pardos (Viana, 2007) teriam recebido ensejo já nos Sermões do Padre Vieira no século XVII e proeminência nos discursos coloniais do século XVIII, quando a questão da mestiçagem emergia no desdobramento das justificativas sobre “pureza e impureza” de sangue, moralmente condenada em Portugal. No Brasil, como veríamos, a mestiçagem ganharia diferentes e novos contornos nesse período, no pós-abolição e no período Republicano. No início, a N. Sra de Guadalupe surgiu como inspiração para Irmandades de pardos no Recife e Bahia, seguindo a tradição espanhola que se consolidou no México. Havia uma ideia difundida inclusive pelo Padre Vieira de que os Santos ou a Virgem poderiam atender as três cores, mas que os pardos, pela norma do “*parturs sequitur ventrem*”²⁹ deveriam seguir a mãe, sendo desejável, no entanto, que seguissem aos brancos, pois a preferência devia ser sempre pela parte julgada superior, “ainda que a cor parda se componha igualmente da preta e da branca, se devia agregar, como digo, à branca e não à preta” (Idem, p.109).

A busca de um Santo pardo encontra sua realização no Brasil, com a vinda de uma imagem do beato Gonçalo Garcia trazido ao Recife em 1745, que se popularizou já como santo, mas tendo sido canonizado apenas em 1862, o que justifica o fato da Igreja de São Paulo ter recebido o nome associado - quando ainda era uma Capela, no século XVIII - de N. Sra da Conceição e São Gonçalo. Após a construção da Capela de S. Gonçalo, cuja provisão foi dada em 1756, a região começa a incorporar-se à cidade. Em 1783 resolve-se erguer a Casa de Câmara e Cadeia, no Largo. Fato pouco comum às tradições das povoações luso-brasileiras, uma vez que a região não era central e o pelourinho não havia sido colocado ali, defronte ao paço, como de hábito. Foi instalado no antigo Largo do Pelourinho. As redondezas do futuro largo de São Gonçalo permaneceram por séculos distantes da pequena área urbanizada de São Paulo, só sendo a ela incorporada no século XVIII, quando a Capela da irmandade de homens pardos de N. Sra da Conceição e São Gonçalo, que frequentava um altar lateral da Igreja de Santo Antônio, foi construída em 1757, no lado sul da Sé, na saída para Santo Amaro, atual Rua Dr. Rodrigo Silva. Em fins do sete-

²⁹ “Os filhos seguem a mãe”, tradução livre.

centismo, decidiram os vereadores paulistanos transformar o Largo de São Gonçalo, com a implantação da Casa da Vereança entre as duas Igrejas, de “homens pretos e de homens pardos”. A Igreja de Nossa Senhora do Remédio, que ocupava a parte esquerda do Largo de São Gonçalo, na saída leste da Sé, tinha uma Confraria de N. Sra do Remédio, a qual nutria a fé advinda da Ordem Hospitalar da Santíssima Trindade, fundada no século XIII em Portugal, cujo objetivo era resgatar os cristãos cativos no Oriente. Tem em sua liturgia a invocação da Virgem Maria, para auxílio contra a escravidão, que teria sido concedido aos franceses da Ordem de São João da Mata e São Felix de Valois, graça essa que veio em forma de uma bolsa de moedas para a solução do problema: a compra da liberdade. Desde então a Virgem ganhou o título de Nossa Senhora dos Remédios, tornando-se a padroeira destas, entre outras causas. O edifício teria sido construído em 1727, com fachada toda revestida por azulejos pintados vindos de Portugal, tendo sua Confraria sido integrada por muitos cativos e forros, que tiveram muita expressão política na abolição, sendo inclusive local de reunião do movimento dos Caifazes.³⁰ Nos livros de Registro consultados, vê-se um primoroso cuidado na escrita e na apresentação.

Segundo Scarano (1976,p.30) geralmente cabia à mais nobre de todas as Irmandades - a do Santíssimo Sacramento, a construção da primeira Igreja ou Capela de uma vila ou arraial. Na arquitetura do poder, o altar principal, central, ficava sob a responsabilidade das principais irmandades de brancos, integradas pela elite. A Ordem Terceira do Carmo e a Ordem de São Francisco geralmente secundavam a importância religiosa local. Nessas Igrejas de brancos, as irmandades de pretos e pardos ocupavam-se com os altares laterais em exercícios devocionais, mas quase sempre alimentando o objetivo maior de conseguirem recursos e a autorização do Bispo para a construção de igrejas próprias (Reis,1991, p.61). Até porque, estar ligado a mais de uma Irmandade era comum, como atestaram documentos pos-mortem a propósito de inventários em que se identificaram heranças deixadas às associações³¹.

Com receio de ofender os Santos com a preferência de apenas um, se criavam ligações às outras irmandades, sobretudo as mulheres, que se distribuía numa verdadeira

³⁰ A Confraria de N. Sra. do Remédio, foi a primeira a imprimir seu estatuto, visto que possuía um setor gráfico, posteriormente responsável em editar o Jornal abolicionista *A Redempção*. O movimento abolicionista dos Caifazes, foi liderado em São Paulo por Luís Gama e, após sua morte pelo jurista Antônio Bento de Souza e Castro.

³¹ Nesse caso, em especial, vale citar a pesquisa de Maria Luiza Ferreira de Oliveira, *Entre a casa e o arruazém*, cujas fontes para estabelecer as relações que acompanham o início da urbanização, foram os 393 inventários de segmentos médios da população em dois períodos de urbanização da cidade: entre 1872 e 1882 e o segundo, de 1894 a 1901.

economia da devoção. São Benedito, Santa Efigênia, Santo Antônio de Categeró, Santo Elesbão, São Gonçalo Garcia, por serem mouros ou africanos eram os primeiros Santos de devoção das Confrarias, sempre seguidos pelas formas de Jesus - Bom Jesus dos Aflitos, dos Martírios, entre outros, e da Virgem Maria, como Nossa Senhora da Boa Morte, da Conceição, dos Remédios, entre outras. (Scarano, 1976, p.38)

Seguindo a importância social e religiosa das Igrejas originalmente construídas por Irmandades de “homens pretos e homens pardos” em São Paulo, no século XVIII, tivemos também a Igreja de N. Sra da Conceição e Santa Efigênia³², uma das mais antigas igrejas e a primeira depois do Vale do Anhangabaú. Em 1720 já existia uma capela no local dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Em 1794, foi demolida a antiga ermida e construído um novo templo para servir de sede e matriz paroquial. A primeira missa no novo templo foi celebrada em janeiro de 1795, mas a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia, atualmente referida como Igreja de Santa Efigênia, foi inaugurada em 21 de abril de 1809. É dessa mesma época o compromisso concedido por D. João VI, para existência da Irmandade para homens pretos e sem distinção, sob os padroeiros de Santa Efigênia e Santo Elesbão, sendo igualmente responsável pela anterior edificação da Igreja.

Outra Igreja erigida pelos “homens pardos” em São Paulo, pertencente à Irmandade da Virgem Imaculada Conceição, foi a Igreja da Boa Morte. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte se formou em 1728 e já frequentava a Igreja do Convento do Carmo. Pelos esforços da Irmandade, que tinha por princípio admitir sem distinções pessoas de todas as classes sociais, adquiriu de Joaquim de Sousa Ferreira um terreno na Rua do Carmo, onde construiu a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, inaugurada em 1810.

As diferenças entre homens cativos, forros ou livres nunca foi exigida nos estatutos, embora a cor fosse exigência para algumas irmandades e confrarias e as etnias fossem limitadoras, visto que havia preferência por africanos na contrapartida de negros nascidos no Brasil, numa distinção que em Salvador parece ter sido proeminente

³² *Santa Ifigênia* ou *Santa Efigênia*, como também é conhecida, foi responsável pela difusão do cristianismo em Núbia, nordeste da África e pelo modelo de virtude e santidade. Foi imolada por sua fé e passou a ser idolatrada também por sua cor. Como religiosa é Santa das freiras carmelitanas e sua data festiva ocorre no dia 21 de setembro. Elesbão foi um rei da Abissínia, atual Etiópia, contemporâneo do imperador romano Justiniano, estimado por todos os súditos, tendo transformado seu reino em fonte de propagação da fé cristã. Abdicou em favor do filho e distribuiu sua riqueza aos pobres. No Brasil, a devoção ao Santo Elesbão, foi muito difundida entre os negros e escravizados. Sua festa é celebrada em todo o mundo cristão, do Ocidente e do Oriente, no dia 27 de outubro, o dia de sua morte.

“Ao contrário da mais resistente divisão baseada na cor da pele (branco/preto/pardo) o particularismo étnico entre os pretos foi paulatinamente declinando, não sem dificuldades e ajustes. Em 1770, os irmãos de São Benedito do Convento de São Francisco declararam abolidos os privilégios étnicos, ao definirem que “crioulos, angolas e toda a mais qualidade de pretos” podiam dirigir a sociedade. Os critérios passavam a ser, além da negritude, “o serviço e a antiguidade que cada um tiver na Irmandade”. Atitudes como essa dos devotos de São Benedito não se difundiram senão muito tempo depois. (Reis, 1991:p.69)

Menos citadas e reconhecidas do que outras irmandades de pretos e pardos da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, as Irmandades em diferentes regiões de São Paulo, além da Capital, foram muito expressivas e deixaram suas marcas religiosas em Capelas e Igrejas em Santos, no Vale do Paraíba, na região de Campinas e no Vale do Ribeira. Na Cidade de São Paulo, além das três de “homens pretos” que tiveram templo próprio, entre a Freguesia da Sé e Santa Efigênia, outras ainda que distantes erigiram templos como em Penha de França, Guarulhos, Embu, Itu, Santos, entre irmandades de São Benedito ainda ativas em municípios paulistas. Entre outras Igrejas originalmente custeadas por irmandades de “homens pardos”, além de atividades sociais e de educação coletiva que eram desenvolvidas, com essa forma associativa criava-se a segurança garantida na doença e na morte, integrando um conjunto de iniciativas que dignificavam tais existências, de trabalhadores e trabalhadoras incontestes, protagonistas de afazeres e serviços a ganho ou artesanais, quase com exclusividade até as últimas décadas do século XIX, quando pela chegada dos imigrantes, foi instaurada grande competição por moradia e trabalho, tanto nas fazendas quanto nas cidades, além da Capital.

Com a mudança da Capital de Salvador para o Rio de Janeiro há um deslocamento da importância político-administrativa do norte/nordeste para a região sudeste, condição inclusive para a permanência da Corte portuguesa no Brasil. O aumento da atividade agrícola e um remanejamento de cativos para São Paulo e Rio de Janeiro reforçaria a concentração da vida nos núcleos urbanos. O adensamento das irmandades e confrarias de pretos e pardos teria impacto político e contribuiria inclusive no movimento abolicionista, como citado no caso da Igreja e Confraria dos Remédios, em cujas instalações se reuniram, até a demolição no início da década de 1940, grupos de discussões, liga operária e atividades escolares e de alfabetização.

As irmandades estiveram tradicionalmente ligadas a todas as manifestações religiosas de grande parte da população, tendo sido sempre independentes da hierarquia católica por força do Padroado, embora contassem com o clero secular para determi-

nados ofícios religiosos e para os quais também deviam certa obediência, submetendo regularmente a prestação de contas, o livro de atas e o registro de todas as assembleias realizadas e seus conteúdos discutidos³³.

Os habitantes mais numerosos

Muitos conflitos se deram entre jesuítas e habitantes no período colonial. Para os paulistas, cuja atividade principal e mais lucrativa no Seiscentos era a caça aos índios no sertão, as leis que confiavam aos jesuítas o monopólio das entradas para o interior das terras à procura de índios, estavam repletas de oposições. As leis de 1595 e 1596 designaram os jesuítas detentores de resolução dos conflitos civis e políticos. Com Diogo Botelho, Governador que tomou o partido dos colonos em 1602 – recrudescer a oposição aos jesuítas. As tensões ocorreriam a partir de 1611 até 1640, quando ocorre a expulsão, de todo o território paulista.

A guerra dos sete povos ou guerras guaraníticas a partir do Tratado de Madrid de 1750, envolve as tribos guarani que habitavam aproximadamente trinta vilas missionárias, contra as tropas. Os espanhóis e portugueses, contando com melhores condições, venceram os índios e jesuítas no conflito entre 1754 e 1760. Mas a abolição da escravidão indígena ocorreu somente de forma definitiva por iniciativa do Marquês de Pombal. Primeiro, por lei de 6 de junho de 1755, válida para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Depois, em 1758, a medida foi ampliada por alvará para o Estado do Brasil.

No século XVII, São Paulo já era uma cidade mestiça. Até o final do século XVIII a língua falada era uma das três línguas gerais do Brasil, conhecida como Língua Geral Paulista³⁴ e na composição de sua população, os brancos não eram maioria, dos 9.391 habitantes, com metade da população espalhada pelos arredores rurais da Cidade e

³³ Nos livros pesquisados das Irmandades de São Paulo, da Boa Morte, do Rosário dos Homens Pretos, de Santa Efigênia e Santo Elesbão, de N. Sra dos Remédios as atividades de algumas irmandades não passaram dos anos 1920, com exceção da Irmandade de São Benedito que existiu até os anos de 1960 na Igreja de São Francisco, embora os registros posteriores aos anos 1940 não tivessem sido localizados no acervo da Cúria Metropolitana.,

³⁴ Gerada com os dialetos dos índios tupi de São Vicente e do alto do Rio Tietê, associada ao português, ao espanhol e guarani. Com as atividades coloniais bandeiristas, foi também assimilada nas regiões de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná. Segundo a classificação, as três Línguas Gerais Brasileiras são: a Língua Geral Amazônica, ainda falada nos atuais Estados do Maranhão e Pará, a Língua Geral Paulista, corrente em toda a capitania e depois província, mas extinta no início do século XX; e a Língua Geral Guarani, praticada quando o sul estava sob influência do domínio espanhol. Cf. *A língua Geral Paulista e o Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasileira*, (Leite, 2014, Dissertação)

com maior concentração na área urbana, ou seja, 5.220 recenseados; conforme o quadro apresentado por Nogueira de Matos, com base no censo realizado pelo Marechal Daniel Muller, no início do Oitocentos

Tabela 1

Freguesias	Branços	Pretos	Pardos
Sé	2.557	1.935	1.085
Santa Efigênia	1.196	739	1.067
Brás	328	156	175
Totais	4.081	2.830	2.327

(Fonte: Matos, 1955; p.89-125)

Segundo o autor³⁵, também pairavam dúvidas sobre a referência aos “pardos” uma vez que figurava em São Paulo grande número de descendentes de índios também chamados de mamelucos ou caboclos.

Com esses aspectos, São Paulo já apresentava características outras, com maioria da população de mestiços e pretos pelas quais a composição das Irmandades aqui referidas, suscitariam particular atenção. Com vistas ao esclarecimento das diferenças entre as Irmandades de Pretos e de Pardos em São Paulo e a exemplo do que se configurou em boa parte das cidades coloniais e imperiais brasileiras, seus principais conflitos estavam postos pela autonomia que requeriam, mas também pela concessão de áreas para que pudessem estar fisicamente presentes no cenário urbano, angariando prestígio social e consideração divina.

Os escravizados negros começaram a chegar no início do século XVIII, com as riquezas advindas da mineração. Até então, os paulistas não tinham posses para adquiri-los, mas aos poucos, depois de emancipada a Cidade, ganharam expressões certas atividades rurais como a produção de trigo. As bandeiras descobririam jazidas de ouro

³⁵ “É provável que no total de pardos, ainda figurasse um elevado número de mamelucos ou caboclos, resultantes do cruzamento luso-ameríndio, embora não tenhamos dados concretos para avaliar qual seria, nessa época, a importância da língua tupi no linguajar da população paulistana, a qual teria sido falada, até meados do século XVIII, na proporção de três para um em relação ao português sendo que em São Paulo, “onde a catequese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda, de acordo com o ensinamento de Teodoro Sampaio” (Nogueira de Matos, Revista de História nº21/22, p.96)

e pedras na região de São Paulo, depois nominada Minas Gerais, transformando por inteiro a cidade e suas proximidades. Mas ainda assim, o número de escravizados por família não era grande, visto que esses indivíduos estavam dedicados às lavouras em áreas rurais.

Com o enfraquecimento da atividade de mineração nas Minas, conta-se que os paulistas que lá estavam se espalharam, voltando principalmente para São Paulo com inúmeros novos costumes lá criados. Foram tão numerosos que contribuíram para transformar a forte influência indígena que por aqui existia. Novos hábitos frutificaram desde o pau-a-pique às formas de tecelagem das redes e os alimentos, que das Gerais eram só portugueses. Nesse novo híbrido, São Paulo ingressou no início do Século XIX, reconfigurando o que até então permanecia como ensinavam “os negros da terra”.

O memorialista Padre Castanho, de Sorocaba, conta um pouco dessas tradições de São Paulo e, aonde mais aqui nos interessa, sobre a gente da terra, entre o período de 1722 a 1822. Assim diz que: eram livres os filhos de mulher livre, segundo o princípio natural da condição herdada da mãe. Mas a escravidão índia, como nos diz Aluísio Almeida, teve três marcos temporais de sua proibição nos anos de 1611, 1720 e 1755. Até sob o governo do Conde de Sarzedas, entre 1732 e 1737, se tolerava a escravidão índia sob a justificativa de que muitos dos escravos vinham das guerras entre tribos, as quais os paulistas tomavam partido e se beneficiavam com os “escravos” derrotados. Caia-pós, bororos, parecis, morubixabas são alguns dos protagonistas. No entanto, em meados do século XIX os índios “selvagens” já haviam se afastado para o oeste dos estados do Paraná e de São Paulo, mas até o início do Oitocentos ainda se podiam “comprar índios” na província de São Paulo.

No início da era joanina ainda se criaram aldeamentos em São Paulo, em Queluz, no vale do Paraíba e em Guarapuava, hoje Paraná. Depois de libertados, os índios se espalharam pelas roças ou ficaram pelas fazendas. Os caboclos e depois caipiras, eram também chamados de “bastardos”³⁶, por serem em sua origem mestiços de brancos e índios e, também de “carijós”, o que fazia com que nos livros de assentos das paróquias

³⁶ Em São Paulo, os filhos bastardos, pouco ficavam com as mães, sobretudo quando essas eram “negras da terra”, ao menos até final do XVIII e início do XIX, mas costumeiramente eram criados ao lado dos homens brancos, seus pais, inclusive desfrutando de certo convívio dos familiares legítimos, mas como serviçais, ou ao lado das tropas que se aventuravam pelos sertões (Schaden, OESP, 25/01/1954). Ao contrário das mulheres negras, crioulas ou africanas escravizadas, que cuidavam dos próprios filhos bastardos, a paternidade branca masculina criava os meninos mestiços. Assim, foi frequente, que os “bastardos” ou “carijós” em São Paulo ficassem aos cuidados dos *pais-patrões* (Grifo da autora).

fossem registrados em livros separados: de brancos e de “carijós”. Assim, podemos entender os pardos como vindos também, da emergência dessa nova ocupação social, de livres, mas mestiços e bastardos.

Com base no censo de 1872, realizado nas últimas décadas do Século XIX, foi possível estabelecer novas comparações sobre o que se convencionou a chamar por Cidades Negras, não apenas as que possuíam grande número de negros, africanos ou crioulos libertos e escravizados, mas também aquelas que contavam com territórios de identificação, como eram os templos das irmandades, sem necessariamente estarem integradas por multidões de escravizados ou libertos nas áreas urbanas.

“ Os recém-chegados produziam identidades diversas, articulando as denominações do tráfico, aquelas senhoriais e a sua própria reinvenção em determinados cenários. Ser um africano mina em Salvador não era o mesmo que no Rio de Janeiro. Os próprios minas do século XVIII no Rio de Janeiro eram outros daqueles do século XIX. Em Salvador, São Luís e Recife, nagôs, haussás, mandingas e jejes marcavam mais as suas diferenças. Já no Rio de Janeiro e, também, em Porto Alegre, havia uma tendência maior de aglutinação étnica entre africanos ocidentais. Não havia necessariamente uma regra ou padrão único para essas definições de identidades étnicas dos africanos na diáspora, mas sim expectativas – nos espaços religiosos, no mercado de trabalho e também em suas moradias.” (Farias, Gomes, Soares, Araujo, 2006; p.13)

A escravidão urbana, típica em São Paulo, ainda que mantida sob as mesmas prerrogativas senhoriais, tinha características que acabavam por dirigir as relações dos “Senhores” com todos, escravos e não escravos. Utilizando-se do paternalismo como forma de controle social, de escravos e não escravos, essa postura se via as voltas com certa obrigação em atender solicitações como a manumissão, sobretudo depois do fim do tráfico. A propósito do tipo de autonomia conquistada pela mobilidade espacial diferenciada no urbano, é possível inferir que os cativos se ofereciam às ações e atividades tal como trabalhadores informais livres. Pois que, muito diferente da estrutura do trabalho rural em que (Schwartz, 1995 apud Cardoso, 2009) reitera, um escravo na cidade encontrava outras condições para seu desempenho

“um escravo baiano que sobrevivesse 10 anos numa fazenda com 40 escravos assistiria todo o plantel ser renovado por morte, não raro por suicídio. O senhor precisava do escravo coletivo, mas prescindia da pessoa de cada escravo em particular”. (p.94)

Nesse sentido, ainda, o escravizado urbano, em São Paulo especialmente desempenharia um papel individualizado, condição típica de um habitante urbano, pode-se dizer nessa analogia, sendo comum no perfil do trabalho escravo na cidade, o de ganho ou aluguel. Segundo Maria Odila Dias (1984|1995) e Maria Helena Machado (in Porta, 2004), essa foi a forma da escravidão urbana na São Paulo do Oitocentos. Era o trabalhador ou trabalhadora que se lançava à rua por conta própria em busca da jornada de ganho, e ao final prestava contas diariamente ou ainda em dias marcados. Eram esses que faziam todo e qualquer serviço na Cidade até a abolição e a chegada de imigrantes. Mesmo diante da estrutura social extremamente rígida quanto às posições superiores, a base era muito flexível “pois que a pobreza a todos igualava”. (Cardoso, 2009; p.104). As condições de vida na Colônia e até muito longe do século XIX eram ruins para todos, se bem que muito piores para os escravos. A média de vida de um brasileiro não escravo era de 27 anos e de um escravo, de 18 anos. A mortalidade era grande nas cidades e nas lavouras. (Cardoso, 2009,p.89)

“O ganho como modalidade tipicamente urbana de emprego da mão-de-obra escrava, produziu uma categoria de cativo que gozava de notável autonomia, uma vez que esperava-se que este passasse os dias nas ruas buscando empregar-se a curto prazo em diferentes serviços. Recolhendo-se apenas ao final do dia à casa do senhor ou ainda, muitas vezes chegando até a viver fora das vistas do mesmo, alugando quatinhos ou fazendo meação de moradias com outros da mesma condição, libertos ou livres pobres, estes escravos ganhavam oportunidade de estabelecer relações sociais e arranjos amorosos autônomos”. (Machado in Porta,2004, p.76)

Em São Paulo do início do XIX, com uma composição étnica maior de pretos e pardos, não significava, caso do Rio de Janeiro, um maior número de homens e mulheres escravizados. Na cidade a população era majoritariamente livre, sendo setenta por cento de livres para trinta por cento de escravizados³⁷. Essa proporção também era verificada segundo o censo realizado nos fogos³⁸. Os escravizados em 1836 correspondiam a cinquenta e um por cento dos moradores de fogos. Por isso, a escravidão acaba-

³⁷ Muitos africanos viviam em São Paulo tutelados pelo Estado, a partir de 1850, quando eram tirados das ações de contrabando, já diante da proibição do tráfico. (Bertin, 2010, vol.23)

³⁸ A designação habitual para fogo, embora esteja originalmente ligada às estruturas para preparo de alimentos dentro das antigas habitações, pode ser compreendido como centro e símbolo do espaço doméstico e diz respeito a parte ou a totalidade de uma edificação, com acesso independente e geralmente constituído por um ou mais compartimentos destinados à habitação.

va em destaque nos espaços urbanos, definindo as sociabilidades da vida cotidiana. Os locais mais frequentados cotidianamente, além das Igrejas, procissões e festejos nos largos eram: o chafariz da Misericórdia que ficava na Rua Direita defronte à Igreja; as quitandas e casas que ficavam na ladeira do Carmo que ia para o Brás e Móoca; o adro da Igreja do Rosário e no Largo da Igreja dos Remédios. Como precisavam divulgar seus produtos e serviços à venda acabavam formando grupos com coro de vozes marcantes, junto às Pontes e várzeas onde lavavam roupa; na ponte do Lorena; no tanque do Zunega (lagoa no atual Paissandu, drenada) em Efigênia, nas margens do Tamanduathey, do Anhangabaú, do Tietê; nos depósitos despejando o lixo; perto do buraco do Carmo (precipício), na antiga Rua São José e na ponte do Acu. Outros locais de reunião dos grupos eram as vendas de gênero distribuídas naqueles arredores.

Além das características mestiças, de libertos e dos escravizados, como maioria nos fogos, em muitas décadas entre meados e o fim do século XVIII, São Paulo era uma cidade com grande número de mulheres sós. Ainda que esse fenômeno tenha sido verificado em outras localidades como os centros de mineração, em Salvador, no Rio de Janeiro e ainda como uma face da urbanização no Antigo Regime europeu, segundo a própria historiadora Maria Odila Dias, várias causas contribuíram para disseminar em São Paulo, as habitações ou fogos chefiados por mulheres. Ao contrário dos modelos patriarcais de famílias, sobre os quais Gilberto Freyre tratou, na região da Sé encontravam-se habitações de aluguel e grande número de mulheres como chefes dos cômodos. Essas habitações eram ocupadas por mulheres brancas e, também, por mestiças ou pardas, além de forras e por escravas ao ganho. A coexistência de livres e escravas na região da Sé se dava pela liberdade de umas e pela decadência de outras:

(...) “Mulheres brancas empobrecidas, senhoras que o deixaram de ser, ex-escravas mantidas à sombra do serviço doméstico, agregadas e mulatas, que deixavam à casa das senhoras para compor fogos próprios. A maioria, cerca de sessenta por cento das mulheres sós na Cidade de São Paulo, em 1836, não tinham escravos. Integravam o processo de crescimento da Cidade, multiplicavam-se com a pobreza do meio urbano, viviam do auxílio mútuo de vizinhança e constituíam elas mesmas a demanda e a oferta do comércio de vinténs, de que eram as principais agenciadoras.” (1984, p.129)

Ainda de acordo com os maços de população pesquisados, a autora reitera os dados do censo de Daniel Muller, sendo que nas freguesias da Sé, Santa Efigênia e Brás/ Penha as porcentagens de brancas e pardas eram próximas

Tabela 2: Mulheres sós sem escravos -1836

Branças	Pardas	Negras
172	136	28
50%	39,53%	8,14%
Total de 332		

(Fonte: Dias, 1995, p.176)

No norte da Sé, no sentido do Convento da Luz estava concentrada a maior população de mulheres negras forras e escravizadas; já no sul da Sé na direção da Liberdade encontravam-se as casas mais ricas de comerciantes ou fazendeiros, cujas oportunidades de serviços para mulheres eram comuns. Entre os serviços para mulheres brancas, Silva Dias destaca: costurar por dia, ensinar meninas e vender quitandas. Os bairros de Santa Efigênia e Brás/Penha eram os mais pobres e nos quais viviam o maior número de costureiras e fiandeiras, em pequenos sítios, roças e vendas, em sua maior parte, brancas. As atividades consideradas mais aviltantes, segundo a autora, eram realizadas por negras ou pardas forras como carregar o lixo, buscar água nas fontes, serviços de lavadeira, cozinheira, vendedora ambulante, além das fiandeiras que eram em grande parte, pardas. Como preferência das mulheres pobres brancas, estavam os serviços de quitandeira, costureira e roceira. Como nos fogos mais centrais tanto mulheres livres como escravas ao ganho cohabitavam, havia forte disputa entre essas por jornadas de trabalho, nos serviços domésticos ou no comércio ambulante. Diferentes exemplos de convívio poderiam ser dados para reiterar a ideia de como nos diferentes lugares havia por característica o convívio e a contiguidade do espaço social³⁹. Essa mescla de usos sociais indistintos marca a origem e o transcorrer da vida urbana até o início do século XX em São Paulo. É dado destaque ao nome de Ana Gertrudes de

³⁹ Havia uma permeabilidade em todos os espaços entre “a pobreza recolhida e das escravas, nas fontes e ruas, à noite; o dos sobrados de brancas, com o andar térreo alugado para uma tenda de sapateiros, ou oficina de carpinteiros, em geral, pardos. No norte da Sé, “D. Policena Joaquina de Oliveira, 24 anos, casada, branca, morava com seu filhinho, um casal de escravos e tinha no andar de baixo um inquilino sapateiro. No mesmo bairro, Maria Clara de Souza, com 41 anos, viúva branca, morava num sobrado com quatro filhas solteiras(...) brancas, mais sete escravos bem jovens e um inquilino de baixo com tenda de sapateiro pardo forro de 29 anos.” (Dias, 1995; p.131)

Jesus⁴⁰ pelo costume sugestivo que havia entre muitas daquelas mulheres de abandonar os nomes de família para adotarem nomes de escolha pessoal, com misturas religiosas, ao que o recenseador, segundo Dias, incluía um D, de dona para emprestar respeito. Ainda, perto de apenas um terço mantinha nomes de família, sendo comuns, além de Ana Gertrudes de Jesus, Maria da Cruz, Madalena de Jesus, Gertrudes do Espírito Santo, Maria da Paixão, Joaquina Josefa da Anunciação. A interpretação da autora indica ao menos duas possibilidades para tais substituições: o fato de serem filhas bastardas ou ilegítimas, o que era comum pela escravidão histórica dos grupos indígenas como já referido; ou porque vivessem em concubinato ou, ainda, pelas formas de sobrevivência não serem decentes o bastante, conjunto de afazeres mais vasto do que a prostituição, impondo-lhes uma vida no anonimato. Tal peculiaridade em adotar alcunhas religiosas em substituição aos nomes herdados ficava evidente em diferentes livros de registro e entrada das Irmandades que integram a pesquisa feita no acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, especialmente da Irmandade de homens pardos de N. Sra da Boa Morte, no início do Oitocentos.

Os livros de registro de entrada da Irmandade da Boa Morte, mantinham registros separados para homens e mulheres. Algumas escravas, levadas por suas proprietárias, tinham sua condição indicada: “Irmã Gertrudes – Escrava de Joaquim Francisco das Chagas – Irmã da mesa perpétua. 2\$000 e 1\$000 de 27/8/1859 -1860”. Ou em outras anotações também aparece: “Gertrudes da Anunciação da casa de Germana do Carmo, 22/08/1852 1\$000, 1863 7\$040.” Também em distinção: “Irmã Luzia, escrava alforriada de José Jacintho 16/8/1829 a 1853”. É bom lembrar que a entrada requeria uma contribuição por volta de uma pataca e meia, soma razoável. Ao menos entre quatro das cinco Irmandades pesquisadas por meio dos documentos de Registro e livros de Atas com aportes anuais ou valores bem elevados para aqueles que queriam integrar como juiz ou juíza as mesas. A permanência das irmãs da Boa morte variava entre 2, 10 ou mais de 25 anos, com um decréscimo significativo na República. Foram levantados 449 homens no livro de registros e 414 mulheres ao longo de aproximadamente 70 anos. Reiterando a alcunha religiosa dos nomes transcrevo ainda: “Umbelina Rita do Espírito Santo de 1829 a 1831; Antonia Maria da Luz de 1829 a 1844; Quiteria Antonia d’Anunciação de 1829 a 1852; Maria Antonia de Jesus 1829; Maria Francisca de Jesus 1829; Florência Maria Angelina – Mesa perpétua 1829; Gertrudes Joanna do Sacramento – Mesa perpétua 1829; Joaquina Maria do Santíssimo Coração de Jesus 1827”, entre muitas outras.

⁴⁰ Integrava o título do livro publicado em 1984 por Maria Odila Silva Dias, que acaba revisado e transformado na edição de 1994. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus.

Sobreviver e criar formas do ganho eram em geral atividades desqualificadas e além da venda artesanal de doces e quitutes e do trato das roças, ainda havia os serviços domésticos como de lavadeira, cozinheira e costureira. Entre as mulheres sem escravos, o número de mestiças ou mulatas era maior, mas no total, considerando-se o quadro de 1836, oitenta por cento não tinham escravos, nem auxiliares, declarando viver do próprio sustento.

Tabela 3: Fogos de mulheres sós: bairros e estado civil – São Paulo, maços de 1836

Bairro	Solteiras	%	Casadas	%	Viúvas	%
Norte Sé	80	55,9	15	10,4	48	33,5
Sul Sé	114	60,9	17	9,0	56	29,9
Efigênia	50	37,5	20	15,0	63	47,3
Penha	28	36,3	4	5,1	45	58,4
N. S. do Ó	25	54,3	7	15,2	14	30,4
Total	297	50,6	63	10,7	226	38,5

(Fonte: Dias, 1995,p.63)

Ainda com relação à população feminina solteira, tradicional desde o século XVII, em fase das empreitadas comerciais dos homens, perfil que no início do século XIX fora mantido, mais como uma característica do processo de pobreza que submeteu a Vila e a Cidade por muitos decênios. As mulheres brancas referidas reuniam em sua condição a falta de dotes e, portanto, viviam em boa parte, em casamentos não oficiais. Isso em parte justificaria a situação, além de outros fatores advindos, por sua vez de uma viuvez prematura consequência de casamentos ocorridos com homens muito mais velhos. A itinerância dos homens, mesmo depois da Independência e o recrutamento para guerras como as do Prata corroboraram esses percentuais de mulheres sós em vários bairros ao longo do XIX.

“Torna-se impossível fixar causalidades precisas num processo amplo e abarcante de todo um meio social complexo em mudança. Basicamente, prendia-se ao sistema de dominação social das classes dominantes e à perpetuação dos privilégios adquiridos, de que a estrutura familiar era instru-

mento estratégico. Estipulava papéis sociais difíceis de serem mantidos por homens ou mulheres de classes desfavorecidas, embora, alguns de seus valores permeassem por toda a sociedade como traços machistas dos papéis sociais masculinos. Entretanto, normas e valores ideológicos relativos ao casamento e à organização da família nos meios senhoriais não se estendiam aos meios mais pobres de homens livres sem propriedades a transmitir. Moças pobres sem dotes permaneciam solteiras ou tendiam a constituir uniões consensuais sucessivas.” (Dias, 1994; p.31)

Em 1804, apenas vinte e sete por cento das mulheres vinham de fora da cidade e em 1836 somente sete por cento. A partir de 1830 a população mestiça e forra cresce por causa do deslocamento de freguesias mais distantes, como Penha, Cotia, São Bernardo, Juqueri, nos quais viviam costureiras, quitandeiras e quituteiras, atraídas por oportunidades para as freguesias centrais da Sé, Brás e Santa Efigênia. Nos relatos diversos sobre a sociabilidade tecida nas relações entre trabalhadoras pobres, não-escravas, forras e escravas, fica evidente que embora essas mulheres tivessem papéis informais para a sobrevivência e, portanto tivessem sido omitidas do repertório oficial sobre a cidade e seus principais espaços, foram protagonistas de atividades de comércio de hortifrutigranjeiros entre outros serviços, inseridas no cotidiano e, logo, responsáveis pela configuração de territórios de circulação e visibilidades, ocupando os mesmos espaços das ruas e disputando serviços e jornadas, para além do permitido. Com isso, criaram resistências seja pelas formas de habitação simples e muitas vezes interditas pela fiscalização, seja porque diante da horizontalidade possível das relações sociais no regime escravocrata, eram mulheres que garantiam, pelo trabalho, sustento para proprietários cuja fonte estava nos aluguéis.⁴¹

A cidade de São Paulo, assim como outras durante a Colônia e Primeiro Reinado, possuía uma importância que era puramente administrativa, já que a relevância da vida produtiva estava nas fazendas; assim, havia falta de homens para o trabalho o que obrigava as mulheres, desde o tempo das bandeiras, à administração de bens, incluído o trato das roças e a criação animal. Com isso, os ofícios de padeira, lavradora e tropeira também integravam o conjunto dos improvisos femininos em São Paulo.

⁴¹ O caso das irmãs Toledo referido por Dias (idem; p.27) “ Em 1822, tentavam entender-se com as autoridades da Câmara para impedir a expropriação das casinhas de aluguel, contíguas ao sobradão em que moravam. Este foi o pretexto de muita discussão sobre os limites do direito de propriedade, e as autoridades municipais mostravam-se simpáticas ao seu requerimento; entretanto, motivados pelas rivalidades locais, Martim Francisco e Jordão, membros da junta Provisória, assinaram parecer contrário.”(Atas XXII (4 de maio de 1822), 580; Registro, XVI, p.367 a 378 apud Dias).

“Nos arredores da cidade de São Paulo, algumas mulheres viviam de seus carros de boi, fazendo transportes, trazendo lenha ou pedras para o centro, outras negociando com madeira. Em 1825, a Câmara pagava a Maria Joaquina da Silva nove carradas de pedra a 640 réis cada uma (5\$760). Em 1830, na Penha, uma mulher pagava imposto sobre o seu carro de transporte. Em 17 de dezembro de 1830, cobravam-se multas de algumas mulheres, que não pagavam imposto sobre o transporte de carros de pedra para calçamento das ruas”. (Dias, 1994; p.57)

Como era fundamental para essas mulheres o acesso aos terrenos para expandir o pasto dos animais, ou para as hortas de que muitas necessitavam e, por vezes inexistindo nos limites dos casebres, muitos de aluguel, parecia comum que muitas vezes tais usos estivessem em desacordo com as posturas municipais. Construir fora dos alinhamentos, ocupar terrenos públicos com a finalidade de construir casinha e quintal, antes mesmo de concessão de uso, não era incomum. Quando alegavam pobreza, também conseguiam se opor à contribuição nas medidas de arruamento e reforma de calçadas, solicitação feita pela municipalidade, o que era prontamente aceito por grande parte dos demais habitantes com posses

“Em 5 de maio de 1836, Anna Gertrudes requeria licença para manter fora do alinhamento a sua casa da Rua da Boa Vista. Em 1832, conseguiam que o imposto da décima urbana fosse cobrado apenas das casas localizadas nas ruas mais centrais da cidade. Em 1835, a mesma D. Gertrudes requeria da municipalidade uma segunda revisão da demarcação dos limites do pagamento deste imposto para que se excluísse a rua em que morava (...)” (Dias, 1994; p.58)

O crescimento da população após a independência e ao longo do Oitocentos permitiu novos arranjos no trabalho urbano, nas lavouras, nos lotes arrendados e na construção das ferrovias, fazendo com que a busca pela sobrevivência dos nacionais se tornasse evidente tanto nas cidades, vilas quanto no trabalho do campo. No entorno dos bairros mais distantes do centro e nas regiões como Cotia, Santo Amaro, Mogi das Cruzes, Guarulhos, São Bernardo eram produzidos muitos dos alimentos aqui revendidos, em parte por bom número das que tinham por território de sobrevivência as ruas e suas melhores localidades. As mulheres socialmente discriminadas, no desempenho árduo de seu trabalho informal, foram, durante muito tempo esquecidas pela historiografia tão pautada pelas fontes e documentos escritos. Essa “invisibilidade” das mulheres, analfabetas seguiu por muito tempo até que fossem recriadas as condições de suas existências

“(...) tendem alguns historiadores a interpretar papéis informais não como sintomas de mudança da ordem social prescrita. Seria, por exemplo, o caso do predomínio, nas cidades, de fogos chefiados por mulheres sós, que alguns historiadores veriam menos como uma organização de sobrevivência ditada por circunstâncias novas do que como sintomas de anomia e de desorganização familiar. Essas mulheres não estavam integradas nas instituições do poder (embora muitas pertencessem à Irmandades - Grifo meu) não eram assalariadas, não tinham propriedades, não gozavam de direitos civis nem tinham acesso à cidadania política. Nem por isso deixaram de ter a sua organização familiar e de sobrevivência e relações próprias, de convívio comunitário.” (Dias, 1994; p. 51 e 52)

Nessa geografia moldada pela subsistência, em que as mulheres emprestaram protagonismo, a sociabilidade do comércio ambulante sempre se colocou, em São Paulo, entre outras cidades. Dos diferentes serviços aos produtos oferecidos, eis que a narrativa das mulheres pobres era sempre a persistência. No mundo da mineração, escravas ou não, no comércio das ruas do Rio de Janeiro, às práticas ambulantes do comércio de alimentos, em São Paulo, enfrentando a concorrência de outras mulheres imigrantes, a partir de 1870, mas sempre dominando o pequeno comércio varejista. O convívio entre forras, escravizados, mulheres livres, crianças forjou tais espaços urbanos e pelo protagonismo do trabalho reuniu, durante décadas, tantos iguais e tantos diferentes todos e todas coabitando de maneira interdependente, a cidade.



03. Igreja de N. Sra do Remédio e antigo sobrado da Biblioteca. Foto de Militão Augusto de Azevedo. Largo da Cadeia, atual praça João Mendes, 1862. IMS.



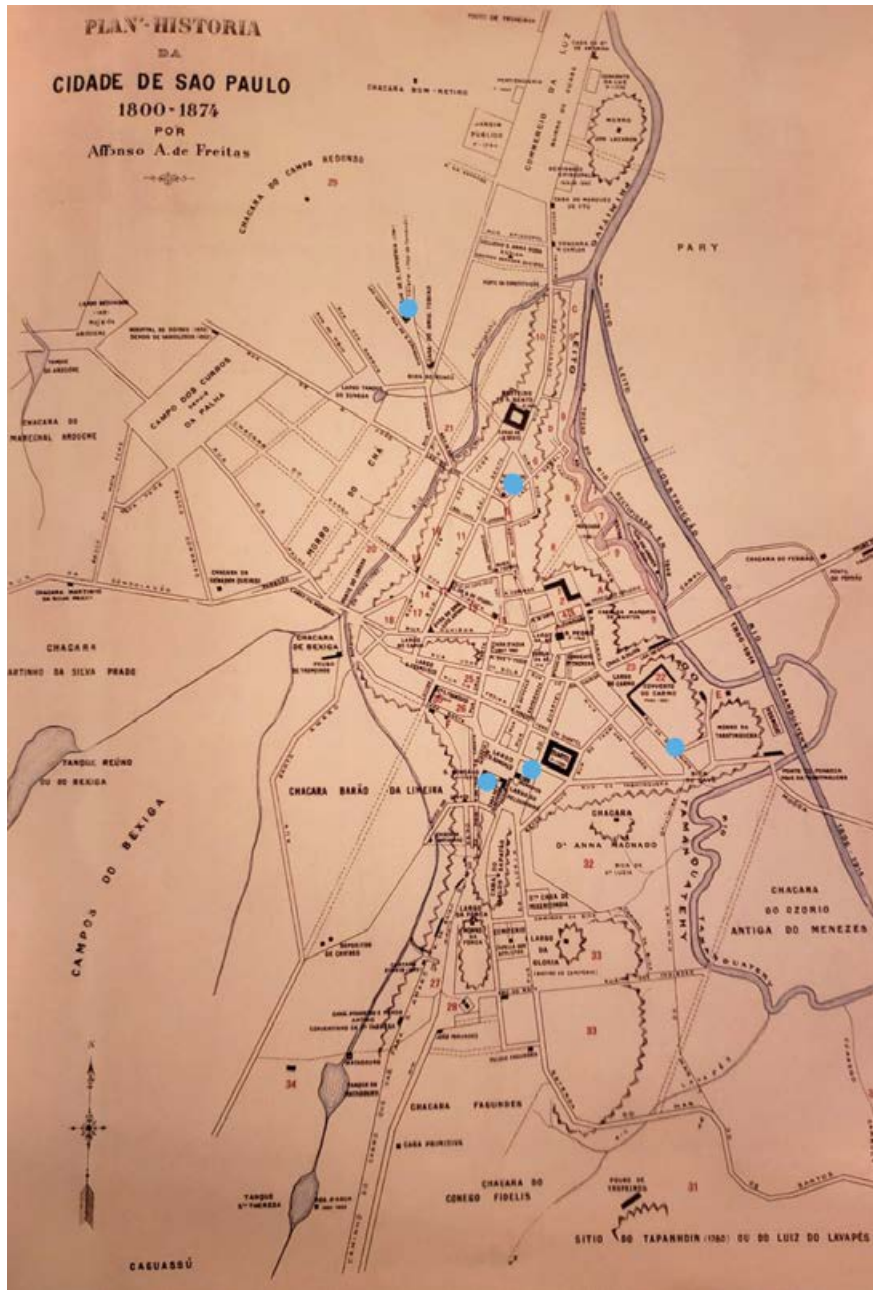
04. Rua do Rosário, com Igreja ao fundo. Foto de Militão Augusto de Azevedo, 1862. IMS.



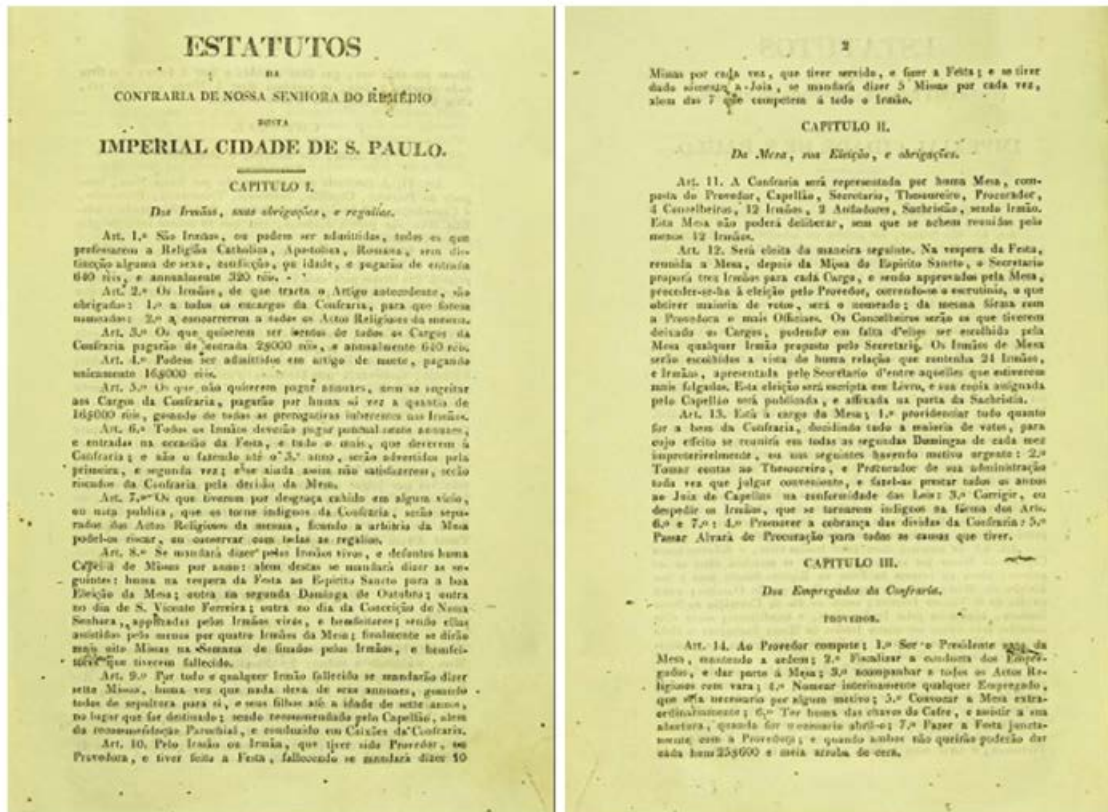
05. Igreja de N.Sra. da Conceição e Santa Ifigênia. Foto de autor desconhecido. Provavelmente meados do século XIX. A Igreja foi construída em 1795. DPH - PMSP.



06. Foto de Militão Augusto de Azevedo. Rua Antonina, trecho da atual Rua Quinze de Novembro, 1865, São Paulo e seus moradores. O casario seria demolido no início do Novecentos. IMS.



C. Nos marcos estavam localizadas as cinco Igrejas construídas pelas Irmandades de N. Sra do Rosário dos Homens Pretos, de Santa Efigênia e Santo Elesbão; de N. Sra do Remédio; dos Homens Pardos de São Conçalo e de N. Sra da Boa Morte. Nessa planta de 1874, a localização é intermediada pelos edifícios religiosos.



07. Um dos primeiros documentos impressos, no ano de 1836, o Estatuto da Confraria de N. Sra. do Remédio também se é uma referência para a história da tipografia em São Paulo.

Capítulo 3

Decadência colonial, Império e
desdobramentos econômicos. Terras,
trabalho e instrumentos jurídicos

Quando a Família Real abandona Portugal fugindo da invasão napoleônica para o Brasil-colônia, estava já em curso uma sucessão de episódios que delineavam a crise do Antigo Regime. Com o marco de um processo revolucionário iniciado com a independência das colônias britânicas e a formação dos Estados Unidos da América em 1776, as revoluções liberais motivariam ainda muitos outros conflitos na Irlanda e Grã-Bretanha, em 1780; nos cantões suíços em 1782, nas Províncias Unidas dos Países Baixos, em 1783; nos Países Baixos austríacos em 1787; culminando com a Revolução Francesa em 1789, entre outras rebeliões configuradas na Europa e nas Américas, Antilhas e Caribe, segundo um percurso de conflitos expandido até meados do século XIX.(Novais, 1983; Furtado,2003; Faoro,1979; Prado Jr,1984)

Como parte desse regime, politicamente absolutista, o sistema colonial mercantil seria igualmente abalado no contexto da exploração econômica do novo mundo. As primeiras rupturas ocorreriam, nos vínculos entre colônia e metrópole, permitindo a criação de novas soberanias, além do surgimento de novas instituições políticas e administrativas. No contexto regional, da política econômica portuguesa aplicada ao Brasil, a historiografia consolidada pelos estudos da crise colonial, tende a afirmar que as práticas e estratégias adotadas na colônia foram expressão de formas assumidas pela metrópole em resposta à dinâmica internacional, impondo novos arranjos na manutenção peremptória da exploração. Do mesmo modo ainda, é possível considerar mecanismos estruturais nesse dado momento histórico, impulsionando, de certo modo, uma tomada de decisões no período propriamente delimitado entre o fim do ministério pombalino, em 1777 e a abertura dos portos em 1808. Nesse período, considerado para a análise da conjuntura político-econômica que esteve delimitada por esses marcos, residem, segundo Novais (1983), além do término da administração de Pombal, o poder marcado por D. Maria I por um lado, nos interstícios que culminariam no fim do pacto colonial, com a abertura dos portos brasileiros e a regência de D. João VI, entre outras circunstâncias internas de relevância, inclusive adicionadas à Independência, e posteriores ao primeiro e segundo reinados

“(...) o reinado de D. Maria I se tem considerado muitas vezes como uma etapa tipicamente retrógrada, em que se anulam as conquistas econômicas, sociais e políticas de Pombal; é pois o caráter anti-pombalino do reinado que se destaca como sua marca essencial, e neste sentido parece que as cenas da “viradeira” impressionaram demais as gerações subsequentes e os

historiadores não se conseguiam libertar desses espectros. Esta perspectiva que vem da historiografia liberal, tende a enfatizar o conteúdo “moderno” e ilustrado do governo pombalino, no sentido da centralização do poder e da modernização das estruturas portuguesas. A corrente oposta, de uma historiografia que nesse sentido se poderia chamar conservadora, vê pelo contrário neste fim do século XVIII o período por excelência da antiga monarquia, na sua especificidade lusitana, com o respeito às leis fundamentais e tradicionais do reino, recolocando a vida nacional nos seus verdadeiros trilhos, de onde a desviara o “despotismo” e o “absolutismo” do vigoroso marquês” (.....) Mas indiscutivelmente o que se impõe é uma superação dessas imagens até certo ponto distorcidas, numa tentativa de compreender este momento da vida histórica luso-brasileira.” (Novais, 1983; p. 09-10)

Longe do propósito de aprofundar aspectos mais específicos em que se tratou de forma exaustiva a proibição das manufaturas e a repressão da Inconfidência mineira, ou ainda, o período pombalino como um esforço de modernização da exploração colonial em face das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento econômico metropolitano e, até a vaga liberal que dominou a Europa, obrigando Portugal à promover sua mais preciosa colônia à Reino Unido; o que aqui está assinalado são as mudanças e seus desdobramentos indiretos ou consequentes no Império e os contextos episódicos que pareçam relevantes aos aspectos e significados político-espaciais abordados nas duas partes da tese.

Considerando a crise do Antigo Regime, é inevitável traçar, ainda que de forma geral os aspectos que aí estejam interligados e que possam ser incluídos, como a dissolução do modo de produção feudal para o nascente capitalismo, a sociedade estamental, a política mercantilista, a expansão colonial ultramarina e as metamorfoses das formas de trabalho servil para o assalariado. A partir das interações advindas da ampliação das atividades econômicas há a ascensão política de determinados grupos e a busca de apoios de outros, gerando oportunidades para a acumulação e na perspectiva política, a centralização de poder para arregimentar condições para o crescimento da atuação comercial. Nesse sentido, (Novais, 1983, p.67) reitera-se que o Antigo Regime por meio dessa estratégia veio a criar condições para assegurar além da própria ascensão, a institucionalidade da expansão do capitalismo comercial. Nesse projeto ainda, sob o pacto com a nobreza, a burguesia mercantilista apoiaria a centralidade política do Rei na direção de fortalecer seus próprios investimentos, desde a emergência liberal até o transcorrer do século XIX. Desse modo, ficou evidente para os diferentes autores (Novais, 1983; Prado Jr., 1983; Furtado, 2003) que o projeto de colonização ultramarina fora um desdobramento comercial dos empreendimentos voltados à expansão mercantil. As

formas de apropriação do território, no caso da América portuguesa, como inicialmente tratado, e a exploração dos seus produtos naturais, serviriam de modo complementar à oferta de produtos em circulação no mercado europeu. Os ajustes da empresa colonial, no entanto – entre ocupação, administração e divisão setorial do território – para as necessidades desse mercado, impulsionaram o empreendimento colonial de exploração do comércio simples de produtos para a fixação de novas economias produtivas criadas no novo mundo, como princípio geral e nos domínios portugueses em particular. Desse modo, e recordando que entre 1560 e 1570 a região de Pernambuco já possuía 60 engenhos e em 1610, 250 engenhos altamente produtivos, referendam-se aqui os aspectos de uma economia periférica que seria expandida nesse e nos demais séculos, como ver-se-á na economia cafeeira em São Paulo, no fim do século XIX e início do século XX.

Territórios, fazendas e exploração

De forma resumida podemos considerar que o objetivo primeiro da colonização do novo mundo era subjacente ao caráter comercial com formas produtivas voltadas ao mercado externo por via exclusiva da Metrópole. De forma não linear, mas num percurso histórico de longa duração, podemos inferir que

”na medida em que a comercialização se torna permanente, destaca-se um setor da sociedade que passa a dedicar-se exclusivamente à circulação de bens econômicos, acumulando capital nesta atividade. Logo, em função desse processo, pouco a pouco, se vai produzindo para a troca, e pois, a produção se vai especializando. Portanto, acumulação de capital comercial, divisão do trabalho, mercantilização dos bens econômicos, especialização da produção são processos correlatos, que envolvem um desenvolvimento do nível econômico geral. A acumulação de capital comercial e formação da burguesia mercantil são pois os dois lados do mesmo processo. Teoricamente, a transformação se auto-estimula sem limites.” (Novais, 1983; p. 68-69)

Pelo tipo da empresa colonial, a economia agrária ficou caracterizada por uma grande exploração rural. As plantações de cana-de-açúcar e os engenhos, como citado, além dos vastos pastos dedicados à pecuária, configuraram por muito tempo os territórios produtivos. Para essa escala, portanto, em que a ocupação das vastas áreas encontrava muitas objeções, o trabalho obrigatório dos homens escravizados era incontestável. Como lembra Prado Júnior

“Mesmo em São Vicente, onde encontramos as menores e mais modestas propriedades, a regra é a mesma. (...) Não raro deparamos com proprietários de mais de mil escravos. Assim, mesmo em São Paulo, que é a zona mais pobre do Brasil-Colônia, o tipo da exploração agrícola foi sempre o da grande propriedade rural”.(1945|1983; p.18)

A forma como os compromissos entre coroa, donatários e sesmarielistas eram estabelecidos e as dificuldades das condições físicas do território adiaram o projeto do estabelecimento de pequenas propriedades. Também, a maneira de administração e comercialização da produção voltada à exportação impedia a existência dessa modalidade de lavoura que não podia produzir para um mercado interno, já que era reduzido e com enormes limitações de comunicação e circulação. Além dessa ordem de oposições os conflitos entre os fazendeiros e os grupos de nativos indígenas que requeriam um exército de defesa constituído por homens escravizados e agregados, configuravam-se como perigos impossíveis de superação para os pequenos agricultores.

São, portanto, as fazendas, cujo trabalho é tão somente do homem escravizado, que caracteriza a base econômica da Colônia. Na vida urbana como mencionado anteriormente, a produção comercial era muito específica e quase nada rentável, valendo como exemplo, as tecelagens domésticas de São Paulo e a sua *marmelada*, entre itens de menor expressão geralmente a cargo do comércio ambulante praticado por mercadores viajantes. O trigo, que foi produzido durante o século XVIII e chegou a abastecer o Rio de Janeiro, era próprio das fazendas instaladas em outras vilas ou freguesias próximas. Durante séculos, seriam os domínios rurais que concentrariam as manufaturas, pequenas indústrias executadas pelo grande contingente de trabalhadores escravizados. Seriam as olarias, marcenarias, sapatarias, ferrarias entre outras artesanias que integrariam as atividades das fazendas. É aí, portanto, que se localiza a vida colonial e, quando muito, nas vilas se tratavam as questões administrativas e religiosas e uma singela parte da economia pululante dos domínios rurais que lá se desdobrava.

Quanto aos aspectos sociais, vale complementar o que fora abordado no Capítulo anterior, sobre as características da vida religiosa e os habitantes da São Paulo setecentista e do início do XIX⁴², porque não se crê aqui, seja expressão homogênea da

⁴² Vale reiterar que no fim do século XVIII e início do século XIX há um expressivo aumento de trabalhadores escravizados africanos ou afrodescendentes para o uso da mão-de-obra nas lavouras da cana-de-açúcar, e posteriormente de algodão e café na região de Campinas e no Vale do Paraíba, como descrito por Sueli Robles Reis de Queiroz (1977). As características de tratamento, vida e trabalho dessa população de cativos narradas pelos estudos desenvolvidos a partir dos arquivos policiais, inventários, discursos e relatórios do Governo da Província de São Paulo, nos apresenta um panorama distinto dos cativos na Vila

vida social no Brasil-colônia. Há diversos aspectos que concorrem para que a região sudeste ou capitania de São Paulo tivesse diferenças sociais em seus trabalhadores, inclusive dadas pela autonomia da região durante extenso período das atividades econômicas coloniais, configuradas pela ação evangelizadora dos jesuítas e empreendimentos bandeiristas, além da composição da população e seus costumes, bem tratados por inúmeros visitantes a partir do Século XIX, como Saint Hilaire, John Mawe, Daniel Kidder, Edmund Pink, Hercules Florence. Assim, considerando que nas Capitanias do norte e nordeste (de Maranhão a Pernambuco) estiveram concentradas durante expressivo período histórico, as principais atividades produtivas da colônia fazendo, portanto, com que o perfil social do período “colonial” acabasse ligado às formas de expressão daqueles grupos localizados.

“A posição privilegiada do Brasil no primeiro século de colonização, como único produtor do açúcar, posição que só começa a perder em meados do século seguinte, favorece uma rápida prosperidade que cedo se revela na constituição de grandes fortunas”. (Prado Júnior, 1945|1983; p.24)

A escala continental da América Portuguesa exigia uma ocupação maior do que a que se seguiu no primeiro século e meio da exploração colonial. A entrada de portugueses acabou sendo mais expressiva após o fim do período da restauração em busca de oportunidades, já que as condições portuguesas após os conflitos ibéricos travados para expulsar invasores desses domínios metropolitanos e posteriormente em função dos tratados assinados com a Inglaterra, acabaram arruinando as finanças do país, levando inclusive ao desabastecimento, à fome e à completa dependência dos ingleses. Antes disso, havia uma presença branca escassa e além dos escravizados da terra, os africanos que por aqui estiveram desde o início das atividades extrativas e produtivas do engenho, foram trazidos pelos portugueses colonos, uma vez que esses homens e mulheres escravizados eram parte da população portuguesa desde o fim do século XV, abduzidos pela conquista lusitana de regiões da costa ocidental da África. Prado Junior lembra que, em

e depois Cidade de São Paulo, já que o convívio nas fazendas, em diferentes locais da província reiteram o tipo de forças e de poder requeridos pelo sistema escravocrata, tal e qual, outras regiões do Brasil: “ De outra forma, como manter a submissão de grandes massas de homens ao poder absoluto de um único senhor? (...) Nenhum direito, nenhum sentimento concedido, mesmo os de família. Máquina às vezes, outras, mero animal, reduzidos ainda à condição de “coisa”, todos os misteres árduos ou degradantes lhes eram imputados – deveriam seguir o gênero de vida que lhes fosse traçado, executar tarefas a respeito das quais jamais eram consultados, suportar a tirania ou quando menos, os caprichos de um senhor cujas ordens não poderiam ser questionadas, cuja vontade era absoluta e que raramente respondia por seus atos perante a justiça.” (Queiroz, 1977; p. 46-47)

meados do século XVI, Lisboa possuía 9.950 indivíduos negros escravizados, o que correspondia à dez por cento da população. Em Évora, a população de brancos era menor.

A referência da historiografia quanto aos nacionais livres é mais atual e como expressão já indica certa revisão da invisibilidade de sua presença nas pesquisas. Durante muito tempo a denominação de “agregado” correspondeu ao liberto ou forro, ao mestiço sem condição de escravização cujo trabalho variava desde a cessão de parte da produção de alimentos cultivados no arrendamento, até serviços de derrubada das matas, de defesa, de supervisão entre outros que dependesse de mobilidade e liberdade, com obediência. Estando nesses domínios senhoriais, todos estavam sujeitos ao sistema de normas e regras definidas pelo poder patriarcal.

“Da simplicidade da infra-estrutura econômica – a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida. Há, naturalmente, no seio dessa massa, graduações, que assinalamos. Mas, elas não são, contudo bastante profundas para se caracterizarem em situações radicalmente distintas. Trabalhadores escravos, pseudolivres, proprietários de pequenas glebas mais ou menos dependentes ou simples rendeiros, todos em linhas gerais se equivalem,”
(Prado Jr., 1945|1983;p.29)

Como referência aos africanos escravizados e os demais crioulos aqui nascidos, estima-se (Prado Jr., 1945|1983; p.27) que representavam mais de 50% da população em terras brasílicas. Sem a proteção dos jesuítas e até com argumentação racional religiosa criada pela filosofia cristã desse período, a escravidão de africanos foi tolerada e inclusive justificada por uma concebida inferioridade social e religiosa, por meio de argumentações eclesiais sobre a escravidão que fundamentaram as doutrinas desde o século XVI, com reflexões de diferentes autores, que faziam uso da ideia aristotélica de “servidão natural”, contida no livro I da Política⁴⁵.

⁴⁵ Mas segundo Zeron (2001; p.203) a Igreja definiu uma posição consensual a partir de 1537, que foi expressa na Bula *Veritas Ipsa*. Teria sido na Universidade de Salamanca que o esforço na construção de um discurso sobre as origens e justificativas para a escravidão tornou-se hegemônico. São representativos nessa construção excertos da filosofia moral de Aristóteles, combinados à exegese dos textos bíblicos e reflexões de Tomás de Aquino e Agostinho, além dos princípios jurídicos civis do ocidente, especialmente da atualização do Direito Romano, na expansão imperialista. Desse conjunto de certo modo de difícil unificação elaborou-se uma retórica com quatro dimensões: dogmática, moral, jurídica e histórica, com as quais, tanto jesuítas, quanto dominicanos puderam enfrentar os teólogos defensores da teoria aristotélica da servidão natural.

Vale rememorar que as relações políticas entre a Coroa e os proprietários de terras, ia além da subserviência e, ao contrário, a forma da grande exploração agrícola e o domínio dos colonos fez com que durante o século XVII, a autoridade da Metrópole fosse obnubilada pelo poder dos fazendeiros que controlavam desde as instâncias administrativas das vilas ou freguesias ao sistema complexo das propriedades rurais, com a ordenança produtiva e diferentes tipos de trabalhos. Prado Junior reitera tal afirmação, lembrando que

“Se dentro do sistema político vigente na Colônia só descobrimos a soberania, o poder político da Coroa, vamos encontrá-lo, de fato, investido nos proprietários rurais, que o exercem através das administrações municipais. Apresenta-se, assim o estado colonial, até meados do século XVII, como instrumento de classe desses proprietários. É por intermédio deles, contrariando as próprias leis da Metrópole, que se suprem de índios de que carecem para suas lavouras, intervindo nas aldeias, instituições públicas que deviam gozar da proteção oficial, ou então fazendo declarar a torto e a direito guerra ao gentio, para trazê-lo das florestas ao tronco da escravidão. É com a organização política de que dispõem que conseguem manter na sujeição, explorando o seu trabalho, a grande massa da população, escravos e semi-escravos.” (1945|1983; p.31)

As transformações coloniais ficam evidenciadas na segunda metade do século XVII até o início do século XVIII, quando um número mais expressivo de habitantes portugueses migra para a colônia, já sem conflitos deflagrados com a expulsão holandesa e em busca de novas oportunidades. Diante disso, a divergência de interesses entre colonos e reinóis é que criaria impedimentos ao andamento das atividades aqui realizadas, com diferentes eventos e conflitos que seriam historicamente elencados.

Por meio das Companhias de Comércio criadas, a Coroa buscava maior rentabilidade com uma política colonial muito mais restritiva às relações comerciais, que até então, sob domínio dos colonos, desconhecia-se. Por meio de tais medidas, as funções da administração local passaram a ser submetidas ao Conselho Ultramarino, instância pela qual a Metrópole passou a intervir diretamente nos negócios coloniais, para além da dependência antes existente da Coroa com os proprietários da colônia. Por meio do monopólio metropolitano foi criada uma política de exploração comercial diferenciada, dada por meio das Companhias que passaram a ser responsáveis pela fiscalização da produção de determinadas regiões. A Metrópole, por sua vez, ganhava com a concessão desse monopólio das Companhias, seja por meio de altos percentu-

ais sobre os lucros auferidos pelas Companhias nos negócios realizados no mercado internacional, ou ainda participando como acionistas ou parceiros, conseguindo lucros e dividendos. A primeira companhia de comércio foi a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649 a 1720) que atuou no litoral, desde o Rio Grande do Norte até São Vicente, tendo o monopólio do comércio e da navegação entre Brasil e Portugal e um percentual estabelecido em contrato, de dez por cento sobre todas as mercadorias transportadas. Além disso, tinha a responsabilidade por ordenar as atividades militares e administrativas dos territórios, com supervisão e influência. Outras Companhias entre o século XVII e século XVIII também atuaram no Brasil, caso da Companhia do Comércio do Estado do Maranhão (1682), cujo desempenho principal no comércio era abastecer o mercado de trabalho com 500 africanos escravizados ao ano. Como parte da ordenação da exploração comercial empreendida pelo Marquês de Pombal (1750-1777) no século XVIII, foram criadas a Companhia de Pernambuco e Paraíba (1759-1780) e a Companhia do Grão Pará e Maranhão (1755 – 1778) tendo, ambas, o monopólio do comércio, do abastecimento e da navegação nas regiões sob controle administrativo e, ainda, com exclusivo poder de navegação até a África, para o estabelecimento de feitorias especialmente para o apresamento, escravidão e comércio de trabalhadores para as fazendas e engenhos no norte e nordeste (Teixeira e Totini, 1993; p.36).

Vale ainda reiterar, que de meados do século XVII até o final do século XVIII, no reinado de Maria I, diferentes decretos reais foram estabelecidos proibindo não apenas qualquer manufatura na colônia, mas também qualquer relação comercial que não tivesse a triangulação da Coroa. Os navios estrangeiros eram proibidos de atracar em portos do Brasil, com exceção daqueles que acompanhassem as embarcações portuguesas. A produção de aguardente, sal, açúcar, sabão, entre outros itens eram proibidos para evitar o comércio que não viesse da Metrópole. Todos os navios que saíam dos portos coloniais só tinham um destino: Portugal. Tais proibições perdurariam até o fim do período colonial; quando o Império traria, obrigatoriamente, novas condições econômicas e políticas, como veríamos.

As atividades mineradoras, cujo protagonismo deve-se aos paulistas em suas buscas bandeirantes, mas que foi subjugado pelos “emboabas” ocupou mais de setenta anos de atividade, criando inclusive um deslocamento dos interesses da Coroa pela empresa açucareira, que já havia encontrado concorrentes nas Antilhas, para a cobiçada empreitada especializada em minérios, no território denominado originalmente Minas de São Paulo. No entanto e sem querer em muito detalhar aspectos coloniais que se distanciem

do cenário pretendido, vale lembrar que após o apogeu do extrativismo dos metais e pedras, que havia sido precedido pela empresa açucareira teríamos o que Prado Junior chamou de *Apogeu da Colônia*, o período de 1770 a 1808, com o renascimento da agricultura, cujos produtos tornar-se-iam sobrevalorizados, tendo itens essenciais como matéria prima para a nascente produção da nova era da Revolução Industrial

“Isto se reflete intensamente no mundo colonial. Seus mercados se alargam, seus produtos se valorizam. A importância do comércio colonial para os países da Europa, neste período, se manifesta nas lutas que em torno dele se acendem. Todos os conflitos europeus, pode-se dizer que desde a guerra de Sucessão da Espanha, e inclusive as guerras napoleônicas, têm sempre, como última ratio, o problema colonial”.(Prado Jr,1945|1984; p.80)

A neutralidade de Portugal que abrangia o Brasil-colônia diante dos levantes e rebeliões de colônias francesas, inglesas e holandesas, colocavam-nos em posição muito favorável no mercado dos gêneros tropicais. Outro fator de estímulo para essa nova fase da agricultura, depois da ascensão e queda açucareira e do esgotamento das reservas de Minas Gerais, seria a produção do algodão que até aquele período manteve-se como simples coadjuvante e, nunca fora valorado na Europa cuja prevalência era tida pelo linho e pela lã, como produtos para o mercado de consumo. Isto deveu-se aos progressos técnicos que passaram a aproveitar a fibra de maneira integral, tornando-se uma matéria prima cuja importância para a nascente indústria imprimiu dimensões até então inexistentes no trato comercial europeu. O crescimento da produção e comércio algodoeiro teve início no Maranhão, distribuindo-se, posteriormente para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. A cultura do algodão proporcionou ao Maranhão uma fase de grande enriquecimento e destaque como Capitania na segunda metade do XVIII, particularmente pelos empreendimentos da Companhia geral do comércio do Grão-Pará e do Maranhão.

“Arkwright constrói o seu fuso em 1769, no mesmo ano que Watt obtém a patente para a máquina a vapor que tornaria possível, o emprego desta energia em larga escala. Em 1787 Cartwright inventa o tear mecânico. São datas preciosas para o Brasil. O consumo do algodão na Inglaterra, o grande centro da indústria têxtil moderna, acompanha estas datas.” (Prado Jr., 1945|1984; p.81)

Do mesmo modo que outras atividades agrícolas de natureza exploratória para o comércio internacional, a cultura do algodão espalhou-se em várias regiões do país,

até o sul e tão logo os preços foram perdendo valor, acabou desestimulada, só retomada como cultura quase na República, com a facilidade da ferrovia, refletindo as mesmas oscilações frequentes na economia colonial e imperial, como veríamos também com a produção cafeeira.

A produção para exportação nas diferentes fases, altamente especializada, promoveu uma grande concentração de riquezas aos proprietários das terras dos empreendimentos. Como toda produtividade voltou-se para o mercado externo e, havendo restrições para produtos em pequena escala, a produção para uma economia interna seria em muito retardada, como já mencionado. Outros motivos ligados às dificuldades de circulação na geografia continental da colônia, do litoral ao interior, também corroboraram para manter em isolamento as regiões, sendo feitos, quando possível, certos trajetos apenas por embarcações. As fazendas distantes do litoral, por sua vez, em Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Maranhão mantinham sua estrutura autárquica e patriarcal, e com as dificuldades de transporte sendo vencidas pelas tropas de burros, reservando-se o transporte com o carro de bois principalmente para as atividades internas da fazenda. (Faoro, 1979;p.245). Os transportes estiveram ligados ao sistema de comunicações da colônia, que por sua vez acompanhava a expansão do povoamento, com exceção do bandeirismo que era por si um empreendimento de abertura de caminhos. De regra, portanto, como anteriormente tratado, do litoral adentrava-se na hinterlândia, em que estavam localizadas as fazendas de gado do nordeste, em áreas com povoamentos distantes, caso também das minas de ouro

“As vias de comunicação terão estas mesmas direções iniciais. Algumas se farão por água, como no Amazonas; a maior parte, contudo, será por terra, porque com exceção citada, nenhum outro grande rio ou sistema hidrográfico aproveitável desemboca na costa brasileira; particularmente na proxi-

midade dos grandes centros litorâneos em que se fixou a colonização: Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro.

Estas vias penetradoras, sejam por terra, sejam pelos rios, e que articulam e ligam o litoral com o interior, todas elas independentes entre si, vão dar numa disposição fragmentária das comunicações em que cada qual, por si e sem conexão direta com as demais, forma um pequeno sistema autônomo constituído de seus dois extremos, litoral e interior, ligados pela via e levando uma vida mais ou menos à parte.” (Prado Jr., 1945|1984: p. 109 -110)

Esses sistemas hidrográficos se articulam pelo mar que mantém a unidade, mas adentrando-se o interior percebe-se que os núcleos, povoamentos, freguesias e vilas,

seguem o emaranhado dos sistemas que acabam convergindo, não no litoral, mas na hinterlândia. Esse fato, dos sistemas fluviais se unirem terá grande importância geográfica na unidade das regiões, criando circunstâncias favoráveis à unidade do território-estado-nação. São os grandes rios, portanto que isso propiciam, reiterando a formação dos núcleos de povoamento a partir de seus desenhos e relevos. “Verificamo-las nas vias que no litoral extremo-norte penetram pelo Amazonas, tomando em seguida pelos grandes afluentes da margem direita deste: o Tocantins, o Tapajós e o Madeira, cujas cabeceiras são naquelas capitânias.” (Ibidem; p.110). Mas a importância dos rios para navegação sempre pareceu estar aquém das grandes possibilidades de navegação oferecidas, inclusive na Capitania de São Paulo e com o uso do bandeirismo para os caminhos fluviais desbravados, que a exemplo da influência indígena, tanto empregavam a “canoa de casca” para rios encachoeirados, quanto as jangadas nas situações em que faltavam as madeiras apropriadas, como lembra Sérgio Buarque de Holanda (1994; 2014) que dedicou diversos capítulos de suas pesquisas aos “caminhos flutuantes” dos sertanistas nas empreitadas do Seiscentos e Setecentos a caminho das Minas, Porto Feliz, Guarapuava, Cuiabá, extremo oeste, entre outros destinos.

Da segunda metade do século XVIII com todas as diferenças entre enriquecimento e pobreza econômica nas regiões que compõem a colônia, há uma produtividade medida pelas exportações, o que indicava que além de certa organização consolidada na fazenda da monocultura, havia certa pujança, apesar das oscilações de preços no mercado internacional dos produtos tropicais. Em 1750, para uma população de 1.500.000 habitantes, a exportação chegou a alcançar 4.300.000 libras esterlinas, um marco de prosperidade impossível de atingir-se no início do século XIX, como lembra Faoro (1979; p.244). Os rendimentos fiscais e a economia baseada na circulação do ouro e dos diamantes haviam permitido um florescimento durante o Setecentos. Em meados deste século, já havia um desenvolvimento das artes mecânicas e das manufaturas. Ainda que a maior parte dos produtos para o consumo viesse em forma de importações, a produção local tinha um emprego particular dentro da sociedade colonial e determinados produtos integravam o conjunto das primeiras necessidades. Prado Junior faz uma distinção importante entre o contexto rural e urbano para o desenvolvimento dos ofícios mecânicos. Nas fazendas ou áreas do trabalho de mineração esses artifícios configuravam um manuseio na manutenção de espaços e atividades dos trabalhadores, escravizados e das famílias sesmarielistas. A princípio, as fazendas eram centros de poder, e em seus domínios se faziam necessárias as oficinas de carpintaria, olarias, forjas entre outras manufaturas com teares para vestuário e costura, completando a independência dos grandes domínios rurais, como men-

cionado. Além disso, e fora das vilas e cidades ainda era frequente o serviço ambulante especializado como de ferreiros, dentistas práticos, cirurgiões, caixeiros-viajantes, entre outros. Mas o destaque dado recai sobre as manufaturas têxteis e do ferro, desenvolvidas principalmente em Minas Gerais e Rio de Janeiro, tornando-se de certo modo expressivas na segunda metade do século XVIII, mas que acabaram sendo completamente extintas em 1785, com exceção das manufaturas dos panos grossos de algodão que serviam aos escravizados. Com essa reprimenda oficial fora necessário aguardar o fim da situação colonial para que, tais empreendimentos produtivos voltassem a vigorar. Nesse momento, às vésperas do novo século XIX, o reino enfrentava decadência e crise em função da perda das feitorias e do comércio com as Índias, arrastando ainda o passivo do período já findo, de unificação com a Coroa de Castela. A situação era tão difícil em Portugal que, conta Prado Junior (1933|1983; p.34), chegaram a faltar recursos para adquirir a pimenta no Oriente, produto responsável pelos maiores lucros do Reino.

“Desfazia-se o império colonial lusitano, e o Reino ia perdendo a principal base da sua economia. Da África só lhe provinham então os proventos do tráfico de escravos, insuficiente, está visto, para alimentar por si só a economia portuguesa. Restava o Brasil, cujas riquezas de país novo e vigoroso se desdobravam não só em possibilidades imediatas, mas em promessas seguras para o futuro.

Tais circunstâncias fazem crescer desmesuradamente o relevo da colônia americana na economia da metrópole. Apresentava-se ela como base colonial única para a atividade mercantil do Reino, e sobre que, portanto, vai pesar todo o ônus do parasitismo lusitano.” (ibidem; p. 34-35)

A opressão da Metrópole às atividades de comércio e manufaturas seria mantida até a abertura dos portos, mas, o fim da situação colonial, ao invés de colocar o protagonismo dos negócios ao cuidado dos nacionais, acabou por excluí-los das atividades comerciais, que aqui tornar-se-iam monopólios de portugueses reinóis imigrantes, que premidos pela crise resolveram no Brasil estabelecer seus domínios. Como a maioria destes novos colonos não contava com recursos para se lançarem nas empresas agrícolas e, ao mesmo tempo não podiam concorrer como assalariados com o trabalho escravizado, acabavam no setor comercial. Tal situação de disputa, por sua vez manter-se-ia até a independência e, mesmo durante o Império, o comércio não seria um segmento de nacionais, mas de estrangeiros. Em relatório do Marquês de Lavradio, 1779 observa-se (apud Prado Jr, 1984;p.40) “logo que aqui chegam (os portugueses) não cuidam de nenhuma outra coisa que se fazerem senhores do comércio que aqui há, não admitirem

filho nenhum da terra a caixeiro, por onde possam algum dia serem negociantes”

As condições colocadas à situação colonial em meados e no final do século XVIII estará as voltas com um rigor opressivo da Metrópole, à medida que a situação econômica se consolidava no Brasil-colônia. Há uma supremacia da Metrópole nos assuntos comerciais o que determinava a perda cada vez maior da antiga autonomia colonial. Há um deslocamento do poder dos proprietários territoriais para os representantes da Coroa portuguesa. As Câmaras nas Vilas e Cidades são destituídas ou enfraquecidas, vindo a substituí-las a onipresença dos governadores. É a presença inquestionável da Metrópole que se fará lei.

“(…) nesta hora de transição, pulsa e circula, na paisagem das lavouras e das distâncias, o sangue da economia mundial. Não que a colônia seja um reflexo passivo do jogo internacional – século a século ela adquire consistência própria, fisionomia singular, de cuja interação dinâmica se comporá o anseio de autonomia. O último quartel do século XVIII denuncia uma crise e revela uma mudança de rumo”. (Faoro, 1979;p.244)

Mesmo São Paulo, cuja autonomia tornar-se-ia símbolo de irreverência é obrigada a assumir o novo sistema administrativo, com indicação de governadores, o que viria a impor relações de dependência com a Coroa e adotadas medidas de punição para o descumprimento, durante boa parte do Setecentos. Com tais normativas os choques violentos não poderiam deixar de ocorrer. Assim, além dos aspectos econômicos, políticos e administrativos divergentes, outra contradição relevante estaria colocada numa nova configuração de submissão colonial requerida pela Coroa, e um estágio de autonomia e riquezas produzidas pela colônia incompatível com a violência anti-liberal do governo português imposta naquele momento.

Emancipação

No século XVIII, diante de um novo panorama mundial, as monarquias ibéricas enfrentariam sua decadência econômica e política, como já referido, em explícito contraste ao apogeu dos séculos XV e XVI. Disputando, no mercado de gêneros tropicais com as colônias dos Países Baixos, França e Inglaterra, perderiam rapidamente suas autonomias. O antigo sistema colonial com base no pacto (exclusivismo do comércio das colônias para as Metrópoles) entraria em declínio, frente à emergência

do capitalismo industrial, sem com isso considerar que o capitalismo comercial seria por este substituído. Mudariam sim, as relações até então vigentes e as vantagens nessa hegemonia.

Nesse cenário de transições com a crise do antigo regime e a nascente industrialização, há um impacto sobre o artesão, o pequeno produtor, os ofícios cujos produtos atendiam as necessidades do cotidiano, do vestir, calçar, construir e manter. Dar-se-á início, portanto, às grandes unidades produtoras, às manufaturas, com grande número de trabalhadores, assalariados e sob o controle de um proprietário que financia o empreendimento, geralmente em cidades. A fábrica, desponta nos interesses econômicos e passa a rivalizar com o capital comercial no contexto da economia europeia, principalmente Inglaterra e França.

O declínio das relações econômicas com base no capital comercial do exclusivo metropolitano é desfavorável para o capital industrial, que tem por objetivo distribuir seus produtos ao maior número de entrepostos, com vasto intercâmbio entre produção e mercados mundiais. Da segunda metade do século XVIII em diante haverá maior pressão pelo fim do pacto colonial e, associado aos ideais liberais ganhariam maiores dimensões no âmbito das revoltas de independência, como indicado no início deste Capítulo.

As disputas entre Inglaterra e França, e o domínio Napoleônico sobre nações como Áustria, Rússia e Prússia a partir de 1806 em função do poderio francês de batalhas terrestres, permitiu a expansão desse poder em território europeu. A resistência inglesa, entretanto, obrigaria as tropas à invasão de Portugal, antigo aliado britânico, como forma de criar um bloqueio continental às manufaturas inglesas, promovendo uma desordem econômica, impedindo inclusive que o sequaz português, que não havia aderido de imediato ao bloqueio, acolhesse a produção inglesa.

Com a transferência da Corte ao Brasil, ainda que maior dependência se colocasse em relação à Inglaterra, o comércio exclusivo de Portugal passa a não ter sentido com o país invadido pelas tropas francesas e, logo, são tomadas medidas que viriam, por necessidade, a abolir o regime colonial

“São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. (...). Naquele mesmo ano de 1808 são adotadas mais ou menos todas as medidas que, mesmo um governo propriamente nacional não poderia ultrapassar.”
(Prado Jr., 1945|1983;p.47)

A medida da abertura dos portos, somada à revogação do Alvará de 1º de abril de 1785 que proibia as manufaturas, entre o transplante do Estado administrativo português para o Brasil, traria enormes transformações, não apenas para o Rio de Janeiro enquanto Capital, mas para as relações sociais, políticas, econômicas e territoriais da colônia como um todo, logo tornada Reino-Unido em 1815.

A transferência da Corte e as medidas tomadas para a emancipação do país configurariam uma situação particular, diante das formas de independência das demais colônias da América espanhola, das colônias britânicas e mesmo das francesas ou holandesas no mar do Caribe e nas Antilhas, que as obtiveram por meio de lutas e confrontos violentos com os países europeus, tendo como resultado a fragmentação dos territórios em boa parte dos casos. No Brasil, seria o próprio governo metropolitano que lançaria, de forma branda, tais medidas. Outrossim, no que diz respeito à unidade territorial, ao contrário das Capitânicas que se relacionavam diretamente com a Metrópole, e cuja interação interna era dificultada também pela dispersão geográfica; a partir do estabelecimento do aparato burocrático da monarquia, passa a existir uma estrutura territorial básica, principalmente após a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Além disso, veríamos diferentes conflitos no Primeiro e Segundo Reinado ocorrerem em função da importância crescente que os limites territoriais adquiririam.

A condição de liberdade para a economia no Brasil⁴⁴, encontraria, no entanto, a concorrência dos produtos ingleses, a preferência comercial da elite portuguesa e, por meio de diferentes entidades e repartições públicas aqui instaladas, mas desligadas das necessidades sociais da realidade brasileira, um gasto excessivo para tal manutenção, que as rendas tributárias coloniais, seriam insuficientes para custear. Com o tratado de 1810, passava para a Inglaterra nove décimos de todo o comércio de manufaturas antes exclusivas da Metrópole para o Brasil

“Perdido assim seu principal e quase único mercado, as manufaturas portuguesas receberam um golpe de morte. Além disto, os demais proven-

⁴⁴ Vale reiterar que as mudanças culturais foram expressivas, sobretudo na Capital. Lembra-se aqui a missão francesa (1816) que criou a Academia de Belas Artes e influenciou em novos repertórios a arquitetura e as artes plásticas. Chefiada por Joachim Lebreton, teve entre seus integrantes Jean Baptiste Debret, Nicolas Antoine Taunay, Auguste Marie Taunay, Gradjean de Montigny, Marc Ferrez e Zephirin Ferrez (escultores). Outras criações no panorama das artes e da literatura foram a criação do Museu Nacional e a Biblioteca Real, com livros e documentos trazidos de Lisboa. As escolas para aperfeiçoamento profissional foram a Escola de Comércio e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. O primeiro Jornal do Brasil, depois de eliminada a proibição de impressão de jornais, foi a - Gazeta do Rio de Janeiro que existiu de 1808-1822. (Itaú Cultural, Enciclopédia; verbete; Missão artística francesa)

tos que Portugal, sob as mais variadas formas, recebia do Brasil cessam bruscamente, levando o Reino a uma situação econômica desesperadora. É contra tal ordem de coisas que em grande parte se dirige o movimento constitucional do Porto; e a atitude das cortes convocadas pelos revolucionários será disto prova cabal: uma de suas preocupações máximas consistirá em reconduzir o Brasil ao antigo regime de colônia.” (Prado Jr., 1945|1983;p.48)

As medidas joaninas durante o período de governo absolutista no Brasil, apresentava diferentes contradições e desagradava, inclusive a camada da população, dos comerciantes portugueses que aqui estava, vindo a ser excluída à medida que a abertura atrairá inúmeros concorrentes comerciais estrangeiros. E não apenas isso. Em Pernambuco a insatisfação com as medidas joaninas da aristocracia rural, somada aos ideais liberais e ao cenário recessivo com queda dos preços no mercado internacional, propiciaria a Revolução de 1817 e a instalação dissidente de um governo provisório. Quando a Revolução do Porto eclode em 1820, será essa camada da população de comerciantes portugueses que apoiará suas repercussões no Brasil e inclusive fundará, o “partido português”. Vale lembrar que a Revolução exigia a elaboração de uma Constituição, em face de prejuízos pela presença inglesa em Portugal, para anular os efeitos da política econômica da colônia com outros países, da concorrência com os produtos manufaturados ingleses e da perda do mercado brasileiro e, por fim, a Revolução exigiria a recolonização do Brasil.

O fato é que o exílio no Brasil, da Corte, estendeu-se durante treze anos e, mesmo depois de Lisboa livre e desocupada em 1814 e o Regente tornado Rei, com a morte de D.Maria I em 1816, a Metrópole não fora mais atrativa, o suficiente, para fazê-la retornar. Os interesses de grande parte da comitiva fidalga e de seus funcionários, passado esse período, já estariam inexoravelmente ligados ao Brasil. Foi necessária a ameaça da perda do trono, provocada pela rebelião do Porto, para que esse feito se tornasse realidade. Nesse período de permanência da Corte algumas melhorias para o desenvolvimento econômico foram assumidas e das quais podem se destacar

“(…) estradas (as primeiras de boa qualidade no Brasil), melhoram-se os portos (como o de Recife), introduzem-se novas espécies vegetais (entre outras o chá), promove-se a imigração de colonos europeus, tenta-se aperfeiçoar a mineração do ouro. (...) De um modo geral, a administração da corte portuguesa no Brasil velará, embora dentro das possibilidades limitadas de um aparelhamento burocrático oneroso, complexo e muito ineficiente, pelos interesses da colônia. Os resultados, muitas vezes sobrestimados, não

deixaram, contudo, de contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil; e sobretudo assinalam um primeiro passo nesta grande transformação que se ia operar no país.” (Prado Jr., 1984; p.131)

Do ponto de vista territorial e suas implicações na política externa, teríamos nesse período a invasão pelas tropas do Brasil e com auxílio inglês, do território colonial francês de Caiena (1809 a 1815), como retaliação à invasão napoleônica. A devolução à França, acabou sendo resolvida por intermédio diplomático, no Congresso de Viena. Também a região Cisplatina, alvo de constantes disputas entre Portugal e Espanha principalmente a parte oriental do Rio Uruguai, antiga Colônia Sacramento, emergiria no período. Com o Tratado de Badajoz, em 1801, ficou estabelecida a posse de Sete Povos das Missões à Portugal e para a Espanha, a posse da Colônia Sacramento. Com as guerras napoleônicas e o seu domínio europeu, deflagram-se os movimentos e rebeliões de independência na América espanhola, o que daria origem aos novos países da Argentina e o Paraguai, em 1810 e 1811. Nessa época, Montevideú era ocupada como Vice-Reino, e contra esse domínio colonial sublevaram-se as tropas rebeldes de José Artigas, na tentativa de anexação desse território à Junta Independente de Buenos Aires. Temendo esse poder sobre o Prata, o Monarca português apoiou o Vice-Rei em Montevideú, o que obrigou os argentinos ao armistício com o Brasil e Montevideú. Cinco anos depois, a situação seria retomada pela Argentina, dessa vez de forma vitoriosa sobre Montevideú. Receando o fortalecimento portenho, uma divisão de guerra é enviada por D.João, sob o comando de Carlos Lecor, que acaba obtendo o controle de Montevideú. Faz nascer aí a Província Cisplatina, que seria anexada ao Brasil até 1827. Seu interventor, tornado Barão de Laguna iria governar a Província durante o tempo do controle luso-brasileiro. (Mendonça, 2013)

A fase imperial

O Império independente, seria sob determinados aspectos uma continuidade da situação colonial, inclusive por ter mantido a monarquia e seus monarcas tal e qual na fase anterior. Todavia, não seria possível enfrentar todas as necessidades de um país independente sem novas instituições. As instituições transferidas do Estado português, por sua vez, onerariam sobremaneira o custeio das despesas presumidas, que iam das forças armadas aos prolegômenos de saúde pública, passando por outros itens como instrução, reformas e melhorias urbanas. Para fazer face ao empreendimento, o

aumento considerável dos gastos sobrecarregaria o Tesouro público pressionando um sistema financeiro muito restrito. Tais ajustes no sistema dependeriam de reformas na burocracia transplantada da Metrópole, cujos quadros administrativos já eram decadentes e, sendo ineficientes tornar-se-iam ainda mais, pelas dimensões do território brasileiro, seus significados históricos na ocupação colonial, contraditórios ao contexto de origem e suas finalidades. Assim,

“A renda mais segura e fácil a ser cobrada era constituída pelos impostos alfandegários que de fato produziam a maior parte da arrecadação pública. Mas esta fora limitada pelos tratados internacionais à taxa insignificante de 15% ad valorem. Nestas condições, o Brasil viverá em déficit orçamentário forçoso e permanente. Desde a transferência da corte em 1808, pelos anos afora, as contas públicas saldaram-se cada ano, quase sem exceção, em débito.” (Prado Jr., 1984;139)

O quadro deficitário das contas públicas ao ser recorrente, tinha por resultados atrasos no pagamento de compromissos e nos soldos dos funcionários o que pressionava para a emissão de papel-moeda como saída, sendo que os empréstimos externos eram paliativos, uma vez que a capacidade de custeio dos compromissos logo era transformada em novas dificuldades no pagamento. Em meados do século XIX o conjunto das dívidas públicas era da ordem de 40% do total da receita.

Os privilégios que foram concedidos aos ingleses, contribuíram para que o Brasil não tivesse alcançado alguns ideais de modernidade que revestiram determinadas nações, como outras na primeira metade do século XIX, fato ocorrido e de modo recorrente, sempre comparado aos Estados Unidos da América. Os ingleses, por sua vez, não buscaram abrir seus mercados para os produtos brasileiros, até porque não queriam concorrência aos produtos tropicais produzidos por suas colônias nas Antilhas. Aplicada de forma ambígua, as ideias e o discurso liberal acabaram criando dificuldades econômicas ao comércio brasileiro, no momento em que os grandes produtores rurais passaram a governar o país, por meio de sua representação nos órgãos da administração.

“Não existindo na colônia sequer uma classe comerciante de importância – o grande comércio era monopólio da Metrópole – resultava que a única classe com expressão era a dos grandes senhores agrícolas. Qualquer que fosse a forma como se processasse a independência, seria essa classe a que ocuparia o poder, como na verdade ocorreu, particularmente a partir de 1831.

(...) O desaparecimento do entreposto lusitano logo se traduziu em baixa de preços nas mercadorias importadas, maior abundância de suprimentos, facilidades de crédito mais amplas e outras óbvias vantagens para a classe de grandes agricultores.”(Furtado, 2003;p.100)

No entanto, diante de dificuldades criadas pelo jogo de forças envolvidas no processo dinâmico e posterior à Independência, a Inglaterra proporia extinguir a importação de escravos africanos. O que na análise da historiografia desponta, é que os brasileiros assumindo as atividades comerciais de exportação dos produtos, antes de competência dos portugueses e temendo uma alta provocada pelo fim da importação dos escravizados e sem ter outras saídas, resolvem enfrentar com desobediência as decisões inglesas. O governo britânico, apoiado por razões e motivos éticos e morais, mas principalmente preocupado com a salvaguarda econômica da concorrência aos empreendimentos anglo-antilhanos, enxergavam a manutenção do sistema escravocrata brasileiro, uma das causas, ou a mais expressiva, na baixa de preços no mercado do açúcar e, portanto, empregou todos os meios disponíveis sob seu controle, para garantir rentabilidade agrícola ao extinguir o tráfico de africanos escravizados.

A grande quantidade de produtos europeus, principalmente ingleses, é inversamente proporcional ao decréscimo das exportações dos produtos nacionais, em função da retração dos mercados mundiais, nas primeiras décadas do século XIX. Essa regressão da produção agrícola, em função da redução dos negócios no comércio internacional, aliado às dificuldades de estruturação interna como - falta de capital, processo agrário rudimentar, baixo valor técnico na produção, oscilações na mão-de-obra - anulariam as prioridades produtivas das atividades econômicas das regiões norte e nordeste. Em função das transformações da região sul e sudeste, a partir da transferência da Corte e posterior independência, além da cultura do café que começava a se espalhar na região sul fluminense e norte da província de São Paulo, há um deslocamento geoeconômico das atividades administrativas principais. Favorecido pela conjuntura comercial econômica do início do século XIX, o café desponta com uma valorização e alta de preços, o que se tornou um estímulo ao seu plantio. Esse seria o debut de uma cultura que, apesar das oscilações ao longo do século XIX e décadas iniciais do XX, tornar-se-ia permanente, levando o país ao lugar de maior produtor mundial. O café, ao contrário do chá, não era um hábito no século XVIII. Tornar-se-ia durante o Oitocentos um costume e, portando, manteria bons preços, em função da demanda contínua. Como grande consumidor do produto brasileiro teríamos os Estados Unidos, que num acordo estabelecido com as exportações brasileiras, em vista de fugir das taxações impostas ao mercado pela política

colonial inglesa e holandesa, tornar-se-ia o mais importante mercado de incentivo produtivo. Em 1827, o café já apareceria como segundo produto de exportação, tendo o açúcar, como primeiro e seguido pelo algodão, como exposto

Tabela 4

1821 - 1830		1831 - 1840		1841 - 1850	
Açúcar	30,1%	Café	43,8%	Café	41,5%
Algodão	20,6%	Açúcar	24,0%	Açúcar	26,7%
Café	18,4%	Algodão	10,8%	Couros e peles	8,5%
Couros e peles	13,6%	Couros e peles	7,9%	Algodão	7,5%

(Fonte: N. W. Sodré apud Pinto,1981: 135 in Motta(org))

Nesse cenário, qualquer tentativa de supressão da mão-de-obra escravizada soaria inconcebível à monocultura cafeeira que rapidamente tornou-se hegemônica. Segundo as cláusulas do Tratado de 1810 com a Inglaterra, reiteradas em 1826⁴⁵ e finalmente promulgada em 1838, a extinção do comércio de africanos escravizados traria diferentes consequências a partir da segunda metade do século XIX. Ainda que tenha sido preterido no início, pois os representantes da elite rural pouco fizeram para viabilizar o seu cumprimento e tampouco as autoridades brasileiras, tornando-se coniventes em sua cumplicidade; seria apenas uma questão de tempo para que se viabilizasse.

Os embates entre ingleses e os traficantes de escravizados perdurou por décadas. A taxação aos produtos brasileiros converteu-se numa forma de retaliação. Um

⁴⁵ D. Pedro I assina em novembro de 1826, o tratado anti-tráfico, cujas cláusulas tratariam de tornar ilegal, a partir de 1830, atividades comerciais com africanos escravizados, ao que passaria a ser condenado como pirataria qualquer súdito do Imperador a essas dedicados e, ainda, sujeitando-os às punições dos tribunais britânicos. O Tratado assinado imposto, já que não houve aprovação da Câmara, que por sua vez já havia rejeitado outras propostas com esse teor, reiterava o poder britânico sobre a monarquia portuguesa. O fato é que durante muitos anos, ainda, mesmo com o tratado, o tráfico de africanos seria mantido. Em 1837 entraram ilegalmente nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, mais de 46 mil escravizados. Proporcionalmente às atividades ilegais nos anos sucessivos, cresceriam a repressão inglesa aos navios de bandeira portuguesa e de bandeira brasileira, com carregamento de africanos. Em 1839 foram levados à comissão de fiscalização anglo-brasileira estabelecida em Serra leoa, nove embarcações. Entre 1839 a 1841, 27 navios apreendidos são levados à Freetown. Pressionado de todas as maneiras o Brasil reitera o Bill Aberdeen, aceitando o crime de pirataria às atividades de tráfico humano. A empreitada inglesa seria vitoriosa e o policiamento das embarcações traria parte dos resultados esperados. (Viotti da Costa, 1998)

mesmo produto vindo do Brasil pagaria ao menos 25% a mais em taxas, o que o era desprezado diante de outros produtos oriundo de regiões diversas. Com isso, a recíproca viria dentre outras maneiras, nas tarifas do Ministro da Fazenda Alves Branco, em 1844, que tratou de sobretaxar todos os produtos ingleses na ordem de 30 a 60% mais caro do que anteriormente, alegando a impossibilidade de manter a amigável tarifa de 15% ad valorem, com vistas ao saneamento do déficit enfrentado pelas finanças públicas e ainda à proteção ao capital nacional empregado em manufaturas brasileiras, sobretudo têxteis. De fato, com o encarecimento das importações de determinados produtos ingleses, teríamos um estímulo aos empreendimentos industriais nacionais, ainda em pequena escala e com certa simplicidade.

O Império do Brasil defendeu-se da pressão inglesa para o fim do tráfico, até 1850, quando em 4 de setembro foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz. Diferente do teor da Lei de 1830, esta suprimiu com medidas severas o tráfico humano. Com o fim desse comércio, que estava em mãos de portugueses e, tratando-se de atividade urbana, o capital invertido nesse empreendimento encontrou-se liberado e, portanto, sujeito aos novos tipos de investimentos que a organização financeira do capital oferecia. Além do comércio, a indústria se expandiu com um número expressivo de novas patentes requeridas a partir da década de 1850⁴⁶ até o ápice em 1889.

“(...) todos os índices de atividade sobem de um salto. A circulação monetária é fantásticamente alargada pela faculdade emissora concedida ao Banco do Brasil e pelo abuso da emissão de vales e outros títulos pelos demais estabelecimentos de crédito, firmas comerciais e até simples particulares. Tudo isso terminará num desastre tremendo – a crise de 1857, seguida logo por outra mais grave em 1864. O Brasil estreava nos altos e baixos violentos da vida financeira contemporânea. Mas ficarão algumas iniciativas que marcam época no país: a primeira estrada de ferro inaugurada em 1854, as primeiras linhas telegráficas construídas em 1852, bem como outras.” (Prado Jr., 1945|1984; p.154)

⁴⁶ A análise de Prado Junior, a propósito do aquecimento econômico a partir da segunda metade do século XIX, que chamou de Aurora Burguesa, está também vinculado às novas bases das relações comerciais com a Inglaterra, parceria principal para a implantação do sistema ferroviário que em função da expansão da monocultura cafeeira, seria redentora. “A expansão dos negócios ingleses retomará seu ritmo normal e progressivo, que declinara muito nos anos anteriores de atritos e desentendimentos. A opinião inglesa olhará de novo com simpatia para esse país que afinal se conformava com o neo-humanitarismo britânico despertado em princípios do século XIX. Este incremento das atividades inglesas no Brasil é mais um fator importante a ser levado em conta na fase que ora se inaugura; como o declínio delas, no período anterior, não pode deixar de ser computado entre os fatores de perturbação e do desequilíbrio então verificado.” (Prado Jr., 1945|1984; p.154)

No conjunto desse novo panorama tecnológico que impulsionaria a economia e a transformação da paisagem e seus territórios viria o telégrafo em 1852 e a concessão de linhas de navegação. Nesse sentido, o governo Imperial estimulou o desenvolvimento de vias de transporte concedendo privilégios com isenção de juros para o sistema ferroviário e de navegação. Vale reiterar que o tipo de investimentos feito pelo capital britânico, privilegiando as obras de infra-estrutura, tinha por objetivo manter a condição das economias agrário-exportadoras desses países, garantindo vantagens de custo mais baixo inclusive beneficiando a importação de matérias-primas e produtos tropicais. Reiterando a divisão internacional do trabalho, o fornecimento de gêneros de primeira necessidade industrializados para o consumo do Brasil complementava esse circuito periférico de importação e produção para exportação, ainda que os projetos em parceria com o capital estrangeiro, especialmente inglês tivesse permitido que os empreendimentos na implantação de ferrovias, na concessão do sistema de navegação a vapor, a eletrificação, o fornecimento de gás encanado, o abastecimento de água e o saneamento tivessem sido essenciais como melhorias convertidas em desenvolvimento econômico e social.

Ascensão da economia cafeeira, o trabalho e a terra - Império e República

Na primeira metade do século XIX vimos como a nova condição política da colônia, em face da autonomia e posterior independência, foi economicamente beneficiada com a exportação do açúcar e outros itens, dentre esses o algodão, o arroz e o café. Na segunda parte do Oitocentos, veríamos uma profunda transformação geoeconômica e seus intensos desdobramentos, primeiro com o deslocamento da primazia produtiva e econômica das atividades agrícolas do norte e nordeste para a região sudeste, incluídas aí as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e parte de Minas Gerais. O segundo aspecto seria

“(...) a decadência das lavouras tradicionais do Brasil – da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco -, e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira.” (Prado Jr., 1945|1984; p.157)

Esses aspectos de modo geral tem a decadência das lavouras de açúcar por questões ligadas à desvalorização do produto no mercado internacional em função de um substituto para o açúcar de cana – o açúcar de beterraba. Certos países europeus e também os Estados Unidos, como grandes consumidores de açúcar, eram os grandes mercados para a produção tropical. Passando diversos dos antigos consumidores do açúcar brasileiro, à produtores do açúcar de beterraba conseguiram inclusive produzir em grandes quantidades, reservando o excedente para exportação. Assim, o açúcar de cana passa a ser sobretaxado inclusive como medida comercial protetiva ao açúcar de beterraba⁴⁷. A crise, portanto, afetaria todos os países produtores do açúcar de cana. No Brasil, a região norte sofrerá duplamente, com a crise internacional, mas também com a concorrência oferecida pelo centro-sul e suas atrativas condições para as lavouras de café. Outros produtos tradicionais da região sofreriam com a concorrência internacional, como o algodão e o tabaco, contribuindo para agravar a crise.

Nesse momento histórico, a produção cafeeira estava localizada em pequena parte do território de Espírito Santo; na região próxima ao litoral do Rio de Janeiro, avançando por Angra-dos-Reis e Parati; na região limítrofe do sul de Minas Gerais e, a parte norte de São Paulo, o Vale do Paraíba que seria a grande região produtora, até ser suplantada pela região à oeste da Capital paulista.

Toda a região da bacia do Rio Paraíba seria invadida pelos cafezais. Essa economia absorveria muito da mão-de-obra cativa deslocada da região norte em face de sua estagnação econômica. Geograficamente a região do Vale do Paraíba formaria uma unidade pelas características de relevo e clima e comercialmente por estar ligada ao porto do Rio de Janeiro e, tendo como centro financeiro e administrativo a Capital Imperial. O Rio de Janeiro passa a ser o grande entreposto do comércio do café. Toda essa região torna-se extremamente dinâmica, até que o sistema regional partindo de Jundiaí e Campinas, na direção oeste, despontasse, tendo São Paulo como centro financeiro, administrativo e entreposto do comércio cafeeiro, com o acréscimo vital, do porto de Santos complementando o circuito. A marcha nessa direção seguirá um fato técnico, do solo, que se apresentava em manchas próximas umas das outras, a terra roxa, a partir de Campinas no sentido Norte

⁴⁷ Caio Prado Junior lembra que a concorrência entre o açúcar de cana e o de beterraba nessa conjuntura de meados do século XIX suscita um dos primeiros acordos internacionais em termos de respaldo à produção para exportação, acordos nem sempre respeitados. (1984, p.158)

“Esta “onda verde” de cafezais, como tão expressiva e apropriadamente se denominou a expansão da lavoura que então fundamentava a riqueza brasileira, marchará rapidamente, alcançando no penúltimo decênio do século a região do rio Mogi-guaçu na sua confluência com o Pardo; aí se formará o núcleo produtor do melhor e mais abundante café brasileiro. O “café de Ribeirão Preto” (centro da região) se torna mundialmente famoso.” (Prado Jr., 1945|1984;p.165)

Por fim, a forma de ordenação inicial da lavoura cafeeira seguiu o modelo colonial das grandes plantações, tendo por princípio a grande propriedade de monocultura, com mão-de-obra de escravizados, depois libertos e ao lado de imigrantes, em forma de colonato e trabalho assalariado. A extensão das lavouras transformar-se-á com o passar dos anos e na República, será em muito expandida, inclusive pelo avanço das novas estradas de ferro que juntamente ao deflorestamento das matas virgens, produziria novas propriedades, territórios e paisagens. As pioneiras fazendas de café seguiam, a princípio, estrutura e instalações marcadas por espaços e dependências que tornavam o sistema faseado, complexo, tendo características semelhantes aos engenhos. O preparo, a lavagem e a secagem contavam com tanques; terreiros para os grãos, máquinas para decorticação, armazenamento em barracões. Além das áreas de beneficiamento, também na propriedade constavam a casa do proprietário - que lá permanecia geralmente durante a colheita de maio a agosto, a senzala dos escravos - com tipologia de ampla edificação com alojamentos entorno de um pátio; as colônias das famílias de trabalhadores, com características comuns, pequenas casas enfileiradas numa rua, além de coqueiras, estrebarias, áreas de oficinas de manutenção, carpintaria, serralheria. A lavoura marca na história econômico social e na geografia humana um momento bem definido, por todas as transformações que acarreta. O café tornou-se um monopólio brasileiro e como lembra e dará origem, do ponto de vista social, à última das “três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira.” (Prado Jr., 1945|1984;p.167).

Na análise de Celso Furtado (2003), o problema da mão-de-obra, com o fim do trabalho escravizado, não significaria nem produção de riquezas, por um lado, nem prejuízos, por outro. Configurar-se-ia, sim, numa repartição da propriedade no interior da economia coletiva. A propriedade da força de trabalho deixa de pertencer ao senhor das terras e passa ao indivíduo e

“deixa de ser um ativo que figura numa contabilidade para constituir-se em simples virtualidade. Do ponto de vista econômico, o aspecto fundamental desse problema radica no tipo de repercussões que a redistribuição da propriedade terá na organização da produção, no aproveitamento dos fatores disponíveis, na distribuição da renda e na utilização final dessa renda.” (Furtado, 2003; p.143)

No caso da redistribuição da “riqueza”, o economista pensa em dois casos específicos: por um lado, quando não é acompanhada por modificações na organização produtiva⁴⁸ ou partilhamento da renda, e o outro caso, quando a flexibilidade da oferta da terra, é capaz de permitir, com o fim do trabalho escravo, que esse grupo possa constituir propriedades para a criação de lavouras de subsistência. Nesse último exemplo, as mudanças na organização do sistema produtivo não seriam pequenas, rebaixando o grau de uso de fatores e a rentabilidade do sistema. Assim, dificilmente poder-se-ia concretizar diante dos majoritários proprietários que ao serem privados dessa mão-de-obra, acabariam por pagar vultuosos salários, aos ex-escravizados tendo como disso consequente, a redistribuição da renda favorável às camadas mais pobres. Numa forma bem próxima do socialismo, talvez?! No caso brasileiro, nenhum dos dois casos, se apresentou. O primeiro caso, da impassividade, segundo Furtado (2003) esteve mais próximo da região açucareira no norte/nordeste e, no segundo caso, da região cafeeira no sudeste em que muitos trabalhadores libertos e imigrantes acabaram beneficiados com uma oferta de terras, sem que no entanto isso configurasse prejuízo à posse e aos rendimentos majoritários dos grandes proprietários, o que seria difícil. Na região nordestina, as propriedades e terras de mais fácil apropriação, na ocasião da abolição, já estavam ocupadas ou empossadas o que dificultou muito a sobrevivência daqueles libertos que não queriam continuar trabalhando nos engenhos

“Os escravos liberados que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituía um problema social. Para o interior a economia de subsistência se expandira a grande distância e os sintomas da pressão demográfica sobre as terras semi-áridas do agreste e da caatinga se faziam sentir claramente. Essas duas barreiras limitaram a mobilidade da massa de escravos recém-liberados na região açucareira. Os deslocamentos se faziam de engenho para engenho e apenas

⁴⁸ Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre se compõe de inúmeros argumentos para demonstrar, ao contrário, essa imbricação (2003|2015).

uma fração reduzida filtrou-se fora da região. Não foi difícil, em tais condições atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escravo, mediante um salário relativamente baixo. Se bem não existam estudos específicos sobre a matéria, seria difícil admitir que as condições materiais de vida dos antigos escravos se hajam modificado sensivelmente após a abolição, sendo pouco provável que esta última haja provocado uma redistribuição de renda de real significação.”(Furtado, 2003; p.144).

Com o cenário de valorização do açúcar produzido em Cuba e sua destinação ao mercado de consumo dos Estados Unidos, além do açúcar também produzido nas Antilhas, para o comércio europeu, a produção brasileira do insumo, sem adesão às novas técnicas do cultivo da monocultura da cana, viu-se colaborador da retração na procura e também na oferta de mão-de-obra, nesse pós-abolição da empresa açucareira do nordeste, não impactando, entretanto, segundo o autor, em mudanças profundas na distribuição da renda e das terras, como comentário anterior.

Com relação à produção cafeeira, os efeitos da abolição foram diferentes nas regiões originais do Rio de Janeiro, parte de Minas Gerais e porção norte de São Paulo, na qual havia se constituído a agricultura com base no trabalho escravizado, desde as primeiras décadas do Oitocentos; via os efeitos do desgaste dos terrenos e queda da produção, principalmente quando a ferrovia passa a contribuir para deslocar o eixo de importância para outras regiões da província, provocando êxodo de trabalhadores na abolição. O recrutamento da mão-de-obra de europeus, pelas vias da Sociedade Promotora de Imigração⁴⁹, com os contratos de trabalho muito mais atrativos entre outras possíveis vantagens advindas com as famílias, acabou por favorecer, ainda que de forma restrita as condições do trabalho ou de arrendamento de lotes, inclusive para os libertos, de longe melhores do que os congêneres da empresa açucareira do nordeste. Contudo, seriam atualmente bastante contestáveis as teses que apontam para uma responsabilidade do liberto em certa situação desfavorável na competição estabelecida com os colonos imigrantes, a propósito de Furtado (2003;p.46) conforme o exemplo de certos argumentos indicados

“Para bem captar esse aspecto da questão é necessário ter em conta alguns traços mais amplos da escravidão. O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos

⁴⁹ Por iniciativa privada dos fazendeiros, a Sociedade Promotora de Imigração foi criada em 1886 por Martinho da Silva Prado Jr., Raphael Aguiar Paes de Barros, Nicolau de Souza Queiroz, Antônio Pacheco Chaves, Benedito Vieira Barbosa; tendo sido responsável pela vinda de aproximadamente de 120 mil imigrantes até sua extinção em 1895, quando o governo se responsabilizaria pelas funções do serviço imigratório

econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas “necessidades”. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio”.

Com isso, podemos depreender que tal afirmação sem um contexto reparatório pode vir à depor sobre o alcance da análise, embora tenha acontecido com muita frequência entre teóricos e suas considerações de responsabilidade sobre o período econômico, social e político tratado.

Em resumo, a mesma alcunha da “preguiça ou vadiagem” que recaía sobre o trabalhador nacional, não escravizado, por suposto, pobre, recairia sobre o liberto, piorando-se seus motivos. As jornadas trabalhadas pelos libertos nas fazendas de café, pareciam sempre pequenas e insuficientes para o proprietário das fazendas. O abandono do trabalho, o baixo desenvolvimento intelectual e certa insubordinação acompanharam os principais motivos para a própria segregação dessa população no pós-abolição, justificativas correntes de nossa historiografia. Como se isso só não bastasse, quase toda a primeira metade do século XX contaria com a “impassividade” desse grupo de libertos diante das necessárias transformações econômicas de que o país necessitava. Do ponto de vista mais panorâmico, disseram, por repetidas vezes que a abolição tivera maior peso político, do que econômico, tendo-se em conta, por isso, que a escravidão tinha maior relevância enquanto sistema de poder, do que forma de organização produtiva. Ainda aliado a isso, seria comum entender, nessa coerência, que o fim da escravidão traria poucas mudanças produtivas e nenhuma significativa nova distribuição de renda. No entanto, vale introduzir algumas reflexões de importância sobre a formação da propriedade fundiária no Brasil e alguns de seus efeitos na República, destacando-se o caso paulista, para vislumbrar que muitas alterações ocorreriam, sem diminuir o peso tanto político quanto econômico da relação terra e trabalho, como veremos a seguir.

* * *

A intersecção do panorama - terras e trabalho - marcado pela Lei de Terras de 1850, poria fim ao vazio legal advindo com a independência, de suspensão da posse baseada

no regime fundiário de concessão sesmarial; permitindo o estabelecimento de um novo conjunto legal de propriedade. Nesse lapso de tempo - 1822-1850 - conhecido como o apogeu das posses no contexto das terras brasileiras, foi possibilitado o uso disseminado da grande e pequena posse diante da completa falta de regulação da propriedade. Nesse período cresce o número de posseiros de grandes quantidades de terras, marcando o início das oligarquias rurais; ainda que parte dessas posses tenha sido inutilizada pelos efeitos jurídicos de 1854, a partir da qual se marca a vigência da Lei 601. Essa, previa um novo regime para a propriedade em sua forma de concessão: só seria dada mediante a compra ou por herança de sucessão. Com vistas à legitimidade das posses ocorridas entre o período anterior e com a missão de delimitar terras devolutas sem uso ou posse, a Coroa tinha o interesse, com os recursos auferidos, de promover a política de povoamento com formas atrativas para o trabalho livre, de imigrantes e no enalço de uma redução progressiva do trabalho escravo.

A vinculação da questão da regularização da propriedade da terra e sua utilidade na política imigratória conduziu, grosso modo, a transição para o trabalho livre, sendo predominante, no Estado Imperial, a elite Saquarema⁵⁰ ligada ao Partido Conservador, mentora do projeto de regulamentação com o teor da Lei de Terras. Outras opiniões acreditavam que apenas uma política de distribuição de terras como ocorrera nos Estados Unidos poderia⁵¹ incentivar a vinda de imigrantes para um país cuja fama de

⁵⁰ Saquarema e Luzia eram as alcunhas recebidas pelos membros dos partidos Conservador e Liberal, no Império. Os conservadores ficaram conhecidos por muitos de seus integrantes residirem na vila de Saquarema, Rio de Janeiro e, tendo muitas das reuniões do Partido acontecido lá. Já os luzias, do partido liberal estavam relacionados à Revolta Liberal de 1842, iniciada contra o fechamento da Câmara, na vila mineira de Santa Luzia. A visão Saquarema correspondia à crença desse grupo conservador, de uma gradual substituição do trabalho escravo pelo livre, o que significava que propunha manter a escravidão por um período ainda extenso, por considerá-la uma tradição herdada e consagrada “inclusive” pela religião católica. Quanto à imigração, a visão Saquarema retomava as ideias de povoamento para o amplo território nacional existentes no período Joanino da Corte no Brasil, dando especial estímulo ao branqueamento da população, por meio de imigrantes europeus, especialmente alemães e suíços. (Silva, 1990, p.158)

⁵¹ Viotti da Costa traça um estudo comparativo entre o *Homestead Act* de 1862 e a Lei de Terras de 1850, considerando que a expansão dos mercados e o desenvolvimento do capitalismo provocaram re-avaliações das políticas de terras em sua intersecção com o trabalho. As transformações nos meios de transporte, o fim do trabalho servil, os fluxos migratórios, a industrialização e o crescimento dos centros urbanos dinamizaram novos usos agrários, dentre a expansão das áreas cultivadas para o comércio capitalista, interno ou de exportação. Em diferentes contextos dos países, parte da população que antes dedicava-se à lavoura de subsistência acabou cooptada para o trabalho assalariado no campo ou, parte desses camponeses migrou para as cidades. “A fim de regularizar a propriedade da terra de acordo com as novas necessidades econômicas e os novos conceitos de terra e trabalho, diversas leis importantes foram decretadas em diferentes países durante o século XIX. O ritmo da mudança, entretanto, variou de um país para outro e, dentro dos limites de um mesmo país, de uma região para outra, de acordo com o grau e a intensidade com que o desenvolvimento da economia industrial e comercial afetou essas áreas.” (1998; p.172)

suas jornadas de trabalho sempre esteve marcada pela servidão e trabalho árduo. Outros chegaram a defender as parcerias e arrendamentos, mas de todas, nenhuma teria a importância e a influência da visão Saquarema (Silva, 1990, p.158).

No conjunto das discussões, diferentes posições quanto ao uso da mão-de-obra dos nacionais emergiam ao lado do emprego dos imigrantes e do escravo que transformar-se-ia em trabalhador livre, incentivando a implantação subsidiada e a difusão do sistema de colonato, o que se fortaleceu um pouco antes e no pós-abolição. As soluções de modo geral mantinham a base da coerção como os limites para o desempenho do trabalho, mesmo numa base contratual. As normas eram sempre repressoras, impedindo a mobilidade dos trabalhadores além de sua circunscrita área de desempenho. Essa questão estava implícita na própria forma de relações produtivas do sistema (de dominação pessoal no capitalismo periférico) como sugerido por Maria Sylvania de Carvalho Franco (1997; p.198) “A fazenda concretizada em empresa e lar – fechava num círculo todos aqueles que fizeram parte de sua estrutura, integrando a dominação à continuidade de um cotidiano inescapável”.

A Lei de Terras de 1850 configurou a transição da forma de domínio territorial colonial para a forma da propriedade pública e privada moderna, com base na regulamentação administrativa e jurídica. Como apresentado pelo trabalho pioneiro de análise histórica e político-econômica de Lígia Osorio Silva, (1996) ainda que a história territorial e geográfica do Brasil tenha permanecido submetida ao regime sesmariarista por mais de três séculos, não pode ser a isso imputada toda a responsabilidade pela imensa concentração agrária até a atualidade, imperante; mas também pela forma como se deu a distribuição e venda de inúmeras glebas, posses e latifúndios nessa alteração de propriedade.

Pelo tipo de agricultura predatória que no Brasil colonial era praticada, esgotavam-se as propriedades do solo e, logo, eram necessárias a incorporação de novas áreas para o cultivo. Com isso, criou-se de forma permanente o apossamento integrado às tais formas produtivas. Vimos como as mudanças operadas na economia mundial corroboraram para o predomínio britânico e, como o Brasil acabou por pactuar entre outras medidas com o fim do comércio humano. Ao mesmo tempo, crescia a produção cafeeira e a redução de “braços” deveria encontrar uma solução, o que se deu sob influência majoritária do Partido Conservador, concomitante ao processo de fortalecimento do Estado Imperial

“A lei de 1850 estava relacionada com essas duas ordens de fatores. Deveria representar um papel fundamental no processo de transição do tra-

balho escravo para o trabalho livre, aberto com a cessação do tráfico e, ao mesmo tempo, dar ao Estado imperial o controle sobre as terras devolutas que desde o fim do regime de concessão de sesmarias vinham passando de forma livre e desordenada ao patrimônio particular.” (Silva, 1996; p.334)

Configurando a política imperial, era fundamental a demarcação das terras devolutas para loteamento e venda como forma de subsidiar o financiamento da colonização de trabalhadores imigrantes para as fazendas das diferentes regiões como exposto nos relatórios das “Terras Publicas e da Colonização” da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas” onde se lê

“Continuão em vigor as ordens mencionadas nos relatórios precedentes acerca da venda de terras em lotes nos territórios medidos e demarcados nas províncias de São Pedro, Santa Catharina, Paraná e São Paulo; bem como autorizações dadas ás presidencias destas provincias e das de Matto-Grosso, Minas Geraes, Espírito-Santo, Alagôas, Ceará e Pará, para venderem terras devolutas a particulares, que as requererem fora daquelles territórios e dos districtos das colonias ou nucleos coloniaes existentes. Este ramo de serviço começa a produzir os seus resultados; e os habitantes do paiz, reconhecendo a ilegalidade das invasões nas terras publicas e de sua ocupação por intrusos, vão se resolvendo a requerer a compra dellas em porções razoáveis, para as poderem aproveitar conforme as suas forças e circunstancias.” (Azambuja, 1861; p.25)⁵²

Mesmo em face de uma extensa legislação, reforçada por outras tantas regionais na República,” três leis, dois regulamentos, oito decretos, e mais de cem avisos – não foi suficiente para que o objetivo inicial do projeto se tornasse realidade.” (Silva, 1996; p.335). Grande parte das dificuldades estava em demarcar as terras devolutas, depois das terras particulares. Mesmo com todas as facilidades oferecidas, inclusive em se aceitando os registros de Vigário⁵³ poucos posseiros e sesmeiros demarcaram e mediram seus domínios, sobretudo em outras províncias, que não São Paulo, como veremos adiante, pelos motivos já referidos, de incorporarem até o limite as terras devolutas possíveis em vista da agricultura predatória. Além disso, a especulação fomentada pelos grileiros⁵⁴

⁵² Grafia original mantida.

⁵³ Declaração de posse de terras feita em presença do vigário responsável por paróquia ou freguesia.

⁵⁴ O grileiro, nesse contexto, apoderava-se, sem direito das terras e as revendia mais de uma vez, falsificando títulos de propriedade ou simulando posse e uso, em algumas dessas.

também contribuiu para inviabilizar o projeto imperial de colonização principalmente voltado à pequena propriedade. A atenção imperial ao centro sul, região em que o Serviço de Terras e Colonização concentrava esforços na imigração de colonos, por sua vez, gerava indignação dos proprietários do norte e nordeste

“Essa opção provocou críticas por parte dos políticos do Norte do Império que acusavam o governo de favorecer apenas os interesses da lavoura cafeeira. De fato, os fazendeiros do café pressionavam no sentido de serem financeiramente apoiados pelo Tesouro. E nos anos 1880 a vitória da corrente da imigração regular vai começar a se delinear. Entretanto, é preciso dizer que o que incomodava os representantes do Norte era a destinação das verbas para o Centro-sul e não necessariamente a imigração em si. Afinal, o que o Norte do Império e Minas reclamavam era crédito para a agricultura e não pela falta de mão-de-obra.” (Silva, 1996;p.191)

O Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas na ocasião, era ninguém mais do que o Deputado e depois Senador (1869 a 1872 e 1885 a 1888) e ainda primeiro Prefeito Republicano da capital paulista, Antônio da Silva Prado, cujo desempenho a favor da colonização em São Paulo fora decisiva para atender esse entre outros interesses. Como os recursos eram restritos, inclusive para manter diferentes comissões de avaliação de terras e colonização, julgou o Ministro então fazer o uso cabível com o orçamento, alterando-o, conforme excerto de sua argumentação

“E o que tem feito no Norte do Imperio as referidas Comissões? Quantos lotes mediram, quantos foram vendidos e quantos imigrantes foram colocados? Nada me consta e creio portanto, conservar tais comissões? Para o serviço das terras particulares, legitimação, discriminação etc.? Mas este serviço incumbe aos juizes commissários, deve ser pago pelos particulares e, portanto, acertado foi o ato pelo qual deliberei conservar tão somente tais comissões naquelas províncias para onde se dirige a imigração. Nestas províncias tenho procurado dar o necessário desenvolvimento ao serviço das medições.” (Prado, 1929; p. 144-146 apud Silva, 1996, p.192)

As dificuldades na aplicação da Lei 601 eram tamanhas, que para tornar mais efetivas a demarcação das devolutas e particulares, o Serviço adotou a prática de preocupar-se apenas com a demarcação das devolutas, nos locais em que não houvesse reclamantes e seu estatuto régio ou público estivesse seguro. Quando havia tal informação, geralmente expedida pelo presidente da província e as terras servindo para a fixação de

colonos imigrantes, o Ministério da Agricultura e a inspeção do Serviço de Terras e Colonização enviavam uma comissão de medição, geralmente chefiada pelo Juiz Comissário, que também fazia a medição de áreas particulares. O projeto caminhou lentamente e em dez anos só havia seis províncias com levantamentos, medições e situação de áreas: Bahia, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e São Pedro do Rio Grande do Sul. Nessas províncias as informações escasseavam, mas existiam, ao contrário das demais províncias que sequer apontavam qualquer informação consistente. Os relatórios imperiais (Azambuja, 1861) demonstram as ausências em seus diferentes tópicos⁵⁵ conforme trecho da introdução ao item - Registro de terras possuídas

“Depois de findos os prazos marcados para o registro das terras possuídas nas paróquias, muito incompletas são as informações recebidas acerca da continuação deste serviço, que, na conformidade do aviso circular de 22 de outubro de 1858, passou a ser feito nas repartições especiaes. Por isso pouco poderei acrescentar ao que se disse no relatório precedente. (...) Esta falta de esclarecimentos nota-se não só da parte das repartições especiaes existentes, como da parte das presidências, para as quais passarão as atribuições das que forão extintas pelo Decreto de 14 de Abril do anno próximo passado. (...) Quanto ao registro geral das terras possuídas em cada província, o qual deve ser organizado á vista dos livros remetidos pelos vigários, também não são satisfactorias as informações existentes nesta directoria.”⁵⁶ (Idem, p.20)

A questão da imigração e a substituição do trabalho escravizado acabou seguindo independente da demarcação de terras devolutas e no final do Império terminou levada sob a liderança e a pressão dos fazendeiros do café paulista. Nesse sentido a regularização da propriedade tão almejada pelo Estado Imperial não ocorreu e acabou aguardando o desfecho no âmbito do processo federativo que viria com a República.

⁵⁵ Repartição geral das terras publicas (Repartições especiaes, Terras publicas, Terras devolutas, Posses e sesmarias, ou outras concessões sujeitas à legitimação ou revalidação de posses e sesmarias); Emigração; Colonização (Colonias, Colonias do governo; Colonias por empresas de sociedades ou de particulares auxiliados pelo governo, Colonias por empresas de sociedades ou de particulares sem auxilio do governo, Colonias de parceria); Cathequese; Orçamento; Crédito de 6,000:000\$000; Informação e parecer da repartição geral das terras publicas sobre o relatório do enviado da Confederação Helvetica relativamente ás colônias de parceria na província de S.Paulo (texto original reproduzido).

⁵⁶ Grafia original mantida.

República

Com a constituição de 1891, mesmo com enormes transformações sociais e político-institucionais, o estatuto das terras continuaria tal e qual no Império. As diferenças entre os estados no sistema federativo suscitariam algumas adaptações quanto às terras devolutas por, inclusive, tornarem-se responsabilidade dos Estados. De todo modo, os princípios gerais da Lei 601 de 1850 foram mantidos, tornando-se a base para a construção do instrumento jurídico e normativo em cada um dos estados, emprestando muitas semelhanças, ao conjunto, portanto. Nesse sentido, de acordo com Lígia Osório Silva (1997;p.52) há três aspectos dessas semelhanças que merecem destaque, corroborados pela análise jurídica de Sanches (2008; p.132) pois, criam certa unidade e coerência entre o predomínio das elites na ocupação e posse: a) a Lei acabou ajustada aos interesses de posseiros, com alteração do período a partir do qual não poder-se-ia mais registrar as terras; em nenhum Estado a data de 1854 foi respeitada tendo sido prorrogada em todos os casos; b) as terras devolutas foram mal tratadas pelos estados e, portanto, continuaram invadidas e ocupadas sem controle do poder público; c) um dos fatos mais deformados do processo de privatização das terras devolutas pode ser imputado ao “coronelismo”⁵⁷, a hipertrofia privada sobre o poder público que surge no

⁵⁷ Como problema na interpretação de diferentes autores liderados pela geração de 1930, as abordagens sobre a nossa herança agrária mal resolvida e seus impactos até a atualidade ganha distintos contornos. Na década de 1940, Caio Prado Junior escreveu sua obra - História Econômica do Brasil, num esforço para a articulação entre teoria e história sob a perspectiva marxista; o que rendeu à sua crítica a importância de desconstruir a ideia predominante na época, da associação do sistema produtivo colonial aos marcos de um feudalismo. Ao mesmo tempo fica impossível não confrontar outros argumentos e teses como de José de Souza Martins (1986) que critica em Prado Junior o deslocado entendimento das formas de trabalho livre, como o colonato, como expressão das relações de trabalho capitalistas na lavoura de café. No sistema colonial, o processo de formação da força de trabalho é regulado pelas regras do comércio e, portanto, daí advém a necessária crise do trabalho servil como primeira modificação capitalista gerada. Além disso, o capitalismo na sua expansão “não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”. (Martins, 1986; p. 20). Assim, ainda que estejamos diante das configurações do capitalismo comercial na empresa cafeeira, as relações de produção do colonato paulista são defendidas pelo autor como relações de produção “não-capitalistas”. No âmbito político, discussões voltadas às assimetrias nas relações com o Estado e a prevalência dos interesses privados, sobretudo no recorte administrativo local e regional, são evidentes. Como argumentação recorrente, se entende que apesar dos esforços centralizadores do governo na construção da máquina burocrática, é a lealdade do funcionário público e a seu grupo, e não ao governo, que fica em destaque. Há uma demonização da burocracia na República, expressa em cartas, crônicas e manifestos em jornais, que integram o duplo – privado e público, como se a medida impessoal e ética representada na burocracia fosse premeditadamente lesiva aos interesses privados. Nessa linha, as críticas à tese de Raymundo Faoro (1979), segundo a qual, a história do Brasil se caracteriza pela dominação de um estamento burocrático sobreposto à sociedade, estariam alinhadas à ideia dos efeitos distorcidos criados por causa das relações de poder.

período e se reproduz doravante, principalmente na primeira República. A maneira como as terras devolutas passavam para o domínio privado, tinha a intervenção dos que estavam à serviço das oligarquias que controlavam a política local e estadual, aspecto que fez com que seus efeitos garantissem imensos territórios incorporados ao patrimônio pessoal e familiar dessas lideranças.

“Nesse período, o campo foi palco de diversas formas de violência que estiveram, de um modo ou de outro, vinculados à questão da terra. A violência exerceu-se fundamentalmente contra a população pobre do campo, os pequenos posseiros, agregados, ex-escravos e índios. Destino particularmente trágico tiveram as populações indígenas das regiões próximas dos pólos de desenvolvimento. A Constituição de 1891 não garantiu aos índios a posse dos seus territórios e a cobiça pelas suas terras motivou o extermínio de tribos inteiras.” (Silva, 1996, p.336)

Do conjunto de reformas liberais desde a segunda metade do século XIX dois resultados são mais evidentes, segundo Linhares e Silva (1999; p.68) nas análises políticas do período - a transferência de grande parte das terras comunitárias de índios, camponeses, mas também das terras públicas, devolutas e da Igreja, para proprietários particulares e - o surgimento de trabalhadores despossuídos contingenciados⁵⁸ pela necessidade de vínculos com a terra, forçados a aceitar, a partir de então, as condições de trabalho impostas pela “nova” estrutura agrária. No caso brasileiro, portanto, com a reflexão preliminar da estrutura da Lei de Terras, a transferência que se dá transforma as terras de propriedade do Estado para propriedade privada.

O jurista Victor Nunes Leal que advoga que as esferas da vida pública e da vida privada se confundem para além da colônia, também entende o Estado estando sempre à serviço dos grupos sociais poderosos e inversamente, contando com o recíproco apoio desses privilegiados, que possuem a sustentação dada pela posse de terras, como escrito pelo autor (1949/1986;p.20):

“Concebemos o coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada (...) o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente, os senhores de terras”.

Quanto a essa relação de dependência, ainda, Carvalho Franco refere-se à conexão entre o Estado com o grupo privilegiado também como uma relação recíproca multifacetada

“(..)a suposta relação de dependência do grupo dominante para com o Estado se inverte, e o movimento do primeiro em relação ao segundo, aparentemente em busca de amparo expõe o seu verdadeiro predicado de comando. Surge assim, sob a imagem do “Estado-Tutelar”, a figura mais real do “Estado-instrumento”, ficando linearmente entrosados os momentos de busca e repulsa de sua atividade como etapas de afirmação do poder de um grupo social”. (1997; p.142-143).

⁵⁸ Moacir Palmeira lembra que a expropriação, não implica, necessariamente, proletarização. Ainda que ela possa ser condição para a oferta dos “braços dóceis de um proletariado livre”, a que se refere Marx em O Capital, à indústria ou à agricultura moderna, não se trata de um fenômeno recorrente (1989).

Com a configuração republicana da maior parte dos países latino-americanos, veríamos também o sistema de latifúndios recriado como estrutura agrária majoritária das elites durante o fim do século XIX, ser favorecido e reproduzido e contra isso, diferentes medidas populistas seriam tomadas na primeira metade do século XX, por meio de levantes e rebeliões ou de forma político estruturada como no Governo Vargas, entre outros políticos latino-americanos, resultando tentativas de enfraquecer a hegemonia política e econômica dos latifúndios e seus proprietários.

O alvorecer da era republicana no Brasil se dá mediante esse perfil de trabalho e com esse caráter fundiário. Outro marco para novas mudanças no estatuto da propriedade da terra viria, não com uma nova Lei de terras com bases republicanas, mas na Lei de Orçamento da União, de 1900 em que há uma revogação parcial da forma de acesso como exclusivamente pela compra, para outras formas como o arrendamento e o reconhecimento de posses, feitos à revelia da Lei de 1850. Em 1916, com a edição de um novo Código Civil, grandes transformações ocorreriam ainda no estatuto da propriedade da terra, revisão que a tiraria do âmbito administrativo para o âmbito judicial, invalidando formas e procedimento em desacordo com a transmissão de propriedade entre particulares, próprios do direito civil. A maior parte dessa legislação conservadora viria na Presidência de Campos Sales (1898 -1902), por meio de seu ministro das finanças, Joaquim Murinho pertencente à oligarquia do Mato Grosso.

No caso paulista, são marcos jurídicos durante a primeira República em São Paulo, três leis criadas e adaptadas tomando por base a Lei nº 601 de 1850. A primeira foi criada em 1895, a Lei nº 323, que buscava disciplinar o tratamento jurídico dispensado às terras devolutas, sob a responsabilidade do Estado e não mais da União, incorporando obrigatoriedade técnica na aquisição, demarcação e na medição, o que requeria funcionários especializados em agrimensura e topografia. A lei foi interpretada como muito rigorosa, pois como assinalado anteriormente, não permitia a legalização das posses depois de 1854, como a lei original. Por muita pressão foi revogada e passados três anos foi decretada a Lei nº 545, tendo como a data limite para a regularização de terras, o ano de 1895. Com essa Lei todas as posses de 1854 a 1895 foram legitimadas. Nas cercanias dessa segunda lei foi criado o Registro Público de Terras que ficava no setor sede das comarcas, cujo papel passou a ser o registro obrigatório e a legitimação de todas as propriedades imobiliárias, inclusive as terras devolutas do Estado, exigência essa não cumprida, pois que havia enorme dificuldade em identificá-las e registrá-las⁵⁹. Nessas subsidiárias era possível registrar

⁵⁹ Diante da inércia do Estado o número de apossamentos das terras parece ter sido muito grande. Depois de 1930 o Estado tentou reaver parte dessas, mas sem êxito (Sanches, 2008; p.138).

“1) as terras devolutas, inclusive as reservadas (por exemplo aquelas que haviam sido cedidas aos municípios e, espantosamente, as terras devolutas do estado); 2) os títulos de aquisição de terras devolutas (os lotes vendidos aos colonos, por exemplo); 3) as sentenças de legitimação de posses e de revalidação de sesmarias expedidas pelo estado. (...) É importante notar que a obrigação de o estado registrar suas terras devolutas (artigo 25, parágrafo 1º) representava uma demonstração clara de que, na concepção das autoridades republicanas paulistas, as terras devolutas regiam-se pelas normas do direito civil comum, e que o estado devia se comportar em relação às suas terras como um proprietário qualquer.” (Silva, 1996; p.283-284).

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, a produção cafeeira entra em nova fase com a expansão dos cafezais na direção oeste, cujo contexto traria do governo paulista outra modificação na Lei de Terras, criada em 1898, substituída pela Lei nº 1844 de 1922. A lei de maior flexibilização em comparação às anteriores, definiu como anos limites para o registro das posses, 1895 a 1919. Quase como bizarrice, a lei ainda autorizava a concessão de terras devolutas pelo Estado.

Nesta mesma direção, Silva (1990) conclui sobre como a ausência de uma política de apoio à pequena propriedade e as condições sociais inoperantes no campo puderam contribuir para que o Estado Republicano expulsasse da propriedade da terra uma expressiva parcela da população e com isso assegurasse mão-de-obra barata e abundante para outra parcela da população. Com isso reforça a tese de que a abundância de terras era relativa e socialmente determinada, o que se mantém ainda atual.

Mas ao caso paulista quanto à questão agrária, na primeira República, deve somar-se além do advento das Leis de terras em três edições revistas, aspectos também expressivos, pois que daí sopesam-se indicativos sobre o crescimento urbano, vistos com detalhes na segunda parte.

Na última década do século XIX, quando a República traz as mudanças, a começar pelo fim do Império e o federalismo, o estado de São Paulo possuía dois terços de terras devolutas. A maior parte das terras eram virgens e constituídas por grandes florestas⁶⁰. Quando publicou, em francês, seu estudo sobre *Pioneiros e Fazendeiros* de São Paulo, em 1949, Pierre Monbeig no capítulo I do livro III lembra, que todas as terras do estado naqueles anos, já eram de propriedade particular, tanto as áreas de florestas como as campinas. Isso se deu em função da legislação fundiária aplicada, à distribuição e crescimento demográfico e à “perseverança dos grileiros”. A apropriação privada

⁶⁰ Verificar D) Mappa da Província.

foi tamanha que a noção de terra pertencente ao Estado era estranha ao paulista, reforça o geógrafo⁶¹. A marcha em direção aos planaltos ocidentais do Estado naqueles sessenta anos foi tão intensa que só restaram os corredores que separavam os limites entre diferentes culturas de produtos. Sem exagero, é possível localizar entre o início da primeira República e o momento em que o pesquisador Monbeig relata, um processo de apropriação e transformação territorial como não ocorrido em nenhuma outra região nesse período de pouco mais de quatro décadas.

No estudo de Lígia Osório Silva (1996) e ainda de Nogueira de Matos (1990) com relativas diferenças nos limites territoriais e de produção em Monbeig (1949/1950) há dois grandes momentos de expansão, posteriores ao avanço do café vindo do Vale do Paraíba e em direção ao oeste do Estado (1860)⁶², respectivamente ocorridos entre 1888 a 1898, com a abolição e a imigração crescente, nas propriedades localizadas nas regiões correspondentes à Mogiana⁶³; à Baixa paulista⁶⁴, à Região Central⁶⁵, com algumas fazendas na Alta Sorocabana⁶⁶; e a segunda expansão, depois da Primeira Guerra, na direção Noroeste⁶⁷, em face de uma alta valorização das terras virgens, sobretudo. Para cada movimento de expansão, novos ramais ou linhas ferroviárias ao criarem suas

⁶¹ A criação dos parques estaduais é bem posterior.

⁶² Havia uma distinção que costumeiramente era feita, de Oeste antigo e Oeste novo. O antigo era composto pela região de Campinas, ou São Carlos e municípios de Campinas/São Carlos, Limeira, Rio Claro, Araras, Descalvado, Casa Branca. O novo dizia respeito à região de Ribeirão Preto e era integrado por Ribeirão Preto, Pinhal, São João da Boa Vista, Casa Branca, São Simão, Cajuru, Batatais e Franca.

⁶³ Com os municípios de Amparo, Serra Negra, Itapira, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, até Ribeirão Preto e Batatais.

⁶⁴ Formada pelos municípios de São Carlos, Pirassununga, Descalvado, Araraquara entre outros que integram a atual Região Administrativa Central.

⁶⁵ Com os municípios de Itatiba, Itu e Campinas.

⁶⁶ Principalmente em Botucatu.

⁶⁷ Com as regiões de Avaré, Lins e Rio Preto. Mesmo com a modificação na integridade das terras e fazendas após a crise de 1929 em que houve a divisão e subdivisão dos domínios pela venda das propriedades é possível vislumbrar que o padrão da região mais nova da expansão, fora em muito beneficiada pela promoção concedida da Lei de 1922, com ano limite de regularização até 1919 e com distribuição de terras devolutas. Essas foram as regiões - centro-oeste e noroeste paulista - que concentraram as grandes propriedades, acima de 100 alqueires, com um percentual de 80% das fazendas. Enquanto nas regiões mais antigas como de Itapetininga ou Pindamonhangaba as propriedades com até 25 alqueires e até 50 alqueires estavam em equilíbrio considerando-as entre 25% a 30% em cada categoria de pequena e média propriedade, na novíssima região teria havido uma altíssima concentração de latifúndios, com unidades até maiores de mil alqueires. Nessa metodologia criada por Caio Prado Junior (1935) Sérgio Milliet (1982) acrescentou mais uma categoria ao tamanho das propriedades maiores de 1000 alqueires: latifúndio, que aqui reproduzimos. Vale reiterar de acordo com a tabela de conversão que um alqueire paulista corresponde a 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados (IBAMA, 2020)

estações, deixavam marcos em potencial para o surgimento de pequenos núcleos a partir das estações, além de adensarem os núcleos de povoamento existentes. A exemplo do que ocorria com as capelas, ermidas e paróquias, criando freguesias e vilas durante o período colonial, as estações dos caminhos de ferro reproduziram tal centralidade, fixando esses novos espaços laicos.

Só considerando as maiores estradas de ferro - Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Sorocabana, Estrada de Ferro de Araraquara e a São Paulo-Railway - que não era tão extensa mas foi a primeira, todas somadas até a conclusão de suas extensões, já na década de 1930, contavam com uma área total de percurso de 7.733 km, desde o marco inicial em 1860, sem considerar outras estradas menores como de Jaboticabal e Itatibense e ramais específicos como o campineiro. As transformações ocorridas na paisagem e na ocupação foram intensas, e a capacidade produtiva do estado, associando-se além do desenvolvimento de outras culturas, sobretudo alimentos para consumo doméstico, faria com que São Paulo, em meados da década de 1940 fosse responsável por 40% da produção de insumos e alimentos no país, contrariando a ideia persistente do sucesso produtivo ditado apenas pelo café. A esse respeito, estudos mais recentes puderam detalhar como a dinâmica de produção de alimentos era intercalada com o cafezal e sob que regime e contratação ocorriam no início do século XX nas regiões do estado (Colistete, 2015, p.331-354). Com exceção da região da Mogiana, todas as demais eram responsáveis por ao menos, um produto para o mercado doméstico. Nesse contexto, ainda, a produção de alimentos, restrita às pequenas propriedades, eram encontradas em apenas três regiões: Vale do Paraíba, Capital e Litoral Norte. Sem detalhar quais metodologias e tipologias foram empregadas para a regionalização dessas culturas de alimentos e, das dificuldades na identificação sempre alimentada pela instabilidade da exploração agrícola em seu movimento de mudança constante, há linhas de argumentação na divisão regional dessa geografia econômica, que aqui nos cabe apenas sugerir. Além da divisão por linhas e ramais ferroviários, tipologia utilizada por Sérgio Milliet, que aponta sete regiões, há, entre outras, a tipologia proposta por Pierre Deffontaines, baseada nas características topográficas e geológicas do estado o que chega a um total de 19 regiões fisiográficas (Deffontaines, 1936a, 1936b apud Colistete, 2015). Os aspectos econômicos e populacionais de São Paulo aparecem também sobrepostos aos aspectos da geografia física em outros casos.

Vale destacar que com as regiões das quais as linhas ferroviárias eram tributárias, como a Mogiana, encontrava-se a maior extensão de terras particulares com aproxi-

madamente 17,8% da área total ocupada por propriedades rurais no estado, conforme dados da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, com informações colhidas entre os anos de 1904-1905 (apud Colistete, 2015;p.335). As demais propriedades, vinculadas às outras ferrovias representavam respectivamente, em percentual sobre o território do estado paulista: Araraquarense – 12,6%; Alta Sorocaba -14,1% e Paulista - 12,1%. As áreas rurais de menores dimensões encontravam-se no Litoral Sul e Santos -1,8% e na Capital -1,8%, igualmente.

Terras, colonização e poder

A ocupação, como princípio de ação no percurso colonial, esteve revestida pela violência, em vista de submeter as populações autóctones às relações de dominação e ao trabalho escravizado como força motriz do sistema. Mesmo na República, quando o território já não estava oficialmente dependente da Metrópole ou Coroa, as conquistas das terras virgens paulistas pareciam extensivas aos conflitos de colonização de fazendeiros contra os diferentes grupos de habitantes. Mas tais confrontos não eram apenas de senhores de terras, mas em geral, eram atividades compartilhadas pelo Estado, que disso retirava proveito e oportunamente reafirmava seu poder no controle administrativo e miliciano dos territórios. Nesse sentido, além do aparato militar, que tanto servia à Coroa quanto ao poder privado dos senhores de terras, eram complementares à presença institucional, os dispositivos jurídico-administrativos que acabavam instalados nas vilas e freguesias, por meio de suas Câmaras, conjunto de posturas e leis, além das Ordenações Filipinas e do Arcebispado que desde o início inspiravam e definiam a vida colonial e as formas de administração e obediência comum às autoridades.

A conquista na base da imposição político-territorial, impulsionou, além da exploração dos recursos naturais, a atividade agrícola, tendo o latifúndio como unidade produtiva para o comércio exclusivo, via Metrópole. O empreendimento colonial com os investimentos do capital mercantil para a produção dos itens tropicais como algodão, açúcar, tabaco, couro, entre outros, acabou requerendo uma manutenção adicional desse capital, o que era feito por meio da apropriação de riquezas ou recursos naturais.

A diferença de escala para produção de itens valorizados no cenário do comércio internacional demandava o uso de técnicas mais elaboradas, o que era realidade distante das lavouras, sobretudo engenhos do norte/nordeste. As formas rudimentares empregadas nesses latifúndios tornavam o produto, frente à cultivos em outras colônias, (por

exemplo as holandesas) pouco competitivo, também em função da falta de procedimentos técnicos para o plantio, a colheita e tratamento da terra, já que a forma mais comum eram as lavouras itinerantes, com o uso intermitente, seguido do abandono de terras.

A interação espaço-sociedade que caracterizava a colonização de caráter exploratório, tinha como princípio a expansão da dominação natural, isso valendo tanto no período colonial, como imperial e, ainda, nas conquistas das fronteiras paulistas da empresa cafeeira. As “florestas virgens” mantidas como ideário-desafio a ser vencido, perdurou ao longo da história e até bem pouco tempo, manteve-se. Diferentes estudos sobre o pensamento geográfico no Brasil, denotam como lugares míticos e lugares reais integraram o cotidiano da sociedade brasileira durante o processo de formação capitalista. Certa particularidade cultural, repousaria em argumentações de base territorial, principalmente quando a formação do estado brasileiro, no Império, dependesse de elementos de coalização e também de discriminação.

“(...) o Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não como uma comunidade de indivíduos, mas como um âmbito espacial. Tal concepção enraíza-se no pacto oligárquico firmado entre as elites regionais que sustenta as bases políticas do novo Estado. Controlar a terra e o trabalho, e expandir fisicamente a economia nacional constituem os alicerces do pacto, que expressa bem a ótica geopolítica que o fundamenta. (...) A ideia de construir o país atua em primeiro lugar como elemento de coesão entre as próprias elites, ao dotá-las de um projeto nacional comum. A construção do país posta como obra coletiva de interesse geral sobrepõe-se aos projetos locais e regionais e incorpora-os, atribuindo-lhes até mesmo um sentido maior (epopéico). Assim, tal mote serve como elemento de uma identidade e de articulação nacionais. Em segundo lugar, a ideia de construir o país legitima plenamente a ação do Estado, pois lhe é atribuída a condução desse projeto, e pela magnitude da missão assumida justificam-se também seus traços autoritários, como o centralismo e o uso da violência. O Estado será o guardião da soberania e o construtor da nacionalidade, entendida como povoamento do país. A ideia em foco, além de bem costurar o poder das elites e do Estado forte, ainda qualifica a população em seu lugar subalterno no projeto, o povo sendo visto como instrumento na construção do país.” (Moraes, 2005; p.93-94)

Vimos como os núcleos e as freguesias estabeleciam o desempenho de papéis junto aos empreendimentos coloniais e como a estrutura normativa do Padroado Régio articulava funcionalmente as regiões, possibilitando a existência de uma rede de paróquias, sem a qual a vida colonial teria sido impossível. Também teria sido inverso se as Igrejas, com suas funções urbanas e desempenho associativo de irmandades e ordens leigas, não

tivessem mantido sua proeminência na vida social e na ordenação espacial. Aliás, como lembra Murilo Marx (1980) as cidades podem contar suas histórias tanto a partir de locais ocupados pelas igrejas, o que também inclui as demolições de tais edifícios; além da prática comum de órgãos administrativos poderem elevar uma vila a cidade, apenas para que a Igreja Católica crie lá, a sede do bispado. Aliás, as praças e os templos eram, na configuração das cidades brasileiras, os espaços de maior importância, inclusive sobrepujando qualquer outra edificação. Dentro da hierarquia das igrejas e suas Ordens, estava o poder de escolha dos melhores espaços urbanos, importância que fica evidente comparando-se as representações na cartografia da cidade de São Paulo produzidas entre o início do século XIX e início do século XX, quando há uma progressiva laicização de espaços e predomínio da história oficial, com a perda de referência dos edifícios religiosos e a ascensão de monumentos militares e heróicos, entre edifícios públicos e comerciais.

A apropriação de terras, tão evidente durante o período colonial, manter-se-ia, findo o período monárquico, também facilitado pelo novo estatuto que as terras adquiririam com o fim da posse de homens escravizados e, o vigor da lei de terras, primeiro com vigência e centralidade nacional e na República, com o caráter regional, no caso paulista, somado à “psicologia bandeirante” codinome dado por Pierre Monbeig (1998), como o fascínio exercido pela presença de terras desocupadas tendo como perspectiva a ambição do ganho rápido ocasionado pela facilidade de obtenção do solo virgem e produtivo. Assim, certos apelos do imaginário foram importantes na conquista de territórios, garantindo sua perpetuação posterior. As características do paulista, segundo Monbeig (1998; p.122), de mudar de fazenda para outra, com certa facilidade, era parte dos costumes de fazer um uso errante da terra, favorecido pela estrutura econômica que impedia o amplo acesso de plantadores. Abrir uma nova fazenda era sempre um empreendimento arriscado, mas acabava facilitado pelo valor da terra e as condições oportunas do mercado.

Com o fim do Império e do trabalho escravizado, novas forças políticas consolidar-se-iam, caso da elite paulista, que chegou a propor politicamente o separatismo⁶⁸ como solução, tendo sido tal ideário “pacificado”, naquele momento, diante do oportuno federalismo republicano, que acabaria responsável por inúmeros empreendimentos, além do protagonismo no próprio cultivo e exportação do café. O objetivo principal dessa elite,

⁶⁸ O movimento separatista em São Paulo teve início em 11 de fevereiro de 1887, e perdurou durante esse mesmo ano, com a publicação de um artigo assinado por Francisco Eugênio Pacheco e Silva, no Diário Popular. Anteriormente à publicação, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, já escrevia sobre a “superioridade” dos paulistas e da condição crítica de pagadora do Império. Em tom irônico, as matérias de Martim Francisco, assinadas com o pseudônimo de Nemo, condenavam as diferenças de receitas entre as províncias e dos cortes recorrentes de verbas a serem liberados para São Paulo. (Adduci, 2000)

sobretudo findo esse período, era financiar parte das estratégias para o desenvolvimento econômico que demandava eficiência no transporte que devia vencer as distâncias até chegar ao Porto e aos navios de exportação. Essa atuação, lembra Bernardini (2011), contrastaria com a articulação de algumas frentes como: o saneamento da Capital, de Santos e Campinas, a política de terras e a mão-de-obra livre amparada pelas famílias de colonos; a indústria e a empresa cafeeira e o transporte público. No entanto, diante de objetivos tão assertivos, as obras públicas e mesmo outras iniciativas não afinadas ao poder privado acabavam gerando conflitos, que eram suplantados pela influência exercida dos integrantes da oligarquia.

O sistema federativo permitiria empréstimos e contratos realizados diretamente pelas instâncias de governo, integradas pelos representantes desta elite, o que garantia autonomia e mesmo sucesso às diferentes empreitadas. Um caso destacado (Fausto; 1977, 200) se deu quando a disputa travada entre a São Paulo Railway e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a construção do trecho que ligava Campinas a Rio Claro, recebeu da administração provincial várias medidas que vieram a favorecer a concessão à Companhia Paulista, que ficou responsável pelo projeto e obra, iniciada em 1874.

Ainda a propósito dos aspectos do poder privado na configuração do Estado e como a elite cafeeira paulista enriqueceu os significados da “res-pública” em proveito próprio, há dimensões quanto ao papel do Estado diante das crises e suas políticas de subsídios e do poder privado das elites, como em empreendimentos paulistas que só posteriormente seriam assumidos pelo Estado, caso da Sociedade de Imigração, da Hospedaria dos Imigrantes, do Instituto do Café, este, emblemático no deslocamento do controle dos fazendeiros, para o controle estatal, marcando uma ruptura com a elite, diante de autonomia econômica doravante assumida e de resultados pouco favoráveis aos seus antigos idealizadores. Mas a aliança entre poder privado e público naquele período republicano não foi apenas excludente (Reis; 1998), podendo ser interpretada a partir de efeitos interativos entre ambos. À elite que governava e era representante de seus próprios interesses, ainda que guardadas diferenças entre as instâncias, do poder privado e público, também coube impulsionar a esfera de ação do Estado, na economia, no planejamento, na configuração urbana das cidades, no sistema bancário, no saneamento e infra-estruturas, na saúde pública. A predominância oligárquica, por fim, contribuiu na configuração do poder público, ainda que repleto de privilégios. (Hochman, 2013; Reis, 1998).



09. Fazenda Val de Palmas. A Fazenda deu nome à vila que tornar-se-ia a cidade de Bauru, durante a expansão cafeeira do centro-oeste paulista. O grande latifúndio possuía uma estação da Noroeste do Brasil, na propriedade, primeiramente do Coronel Figueiredo que possuía grande poder político na região até ser vendida na década de 1920, tornando-se a partir disso, uma empresa nos moldes do capitalismo comercial de exportação. Acervo MI.



10. Cafezal novo crescendo com técnica do plantio em losângulo. Em média eram necessários quatros anos para o início produtivo do pé. Acervo MI.



11. São Miguel Arcanjo, região da Estrada de Ferro Sorocabana. Acervo MI.

A destruição da floresta em função das frentes para a derrubada das matas era feita com enxada e em seguida com fogo que pudesse incendiar os troncos caídos sem prejudicar o “humus” que garantia a qualidade do terreno para o café. Era o trabalho dos nacionais. As florestas derrubadas ardiam durante dias, causando imensas neblinas nas cidades próximas. As florestas virgens dominadas serviam para atender o cultivo da rubiácea que tinha uma vida útil curta: vinte anos, apenas. Como reitera Warren Dean (1995; 203) “A floresta não se restabelecia, portanto. Anos mais tarde, bem depois de as árvores terem desaparecido, encostas estéreis com estranho aspecto variólico, como se fossem locais de combate de artilharia, permaneciam como testemunho da rápida passagem do café ao longo do vale do Paraíba”

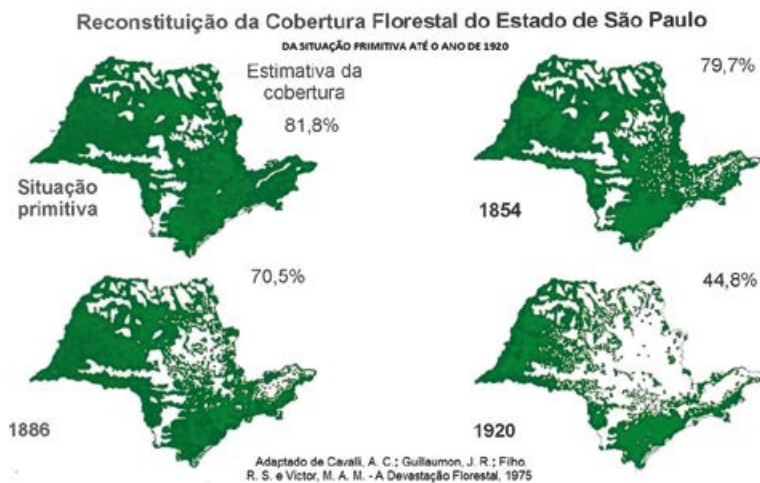
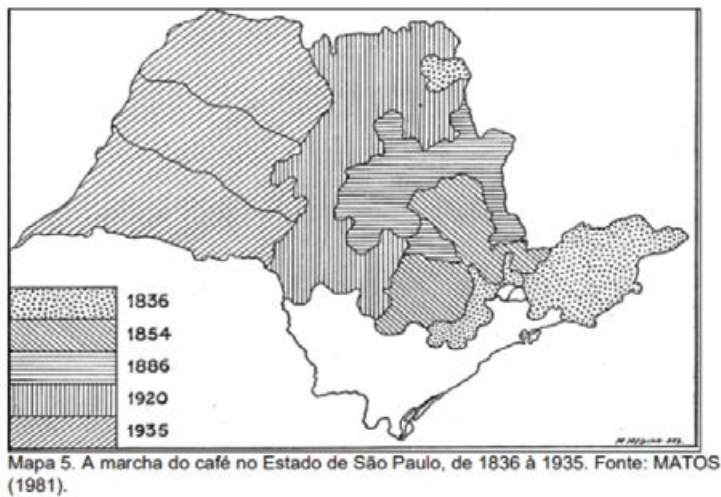


Figura.01. Refutada por alguns autores, a existência do segmento dos pequenos proprietários que teria surgido junto ao empreendimento das fazendas paulistas de café é defendida por José Carlos Barreiro (1986) que comprovou que a pequena propriedade não era apenas um ideal do colono, como também foi promovida e estimulada como aquisição pelos próprios fazendeiros que vendiam pequenas áreas pouco valorizadas, sem água, nas franjas das fazendas, principalmente durante a crise, quando o trabalho diminuía e muitas vezes obrigava o abandono dos colonos, fato que era contornado pelo proprietário, com a oferta. Outras empresas criadas também chegaram a vender em planos financiados terras aos imigrantes. Esse aspecto, por sua vez merece uma atenção da pesquisa pois cria ressonância para entender a estrutura fundiária que se criou depois dos anos 1930 no Estado. Há estudos geográficos já realizados que caminharam na compreensão do tipo de propriedade por região. Entre esses, o realizado em 1935 por Prado Junior relata o percentual a partir de uma tipologia em alqueires que define a pequena, a média e a grande propriedade. Do cruzamento dessas informações com os benefícios concedidos nas revisões das posses por meio do instrumento jurídico das Leis e dos documentos cartoriais são possíveis interpretações alargadas.

*Segunda Parte***Capítulo 4**

O trabalho livre: imigrantes,
trabalhadores nacionais e ideias
sobre progresso, povo e nação

Depois da abolição, houve um esquecimento da população de libertos que teve que se haver por sua conta e risco, pois nem os governantes e tampouco os abolicionistas, que acreditavam ter cumprido a missão libertadora⁶⁹, trataram de propor formas de compensação ou de transição da condição do escravizado para o cidadão livre, facilitando-lhe os caminhos para a sobrevivência. Mas além dos aspectos do cenário econômico mundial e suas contribuições ao fim do regime servil no Brasil, outros diretamente ligados, à forma como a República se instituiu entre nós, justifica como a vida coletiva de negros, mulatos e pobres foi ainda pior tratada. A República, como bem indicam diferentes autores de nossa historiografia, nasce sob o símbolo da “Ordem Pública”. Isso significou um conjunto de medidas advindas de concepções político-filosóficas positivistas, de recorte evolucionista que integraram os discursos, naturalizando as diferenças sociais⁷⁰. O lema da bandeira brasileira era expressão e síntese dos auspícios do Estado. No Decreto nº I de 15/11/1889, os membros do Governo Provisório afirmaram-na, como objetivo principal da Carta, no texto “a defesa da ordem pública”.⁷¹ Nesse conjunto de medidas, o Estado em sua *governamentalidade*, aperfeiçoou-se em ações e princípios disciplinadores. Com o auxílio das instituições científicas, as teorias sobre a superioridade e inferioridade das raças se tornaram essenciais nos discursos e nas justificativas para as medidas de correção e intervenção saneadora segundo o lema da edificação do progresso e futuro da nação.⁷²

⁶⁹ Como lembra Viotti da Costa, a exceção seria do engenheiro André Rebouças que defendeu formas de compensação financeira, educação formal e colonato para os migrantes nacionais, sobretudo.

⁷⁰ A maior influência de Auguste Comte se deu pelo “Curso de Filosofia Positiva”, escrito entre 1830 e 1842, em que Comte formulou a “lei dos três estados” da evolução humana: 1) O estado teológico, em que a humanidade vê o mundo e se organiza a partir dos mitos e das crenças religiosas; 2) o estado metafísico, baseado na descrença em um Deus todo-poderoso, mas também em conhecimentos sem fundamentação científica; 3) o estado positivo, marcado pelo triunfo da ciência, que seria capaz de compreender toda e qualquer manifestação natural e humana. (Lins, 1967, p.101)

⁷¹ “Art.6º Em qualquer dos Estados, onde a Ordem Pública for perturbada e onde faltem ao Governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e a tranquilidade públicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, como apoio da força pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas.” Assina Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório. (Legislação Biblioteca da Câmara dos Deputados)

⁷² Lilian M. Schwarcz (1999/2002) reitera que tanto o pensamento social como a esfera política e institucional se valeram da sustentação do darwinismo, seguindo o ideário marcado pelo princípio evolutivo da seleção natural aplicado à espécie humana. Além disso, a interpretação de determinados comportamentos humanos passaria para o âmbito das resultantes biológicas e naturais. Nesse sentido, a pesquisa Toxicomanias: razão, história e poder expande as interpretações biológicas detalhando os pressupostos da degeneração “moreliana” (de Bénédicte Auguste Morel) como um importante elemento de controle social

A vadiagem, como pecha que tanto perseguiu os brasileiros pobres, trazido por Kowarick (1987) traduz-se também como expressão do desamor ao trabalho e do excessivo amor ao ócio e ao festejo. Com Antônio Cândido⁷³ aparece destacada como estigma, que durante muito tempo perseguia, em forma de crime e detenção, qualquer pessoa pobre que não portasse documentos com situação regular de trabalho ao andar pelas cidades. Mas a vadiagem como uma inaptidão para o trabalho sistemático e qualificado, nas lavouras e na cidade emprestou ao trabalhador o agravamento de uma marca da indolência e da indisciplina que já o acompanhava desde sua situação colonial. Em São Paulo, a desqualificação aos nacionais era comum:

“trabalham raramente, pois de pouco precisam para seu sustento e, por qualquer motivo, abandonam os cafezais. Na realidade, são refratários ao trabalho organizado, porque, sendo mínimas suas necessidades, não precisam se alugar para outros de forma contínua. Basta, de quando em vez, uma jornada por semana: de resto, a disponibilidade para nada fazer, além da caça, da pesca, do pequeno plantio e da criação, que permitem a sobrevivência na pobreza”⁷⁴.

Mas embora a indisciplina e a indolência estejam associadas ao perfil de trabalho do brasileiro, como bem tratou Márcia Naxara⁷⁵ (1998) em sua pesquisa sobre as representações no final do XIX e início do XX; outras considerações ligadas aos ideais de nação, culpavam o atraso e a ignorância, enquanto aspectos ligados à escravidão, como travas e obstáculos ao progresso e à civilização tão almejados. As medidas higiênicas e os projetos urbano-saneadores principiam o que seria, ao menos em São Paulo e Rio de Janeiro, uma “profunda reforma urbanizadora burguesa” alimentada inclusive por esse ideário de busca de melhoria da raça para o avanço social. Assim, parecia necessário apagar todos os elementos do passado, para que esse estado de coisas fosse superado. Pouco se conservaria da fisionomia colonial da cidade de São Paulo. Esses ideais reformistas somados à busca da identidade nacional, projeto que mobilizou a elite intelectual

que se multiplicaria por muitas décadas depois nos discursos e senso comum, inclusive, nos “códigos de conduta, punições e ridicularização dos indesejáveis e premiação por produtividade e bom comportamento, sendo modalidades de disciplinarização da força de trabalho, que se tornam cada vez mais sutis, à medida que a lógica da vigilância passe a ser corporificada e internalizada pelo trabalhador, no ambiente da fábrica, e reiterada por uma nova definição das relações pessoais e familiares da sociedade burguesa.” (Cardachevski, 2004, p.39)

⁷³ Apud Kowarick, p.112-113

⁷⁴ Kowarick, 1987, p.112-113

⁷⁵ Cf. *Estrangeiro em sua Própria Terra – Representações do Brasileiro – 1870/1920*

à época, configuraram tendências para pensar o país, intervindo em amplos setores para mudanças e críveis soluções, inclusive no branqueamento da população pelas vias da imigração europeia. Nesse sentido e a exemplo de modelos assumidos em outros países em que o trabalhismo resultava de inserção e pertinência social, adotar-se-ia entre nós um ideal de trabalho diferente ao que havia até então, mas central para o ideal de “progresso brasileiro”, sobretudo de “progresso paulista”, presentes nos diferentes discursos. Na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o brasileiro simples, que desde o Brasil-colônia era um deslocado frente ao escravo que tudo fazia, reafirmaria a fama de desocupado. Tal indivíduo, que no passado fora preterido pelo escravo e depois fora preterido pelo imigrante, teria a repetição de tal medida muito exacerbada em São Paulo, o que não teria ocorrido tal e qual em outras regiões, embora a preferência pelos imigrantes tivesse sido uma característica em diferentes localidades brasileiras.

Nação sem povo e sem trabalho

A ideia redentora do trabalho que vigeu por muitos anos, era solidária aos princípios de que alguns não precisariam trabalhar dadas as posses e essas pessoas, sim, teriam direito ao ócio; ao passo que para os pobres o ócio seria defeito, vício e vadiagem. Mas isso é simplório perto de outras análises que podem ser feitas à luz de uma ordem escravocrata como a do Brasil e que no primeiro período republicano veria consolidar-se o indisfarçável racismo de Estado. Tratar da sociabilidade é também tratar do trabalho e no caso paulista, de todo um ideário existente que dispensou os trabalhadores nacionais livres, incluindo aí ex libertos, que não puderam, portanto, ocupar a falta de mão-de-obra para as lavouras de café, porque subjazia o projeto de branqueamento, civilidade e construção histórico-científica da sociedade e seus desempenhos traçados no plano da nação.

Algumas entidades associativas surgiram e ainda grêmios recreativos e ligas de trabalhadores, como forma de dirimir as dificuldades enfrentadas pelos ex libertos. Em São Paulo, especialmente, as irmandades e confrarias perderiam a força religiosa e política de outrora, uma vez que a laicização da vida urbana com o fim do padroado traria a completa mudança na administração dos templos, além do controle sacerdotal e de uma nova obediência às determinações do Vaticano, o que acarretou grandes mudanças, com impacto em todas as formas de sociabilidade e auxílio mútuo desses grupos e da ocupação de habituais territórios.

Aliás, à medida que os homens e mulheres escravizados tornaram-se livres, surgiria uma série de restrições em forma de normas e leis. A primeira das medidas, em destaque, foi a exclusão dos libertos (homens) ao direito de voto político, eliminando-os do grupo de cidadãos. Logo nos momentos posteriores à abolição, a vigilância policial para coibir diferentes manifestações recrudescer-se-ia diante dos setores pobres da população, tornando-se capilarizada na forma de mais medidas restritivas municipais e regulamentos estaduais. As antigas festividades, procissões, batuques entre outros, passaram por critérios de ordenação e proibição. Assim também os códigos de posturas tratariam de impedir todos os comportamentos e tratos da vida comum urbana, que até então caracterizavam essa população. A presença de desocupados⁷⁶ nos diferentes espaços das cidades seria proibida, sob pena de reclusão, multa e processos judiciais. O projeto que se transformara em Lei foi proposto pelo Ministro Ferreira Vianna, encaminhado para votação em julho de 1888 e aprovado por unanimidade, dois meses após o 13 de maio. Resultante da pressão sofrida pelos Deputados, tinha por objetivo impedir a “desorganização do trabalho”. Inúmeros processos coligidos por Kleber Amancio (2013) na região de Campinas, demonstram como os ex escravizados foram culpabilizados, à menor evidência de ócio. Viotti da Costa (2008; p.138) também lembra um artigo do Código de posturas de Limeira em que aparece a proibição ao acolhimento do ex liberto desempregado por mais de três dias e as consequências que poderia advir da falta de aviso à polícia, que deveria intimá-lo a “tomar uma ocupação”, do contrário estaria sujeito à pena de oito dias na cadeia e multa correspondente a um mês de salário”.

Essa entre outras medidas como proibir tipos de edificação para residência (geralmente de meia água) da população e acabamentos de paredes e telhados muito rudimentares foram ativados; também o comércio ambulante de alimentos, as rodas de capoeira ou jongo, as aglomerações de grupos em áreas “doravante” nobres da cidade burguesa, entre outras, seriam também restritivas. Em São Paulo, as condições de cerceamento da população pobre nas regiões centrais, seguiria semelhantes percursos na aurora republicana, visto que na passagem do século, a expansão das cidades era extensiva ao aquecimento da economia e com maiores ofertas de trabalho, a capital⁷⁷ tornar-se-ia um

⁷⁶ Em edição do Correio Paulistano, extensão e apoio dos republicanos paulistas é possível ler em edição de 16 de janeiro de 1908 (15958) a nota com o seguinte título “A vadiagem – Serão hoje remetidos ao juiz competente, por intermédio da Secretaria de Segurança Publica, os autos do processo instaurado contra os desocupados Horacio Moreira Cesar e Albino Ferreira, como incursos no artigo 399 do Codigo Penal. No posto policial de Santa Iphygenia està sendo tambem processado, pelo mesmo motivo o indivíduo de nome Oscar Ferreira”.(grafia original mantida)

⁷⁷ Ao contrário do que ocorreu em São Paulo, em Salvador na qual o número de imigrantes era propor-

exemplo de adensamento, com os imigrantes rapidamente substituindo todas as funções antes desempenhadas pelos escravizados e nacionais, entre atividades assumidas pelo pequeno comerciante e artesão, com exceção das funções policiais, que tinham os brasileiros mestiços, mulatos e negros como grupo principal, como trataremos adiante.

Na República, mas antes que a industrialização pudesse arrematar grandes levadas de operários imigrantes e filhos de imigrantes, era o trabalho informal de serviços, nos quais sobreviviam, não só os nacionais, mas, também, os imigrantes, que mais crescia na virada do século, em função dos fluxos proporcionados pelas oscilações no ritmo de trabalho das lavouras, criando, portanto, um *ir e vir* de trabalhadores entre a “fazenda e a cidade”. À medida que o adensamento crescia, tanto com a chegada dos imigrantes, mas também de migrantes vindos de outras partes do país, aumentava a disputa entre oportunidades de trabalho. A princípio, o setor de transportes à tração animal, os tálburis, as carroças, os carregadores, as vendas ambulantes, os serviços domésticos femininos habituais, cultivos de produtos agrícolas nas periferias, além de ofícios de carpinteiro, marceneiro, sapateiro, pedreiro entre outros mais do circuito laboral, eram exercidos por essa população de trabalhadores nacionais. Mas as tensões criadas entre estes e os imigrantes, porque a disputa existia, estiveram na origem de diversos episódios, como o caso do “Protocolo Italiano”⁷⁸ de 1896 (Fausto, 2016; p. 53) que motivara diferentes con-

cionalmente menor, houve um afluxo dos africanos libertos, das fazendas, para a capital soteropolitana, deixando entender que havia oportunidades novas e uma busca pelos próximos, não crioulos (nascidos aqui) como se depreende: “Depois da Abolição, em 1888, os Africanos afluiram todos para esta cidade e nela concentraram-se. Apenas um número muito limitado ainda vive nas cidades do centro, em Cachoeira, Santo Amaro, Feira de Sant’Anna, em um ou outro engenho da zona açucareira do Estado. Passou para eles o período das grandes atividades. Limitam-se hoje ao pequeno comércio a fretes. As mulheres, em vendas ou quitandas, nas portas das casas ou ambulantes em tabuleiros, praticam o comércio urbano de comidas feitas, especialmente dos preparados culinários africanos, muito do sabor da população, de condimentos, fructos, legumes, produtos da Costa (xóxó, abuxó, azeite de dendê, contas usadas na África e utilizadas nas práticas do culto nagô-gêge). Os homens, os mais válidos, são ganhadores ou mariolas; poucos conduzem ou carregam as últimas cadeirinhas ou palanquins, outros são aguadeiros; alguns, pequenos lavradores ou creadores nos arrabaldes ou roças da vizinhança da cidade (...) Preferem a convivência dos patrícios, pois sabem que, se os teme pela reputação de feiticeiros, não os estima a população creoula”. (Raimundo Nina Rodrigues apud Wissenbach, 2018; 103)

⁷⁸ Os Protocolos Italianos de 1892 e 1896 foram reclamações formalizadas pelos imigrantes italianos, tendo sido a de 1896 a de maior repercussão. Em vias de ratificar o acordo entre o governo brasileiro e o governo italiano, para pagamento de indenização por danos provocados pela revolução federalista na Itália, aos súditos que para cá emigraram, a Câmara do Governo Federal desagradou severamente setores de nacionais. Em São Paulo, foram deflagrados ao longo de um mês diversos conflitos entre estudantes do curso preparatório da Faculdade de Direito, a partir de comícios realizados pelos estudantes contra a aprovação do Protocolo, pois que ao que indicam tais manifestos, seriam pagos pelo governo brasileiro. Os confrontos ocorreram em 22 de Agosto e perduraram por quatro dias, com mortos e feridos. O posto policial de Santa Iphigênia foi atacado pelos italianos e a sede do Jornal *Fanfulla* foi invadida e depredadas as instalações.

flitos entre trabalhadores nacionais e italianos nos bairros do Brás e Bom Retiro⁷⁹. Na última década do Oitocentos e primeira do XX, o imigrante já estaria representado em todas as categorias e classes econômicas, do industrial ao mais simples vendedor, o que gerava certo descontentamento entre os nacionais. Por outro lado, o imigrante também fortaleceu sua auto-imagem baseado nas inovações profissionais que dele eram esperadas e de um desempenho civilizatório propagado, servindo para reforçar igualmente suas críticas feitas ao trabalhador nacional, fosse por um perfil pouco combativo e conformista, ou pelo padrão da qualidade, desprestigiado pelo imigrante e principalmente pelo senso comum. (Beiguelman, 1978)

Um sentimento de xenofobia por um lado e de outro, certa hostilidade ao meio em que coabitavam, não perduraria por muitas décadas. Uma grande competição havia entre os estrangeiros, que acabaram por se estabelecer nas atividades agrícolas, artesanais ou fabris, criando territórios a partir de nacionalidades. Com esse indicador também se formaram grupos e associações para amparo e sociabilidades, além de jornais, revistas e instituições ordenadas segundo a língua e interesses comunitários de imigrantes.

Ainda que esses episódios ocorressem, as questões que envolveram o desprestígio e desvalorização especialmente de libertos e nacionais pobres seriam aprofundadas por estratégias de ordenação político territorial urbanas, cuja reformulação social na base da exclusão ou de afastamento, integraria, o que seriam os principais objetivos de valorização das transformações da cidade burguesa, evidentes entre outros discursos, nos programas de governo e de gestão pública, concernentes à ordem disciplinar que reformaria os usos e funcionalidades, com suas métricas classificatórias, os espaços para ocupação da população. De acordo com o programa formulado pela elite do PRP (Partido Republicano Paulista) mentores, portanto da reformulação havida em torno do trabalho e de transformações no cotidiano da cidade e de suas qualidades e vicissitudes, no período da primeira República, é possível vislumbrar-se as ideias que estavam expressas e que convergem em semelhança, nos diferentes meios de informações, de jornais às revistas e almanaques. Os trabalhadores livres e as relações contratuais requeridas na nova fase de uma extensa realidade escravocrata demandaram um aparato jurídico-institucional muito diferente, pois além de assegurar o Contrato de compra e venda da força de trabalho, deveria oferecer garantias justas por meio de uma nova racionalidade de respeito à “igualdade social”. A reformulação desse aparato do Direito, dependia de

⁷⁹ O estudo desenvolvido pelo cientista social Karl Monsma publicado aponta parte dos conflitos ocorridos no ambiente das lavouras, silenciados e pouco estudados: *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*.

um projeto político que deveria, não só convencer a elite, mas a todos os demais setores sociais (Salles, 1984). Negar a monarquia, o passado colonial e toda sorte de adversidades decorrentes desse sistema, como a subordinação à Igreja, suas representações e a própria escravidão, tornara-se uma alternativa aos anseios de mudança econômica e social. Esse anti-colonialismo da burguesia, por sua vez, estava embebido pelo conhecimento científico e diversas adaptações à realidade brasileira; tendo sido criados dispositivos, normas e regulamentos que associados às noções de “progresso” e “civilização”, “ordem e educação”, serviram para potencializar o protagonismo da história dessa elite e seus representantes e do melhor projeto de “nação” excludente, como poderíamos entender a partir de todos os resultados obtidos naquele período. Para tanto, a ponta de lança seria o “trabalho livre, o trabalhador imigrante e seus descendentes somado à qualidade de seus empresários e políticos”. Esse desenvolvimento econômico, por sua vez, tão almejado e valorizado, estava circunscrito à reprodução do capital, que nesse período vai se tornando cada vez mais evidente pelas possibilidades de diversificação dos investimentos. Mas é o trabalho que resplandece com sua nova face redentora. O trabalho servil, que até há pouco era concebido como aviltante e prejudicial às relações de “desenvolvimento”, será invisibilizado e substituído, pelo trabalho livre, fundamento econômico dos paulistas, para que pudesse produzir riquezas, de forma “digna”, a serem por (quase) todos partilhadas. A noção de “progresso” seria fundamental para o pensamento republicano desse período. Nessa abordagem liberal, no entanto, o trabalho não seria o único pressuposto do progresso: a participação política, também o seria. Para tanto, essa cidadania, mais do que depender do sufrágio e da legitimidade dos candidatos tinha por essencial a inserção no mundo do trabalho, princípio que não seria extensivo aos nacionais pobres. Criou-se, assim, um circuito que não separava o trabalhador imigrante, do empresário e do político, pretendendo-se minimizar os conflitos do capital-trabalho. Enaltecendo a participação política, o trabalhador livre⁸⁰ demarcaria sua contribuição social, disso advinda, na configuração da Nação⁸¹.

⁸⁰ A condição para naturalização de estrangeiros imigrantes em São Paulo, fora largamente promovida.

⁸¹ Na discussão sobre o temor da burguesia frente à sedição dos trabalhadores proletários no século XIX, Foucault (1998) reitera que no início daquele século, a “criminalidade foi percebida pelo próprio proletariado como uma forma de luta social. Quando se chega à associação (sindical) como forma de luta, a criminalidade não tem mais exatamente este papel; ou melhor, a transgressão das leis, a inversão provisória individual da ordem e do poder que a criminalidade constitui não pode mais ter a mesma significação nem a mesma função nas lutas. É preciso notar que a burguesia, obrigada a recuar perante essas formas de associação do proletariado, fez tudo o que pode para desligar esta força nova de uma fração do povo considerada violenta, perigosa, sem respeito pela legalidade, disposta por conseguinte à sedição. Dentre todos os meios utilizados, houve alguns muito vastos (como a moral da escola primária, esse movimento que fazia passar toda uma ética através da alfabetização, a lei sob a letra)(...)”. Nesse sentido, parece oportuno

A inexpressiva presença do elemento nacional nas estatísticas sobre o trabalho urbano nas fábricas daquele período (Beiguelman, 1978; Fernandes, 1955/2008) levou certa historiografia a concluir sobre inaptidão do nacional ao artesanato ou manufaturas, o que tem se revelado uma inverdade, já que novas interpretações feitas a partir de relatos de viagem, entre outros registros de memorialistas tem demonstrado o contrário. Na visão de Saint-Hilaire, os artífices nacionais em seus ofícios eram muito habilidosos e, por conta das restrições impostas ao trabalho servil, estavam impedidos de demonstrar para maior número de apreciadores, suas habilidades técnicas. O ritmo de trabalho ficava prejudicado e podia mostrar-se irregular, também faltando o que Paula Beiguelman define (1978, p.122) como estímulos “psicoeconômicos”.

O uso das habilidades técnicas desse trabalhador na precursora indústria têxtil de Sorocaba, com o uso de maquinário importado, não foi promissor, como décadas depois seria, pelas condições do mercado internacional à época e, não por qualquer imperícia no uso do maquinário, como parece ter sido essa versão recorrente. A situação tornar-se-ia favorável após a Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865) quando o conflito interrompeu a economia do maior produtor de algodão, mantendo por certo período um vazio ao qual se uniram oportunidades para o algodão brasileiro e seus produtos têxteis no mercado mundial. Com esse produto oriundo do cultivo na região sudeste⁸², estava reservado um consumo para uso interno e doméstico. Vale reiterar, que o algodão foi o responsável pelo artesanato têxtil desenvolvido desde os primórdios da capitania, província e estado, assim também a vila e depois cidade de São Paulo, ainda que não estivesse vinculado às corporações de ofícios. O artesanato têxtil que estaria na base da expansão fabril na primeira República, tornar-se-ia em diferentes municípios do estado uma atividade empresarial contínua e crescente, contando até 1930 com 64 estabelecimentos fabris têxteis, consumindo parte do algodão produzido na região de Sorocaba. Na capital do estado a indústria têxtil tornou-se uma atividade que reuniria milhares de trabalhadores, majoritariamente estrangeiros, como trataremos adiante, sendo parte desse grupo, muitos daqueles que desistiam do colonato nas fazendas.

* * *

aproximar alguns dos motivos não declarados da moral que envolvia as propostas para o trabalho livre e a cidadania, pela oligarquia paulista e algumas considerações tratadas pelo autor.

⁸² A região norte/nordeste chegou a ser grande produtora e exportadora de algodão, no final do século XVIII, como tratado anteriormente.

Com um projeto político que garantiu a permanência no poder e a adesão de amplos setores sociais, a definição de “trabalho” e sua renovada importância social seria reproduzida *ad nauseam* como lembra Ferreira dos Santos (1998) a propósito das novas características assumidas pelos diferentes discursos na República paulista, nos quais despontam as necessidades produtivas, conjugadas pelos interesses econômicos e sociais da elite e a tipificação do trabalhador idealizado como branco, europeu e com costumes muito diferentes da parcela nacional pobre, formada por ex libertos negros, caboclos, índios, caipiras e mestiços, que integraram por muito tempo a população da cidade e todo o conjunto de afazeres do trabalho. Por muito tempo ainda, a historiografia não contestaria os retratos feitos e divulgados das classes populares, reduzidos aos aspectos de desordem, promiscuidade e ignorância.

“No período histórico que estamos abordando, também sobre as camadas populares citadinas recaiu senão um movimento intencional de ocultamento, um esforço de discriminação, ao serem estas enquadradas na ótica de sua inadequação e anacronismo face às pretensões de se edificar uma cidade moderna, europeizada”.(Wissenbach, 2018, p.100-101)

Mas para que não venha a ser uma particular exclusão, vale reiterar que a visão evolucionista no conjunto dos discursos que moldaram as nações modernas, ex colônias, por suposto, tiveram como princípio, o ideal civilizatório herdado do velho mundo, como lembra Benedict Anderson (1983/2019; p.41) destacando a opinião do colombiano liberal Pedro Fermin de Vargas, no século XIX que aqui reproduzimos:

“Para ampliar a nossa agricultura, seria preciso hispanizar os nossos índios. A preguiça, a falta de inteligência e a indiferença deles aos trabalhos normais levam a pensar que eles derivam de uma raça degenerada, que se deteriora conforme se afasta da sua origem (...) seria muito desejável que os índios se extinguissem através da miscigenação com os brancos, isentando-os de impostos e outros encargos e concedendo-lhes a propriedade da terra.”

A ideia de nação e nacionalidade, para além da geografia e das fronteiras, vai surgir historicamente, quando há uma descontinuidade entre três antigas concepções fundamentais (Anderson, idem, p.69) na interpretação e consciência do mundo. A vigência dessa episteme incluía a noção de que a língua escrita oferecia o acesso privilegiado à uma verdade original, o que estaria nos objetivos das ordens religiosas judaico-cristãs e muçulmanas com os textos sagrados; a segunda é o princípio de distinção entre a no-

breza e demais súditos, sendo que nessa hierarquia, o governo dos monarcas tinha por motivação o direito divino e, a lealdade a esse era a obediência ao elo representado pelo governante, assim como as escrituras sagradas, entre os seres e a divindade. A terceira concepção é a de temporalidade. Há uma indissociabilidade entre cosmogonias e história, na qual as origens do mundo e dos homens é a mesma. Essas três concepções articuladas davam o sentido da vida humana que se misturava ao sentido das coisas, explicando as ocorrências boas ou más, as doenças, a morte, a servidão.

“O declínio lento e irregular dessas convicções mutuamente entrelaçadas, primeiro na Europa Ocidental e depois em outros lugares, sob o impacto da transformação econômica, das “descobertas (sociais e científicas) e do desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais velozes, levou a uma brusca clivagem entre cosmologia e história. Desse modo, não admira que se iniciasse a busca, por assim dizer, de uma nova maneira de unir significativamente a fraternidade, o poder e o tempo. O elemento que talvez mais catalisou e fez frutificar essa busca foi o capitalismo editorial, que permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas.” (Anderson, 1983/2019; p. 69-70)

Guardadas as devidas diferenças, de fato, os jornais, revistas e o universo letrado cotidiano em muito colaborou para a circulação das novas ideias e discursos e ainda para que o capitalismo estivesse na base de todas as grandes transformações da República nascente no Brasil e em São Paulo, ainda que tivéssemos, pelas características que revestiram os empreendimentos públicos e privados e a autonomia burguesa diante das questões nacionais, um projeto de nação paulista, restritivo e pautado pelo protagonismo e ainda pela hegemonia⁸⁵ diante dos aspectos políticos brasileiros. Nesse sentido, o trabalho com o imigrante, ingressa no conjunto de ideias e plano de realizações com o qual pretender-se-ia reescrever a história, com novos mitos e heróis. Seria ainda, depois da primeira guerra, já nos anos 1920, que a ideia de “moderno” emergiria para questionar e condensar a força expressiva dos contextos de futuro do pós-guerra, da revolução tecnológica e da virada do século. “Moderno se torna a palavra-origem, o novo absoluto, a palavra-futuro, a palavra-ação, a palavra-potência, a palavra-libertação, a palavra-alumbramento, a palavra-reencantamento, a palavra-epifania” (Sevcenko, 1992/2014; 228)

⁸⁵ Repito a proposta da definição de *hegemonia* de Boris Fausto (1977, p.195), que corresponde à dominação no nível da política, onde intervêm a consciência e a vontade de atores sociais, para decidir hierarquicamente sobre aspectos em conflito, não apenas em âmbito específico, administrativo ou corporativo, mas geral, social e econômico.

Viver na Cidade

O *Anuario Demographico* de 1909, da Republica dos Estados Unidos do Brazil – Estado de São Paulo – Directoria do Serviço Sanitario, apresenta dados comentados, sobre a Capital e outros municípios do Estado, sendo possível perceber como se tratavam publicamente os significados do trabalho, da imigração e do progresso, entre as condições de vida e para o trabalho dos nacionais, mas principalmente estrangeiros na Capital paulista, conforme:

“Da natalidade sob o ponto de vista dos progenitores: São filhos de brasileiros 3.178 e de estrangeiros 7.957, o que quer dizer que estes concorrem com a percentagem de 71,45 por 100, enquanto os nacionaes o fizeram com 28,55. Em 1908 essas percentagens eram diferentes – os nacionaes haviam concorrido com 26,65, enquanto os outros com 73,35. Este facto é sempre o mesmo e tem sua razão de ser na maneira porque se acha constituída a população de S. Paulo, em que seus dous terços é formada de elemento estrangeiro, que aqui vem ser a causa de nosso verdadeiro progresso.”⁸⁴

Como as condições de vida, com grande carestia para os trabalhadores na cidade não eram adequadas, a mortalidade, sobretudo infantil era alta. Como os nascimentos entre filhos de imigrantes eram as maiores, também entre eles eram as taxas de letalidade, o que justificar-se-ia na comparação à outros dados demográficos em outras cidades do mundo, mas também cabia tal responsabilidade à genética do casal ou as condições precárias de higiene, conforme alguns argumentos

“A nati-mortalidade de S.Paulo é, como se vê deste estudo, grande e necessita medidas tendentes a restringil-a. Ellas são difíceis de serem executadas, porque ora o seu fator se assenta sobre um de seus progenitores, ora sobre outro e não raras vezes sobre ambos. A hygiene, levantando as resistências orgânicas de um lado, e de outro protegendo, nos últimos três mezes de gravidez, a mulher, pode conseguir alguma cousa. E alguma cousa, é preciso que se faça”

Em 1909 nasceram, 11.135 pessoas e faleceram 5.757 na Capital, colocando um percentual de quase 20% de mortalidade a cada 1000 nascimentos

⁸⁴ Grafia original mantida

“É esse o ponto de vista em que deve sempre se colocar quem apreciar a nossa mortalidade, que, embora crescendo, deixa, pela grande natalidade também, margem para crescimento da população. Felizmente, a nossa cresce anualmente, o que indica ser a cidade voltada ao progresso e civilização”. (Anuario, 1909, p.21)

Outras cidades possuíam letalidade maior, ultrapassando, em muito São Paulo sem, no entanto, dispor das diferentes melhorias que já haviam se notabilizado como abastecimento de água tratada e sistema de esgotos. Das cidades que se destacam nesse conjunto comparativo temos, Niteroi, com mortalidade de 60,97% a cada 1000 nascimentos; Aracajú, com 45,05%; Recife, com 37,94%; Maceió, com 35,19% e Fortaleza, com 27,22%. Entre percentuais de 19,19%, caso de São Paulo até 26,30%, de Porto Alegre, teríamos ainda, Salvador e Rio de Janeiro.

As maiores vítimas da letalidade na Capital eram as crianças de 0 a 2 anos. Segundo os dados do Anuario (1909, p. 25) faleceram naquele ano de 1909, 2.732 crianças nessa faixa etária, dando a entender serem 32 crianças a cada 100 mortes. Já do conjunto de mortes daquele ano, o número de crianças atinge 47,2%. Em igual período registrava-se no Rio de Janeiro a morte de 18 crianças de 0 a 2 anos. Ao contrário de anos anteriores, em que a malária, o sarampo, a varíola ou a febre amarela foram responsáveis por muitos dos óbitos registrados, a causa predominante para as mortes infantis naquela década seria a gastroenterite, motivada pela “alimentação defeituosa e inapropriada”. Para tanto são citadas algumas medidas profiláticas para a alta mortalidade em São Paulo

“a) Conferencias publicas sobre a alimentação da infancia, nas aglomerações operarias, como escolas e sobretudo ensinamento de princípios de hygiene infantil ás professorandas da Escola Normal. b) A criação de “Sociedade de Caridade Materna” com o fim de favorecer a alimentação das crianças pelas suas proprias mães. c) Estabelecimento de consultorios para lactantes em diferentes pontos da cidade, onde serão dadas noções elementares de alimentação das crianças. d) Creação de gottas de leite nos diversos bairros de S.Paulo onde será distribuido leite esterilizado ás mães, que de todo não poderem criar ao seio os seus filhos. e) A fundação de creches próximas aos centros industriaes, onde a creança seja vigiada. f) A fundação de um hospital próprio para creanças. g) O melhoramento das habitações operárias. H) Assistencia ás mulheres gravidas e proteção a mais ampla durante os últimos três mezes de seu estado. São esses, realmente, os meios, que devem ser postos em pratica para restringirem letalidade da infância em S.Paulo, que como vimos, cada anno mais engrandece e mais avulta.” (Anuario, 1909, p. 27-28)

Com isso, podemos depreender que os discursos de enaltecimento ao trabalhador estrangeiro, ao mesmo tempo que exortavam a população, obscureciam as relações implicadas nas ofertas de trabalho, como grande rotatividade, exploração e assujeitamento dado pelas condições precárias de vida e de trabalho na cidade, com jornadas extensas, incluindo mulheres e crianças sem nenhum amparo. No colonato das fazendas, as condições também eram difíceis e estavam marcadas por diferentes tarefas, embora com aspectos que vale explicitar e reiterar, ainda que essa atenção já tenha sido brevemente dada na primeira parte da pesquisa. As relações entre o trabalho do colono e do fazendeiro estavam contratadas segundo as bases capitalistas da produção cafeeira, não importando se oriundo de um capitalismo ainda comercial engendrando relações de produção não-capitalistas⁸⁵. Essa dubiedade esteve colocada pelo tipo de serviços e do pagamento realizado pelos contratantes, a saber: Havia um pagamento anual, por família, para o tratamento dos cafezais durante o ciclo da produção, em geral a divisão era feita por mil pés. Esse pagamento representava metade da renda familiar. Outro pagamento feito por resultados, que podiam variar, era feito com base nas quantidades colhidas. E ainda, outro pagamento, pouco significativo, também era feito pelo trabalho especializado de manutenção dos equipamentos, serviços de transporte do café. O pagamento indireto era feito concedendo moradia e a permissão de uso de terras para a produção de alimentos. Com o excedente da produção para consumo, o colono ainda podia dispor de sua produção vendendo tais insumos. Essa parte relativa à venda, como um salário potencial não monetário, incidia no valor da força de trabalho do colono.

Com esse resumo do esquema típico aplicado à contratação, quisemos demonstrar como o trabalho nas fazendas era substancialmente diferente das relações de produção estabelecidas nas cidades, especialmente no trabalho fabril. Sem garantias na habitação e sem condições para produção de gêneros para consumo, o trabalhador urbano enfrentava dificuldades de várias ordens, inclusive de redução dos salários quando o proprietário assim determinasse, diante das crises econômicas.

Ainda que se possa concordar, segundo o Censo de 1920, que o Brasil da Primeira República não fosse industrial, pois, 69,7% da população economicamente ativa, tinha a agricultura como fonte principal de subsistência, sendo apenas 16,5% voltado ao setor de

⁸⁵ Retomando a hipótese de José de Souza Martins, sem, no entanto, buscar dedicar-me a explicitar as contradições colocadas entre esse e outros autores, lembro que defende que as relações de produção nas fazendas de café, devem ser consideradas como relações não capitalistas de produção, mas uma forma de reprodução ampliada do capital. Nesse caso, tal produção capitalista de relações não capitalistas “se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio. (Martins, 1986, p.21)

serviços e apenas 13,8% à indústria, quadro que foi mantido aproximadamente até 1930, é possível reiterar que a situação de trabalho em São Paulo, era a expressão do desvio (Fausto, 1976/2016, p. 39).

O crescimento da indústria em São Paulo tinha o setor têxtil como carro-chefe, com fábricas de médio e grande porte (fiação e tecelagem) seguidas pelas fábricas de bebidas, calçados, vestuário e alimentos desde o início do século XX, empregando um número crescente de operários homens, mulheres e crianças a partir de 5 anos de idade, submetidos à terríveis condições de trabalho. Na última década do Oitocentos, a cidade contava com 121 estabelecimentos sendo 52 tipicamente industriais. Desses, 11 empregavam mais de cem funcionários.

Por meio do emprego da mão-de-obra do colonato nas fazendas e do operariado urbano, a burguesia cafeeira dilatou a base da pirâmide social, incrementando a formação de grupos e as identificações políticas e reivindicatórias na origem dos movimentos trabalhistas. No sistema de colonato, as grandes levas de imigrantes, sobretudo italianos seriam fundamentais no primeiro surto de industrialização da cidade, como trataremos adiante.

Nos primeiros anos do século XX, São Paulo saltaria da quinta posição para a segunda maior Capital, atrás apenas do Rio de Janeiro. Em dez anos a cidade cresceria 268%, passando de 64.934 habitantes, para 239.820 habitantes (Fausto, 1976/2016, 36). E todas as reformas pelas quais a cidade atravessaria a caminho de implantar o modelo das cidades na *Belle Époque*, deixariam de priorizar habitações operárias adequadas, destinadas a essas populações. Todas as iniciativas vinham de proprietários que auferiam grandes lucros com aluguéis que disparavam, baseados na grande demanda e na reduzida oferta. Foram nas planícies varzianas do Tiête e do Tamanduateí, sujeitas às inundações, que essas populações de trabalhadores se implantaram, sem contar os cortiços de Santa Efigênia, já tradicional no abrigo de trabalhadores. À medida que as ferrovias São Paulo-Rio, Sorocabana, Santos-Jundiaí (a Inglesa) transitavam, atraíam o interesse de novas fábricas se implantarem nas proximidades, fazendo surgir núcleos de habitações operárias, no Brás, Bom Retiro e Móoca. Como lembra Fausto (idem, 37)

“O processo de formação de bairros, em função da constituição da sociedade de classes, é simétrico: enquanto a massa de imigrantes se concentra nas várzeas, bordando as faces sul e leste do maciço paulistano, vão surgindo neste os bairros residenciais que sobem as encostas em busca de terrenos altos e saudáveis (Higienópolis) até atingir o alto espigão, onde se abre a avenida Paulista”

Entre 1910 e 1913 a expansão da economia brasileira forçou uma elevação de preços nos itens diversos de subsistência. Em São Paulo, os jornais criticavam o agravamento das circunstâncias a partir dos princípios adotados pelo Prefeito Antônio Prado, com base em demolições para garantir obras de embelezamento da cidade. Desapropriando as antigas habitações há uma maior escassez de casas de aluguel

“Segundo *O Comércio de São Paulo* de 7 de maio de 1912, as demolições indiscriminadas obrigavam o povo a procurar novas casas de aluguel elevado; o *Fanfulla* de 17 de maio de 1912, critica o prefeito por sua preferência em construir mirantes na avenida Paulista, em ajardinar o Anhangabaú. O tema das condições de habitação e do preço do aluguel ganha destaque. O *Fanfulla* de 30 de junho de 1912, por exemplo, publica uma ampla reportagem sobre cortiços explorados por locadores ou sublocadores italianos”. (Fausto 1976/2016, 302)

Os diferentes discursos, sobretudo aqueles produzidos durante a República tiveram visões de encantamento sobre as grandes transformações. Ao comentar sobre a análise de autores que escreveram sobre o incrível e aparente “desenvolvimento” da cidade de São Paulo na Primeira República, Pasquale Petrone⁸⁶ recupera que

“Manuel Bernárdes (1) considerou São Paulo “una verdadera metrópole industrial y económica del Estado, y quizás de la Unión”. Pierre Denis (2) classificou a cidade como “un gros centre industriel” e Paul Walle, (3) confessando sua surpresa ante o inacreditável desenvolvimento da indústria no Estado, afirma que “la capitale est devenue un important centre manufacturier, le second du Brésil après Rio de Janeiro”.(Petrone,1955; p.127-170)

Além disso, na visão do geógrafo outros fatores que devem ser mencionados para o surto de expansão são: O fortalecimento do parque industrial paulistano: 1. a facilidade de obtenção da energia elétrica, 2. a existência de um mercado consumidor interno, muito ampliado em virtude do crescimento da população da cidade e do Estado; 3. o afluxo de capitais, nacionais e estrangeiros; 4.a facilidade de mão de obra operária, a princípio oriunda da massa imigrada, mais tarde resultante da crise cafeeira de 1929-30

⁸⁶ (1). — Bandeira Junior (Antonio Francisco), A Indústria no Estado de São Paulo em 1901, Tip. do “Diário Oficial”, São Paulo, 1901. Bernardes (Manuel), El Brasil — su vida, su trabajo, su futuro, pág. 193, Buenos-Aires, 1908. (2) Denis (Pierre), Le Brésil au XXe. siècle, pág. 112. 4a. edição, Liv. Armand Còlin, Paris, 1911. (3). Walle (Paul), Au Brésil — De Uruguay au Rio São Francisco, pág. 160, Lib. Orientale et Américaine, . E. Guilmoto, Paris 1910.

e do incessante fluxo das áreas rurais para urbanas e vice-versa; 5. a existência de um mercado produtor de matérias primas, no próprio Estado (no que se refere ao algodão, notadamente) abastecendo diretamente a industrialização têxtil; 6. a importante rede de transportes ferroviários que tem na cidade de São Paulo o seu centro articulador; (5) ao fim dos anos 1930 São Paulo já despontava como o maior centro industrial da América do Sul.

Disciplina e civilidade

A versão ufanista despontaria em outros discursos como na sinopse do relatório de encerramento da presidência de Albuquerque Lins em São Paulo (1908 – 1912) publicado no *Correio Paulistano*, órgão de apoio ao PRP (Partido Republicano Paulista)⁸⁷ um conjunto de princípios de louvor ao progresso, ao trabalho e ao pioneirismo, fundamentos de um ideário relevante do período de transformações:

De certo, o grande Estado possui um sólo de riqueza excepcional, tendo, pode-se dizer, o monopólio natural de uma grande cultura, que, bem explorada e habilmente defendida, constitue uma fonte admiravel de riqueza. Mas o homem, a população laboriosa, as classes dirigentes, notabilizam-se alli por uma virilidade surpreendente, por uma iniciativa poderosa, por um espírito de progresso em excitação constante. O paulista fez da sua terra a região mais rica e adeantada do Brasil. A natureza foi-lhe na realidade generosa, mas não basta dominar um solo de recursos abundantes: é preciso dispor de energia e capacidade para desenvolver esses bens, para aproveitar essas forças latentes, para tornar activos e rendosos esses germens de fortuna. Para tal terra, tal gente. Ella tem todas as qualidades para constituir uma nação, para viver por si, em absoluta independencia, mantendo bem alto o seu valor, granjeando para o seu nome a estima dos povos mais civilizados do mundo. Tirou do regimen federativo todas as vantagens que elle podia conceder a populações fortes, disciplinadas, ciosas da sua liberdade e legitimadas ainda de riqueza e preponderância.

S.Paulo promoveu o seu espantoso desenvolvimento material e intelectual sem se inspirar nos exemplos do governo federal. Organizou os seus serviços, alargou a sua instrucção, saneou as suas cidades, attrahiu o braço immigrante, tornou-se economicamente uma potencia e administrativamente uma circumscripção modelo, sem receber lições da União, antes, indicando-lhe o caminho a seguir na solução de varios problemas de ordem

⁸⁷ Edição 17517 de 03 de maio de 1912

governativa, nas finanças, na difusão do ensino, no ressurgimento das actividades moraes, no aumento do bem estar e da cultura das populações. Foi S.Paulo que nos incutiu o gosto pelos melhoramentos materiaes, pelas obras de embelezamento e hygiene da capital, como foi elle que nos mostrou a necessidade de dignificar o trabalho dos campos, creando os primeiros estabelecimentos agronômicos e zootécnicos, como foi elle que tornou uma deslumbrante realidade a nossa presumida aptidão para a direção de grandes empresas ferroviárias, como foi elle que nos ensinou a dar a certos institutos e aparelhos de administração o grau de aperfeiçoamento que nosso papel geográfico, histórico⁸⁸ e internacional reclama, como foi elle que, pelo projeto da Caixa de Conversão⁸⁹, deu estabilidade á nossa moeda, pondo cobro aos embarços com que lutavam os productos nacionais, victimas da intolerância de economistas ideólogos.

S.Paulo é para o estrangeiro o expoente precioso da nossa civilização, afe- rindo-se por elle, na ignorancia da evolução dos outros Estados, o grau de adiantamento do paiz. Da capacidade para gerir os seus destinos, nas horas mais amargas da sua existencia autonoma, contando exclusivamente com a tempera audaciosa e a segurança dos recursos dos seus homens dirigentes, temos a prova na maneira por que enfrentou e resolveu a crise do café⁹⁰, neutralizando os efeitos depreciativos de uma safra formidável e conseguindo, á custa de esforços gigantescos, de pujante iniciativa, de sagacidade e precisão, dar ao seu producto um valor, que abriu para o Estado uma era de incomparável prosperidade. “ 91

⁸⁸ A criação dos Institutos Históricos e Geográficos que seguiram a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, fundado em 1839, tiveram importante desempenho na elaboração de um saber oficial, produzido e reproduzido interna e externamente, por esses que foram estabelecimentos científico-culturais com discursos oficiais em meio a outros. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894, era congênere ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Formado por um conselho eleito era integrado por associados, contando inclusive com um orçamento destinado às pesquisas, publicações e eventos. Dos sócios era requerida idoneidade intelectual e produção de estudos, pesquisas científicas ou literárias, de acordo com os temas validados no estatuto. O cargo de presidente honorário era concedido ao chefe de Estado e outras personalidades internacionais de alto prestígio (Schwarcz, 2002). A propósito da história e geografia oficiais configuradas nesses saberes institucionais posteriormente veiculados em instituições de ensino, é reputado a isso, distorções no sentido de sobrevalorizar o território geográfico brasileiro em detrimento da importância que teriam seus habitantes, autóctones, trabalhadores nacionais e escravizados e posteriormente libertos no projeto de nação pensado pelas elites. (Moraes, 2005).

⁸⁹ A Caixa de Conversão foi criada pelo Decreto nº 1575, de 6 de dezembro de 1906, com vistas a solucionar as crises geradas a partir do mercado do café, mantendo em equilíbrio o poder de troca da moeda do Brasil no comércio com outros países. Estava autorizada a emitir bilhetes convertidos em valores que variavam de dez mil réis a um conto de réis. Era chamado também *papel-ouro* porque tinha a garantia de ser trocado por moedas de ouro. (Carone, 1975)

⁹⁰ Em referência à crise de 1906 e as medidas adotadas pelo Convênio de Taubaté.

⁹¹ A grafia original foi mantida.

Como se pode depreender, nesse discurso estão contidas as premissas que valorizavam o trabalho, certo tipo de trabalhador, reforçando qualidades atribuídas ao imigrante como digno e viril e, por omissão, contribuindo para o silenciamento da exclusão dos trabalhadores nacionais, especialmente negros e mulatos, ao não se fazer nenhuma alusão aos antigos habitantes de São Paulo ou qualquer de suas contribuições.

Aliás, a pobreza, ao lado da doença e da insalubridade configuraria diferentes instituições disciplinares para controle e reforma dos espaços, como proposto na analítica de Foucault. Mas o tratamento disciplinar que investe sobre o indivíduo nesse período, já corresponde a tipos disciplinares modulados, visto que as prisões e os mecanismos de tortura como produtores de verdade já vinham de longa data. Não trabalhar ou trabalhar com rebeldia tornar-se-ia assunto policial. Diferentes manifestações no início do século além de breves paralisações ou ações de retaliação de operários e operárias, chegaram a ser duramente reprimidas, como a greve nas docas de Santos de 1904; a Revolta da chibata em 1910, a greve dos ferroviários paulistas em 1906; a greve dos colonos de fazendas de café na região de Ribeirão Preto em 1913, a primeira greve geral que reuniu 50 mil operários em São Paulo em 1917, entre outras. Além de reprimir toda sorte de sedição dos trabalhadores urbanos das fábricas, todo tipo de desordem era punida severamente. Segundo dados policiais colhidos e analisados (Patto, 1999; p.172), nas primeiras décadas republicanas em São Paulo, o número de detenções foi quase três vezes superior ao número de detidos na capital - Londres, nesse mesmo período, lembrando, entretanto, que a situação inglesa era muito diversa e com maior configuração de crimes cometidos, inclusive, bem tratado por Ruth Harris (1993). Aqui, o maior número de detenções ficava por conta das seguintes categorias de contravenções (sem vítimas): embriaguez, desordem e vadiagem. Vale lembrar que as tecnologias de poder (Foucault, 1999) podem ser percebidas no conjunto de fatos históricos da Primeira República, não apenas em São Paulo, mas em outras cidades dentro e fora do Brasil, por meio de certos dispositivos, não apenas disciplinares, mas também complementares a estes, que passam a atuar não no corpo do indivíduo, mas no coletivo, ou no ser vivo, “homem-espécie” (idem, p. 289). Para tanto, segue uma breve digressão.

* * *

Assim como as reflexões sobre território colonial podem remeter às reflexões sobre o poder e o direito na teoria da soberania ou, de legitimidade do governo do rei, outros dispositivos de dominação promovidos no ambiente urbano, teriam grande visibilidade

nas cidades, especialmente no Oitocentos, disso importando reiterar que a tecnologia de controle oriunda do *panopticon* de Jeremy Bentham (1791) - uma prisão cuja arquitetura permitia a visão de todas as celas - inaugura um momento histórico, substituindo a era dos suplícios, marcada por espetáculos punitivos de tortura e de morte (com empalamento, esfolamento, chibatadas, destroçamento de corpos, etc.) por uma punição que torna-se parte pouco evidente do processo penal, deixando o campo do “visível” para integrar a consciência “abstrata”

“a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada ao seu exercício. (...) O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais elevado”. (Foucault, 1975; p.15-16)

Uma nova economia da punição alcançaria todas as práticas, tornando oportunos os conhecimentos de prevenção e correção. As experiências das novas formas de punição permitiriam ainda a descoberta do corpo como instrumento e objetivo do poder. A síntese de alguns registros é referida no livro *o Homem-máquina* do médico francês Julien Offray de La Mettrie, publicado em 1748, em que referenda a tese do ser humano como um artefato mecânico, subvertendo a ideia da autonomia do espírito e da consciência, colocando dúvidas, portanto à existência divina. Além disso, esse livro, segundo Foucault (1975) foi escrito de forma concomitante gerando dois registros diferentes, sendo um, anátomo-metafísico escrito por médicos e filósofos conjuntamente e outro, técnico-político, cujos conteúdos estão configurados por regulamentos militares, escolares, hospitalares e “por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo”. (ibidem, p.126)

Na segunda metade do Setecentos, pensando no continente Europeu (Foucault, 1975) o soldado passa a ser concebido como um corpo despreparado que deve ser tratado como máquina, para que se corrijam posturas numa “coaçoão” lenta que percorre o corpo em sua anatomia, das partes que compõe o conjunto: cabeça ereta, tronco reto sem curvar as costas, estufar o peito...repetidas vezes até se criar o hábito para um corpo útil, transformado e aperfeiçoado, por exemplo. Essa ortopedia aplicava-se ao soldado, mas também as crianças e aos jovens, como a “Arte de prevenir e corrigir, nas crianças as deformida-

des do corpo” (Ibidem, p.30). Resultando numa docilização dos corpos, esse tratado para o corpo manipulável atrairia as atenções durante o século XVIII, mas sem ter sido uma novidade, afinal o corpo, desde a antiguidade esteve sujeito às limitações, obrigações ou punições. Nesse caso, as diferenças nas técnicas investidas nos corpos são três: 1) a escala do controle, uma vez que não é sobre os corpos no seu conjunto que se trata, mas sobre o corpo individual, para poder trabalhá-lo de forma detalhada e numa coerção contínua sobre movimento, gestos, atitudes do corpo-máquina; 2) O objeto do controle deixa de ser um conjunto de elementos do comportamento ou da expressão do corpo e passa a ser a economia dos movimentos e sua ordenação interna, no caso o “aperfeiçoamento” se dá pelo processo, o que garante importância apenas ao exercício; 3) O tipo de coerção está evidente pela forma contínua, importando mais o processo aos resultados, de acordo com códigos que examinam ao máximo os espaços, o tempo e os movimentos.

“Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes. (...) Diferentes da vassalagem que é uma relação de submissão altamente codificada, mas longínqua e que sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais da obediência. Diferentes ainda do ascetismo e das “disciplinas” do tipo monástico, que tem por função realizar renúncias mais do que aumentos de utilidade e que, se implicam em obediência a outrem, tem como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo. O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.” (Foucault, 1975; p.126-127)

Por fim, vale reiterar que toda essa “anatomia política” não pode ser compreendida como uma repentina emergência no campo das práticas e dos saberes, podendo ser reconhecida por meio de pequenos processos de localizações dispersas, origens diferentes, situações sociais e políticas heterogêneas, que acabam por imitar algumas, apoiando-se em outras, diferenciando-se segundo o campo de aplicação. Podem convergir ou mesmo

separar-se, o que acaba configurando conjuntos que podem ser evidenciados nas instituições totais (Goffman, 1961) como hospitais, colégios, escolas infantis e primárias, nas organizações militares, quartéis e posteriormente nas fábricas. Numa ocorrência não simultânea, multiplicando-se de uma instituição a outra, as vezes de forma lenta e noutras de maneira veloz, a imposição das regras, quase sempre se voltou à atender exigências de contexto social e político

“(...) aqui uma inovação industrial, lá a recrudescência de certas doenças epidêmicas, acolá a invenção do fuzil ou as vitórias da Prússia. O que não impede que se inscrevam, no total, nas transformações gerais e essenciais que necessariamente serão determinadas” (Foucault, 1975; p.128).

As “disciplinas” organizam em séries, celas, lugares e fileiras, corpos ou unidades individuais. A partir dessa ordenação criam espaços funcionais e hierarquizados. Esses espaços criam fixação e ordenam a circulação, visibilidades e ligações operatórias, assim também cobram obediência, garantindo utilidades e a economia de tempo. Podem estar presentes na disposição de edifícios, salas, mobiliários, posições, reiterando escalas que modulam elementos de importância do maior ao menor. Nessa operação da disciplina, esses processos de “recuperação” ganham enorme visibilidade como exemplos vivos que passam a ordenar multidões sem princípios, consideradas ora inúteis e ora perigosas. Esse esforço de observação, classificação e controle da circulação de mercadorias, de dinheiro, de matérias-primas estabelecendo princípios para a economia, integram o quadro das operações de “distribuição e análise, controle e inteligibilidade” que estão no ordenamento espacial das coisas e dos homens da “cidade disciplinar” (Rago, 1985) que em São Paulo terá sua melhor expressão nas décadas do alvorecer republicano, do século XX.

Economia cafeeira, crescimento urbano e crises

O processo de criação dos princípios de uma economia de mercado interno nas zonas cafeeiras está baseado nas condições engendradas para absorver trabalho e trabalhadores em grande escala, conjugando a mão-de-obra à capacidade de consumo. Entre diferentes autores, Beiguelman (1973 e 1978) reitera que depois de estabelecido o deslocamento imigratório, no pós-abolição, há uma mobilidade entre a fazenda e a cidade em busca de melhores condições de trabalho oferecidas pelo adensamento populacional, ou decorrentes da expansão do mercado interno no setor urbano, conforme

“(...) dessa forma se estabelece um fluxo migratório na direção dos centros urbanos respondendo a lavoura com a sucessiva introdução de novas levas de imigrantes – reativando-se, assim, continuamente, o processo.

Por volta da década de 1920, o incremento ao setor do mercado interno já podia dispensar esse giro como fator básico de acumulação de capital. O papel da grande lavoura, cuja renda se redistribui em pagamentos diversos, é ainda fundamental no processo subsequente, mas já se tornava possível transformar o setor interno em novo núcleo dinâmico de crescimento econômico”. (1973; p.84)

Com relação ao emissionismo e crédito fácil, emblemáticos no entendimento do crescimento econômico interno, Beiguelman (1973)⁹² ainda lembra que tiveram papel importante na depreciação da renda agrária, o que possibilitou a formação consolidada de grupos de capitalistas urbanos. Anterior à empresa cafeeira, uma parte da renda auferida com o empreendimento açucareiro, ao invés de ser aplicada nesse setor, acabava dirigida aos negócios e serviços urbanos por meio do mecanismo inflacionário. Mas o capital nessa circulação desempenhará um papel transitório, sendo identificado posteriormente nos investimentos feitos ao setor agrário cafeeiro, não ficando, portanto, como destino, restrito ao urbano. Nesse sentido, o emissionismo inflacionário configurava uma “poupança forçada” (Beiguelman, 1973; p.85) na qual a renda da economia açucareira era retirada para acúmulo no setor urbano. Quanto ao protecionismo industrial, o sistema tarifário do período em destaque embora marcado pelas intenções de proteção não conseguiu atender às reivindicações como lembra a autora

“(...) a atividade industrial no período de 1840-60 é algo que diz respeito antes à constituição de um pequeno grupo de industriais, que propriamente à implantação de uma indústria nacional.

Essa constelação peculiar, em que se inserem a emissão inflacionária e o protecionismo, é reformulada em 1860, quando se configura novamente uma volta para o setor exportador” (idem; p.86)

Nessa reformulação, há uma oportunidade para a escolha do investimento no setor agrário cafeeiro, contrariamente aos interesses de crescimento urbano, num embate

⁹² O período de 1840 a 1860, principia um movimento de interiorização do consumo, oportuno para avaliar o contexto sócio-econômico, em vista da expansão do setor urbano, que além das questões diretamente ligadas ao fluxo de imigrantes, como veremos adiante, teria como vinculantes o emissionismo do tipo inflacionário e certo grau de protecionismo industrial. Portanto, vale esse retorno temporal.

semelhante ao que seriam as divergências entre interesses da economia brasileira pelo mercado exportador ou para uma produção voltada ao mercado interno. Mas ao contrário da aparente divergência existente entre desenvolvimento urbano e depreciação agrária entre 1840-60, o setor urbano se converte em meio de “poupança forçada” a partir de 1870, estimulado pela empresa cafeeira, dando origem à industrialização e reforçando as demais atividades comerciais urbanas. (Beiguelman, 1973; p.87).

No período republicano, portanto, persistiriam as oposições entre os interesses de negócios urbanos e agrários, sem que isso significasse um segmento privilegiado de forma contínua em detrimento e para a depreciação do outro. Principalmente no período pré-republicano e já na República, há um jogo intermitente em que benefícios e favorecimentos pendem hora para um e, depois para outro lado. Nesse sentido, ainda, a oscilação que é percebida no período republicano primeiro esteve voltada a criar recursos financeiros abundantes (crédito e emissionismo) para num segundo momento reestabelecer o suposto equilíbrio na economia e dos excessos de inflação, causa da depreciação da renda agrária, conforme Beiguelman

“(...) as providências tomadas na primeira etapa satisfaziam por certo as aspirações do setor urbano, que a via inflacionária favorecia suplementarmente, a expensas do setor agrário. (As reivindicações industriais desse período se inserem nesse contexto de dinamização circunstancial das atividades econômicas urbanas.) De forma alguma, porém, pode-se atribuir ao setor urbano o caráter de fulcro determinante dessa política financeira: ele é o simples beneficiário provisório de uma operação cujos verdadeiros móveis, transcendem seus interesses. Isto é, são as necessidades gerais de uma economia centrada no setor agrário que determinam tanto a política favorável ao setor urbano, como a que o contraria”. (1973; p.89)

* * *

A dinâmica gerada pela economia de exportação e seus efeitos na cidade de São Paulo, durante a República atrairia a mudança de inúmeros fazendeiros para a cidade, numa inversão do singelo papel urbano, administrativo e religioso de outrora. Ao contrário das fazendas com lavouras exclusivamente produtoras de insumos de subsistência, ou até com as características marcadas pela produção de algodão ou açúcar, no Império, no início do XIX, o fazendeiro do café, ainda que parte da produção de alimentos estivesse presente em quase todas as fazendas, como abordado anteriormente; passou a comportar-se diante das lavouras, como um empresário comercial. Como pondera

Caio Prado Junior (1945) o fazendeiro paulista perderia qualquer pudor com relação à ambição por maiores investimentos e grande lucratividade. Com a Lei bancária de 24 de novembro de 1888, ficava assegurado aos bancos particulares o direito de emitir papel-moeda, o que acabou criando uma grande oferta de dinheiro e crédito. Por meio do incentivo bancário, esses proprietários, em busca de diversificação de investimentos, acabaram participando da criação de inúmeras empresas comerciais e industriais das mais diferentes categorias. Independente do encilhamento e da crise posteriormente gerada, como lembra Caio Prado Junior (Idem). Tal implementação econômica favoreceu a criação de uma rede bancária importante que foi capaz de mobilizar poupanças para “eventualmente complementar, se não substituir, a oferta de capital estrangeiro no mercado de capitais que se constituía em função da cafeicultura” (Szmrecsányi, 2004; in Singer, p.167). Essas, entre outras instituições, terão desempenho importante junto à elite e possibilitarão que as categorias de trabalho e os trabalhadores sejam cooptados às novas atividades ofertadas, seja nos momentos favoráveis à expansão dos cafezais e de contratação de trabalho, seja nas cidades, durante a retração da produção, quando os fluxos de mão-de-obra seguem aproveitando a expansão da industrialização e toda a sorte de oportunidades diretas ou indiretas que passam a existir.

As ondas de valorização da economia do café entre 1895 e 1920, somaram três períodos consagrados em meio às crises e oscilações. A grande safra de 1895 provocaria problemas de desvalorização do produto, levando à adoção de medidas como o monopólio do comércio de exportação. A elaboração de um Convênio entre estados produtores veio desse período, viabilizando-se em 1906, com o Convênio de Taubaté. Além disso, a pressão dos cafeicultores para soluções equilibradas lançaria na Câmara diferentes projetos de auxílio pecuniário aos agricultores; além de medidas de eliminação de parte das safras de outros estados para manutenção dos preços. A primeira medida concreta tomada antes do Convênio, seria a proibição, em 1902, de novas plantações e replantios por um período de cinco anos. A ideia da criação de um sindicato para compra do café até o limite de 16 milhões de sacas por ano teria a função precípua de combater o estoque excessivo, evitando a baixa de preços; mas tal plano não se viabiliza pela superprodução ocorrida no ano de 1906. Com o Convênio, haveria garantia estadual à produção e um aumento dos preços que levaram os fazendeiros à novas plantações. A partir de 1910 a melhoria de preços e maior equilíbrio produtivo atrairia a atenção de investidores estrangeiros o que faria a produção aumentar e, conjuntamente, o problema da superprodução, com uma diferença que estava posta pelo aumento do consumo, o que contribuiu no equilíbrio dos excedentes.

De 1920 a 1914 segue a segunda valorização interna e externa do café, cujo afluxo monetário provocado pelos preços favoráveis no mercado propiciariam também expansão do crescimento urbano e industrial em São Paulo, com equilíbrio e clima de prosperidade. Com a primeira guerra, há um lapso econômico comercial e sofrem impactos também, além da agricultura, a indústria e o comércio. Há uma retomada entre 1917 e 1920, mas com base no emissionismo e na partilha de lucro entre o estado paulista e a união. As medidas aliviariam a pressão sobre os produtores que retomariam os planos de redução das plantações, medidas paliativas, diante da destruição de milhares de pés que ocorreria, provocada pela maior geada da história em 1918, atingindo São Paulo e Minas e com efeitos reverberantes por aproximadamente três anos. (Carone, 1975)

A terceira onda de valorização cafeeira emerge em 1920, como o avanço das maiores propriedades do Estado, na direção noroeste, com mais de mil hectares, e diante de grande safra, além da última das três edições da Lei de Terras paulista na primeira República, revogando as anteriores e criando novas facilidades para a confirmação de posse ou para aquisições, como anteriormente já tratado. A conjuntura internacional é crítica, com restrição de capitais, obrigando os países a importarem ainda mais, o que terá impacto em todas as atividades brasileiras e provocará baixa no preço do café. Com o aumento de estoque de café nos portos, a pressão sobre o governo federal de Washington Luís por empréstimos aumenta, mas a estabilidade viria com a venda dos estoques a uma comissão de banqueiros estrangeiros⁹⁵. Com a recuperação parcial dos preços, a economia após a crise de 1920 defrontar-se-ia com cenário mais favorável também pela queda do produto nas safras de 1922 e 1923 e pela lei seca norte-americana com a proibição de bebidas alcóolicas, favorecidas pelo aumento do consumo mundial entre 1923 e 1924 de 19 milhões de sacas para 22 milhões. A década de 1920 foi pródiga em racionalizar as medidas institucionais que precisavam ser tomadas, do ponto de vista da infra-estrutura e da gestão econômico-administrativa dos processos. Desse modo o governo federal adotaria estratégias para a construção de armazéns para depósito e estocagem da rubiácea, ainda que para tanto existisse uma operação ligada ao “café depositado” e as garantias asseguradas aos bancos em prazo máximo de 120 dias. Dito isso, reitera-se que os armazéns não eram simples silos de armazenagem, havendo complexidades financeiro-administrativas a isso vinculadas. Em 1924 o Instituto de Defesa Permanente do Café é extinto, criando-se o Instituto do Café do Estado de São Paulo, que tinha por objetivos o controle da mobilidade do pro-

⁹⁵ Integrada por Rothschild, Schroder e representante brasileiro da Brazilian Warrant Company. (Carone, 1975; p.48)

duto nos portos, cuidados para uma propaganda de conquista de novos mercados, além de uma política de crédito para os fazendeiros para o trato de financiamento das lavouras e de acomodação das safras. Além da construção de armazéns, de uma logística controlada das safras ao longo de um ano; no trato de agentes na Bolsa de Café de Santos. Mesmo não agradando aos exportadores e intermediários do mercado internacional, a política de manutenção de preços do Instituto do Café é mantida e, portanto, tem início uma campanha norte americana de substituição parcial do café brasileiro, paulista sobretudo, com o estímulo à formação de cafezais colombianos. Nesse desempenho do Instituto ainda, há uma subdivisão: Defesa econômica agrícola, Secretaria da Agricultura e Comércio e Defesa econômica comercial, o que contribui para aprimorar as medidas mais rigorosas, com financiamento e controle em todos os portos exportadores. (Carone, 1975; p.48-50)

A safra de 1927 seria excepcional e ainda assim, os estoques não configurariam perigo pelas medidas do Instituto. Seria em 1929 a maior de todas as crises que provocaria o fim do Instituto e de todo o sistema-agrário cafeeiro. Os primeiros sinais da crise viriam a partir de outubro de 1929, com um recuo rápido de créditos e com os bancos fechando os saques sobre a praça santista. Mesmo assim, diante da política e ação consolidada, o Instituto não consegue reverter e o Presidente da República nega ajuda de empréstimo, obrigando os fazendeiros a pedirem moratória e emissão. O café baixa mais da metade o preço existente no mercado mundial. Não se consegue vendê-lo

“Os fazendeiros forçam a venda dos seus produtos, reúnem-se em congressos, diminuem os salários dos colonos, numa tentativa desesperada de encontrar uma solução. O problema apresenta-se sem perspectivas no correr do ano de 1930: o primeiro empréstimo conseguido nesse ano é destinado ao pagamento dos débitos vencidos; o segundo é realizado na véspera da revolução. O vencimento das dívidas e o avolumar-se da crise levam à debacle e às falências. A revolução de 1930 interrompe brutalmente esta situação e subverte a estrutura agrária dominante e a supremacia política desta classe. Era o fim de uma época e da hegemonia dos fazendeiros de café”. (Carone, 1975;p.51-52)

Emigrantes, imigrantes e migrantes

Em meados do século XIX, aspectos políticos e econômicos levariam a uma grande mobilidade de famílias em busca de trabalho e de subsistência, principalmente dos continentes europeu e asiático, migrando para as Américas. A transição de um sistema de propriedade da terra com base feudal para um sistema capitalista de produção industrial

gerou resultados próximos em diversos países europeus, como concentração fundiária, altos impostos sobre produção e uso da terra obrigando ao endividamento; além disso, o grande produtor ao conseguir negociar preços mais baixos acabava impossibilitando a venda de insumos do pequeno produtor que não conseguia manter a concorrência e acabava eliminado pelo mercado. Com esses fatores, o pequeno agricultor expulso do campo, ingressaria nas frentes de trabalho, como operário, nas indústrias das cidades. Além disso, há uma explosão demográfica no século XIX, principalmente na Europa, em que a população aumenta em 250%. Nos países que estavam envoltos pela industrialização e com Estados político-econômicos consolidados, seria possível absorver esse contingente populacional, cujo contexto de vida passa a ser melhor, em função do recuo de índices de mortalidade e diante dos avanços médicos, alimentares e higiênico-sanitários com nova infra-estrutura de água e esgoto nas cidades. Com o aumento da expectativa de vida, o universo do trabalho ganha outras possibilidades. No caso da Itália e da Alemanha, ainda, vale complementar lembrando, que pelo perfil de industrialização tardia, deixam de absorver os contingentes doravante em êxodo rural, cuja situação expulsória acaba agravada pelas guerras de unificação⁹⁴. A tecnologia como desdobramento dos avanços científicos, com a criação de máquinas, possibilitaria ao trabalho antes executado exclusivamente pelos homens e animais, um ganho de tempo e maior produtividade, panorama ainda mais dinâmico com a ajuda de transportes ferroviários que deslocavam com facilidade operários, colonos, matéria prima, insumos e mercadorias. Disse Zuleika Alvim (in Novais e Sevckenko, 1998, p.220) que o capital no fim do XIX e início do XX fora hábil em criar um exército de trabalhadores que seria incessantemente renovado e multiplicado

“Mas quando o número de desempregados, impossível de ser absorvido no novo sistema, começou a constituir ameaça, foi preciso tomar providências imediatas. A fome, associada à miséria e ao desespero, poderia com certeza desencadear revoltas populares em escala incontrolável, o que os donos de indústrias queriam evitar a qualquer custo. Emigrar foi a solução ideal encontrada, uma vez que esse panorama geral harmonizava-se perfeitamente com as necessidades dos novos países – Estados Unidos, Argentina e Brasil – que por motivos variados iniciaram um grande movimento de atração de imigrantes para suas terras.”

⁹⁴ O *Risorgimento* ocorreu como movimento de unificação e conflito dos estados na Itália (República de São Marcos, República Romana, Carbonária) entre 1815 e 1870, deixando inúmeras famílias sem condições de subsistência no campo. Já a unificação alemã ocorreu em 1870 e 1871 agrupando o território hoje conhecido como Alemanha. O processo foi organizado pela Prússia, o reino mais industrializado da região, tendo por estratégia as guerras para a conquista da configuração territorial e política do século XX. (Becker, 1974; p. 484-487) Pequena História da Civilização Ocidental. Cia Nacional. SP

No período de cem anos, entre 1830 até 1930, mais de 50 milhões de pessoas deixaram a Europa. Desses, muitos buscaram por destino a América do Norte. Do montante, 22% foram para a América latina (11 milhões) e desses 11 milhões 38% eram italianos, 28% eram espanhóis, 11% eram portugueses e 3% eram da França e Alemanha⁹⁵. Dos 11 milhões que vieram para a América Latina, 46% foram para Argentina, 33% para o Brasil, 14% para Cuba, e o restante dividiu-se entre Uruguai, México e Chile.

Dos motivos principais para essa diáspora, contam-se a fome e a desnutrição em diferentes partes das regiões italianas, fosse o Vêneto, com 30% dos emigrados italianos para o Brasil, os quais sobreviviam (mal) porque exclusivamente de polenta; fossem espanhóis e portugueses que também desocupados não dispunham de nada para garantir o prato de comida ou tirar-lhes da absoluta miséria. O confisco de pequenas propriedades pela falta de pagamento da taxa sobre a produção de farinha e as alterações do mercado de trabalho agrícola europeu, principalmente do Império Austro-Húngaro, que deixara de convocar esses habitantes do nordeste da Itália, no final do século XIX, colaboram como motivos expulsórios.

Do período de um século de imigração para o Brasil, contando desde as primeiras colônias fomentadas pela Corte no Brasil, serão expressivos de fato os últimos cinquenta anos, com mão-de-obra abundante, principalmente na região sudeste. Toda infra-estrutura que se mostrava necessária foi custeada antes pelos fazendeiros paulistas e só depois, passaria a incorporação do Estado, tema com outros detalhes em capítulo posterior.

As travessias continentais que possibilitaram o “comércio emigratório” foram impulsionadas por alguns dos principais motivos à época de meados do Oitocentos, como a busca de inúmeros camponeses por melhores condições de vida, além da completa revolução nos meios de transporte, fossem os navios à vapor ou as ferroviárias, suportes da agilidade necessária para o desafio de vencer longos percursos.

Além da corajosa decisão pessoal e familiar que envolvia a migração⁹⁶ emigrar e partir, tornou-se um imenso empreendimento no qual participaram muitas empresas e entidades no caso da emigração italiana, - lá e cá -. Nesse sentido, alguns estudos mais recentes (Gonçalves, 2012)⁹⁷ traçaram uma análise da organização, do recrutamento e dos transportes de europeus para as Américas, com especial atenção ao deslocamento dos italianos

⁹⁵ (Alvim in Fausto, 1999; in Novais e Sevcenko, 1998; Gonçalves, 2012, apud Gianfausto Rosoli, p.18)

⁹⁶ (Gonçalves apud Sanchez-Albornoz; 2012, p.18) O autor lembra que a emigração foi uma questão de políticas nacionais de estímulo, mas também do ponto de vista subjetivo, uma decisão pessoal.

⁹⁷ Cf. *Mercadores de Braços – Riqueza e acumulação (...)*

para o Brasil, entre as últimas décadas do XIX até o período da Grande Guerra, sendo que depois dessa, ocorreria numa proporção muito menor.

Entre o final do XIX e início do XX a Itália constituiu-se na principal exportadora de mão-de-obra para o trabalho livre de que dependia a expansão capitalista nas repúblicas do novo mundo. Os Estados Unidos foram o país que mais recebeu, seguido pela Argentina e pelo Brasil. O caso brasileiro guarda diferenças pela política imigratória, não tanto pelo empenho ainda tímido das colônias de estrangeiros formadas no início do Oitocentos e distribuídas pelas diferentes províncias, mas aquela custeada por meio da organização desempenhada pela Sociedade Promotora de Imigração, constituída ainda no Império, por integrantes da elite paulista. Mas a empresa importadora ou exportadora de trabalhadores ou como referido por Hobsbawn (2012)⁹⁸ acabaram reeditando o que foram os empreendimentos da escravização e tráfico humano de africanos, entre os séculos XVI e XIX, em novas bases de contratação.

Como já referido, o século XIX teve um adensamento demográfico insuperável, o que contribuiu para mudanças econômicas no valor dos salários e com ondas de fome em diferentes regiões como na Irlanda, em meados do XIX, o que fez com que houvesse um êxodo emigratório. Além disso, outros fatores contribuíram nesse contexto de fluxos de trabalhadores europeus como a independência das colônias, a abolição, a industrialização e a expansão do capitalismo comercial com produtos agrícolas. A mobilidade de portugueses, espanhóis, ingleses e franceses entre colônia e metrópole no período colonial, era muito usual, como estivera evidente desde o século XVI. No caso da Alemanha e principalmente da Itália não houve condições para que estivessem inseridos nos arranjos das disputas territoriais, pela multiplicidade de poderes marcados pelo governo dos reinos nos dois países.

Na Itália da década de 1860 já com a unificação é que a emigração ganha força e a partir de 1870 se efetiva com grandes levas organizadas para a América. Ainda que a unificação tivesse formalmente ocorrido entre os estados independentes, foi no “exílio deliberado” que a identidade de nação italiana se formaria, como tratado por Oswaldo Truzzi⁹⁹, no caso dos grupos em território paulista.

Com a expansão capitalista alterando as velhas configurações produtivas e engendrando o comércio e a produção em larga escala de alimentos e matérias primas, a terra deixa suas funções mais tradicionais voltadas à subsistência ou ao comércio regional, para o atendimento das necessidades desta nova economia em que o trabalho tem que ser livre.

⁹⁸ Cf. *A Era do Capital*.

⁹⁹ *Italianidade no interior paulista: Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880 – 1950)*.

Há uma concentração fundiária nesses primeiros quinquênios do Novecentos, na Europa até a Grande Guerra, principalmente nos países de baixa industrialização. Podemos tomar como característica nesses países em que se inclui além da Itália, Espanha e parte da França, os inúmeros patrões-arrendatários desde o final do XVIII, que exploravam o sistema de arrendamento como forma de viabilizar a produção em imensas propriedades formadas ao longo da história de heranças e sucessões feudais, nas quais a hipoteca tinha papel fundamental (Veiga, 1991/2012)

“A expansão dessa agricultura patronal correspondeu um crescimento populacional que atingiu 50% na segunda metade do século XVIII. Desde os anos 1760 houve superpopulação relativa no meio rural. Massas de camponeses eram cada vez mais privadas de seus antigos direitos comunais. Paralelamente, as manufaturas e as primeiras indústrias foram suprimindo o suplemento de renda que, até ali, era obtido pelas atividades artesanais femininas. Formou-se, assim, uma multidão de desocupados e precários, e a miséria passou a ser o padrão de vida de grande parte das famílias de trabalhadores rurais” (Ibidem, p.34)

A fome, a sublevação tanto na cidade, quanto no campo levaram a uma série de medidas no sentido de pacificar a relação entre a população e os governantes, como lembra Foucault

“A escassez alimentar é um fenômeno cujas consequências imediatas e mais sensíveis aparecem, claro, inicialmente no meio urbano, porque afinal de contas a escassez alimentar é sempre relativamente menos difícil de suportar – relativamente – no meio rural. Em todo caso, ela aparece no meio urbano e acarreta quase imediatamente, e com uma grande probabilidade, a revolta. Ora, é claro, desde as experiências do século XVII, a revolta urbana é a grande coisa a evitar para o governo. Flagelo do lado da população, catástrofe, crise, se preferirem, do lado do governo”. (2008/2009; p.40-41)

Ainda que possa apresentar-se com maior gravidade na cidade, no campo a escassez não seria exceção. Durante muitos anos a partir de 1860, o Governo italiano teve que (Gonçalves, 2012; p.37) debater-se entre a pressão exercida pelos proprietários de diferentes regiões italianas que perdiam “braços” da agricultura para a emigração, em vista de oportunidades transoceânicas; e a coação desempenhada pelos armadores, comerciantes e capitães marítimos, que protestavam contra a política do Estado que visava atender apenas aos interesses do patronato agrícola, impedindo o que alegavam ser o

legítimo financiamento e desenvolvimento da marinha nacional, principalmente ao dificultar a emigração para a América do Sul, o que só favorecia a concorrência de outras companhias de navegação estrangeiras, em outros portos europeus, inclusive se valendo da emigração clandestina.

Na Europa, novas frentes de trabalho industrial nas cidades contribuem para o deslocamento do campesinato. Nas Américas, uma nova frente agrícola de ajustes à divisão internacional da produção avança com o emprego das novas tecnologias e meios de transporte no qual o trabalho massificado configuraria um complexo produtivo. Em São Paulo, especialmente, contaria com a expansão ferroviária, melhorias no Porto de Santos e frentes de trabalho dos colonos nos cafezais a partir do deflorestamento de grandes extensões, acompanhado do aumento de posses e comércio de áreas para novas fazendas.

Para a emigração, diferentes entidades foram criadas, como as sociedades promotoras de colonização e os abrigos de acolhimento temporários dos imigrantes. Em São Paulo, e para o trabalho nas lavouras paulistas havia a Sociedade Promotora de Imigração, como referido e a Hospedaria dos Imigrantes na Mooca, marcos desse processo, como tratado por Chrysóstomo e Vidal (2013, p.1-23)¹⁰⁰. Além das companhias de navegação a vapor, companhias ferroviárias, institutos de colonização, agenciadores, contratadores e os serviços públicos prestados pelo governo de ambos os países, na origem e na chegada, é possível verificar que há uma geografia de valores constituída pelo processo econômico que antecedia o desempenho gerador principal de acumulação capitalista, que era o trabalho nas lavouras, como lembra Gonçalves (2012, p.25).

Os italianos estabeleceram uma corrente emigratória mais tardiamente do que seus vizinhos europeus colonizadores, mas acabaram por configurar a mais importante corrente migratória a partir do final do XIX e primeiras décadas de XX.

* * *

No início do período republicano, com a descentralização federativa, a competência pela imigração sai do âmbito do Governo da União e passa para o âmbito estadual, o que acarretaria mudanças nos critérios e normas para imigração e colonização. O Decreto 528 de 28 de junho de 1890 – Lei Glicério (Senador Francisco Glicério) alterou as leis anteriores buscando expandir as forças produtivas, com base na criação de núcleos

¹⁰⁰ Cf. *Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil*

nas propriedades particulares, mas também nas terras devolutas adquiridas, definindo condições que deveriam ser atendidas pelo perfil dos imigrantes, para que tivessem direito ao tratamento dispensado pelo governo.

Assim, só teriam direito às passagens subsidiadas de forma total ou reduzida – famílias de agricultores, limitados aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes, os indivíduos acima de 50 anos; os varões solteiros maiores de 18 e abaixo de 50 anos, desde que fossem agricultores, operários, artesãos e aqueles que se destinavam aos serviços domésticos, cujas idades estivessem entre 18 e 50 anos. Proibia-se a entrada de africanos e asiáticos, entre outros dispositivos, conforme

“(…) CAPITULO I - DA INTRODUCÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1º E’ inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes, communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar. Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes. (...)

CAPITULO V - DOS FAVORES CONCEDIDOS PELO ESTADO

Art. 31. Todos os proprietarios ou empresas, que satisfizerem as condições indicadas nos artigos precedentes, terão direito a receber do Estado os seguintes favores, na proporção que segue, conforme a categoria em que for classificada a respectiva propriedade. Art. 32. São de tres categorias as propriedades a que se refere o artigo precedente. Pertencem á 1ª categoria: as propriedades, em estado de cultura, onde poderem ser estabelecidas pelo menos 30 familias. Pertencem á 2ª categoria: as propriedades nas condições precedentes que puderem admittir 200 familias no minimo, e já possuirem estradas viaveis no interior, e com communicações com os mercados de consumo, ou estação de via ferrea, ou portos maritimos ou fluviaes, e bem assim fabricas e machinas para o beneficiamento dos productos. Pertencem á 3ª categoria: as grandes propriedades, como sejam: engenhos centraes, fabricas de qualquer especie, que possuirem territorio já cultivado, ou inculto, onde poderem ser collocadas pelo menos 500 familias de trabalhadores agricolas e que tiverem preenchido as condições estabelecidas para as de 2ª categoria; e em geral os territorios adquiridos pelas empresas que se formarem para o povoamento das terras devolutas da União, ficando obrigadas a preencher as condições do art. 23, e bem assim a collocar, pelo menos, aquelle numero de familias, e a estabelecer os engenhos e fabricas precisas para o beneficia-

mento e aproveitamento dos productos e materias primas, e bem assim casas para escolas e enfermarias. (...)

CAPITULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 42. Sobre o numero total das familias de immigrants que forem localisados, poderão ser admittidos 25 % de nacionaes, comtanto que sejam morigerados¹⁰¹, laboriosos e aptos para o serviço agricola, os quaes terão direito aos mesmos favores concedidos áquellas”. (Coleção de Leis do Brasil - 1890, p.1424 Vol. I fasc.VI)

Em 1892, o Governo Federal estabeleceu contrato com a Companhia Metropolitana para introdução de um milhão de imigrantes, cem mil ao ano, procedentes da Europa, possessões portuguesas e espanholas, durante o período de dez anos, além da exigência de que fossem agricultores, duas outras cláusulas previam a exclusão de indivíduos solteiros e um limite máximo para cada nacionalidade. Dificuldades financeiras, no entanto, reduziram o teto da entrada anual para 50 mil imigrantes. A Lei nº 673 de 9/9/1899 esclarece as condições da emigração e ainda em seu Artigo II como e quem organizará a colocação e, no Artigo 12, o sistema de trabalho nas indústrias e fazendas e os informes em vários idiomas, sobre o preço da terra, meios de aquisição, salário e produtos de consumo, conforme

“Artigo II. - O Governo organizará a agencia de collocação de immigrants de modo a poder attender ao recebimento dos pedidos dos interessados e a prestar aos immigrants todas as informações e esclarecimentos para que possam escolher com vantagem sua collocação. Artigo 12. - Dentro dos limites da verba que for consignada no orçamento, o Governo promoverá o desenvolvimento da immigração: a) Por meio de publicações em varias línguas, dando a conhecer as condições physicas, políticas e sociaes dc Estado, seus principaes ramos de industria, seu systema de colonias, as vantagens offeridas aos immigrants, o preço da terra, meios e facilidade de adquirir-a, o preço do salario, dos artigos principaes de consumo e os dos productos das colonias e os demais dados que possam servir de instrucção aos immigrants: b) Por meio de agentes especiaes ou commissarios residentes nos paizes mais convenientes, incumbidos de prestar aos immigrants todas as informações que desejarem sobre o Estado, bem como de desempenhar os outros encargos que o Governo lhes distribuir para a boa execução desta lei e do serviço em geral”.

(<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1899/lei-673-09.09.1899.html>)

¹⁰¹ Que tem bons costumes, disciplinados. (Aurélio, 1988)

As teorias raciais que estavam presentes à época, justificavam, como já pudemos verificar, a contratação de europeus em detrimento dos nacionais, como lembram diferentes autores (Ferreira Santos,1998; Salles,1986; Kowarick,1987; Naxara,1998; Lewkowicz,-Gutiérrez,Florentino,2004), no entanto, devido à algumas circunstâncias era necessário acolher famílias de migrantes dispostos ao trabalho, ainda que com limitada participação conforme “Disposições Gerais “ da Lei Glicério transcrita, além das demais sucessivas como a Lei nº 673 de 9/9/1899, recém descrita, em que se formula a aceitação da seguinte forma “Artigo 15. - O Governo facilitará o transporte de outros Estados para este de trabalhadores nacionaes, tornando-lhes extensivas todas as vantagens da presente lei”. Esses artigos visavam garantir o fluxo de mão-de-obra abundante e barata, ainda que restrita dos nacionais, sobretudo nos momentos de refluxo, como foi o período da Grande Guerra.

“As conjunturas não se transformaram em entraves quando, na busca incessante por mão-de-obra abundante e barata, os grandes fazendeiros de café paulistas precisaram recorrer eventualmente ao trabalhador nacional, como fizeram sistematicamente os proprietários das regiões onde o imigrante europeu era escasso ou inexistente, sem contar as propostas de introdução de imigrantes chineses, considerado por muitos os trabalhadores necessários mediante o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre”. (Gonçalves, Dossiê Imigrações, 2017; p.352)

A movimentação interna de trabalhadores livres no Brasil em meados do Oitocentos foi maior do que de escravizados, que saíam dos engenhos revendidos para as lavouras de café da região sudeste, estimando-se em cinco mil cativos por ano. Do nordeste, migraram milhares de trabalhadores e, especialmente do Ceará, estima-se que entre 1869 e 1900 uma média de 9.400 pessoas tenham deixado anualmente a região, perfazendo um total de aproximadamente 300 mil pessoas. O êxodo cearense (Lewkowicz et al, 2004; p.51-52) acompanhou as tragédias climáticas entre 1877 e 1879, que teria atingido além da Paraíba, também o Rio Grande do Norte, entre outras províncias. As secas prolongadas acabavam ocasionando a emigração tendo as grandes cidades como destino. Grandes acampamentos eram formados, mas com condições pouco adequadas, um dos motivos prováveis da epidemia de varíola que atingiu a cidade de Fortaleza, ocasionando a morte de mais de 30 mil pessoas. Diante desse quadro de miséria e agitação social e da inaptidão dos governantes de solucionar a crise, foram subsidiadas passagens marítimas para localidades dependentes de braços para o trabalho. Entre 1888 e 1889, 57% dos migrantes que fugiam da seca foram atraídos pelas oportunidades de trabalho na lavoura do cacau e sobretudo

na extração da borracha no Pará e Amazonas. Destes, 29% foram para o sudeste, prioritariamente para o Rio de Janeiro. A borracha que estivera no auge no início do Novecentos fora responsável pelo deslocamento de mais de 400 mil nordestinos, a maioria do Ceará, fazendo saltar a população amazonense de 332 mil para 1.217.000 habitantes em 1910.

O principal período que marca a emigração italiana, (Gonçalves, 2012;p.27) costuma ser dividido pela historiografia em três fases: de 1861-1880, início com tendências ao crescimento, de 1881 a 1901, quando assume grandes proporções e inclusive recebendo estímulos com a lei de 1888 que poria abaixo as restrições que haviam sido impostas pela Unificação, concedendo liberdade econômica para exploração comercial das atividades e de 1901-1914, quando o estado italiano passa a tutelar seus cidadãos já imigrantes à distância. Com a Guerra, há uma retração no fluxo emigratório, que mesmo após o seu fim, 1918, não seria retomado. Contudo, de todos os grupos que emigraram para o trabalho em São Paulo, nenhum teria a proeminência dos grupos de vênnetos, genoveses, apulienses, napolitanos, sicilianos, calabreses, lombardos, dentre outros dos territórios da península.

As plantações e as fábricas: o trabalho e a propriedade

Em São Paulo, como havia ocorrido anteriormente nas colônias do sul do Brasil, o perfil dos imigrantes entre 1870 – 1890 era marcado pela constituição de grandes famílias com até quinze integrantes, com mais de dois homens adultos, mulheres, filhos e netos. Estes tinham experiência como arrendatários ou meeiros em propriedades rurais alheias ou até eram, eles próprios, pequenos proprietários, o que fazia destes grupos conhecedores de técnicas de cultivo e produção agrícola, além de disporem de economias que lhes facilitava as tarefas árduas da emigração. Após 1890, passam a predominar, no entanto, as famílias menores e com menos recursos, atraídos pela oferta de subsídio das passagens, os trabalhadores braçais chamados de braccianti..Nestes grupos também se destacavam os homens sós (Alvim in Fausto, 1999; 396) que costumavam abrir frentes de trabalho e ao levantarem recursos, traziam suas famílias, ou iam em busca de novas oportunidades de trabalho, na região do Prata, Argentina ou Uruguai. Muitos desses eram calabreses que após o período de colheita do café voltavam para a Itália ou partiam para colher o trigo argentino que não concorria com a maturação do café.

Depois de alguns anos no trabalho de formação do cafezal, lembrando que o trabalho de derrubada das matas era geralmente muito pesado e executado pelos nacionais; ficando a cargo dos colonos o serviço de “empreitada” correspondendo ao preparo

do terreno, com covas para plantio do cafeeiro, e que deveria ser mantido limpo, sem mato, durante quatro anos. Neste período, o “empreiteiro” cultivava outros insumos naturais, como milho e feijão, que cresciam nas entre fileiras dos cafeeiros. Além disso, também se ocupava de serviços na criação de animais de pequeno e médio porte; além da manutenção de cercas, telhados entre outras tarefas, como a construção de casas e celeiros. Passados anos nas atividades mais comuns do colonato, e tendo contado com a colaboração familiar na produção de alimentos e venda de excedentes, alguns trabalhadores optavam pelos serviços exclusivos de “empreitada” em vista de assim conseguirem reunir economias, o que pelas tarefas do colonato bastavam apenas para a subsistência. Com isso, viabilizar-se-ia o “sonho” da pequena propriedade rural ou de um pequeno comércio de gêneros, bebidas ou produtos têxteis.

Tabela 5

PROPRIEDADES		ALQUEIRES CULTIVADOS			PROPRIETÁRIOS	
Em Alqueires	Qtde	Itens	Qtde	%	Nacionalidades	Qtde
Até 10	198	Cafezal	14.410	52,1%	Brasileiros	429
Até 25	109	Canavial	650	2,4%	Italianos	87
Até 50	106	Algadoal	30	0,1%	Alemães	40
Até 100	80	Arrozal	271	1,0%	Portugueses	38
Até 250	104	Milharal	4.794	17,3%	Espanhóis	13
Até 500	28	Feijoal	1.080	3,9%	Franceses	3
Até 1000	11	Videiras	750	2,7%	Diversos	31
+ de 1000	5					
Total de Propriedades	641	Outras	330	1,2%	Total de Proprietários	641
Maiores proprietários		Arthur Nogueira e Cia	3.000	10,9%		
		José Guathemoz	1.316	4,8%		
		Barão Geraldo	1.010	3,7%		
		Total de alqueires cultivados	27.641			
Total Geral em alqueires		57.730				

(Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica de Campinas, Ano Agrícola de 1904-1905)

Na Estatística Agrícola e Zootechnica de Campinas, Ano Agrícola de 1904-1905 é possível verificar no levantamento das propriedades e tipo de produção, um certo número de propriedades em nome de italianos, sendo o segundo maior embora concentrado em extensões com um dígito de alqueires, variando entre 2 e 95 alqueires, esta, pertencente à Casemiro Bacchi¹⁰², com uma média de 2 trabalhadores em cada propriedade. O levantamento aponta 641 propriedades, sendo a maior parte pertencente à brasileiros, conforme Tabela 5.

Por esses dados, evidencia-se a distribuição das terras e sua concentração em posse dos brasileiros e, ainda, a prevalência da cultura do café, mesmo nas pequenas propriedades. E mesmo a diferença entre o primeiro grupo e o segundo, é muito expressiva. A situação tornar-se-ia menos díspare a partir dos anos 1930, quando muitas das grandes fazendas seriam retalhadas e vendidas, em partes, aos imigrantes ou seus descendentes.

As tarefas desempenhadas pelas famílias envolviam idosos, mulheres e crianças. Os idosos geralmente ficavam com serviços específicos de marcenaria, serralheria ou outra artesanaria de profissão ou, quando não, eram destinados à horta cultivada nas proximidades das casas e à criação animal, galinhas e porcos, quando muito. O beneficiamento de café, por exemplo, enquanto fora manual, era tarefa feminina, até ser substituída por máquinas de triagem e decorticação.

O proprietário das fazendas estabelecia o contrato familiar, o que se destaca nos anuários agrícolas, entre parcerias e assalariados, já que o contrato com “famílias” acabava sendo mais útil, por permitir um excedente de mão-de-obra a partir do trabalho de mulheres e crianças, o que era mais “barato” do que o trabalho individual masculino. Pelos contratos estabelecidos nas plantações de café, os homens tinham o compromisso de cuidar de dois mil e quinhentos pés de café e as mulheres e jovens, de mil pés. O cultivo de cereais e leguminosas era feito entre as fileiras de café, como já dito, apenas durante aqueles quatro anos em que os cafeeiros ainda não tivessem atingido a maturidade produtiva. Quando, no entanto, essas culturas (milho, feijão videiras) estavam localizadas fora dos cafezais, os colonos só tinham direito a lidar com as roças, aos finais de semana. Nesse caso havia uma duplicação da jornada de trabalho, o que acabava comprometendo a fixação dos colonos, quando não podiam praticar a forma de agricultura intercalar, por causa da idade dos arbustos.

A política de imigração subvencionada pelo Estado paulista estivera baseada no suprimento de mão-de-obra sempre acima das necessidades. No entanto, entre ou-

¹⁰² Lembrando que cada alqueire paulista corresponde a 24.200m².

tras motivações, como veremos adiante, a impossibilidade de produzir alimentos no esquema intercalar, em algumas regiões do Estado, acabou por contribuir na migração dessas famílias para as cidades. Ao buscar outras oportunidades de trabalho, os imigrantes adensariam as populações dos núcleos e centros urbanos, somando-se ao exército de reserva e, barateando o custo da força de trabalho. Da população de 579 mil na cidade de São Paulo, na segunda década do Novecentos, ao menos 350 mil estavam aptos ao trabalho, mas o número de empregados era próximo à 230 mil. Entre abandonar o campo e não conseguir se integrar às oportunidades de trabalho nas cidades, os imigrantes acabavam abandonando o país, optando por retornar à Itália ou seguindo para a Argentina (Barreiro, 1986; p.52).

Uma outra forma de manter o imigrante em terras paulistas, além do incentivo à agricultura intercalar, era a política de venda de pequenas propriedades feitas por algumas companhias aos imigrantes, um assunto que desde meados do século XIX, tivera relevo. A Companhia Prado Chaves notabilizou-se por lotes de terras vendidos entre cinco e dez alqueires, com parcelamentos de até dez anos de dívida. Para um trabalho familiar, nessas pequenas propriedades o principal cultivo era para subsistência, mas o café, também estava presente

“Existe ao lado de Ribeirão Preto um bairro, o Morro do Cipó, inteiramente povoado de camponeses italianos, pequenos proprietários, e cultivando eles próprios, em família e sem operários, minúsculas plantações de café. Os mais ricos têm 20.000 pés, outros 10.000, 5.000. Alguns até menos de um milhar.” (Pierre Denis apud Barreiro, 1986; p.58)

Assim, os pequenos proprietários também estavam inseridos nas relações comerciais, com os produtos agrícolas e inclusive com o próprio café. Invisibilizadas por certo desinteresse da historiografia, as atividades de comercialização cabiam frequentemente às mulheres, sobretudo quando os centros comerciais ficavam próximos às lavouras. A mulher assumia, portanto, diferentes tarefas além dos serviços da casa, do trabalho no “eito” e deste adicional, na comercialização dos alimentos

“As mulheres usam o lenço em triângulo na cabeça: trabalham duramente a terra á enxada, e levam suas vacas á corda, imperiosamente. (...) Enfim, á cultura do café juntam outras pequenas culturas hortícolas, cujo produto encontra saída no mercado de Ribeirão Preto. As mulheres tem a seu cargo este comércio”. (Idem; p.58-59)

Além disso, parecia comum o pequeno produtor vender o café a granel, na estrada, fato reiterado pela pesquisa de Nícia Villela Luz (Barreiro, 1986, p.59) sobre a economia cafeeira do Vale do Paraíba, em que esse tipo de venda em “beira de estrada” teve um importante papel para os pequenos produtores. Contudo, em fazendas maiores era possível encontrar maquinário para beneficiamento de café, em troca de certa quantia cobrada por arroba do grão beneficiado. Outra forma estava no vínculo criado pelo agricultor com pequenas indústrias de beneficiamento localizadas nas diferentes cidades do complexo cafeeiro, que recebiam o café em consignação e só após a venda aos comissários, eram feitos os acertos, ao produtor e ao beneficiador. Os centros mais desenvolvidos como Campinas possuíam nesta época, várias torrefações para o consumo e distribuição local.

Por fim, na análise específica sobre a pequena propriedade (Barreiro, 1986; p.III-II2), na emergência das formas produtivas capitalistas em São Paulo, a economia cafeeira fez um desvio, o que torna o sistema, nesta perspectiva, adaptável ao contexto, a partir de certo protagonismo da pequena propriedade

“Todavia, acredito ter demonstrado que, contraditoriamente, o progresso das forças produtivas é que em grande parte foi movido pela pequena propriedade. Nesse sentido, aqui ela não desaparece com a expansão do capitalismo, mas, ao contrário, é chamada a integrar-se à ordem capitalista, ou seja, a própria racionalidade da reprodução do capital assimila e metaboliza relações de produção não-capitalistas.”¹⁰³ (Idem, p.III-II2)

Muitos colonos também se evadiam das fazendas, ou buscando melhores regimes de trabalho em outras fazendas, ou nos centros urbanos ou ainda, retornando às origens, ou para novos destinos, como já referido. Como lembra Alvim (in Fausto, 1999; p.401) de todos os italianos que entraram no país entre 1887 e 1920, 37% deixaram o Brasil, contrariando uma hipótese de que os colonos em unidades familiares teriam mais dificuldades em deixar as fazendas e “quebrar” os contratos.

* * *

¹⁰³ O autor corrobora a tese de José de Souza Martins (1986; p.21) já referida “o capitalismo engendra relações de produção não capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais.”

Os grupos de italianos atraídos pelas cidades paulistas, além da Capital a partir de 1890 (Ferreira Santos, 1998; Alvim in Novais e Sevcenko, 1998 e in Fausto, 1999; Kowarick, 1987; Carone, 2000; Fausto, 1976|2016) estavam cercados por determinados motivos, além daqueles recentemente citados, como : a) muitos trabalhadores urbanos, com experiência nas fábricas vieram sob as vantagens oferecidas pelas passagens subvencionadas, mas não chegaram a desempenhar as atividades de colonos, ficando na Capital; b) parte dos camponeses italianos, para escaparem do abandono das terras e proletarização nos centros urbanos em Itália, emigraram sob as expectativas de obterem alguma propriedade com o trabalho e certas facilidades na aquisição divulgada nas propagandas feitas pelos agentes intermediários, sobre as oportunidades de trabalho e fortuna na “America”; c) O trabalho árduo e as dificuldades encontradas para o trabalho e cultivo de subsistência, somado ao cerceamento e opressão imposto pelo regime patriarcal, escravocrata, de controle das fazendas; d) as instabilidades econômicas a partir do mercado internacional do café, as super safras colhidas e estocadas que contribuíram para a desvalorização do preço, impactaram nos contratos de serviços, gerando retração de trabalho e ganhos relativos; e) a indústria urbana emergente passa a demandar mão-de-obra de reserva para a expansão dessas atividades.

Ainda que parte dos imigrantes tivesse conseguido reunir economias para a tão almejada pequena propriedade, muitas outras famílias acabavam desistindo diante das impossibilidades, mesmo tendo reunidos os esforços de todos, mulheres e crianças, sobretudo. Sem recursos para as passagens, muitas vezes, não havia escolhas, a não ser decidir entre a rigidez do trabalho como colono nas lavouras, ou a opressão do trabalho nas fábricas, com as precárias condições de habitação, sob altos aluguéis. Em 1920, o operário em São Paulo recebia quatro mil réis por dia, correspondente a sessenta centavos de dólar (Alvim in Fausto et al, 1999, p.404). Com isso era possível “comprar meio quilo de arroz ou macarrão, banha, açúcar e café, obrigando assim, toda a família a trabalhar para reforçar a renda”. As mulheres e crianças tinham valor de diária menor, embora trabalhassem sem distinção, como homens adultos, o que era também muito interessante, a exemplo da analogia que se poderia fazer entre o proprietário das fazendas e o dono das fábricas e indústrias, para ambos no emprego destes trabalhadores. Na indústria têxtil em 1912 os dados indicam que 67% dos operários eram mulheres, 7% eram crianças e jovens entre 12 e 16 anos e 1, 2% eram meninos e meninas entre 5 e 12 anos. No setor da confecção de vestuário, a porcentagem se aproximaria, sendo mulheres e crianças da ordem de 75%. Em 1920, mulheres e crianças representavam 43% do operariado industrial. No início do Novecentos e durante a primeira República, as

greves e mobilizações dos trabalhadores e suas associações foram recorrentes em vista da reivindicação por melhores salários, ou por condições dignas de trabalho, em meio a outras dificuldades, como habitações precárias. No pós-guerra, em 1920 incluir-se-ia como nova demanda, o direito às férias.

Determinados dados gerais sobre o trabalho urbano industrial em São Paulo, naquele período, indicam (Fausto, 1976|2016; p.136) que as jornadas no ramo têxtil eram de dez a doze horas de trabalho, ao passo que eram oito horas na construção civil, de nove horas na indústria de chapéus e entre nove e onze horas nas oficinas mecânicas e fundições. Alguns exemplos de funções específicas como cardadores (desembaraçadores de lã animal) podiam chegar a dezesseis horas com uma hora de refeição, ou, da jornada até o meio da tarde, aos domingos.

As greves tornar-se-iam recorrentes durante todo o período Republicano. A velocidade das máquinas no ambiente fabril, combinada à outros fatores indicariam os códigos da disciplina e do controle violento,

“O salário se torna proporcional não só ao número de horas de trabalho como a seu raio de alcance: na fábrica Mariângela (São Paulo), em 1907, as tecelãs ganham 2\$000 diários, passando a 3\$500 e 5\$000 se dão conta respectivamente de dois ou três teares. Ao mesmo tempo, o sistema de máquinas exige a observação, a continuidade da vigilância que o estilo das construções procura reforçar, com suas paredes elevadas e as janelas abertas no alto, impedindo a visão do exterior. No curso da jornada, coíbem-se as mínimas conversas, o uso das privadas por tempo julgado excessivo”. (Ibidem)

No conjunto da diferenciação funcional no interior das fábricas, a disciplina que impera reproduz os esquemas dados pela hierarquia de distribuição dos indivíduos para o controle do panóptico, como lembra Foucault. No andar superior estão localizadas as salas do chefe e do diretor. O chefe ou gerente tem a obrigação de impor a ordem, inclusive reprimindo duramente as crianças, e impedindo as reclamações e o contato direto entre os operários e o patrão. Mas a disciplina como estratégia sobre os indivíduos é uma arte de adestramento que surge para ampliar as habilidades e a destreza, implicando na obediência, mas também no aumento do controle sobre os gestos e o próprio corpo, como operação para aumento da utilidade/produzitividade

“Nas fábricas que aparecem no fim do século XVIII, o princípio do quadriculamento individualizante se complica. Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular

essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias. (...) Percorrendo-se o corredor central da oficina, é possível realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade do seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo a sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios de fabricação”.(Foucault,1989;p.132)

Mas essa anatomia política que tem o espaço das fábricas e a distribuição ordenada dos operários e a forma como estaria evidente nas fábricas em São Paulo, não teria surgido na emergência daquele momento histórico especialmente. É por meio da acumulação de processos, muitas vezes mínimos, “de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral.” (Foucault, 1989; p.127).

De amplo alcance, essa pedagogia dos corpos individuais estaria nas fábricas, nos quartéis, nos hospitais, nos liceus, internatos. Cada indivíduo deve colocar-se no seu lugar, esse é o princípio disciplinar. Não interessa, nessa perspectiva, os grupos ou coletividades. O espaço disciplinar será dividido de acordo com os corpos ou elementos a serem partilhados. Será o fim das distribuições confusas, da circulação pouco racionalizada ou passível de aglomerações, o espaço disciplinar é em si uma “tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração” (Ibidem; 131)

Mas a fábrica como espaço disciplinar contava em São Paulo com a resistência criativa de um proletariado, em sua maioria composto por imigrantes, como já referido, que teria atuação fundamental na criação de um modelo transformador da relação capital-trabalho, por muitas décadas ainda. Em nome da liberdade e contra a violenta opressão, inúmeras formas organizadas ou individualizadas estiveram presentes, de maneira permanente, no ambiente da produção industrial urbana. Como lembra Margaret Rago, o enfrentamento da lógica capitalista da produção assume diferentes maneiras, seja “ o roubo de peças, a destruição de equipamentos, a sabotagem, o boicote, além das greves, que são positivamente valorizadas pelos anarquistas e anarcossindicalistas” (1985; p.44)

Essas táticas cotidianas contra-ofensivas às imposições feitas pelos ritmos de trabalho e normas abusivas fabris, muito diferentes da organização das greves ou atitudes partidárias, decididas pela *intelligentsia* do sindicato; conseguiam subverter e transformar a própria gestão do processo de trabalho e sua produtividade. Quanto a isso, Rago chama a atenção para o silêncio acadêmico costumeiro quanto às “lutas ocultas” desse

proletariado, contra a realidade capitalista de produção. Além das resistências próprias à organização sindical, essas atitudes menores, no âmbito da fábrica, não tinham apenas uma expressão econômica, mas buscavam ferir, opondo-se, questionando a supremacia das relações de trabalho da ordem burguesa. Esses boicotes, desde o início da industrialização, conhecidos como “manifestações de ação direta” permitiram fortalecer os operários, garantindo a transformação social, como tão bem referido no jornal operário *a Plebe* (09/07/1920)

“A ação direta é a principal característica dos sindicatos operários revolucionários, em contraposição à ação indireta, que constitui a norma principal das organizações operárias de orientação marxista ou socialista (...) Nas lutas pela ação direta o trabalhador, como principal interessado nas questões, é chamado a agir diretamente contra os seus exploradores, enquanto pela ação indireta, preconizada pelos marxistas, burgueses e socialistas, o trabalhador é levado a entregar nas mãos de felizardos políticos, ditos proletários, todos os seus interesses sociais (..)” (Domingos Passos apud Rago, 1985; p.45)

Nas primeiras décadas do Novecentos, não fosse a imprensa operária denunciando todos os abusos cometidos contra as trabalhadoras e trabalhadores, pouco ou nada se deprenderia pelos jornais ou publicações oficiais do período. Só a partir do período de 1917 em diante, haverá maior visibilidade das questões, seja sobre o trabalho infantil ou outras intercorrências, como a demissão de mulheres mães recentes, e a circulação das informações nos jornais *O Correio Paulistano*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Comercio*, *Diário Popular*. Quanto mais atividades industriais e maior o adensamento da população de trabalhadores na capital, mais evidentes seriam as greves e paralisações. Também cresceria o poder de pressão exercido pelas entidades profissionais que desde o final do Oitocentos, ainda que de forma restrita, defendiam a organização das categorias para o poder de reivindicação do proletariado.

Com as oscilações da economia cafeeira, tópico já tratado anteriormente, o custo da subsistência nas cidades e, em especial na Capital era traduzido em níveis de carestia para o trabalhador. Nos períodos de alta do café, o aumento dos negócios gerava uma inflação interna dos preços. Quando havia uma baixa dos preços no mercado internacional do café, havia a tendência a compensar internamente a oscilação com emissões feitas, o que gerava um processo inflacionário com desvalorização e retração dos salários.

A indústria e os serviços à essa ligados tinham na imigração, trabalho farto com salários baixos, mas sempre numa conjuntura inflacionária que tinha entre alguns motivos, as tarifas alfandegárias e o tipo de financiamento segundo o qual se buscava

insistentemente resolver a crise que sempre envolvia a exportação do café. E curiosamente, a indústria, no contexto urbano disso se beneficiava

“(…) a manutenção do câmbio baixo, requerida pela cafeicultura, era extremamente benéfica para a indústria, interessada no protecionismo indireto, decorrente da dificuldade de importar. O antagonismo partia do comércio importador que, desejoso de especular sobre as potencialidades do mercado, estabelecia uma aliança com o consumidor, e afetava defende-lo das pretensões monopolistas da indústria. (...) o aumento contínuo do custo de vida era inerente ao sistema e constituía, complementarmente, uma forma de poupança e capitalização por parte daqueles que se podiam ressarcir sobre outrem (um consumidor) – enquanto o preço da força de trabalho via-se premido sempre para baixo.” (Beiguelman, 1978; p.171)

Sempre com a preocupação de que as condições de subsistência dos trabalhadores rurais em face das reivindicações pudessem repercutir negativamente na vinda de braços para as lavouras, ao final da primeira década do Novecentos, foi criado o Departamento Estadual do Trabalho, pelo Decreto nº 2071 de 5/07/1911. Outra lei sancionada poucos meses depois, em dezembro, de nº 1299 A, criava o Patronato Agrícola, tendo como missão resolver de todas as maneiras, dúvidas e questões surgidas entre trabalhadores rurais e seus patrões. Ao mesmo tempo, criar-se-iam expectativas para que houvesse uma instância que pudesse também arbitrar sobre diferenças e reivindicações entre os trabalhadores urbanos e seus empregadores. Com isso, foi elaborado e apresentado na Câmara Estadual dos Deputados em 1912 o projeto que transformaria o Patronato Agrícola em Patronato do Trabalho, devendo esse conciliar divergências, estabelecendo concordância entre as partes interessadas, além de fiscalizar o cumprimento do Decreto Federal nº 1313, que desde 1891 já regulava o trabalho de menores nas fábricas. Nesse mesmo período da criação do Departamento Estadual do Trabalho, o Decreto nº 2141, de 14/11/1911 que reordenava o Serviço Sanitário do Estado, determinava a proibição do trabalho de crianças menores de 10 anos, autorizando apenas atividades “leves” para os que tivessem entre 10 e 12 anos. Nessa época, havia inúmeras denúncias pelos líderes sindicais, de crianças nos turnos da noite nas fábricas de tecidos, além das jornadas de 80% das operárias, de doze horas diárias para complementar a renda, já que os salários masculinos, de pais ou maridos, eram insuficientes. Analisando diferentes Boletins do Departamento Estadual do Trabalho, que traziam as normas aprovadas nas Convenções Internacionais da Associação de Proteção Legal dos Trabalhadores; Beiguelman (1978; p.173) apresenta itens dos relatórios feitos

a partir de situações verificadas nas fábricas, nos anos entre 1911 a 1914, em que as condições impróprias e abusivas do trabalho infantil eram recorrentes. Em trinta e uma fábricas de tecidos as condições de trabalho foram consideradas péssimas, em algumas fábricas, os menores estavam subnutridos e muitos menores de doze anos desempenhavam tarefas nada “leves”. Segundo o relatório, muitas crianças¹⁰⁴ acabavam sendo aceitas nas fábricas sob os auspícios dos pais, que eram também operários e acreditavam que os filhos estariam melhor nas fábricas, ao invés de permanecerem nas ruas, já que muitas habitações coletivas padeciam de uma completa falta de espaços. Em 1912, a 5ª Convenção Internacional da Associação de Proteção Legal dos Trabalhadores, explicita a interdição do trabalho noturno à mulheres, com normatização da contratação de crianças, jovens e mulheres e ainda regulamentando a jornada de trabalho noturno para os operários adultos. Quanto aos acidentes de trabalho, o Boletim cita que - das seis vítimas com menos de dez anos que aparecem nos dados, um era servente de pedreiro, outro era vendedor de jornais, outro era empregado e três eram operários. Na Seção de informações do mesmo Boletim aparece grande número de serventes de pedreiro entre 11 e 13 anos, vítimas de quedas de andaimes ou outros acidentes, além da insalubridade a que as crianças eram expostas, principalmente nas fábricas de fumo.

O tom da denúncia de tarefas árduas, proibidas aos menores de doze anos, se concluiria com a expressão declarada no Boletim de 1914

“De fato, a nossa qualidade de importadores de braços coloca-nos em posição excepcional diante dos países de origem dos emigrantes que nos procuram. Precisamos oferecer aos trabalhadores todas as seguranças possíveis. Quanto maiores forem essas, mais lucraremos nós.” (Boletim do Departamento do Trabalho, 1914, p.294 apud Beiguelman, *ibidem*)

Contudo, as medidas tomadas para conter os abusos cometidos contra menores nas fábricas, ou jornadas noturnas das mulheres, seguiriam com certo sucesso e muitos fracassos. A Grande Guerra traria recessão, desemprego e redução dos salários.

¹⁰⁴ “Para famílias imigrantes inteiras, o sonho de fazer a América reduzira-se ao cotidiano exaustivo, violento e nada saudável das fábricas e oficinas e aos cortiços dos bairros operários italianos. Durante a República Velha, o trabalho infantojuvenil foi o espelho fiel do baixo padrão de vida da família operária, pautado em salários insignificantes e em índices de custo de vida extremamente elevados. (...) A presença de crianças e de adolescentes no trabalho industrial tornou-se, talvez, o referencial mais importante de que a pobreza não deixara de rondar as famílias de muitos imigrantes, cuja precária sobrevivência dependia em parte do trabalho dos próprios filhos.” (Moura in Priore et al, 1999, p.262)

As greves de 1917 atingiriam de forma reiterada as relações produtivas, fazendo crescer as necessárias revisões nas garantias reivindicadas que deveriam ser concedidas aos trabalhadores urbanos.

Em julho de 1917, o deputado federal Maurício de Lacerda ponderava sobre a greve em São Paulo, defendendo que o movimento era uma consequência da precária vida levada pelos operários, decorrência de uma política de irresponsabilidade, de permissividade na especulação do comércio a varejo dos gêneros alimentícios, da indiferença financeira que estimulava a emissão de papel-moeda, sem parcimônia. Além disso, o Deputado criticava a falta de motivação dos legisladores, porque favoráveis à elite, de criar mecanismos efetivos para a conciliação e resolução dos conflitos. Diversas questões das condições do trabalho vinham à tona, tanto nos boletins quanto nos jornais, como o relativo ao Cotonifício Crespi, que empregava menores entre 12 e 14 anos, nos trabalhos noturnos, entre 19h e 6h. Na matéria do jornal (apud Beiguelman, 1978,p.199) pode-se ler

“O pior é que se queixam de que são espancados pelo mestre da fiação (...) trata-se de crianças de 12,13 e 14 anos (...) É preciso não esperar que o desespero arraste novamente os operários à greve, para disso tirar proveito para arbitrariedades e violências”.

As denúncias de maus tratos no trabalho industrial de crianças e mulheres, com jornadas de trabalho noturno abusivas, passam a ser recorrentes e ganham visibilidade com paralisações, paredes e greves que se estenderiam por três meses restando disso comentar aqui que as greves de 1917¹⁰⁵ foram importantes nas transformações do trabalhismo que veríamos ao fim da Guerra, em 1918, 1919 e até o final da década de 1920. Com a Conferência de Paris para as relações de trabalho e as medidas no terreno legislativo internacional, acabam repercutindo no Brasil e dado o momento, servem como argumento para as propostas eleitorais de criação de uma legislação trabalhista que acaba sendo muito bem recebida em todas as esferas. A redução das jornadas de trabalho, adotadas pelos setores não industriais acabaram contribuindo para a futura adesão dos setores industriais. O que estava em pauta para a adesão, também, seria a redução parcial do trabalho que para os industriais não era nada prejudicial em vista da oferta de uma contrapartida em vantagens tarifárias protecionistas reivindicadas diante do setor exportador. Como a questão social operária estava na pauta corrente, em 15 de janeiro de

¹⁰⁵ Vale lembrar, que as medidas de repressão às greves de 1917 foram muito violentas, com a prisão de líderes e militantes, demissão e expulsão de integrantes dos movimentos e deportação.

1919 foi assinada a Lei nº 3724 sobre acidentes de trabalho; e em março desse mesmo ano foi promulgado o Código Sanitário pela Lei nº 1596, proibindo todo trabalho a menores de 14 anos e o trabalho das mulheres durante a noite. Ainda que os políticos pudessem se valer do tratado de pacificação internacional das relações capital-trabalho com o atendimento das principais reivindicações, como: 1) Direito de associação representativa, de ligas e federações operárias; 2) Proibição no comércio e indústria de trabalho para menores de 14 anos, salvo tarefas “leves” para jovens entre 14 e 18 anos; 3) Equiparação entre salários masculinos e femininos; 4) jornada de oito horas, com semana de 48 horas e repouso semanal; as condições levadas à prática, permaneceriam precarizadas, gerando insatisfação e greves durante toda a década seguinte.

Na pesquisa desenvolvida sobre a experiência de trabalho industrial feminino e suas formas de organização na primeira República em São Paulo, Fraccaro (2018) propõe perspectivas para o tema, obscurecido pela própria condição de subalternidade das mulheres, e ainda pelo interesse parcial que envolve a assimetria histórica da participação no trabalho, não apenas industrial, comercial, mas também rural desse grupo. A partir das greves de 1917, a autora busca apresentar a participação das mulheres na organização social e nos sindicatos, diante de aspectos sobre igualdade das condições de trabalho na luta das fábricas, no partido e no nascente movimento feminista. Demonstra também como algumas conquistas na década de 1930 e 1940, desse trabalhismo feminista acabaram contribuindo na retração de ofertas, impedindo em momentos históricos, o protagonismo profissional feminino, em vista da manutenção de privilégios assegurados ao trabalhador masculino. Ainda, como pondera Michelle Perrot, em alguns momentos, a divisão de tarefas e a segregação sexual nos espaços, especialmente do trabalho, pode atingir grandes alturas, como foi o século XIX.

“ A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual, comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas. *Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos*, diz um texto operário (1867).” (Perrot, 2020, p.198)

* * *

Dentre alguns importantes analistas de nossa realidade social e econômica, prevaleceu e prevalece a argumentação que caso a cidade de São Paulo não tivesse se in-

dustrializado, teria vivido um forte período de estagnação, como foi o caso de Belém, no Pará, em função do fim do apogeu da cultura da borracha. A expansão cafeeira em ascensão, apesar das crises, até o fim da década de 1920, permitiu crescimento da cidade. A crise dos anos 1930, no entanto, interrompeu esse ciclo, fazendo-se passar o ciclo, às terras do norte do Paraná, fato que poderia ter transformado a Capital, em cidade morta, buscando viver apenas de seu passado de “glória”. Corroborando essa definição, Singer complementa (in Szmrecsányi, 2004; p.172)

“É indubitável, portanto, que o crescimento vertiginoso que São Paulo apresenta no nosso século (XX) é fruto de sua industrialização. Existe, no entanto, uma tendência a superestimar o papel do café no desenvolvimento da cidade, tendência esta que é de fundo ideológico, pois constitui uma defesa apologética (embora possa não ser intencional) de uma economia baseada na monoprodução exportadora. Esta tendência apresenta a indústria como subproduto do café. O exemplo de outras cidades comerciais que não se industrializaram já mostra que isso não é verdadeiro. Como veremos no próximo tópico (São Paulo e a Indústria¹⁰⁶) constituíram-se, graças ao café, determinadas condições que facilitaram o desenvolvimento industrial do país e fizeram com que ele se localizasse de preferência na área São Paulo – Rio. Seria uma demonstração de incompreensão do processo, no entanto, supor que estas condições foram por si só suficientes para desencadeá-lo.”

A tese defendida por Singer tem os pressupostos das formas universais adquiridas pelo capital, seja comercial ou industrial. Sem querer polemizar a sua tese, pois é na interlocução com Nelson W. Sodré que essa discussão pretende chegar, reservo-me aqui, antes da discussão final, lembrar que a pesquisa abre um campo futuro de investigações, podendo estar relacionado ao que seriam os desdobramentos das configurações do complexo cafeeiro, entre o impulso econômico e os aspectos do que viria a ser “desenvolvimento” no protagonismo industrial e agrícola do pós 2ª Guerra. Para tanto parece relevante recuperar, entre estruturação fundiária, trabalho assalariado, pequenas propriedades e o deflorestamento do Estado, como matrizes de proposta.

De outro modo, e considerando que diante das transformações econômicas cujos pressupostos teóricos quase sempre partem de paradigmas universais de análise, sugeri como fechamento deste capítulo, uma abordagem complementar a propósito do trabalho e de como é possível uma leitura diferente para agregar outro valor à percepção da transformação de processos econômico sociais, com as características e escala produzi-

¹⁰⁶ Não trataremos de sua abordagem sobre a indústria.

das a partir da mão-de-obra livre no período tratado. Para tanto, tomo por base alguns princípios como a própria imigração para a expansão paulista, segundo um conjunto de elementos defendidos por Michel Foucault no curso de 1978-1979, *Nascimento da Biopolítica*, que de certo modo reiteram a clivagem de aspectos econômicos, como veremos.

Ainda que aspectos mais gerais possam também ser relevantes, as questões aqui tratadas estão mais vinculadas ao que poder-se-ia mapear no quadro das contribuições de trabalhadores, ligadas à economia no sentido amplo, sejam os trabalhadores inseridos nas condições oferecidas nas lavouras, sejam nas atividades urbanas. Feitas as breves considerações e, avançando no que nos cabe comentar, por fim, como as transformações ocorridas no período republicado podem ser problematizadas, desconsiderando chaves definitivas provocadoras de reflexões disso consequentes; mas, a partir de uma nova economia de poder, repensada na relação do trabalho livre que se estabelece.

Vale lembrar que a definição de trabalho é bastante ampla e não se pretende recuperar os diferentes aspectos dessa atividade humana na transformação da natureza. No entanto, parece importante lembrar que o processo de trabalho aqui referido se vincula às condições que envolvem, tanto o contrato estabelecido para a venda da força de trabalho e sua compra pelo empregador, como as atividades prestadas pelo artesão ou artífice na produção de serviços, bens e mercadorias. Primeiramente, há um caráter histórico que merece ser indicado, pois esse processo do assalariamento e contratação surge com o capitalismo industrial. Antes disso teríamos artífices, camponeses e funcionários de governo integrando o setor do trabalho (contexto europeu) sob diferentes regimes. Para que se tenha ideia, (Braverman, 1987, p.55) nos Estados Unidos, quatro quintos da população, no início do século XIX trabalhava como empreendedor no comércio ou oficina de artesão e lavrador. Nas décadas finais do século XIX essa proporção caiu para um terço, em 1940 já configurava um quinto da população e em 1970, correspondia a um décimo da população trabalhando por conta própria. Embora seja uma forma de ocupação e assalariamento mais recente, assumiu supremacia com grande velocidade no mundo, e como tendência tornou-se imperativa sobre as demais formas. Para o bem ou para o mal, no entanto, o contrato de trabalho surge como norma de um acordo entre quem oferece trabalho e quem contrata, porque as condições sociais não permitem ao trabalhador alternativa, para ganhar a vida. O empregador, por sua vez, é quem possui o capital que procurará ampliar tendo aquela força de trabalho contratada nessa expansão. A partir disso, o processo de trabalho é frequentemente tratado como domínio próprio à acumulação do capital. Nesse ponto, Foucault questiona aspectos do trabalho na teoria de Marx, que dizem respeito à centralidade desse em sua análise. Assim, diz:

“Mas o que faz Marx quando analisa o trabalho? Mostra que o operário vende o que? Não o seu trabalho, mas a sua força de trabalho. Vende a sua força de trabalho durante um certo tempo e isto por um salário estabelecido a partir de determinada situação do mercado, que corresponde ao equilíbrio entre a oferta e a procura da força de trabalho. E o trabalho feito pelo operário é um trabalho que cria um valor de que uma parte lhe é extorquida.” (Foucault, 2019, p.281)

Esse trabalho, no entanto, tratado desse modo é uma abstração. A mais valia que corresponde a uma parte do trabalho, medido pelo tempo, não é concreto. Para Foucault, não basta questionar o tempo versus o trabalho, ou quanto se paga ou o que isso pode produzir tecnicamente. O problema que parece fundamental para a análise econômica do trabalho está em saber como é que quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe para essa atividade. Sempre se valendo de uma chave histórica e sociológica, Foucault amplia a abordagem econômica sobre o trabalho

“(...) será preciso estar no ponto de vista daquele que trabalha; será preciso estudar o trabalho como comportamento econômico, como comportamento econômico praticado, aplicado, racionalizado, calculado por quem trabalha. O que é trabalhar para aquele que trabalha?” (Idem, p.283-284)

Na tentativa de entender a qual escolhas se dirige, qual racionalidade estratégica que subjaz, colocando-se no lugar do trabalhador, de modo a que ele não seja apenas um objeto de uma oferta da força de trabalho, mas um sujeito econômico ativo, poderá transformar a ótica do porquê as pessoas buscam trabalhar nessa e não naquela condição. A resposta do trabalho em troca de salário está evidente, mas até isso, pode ser visto sob outro ângulo, segundo as indagações de Foucault. Ainda que esse questionamento, estivesse sendo tratado na perspectiva dos aspectos do neoliberalismo americano e alemão, sua argumentação que refuta a perspectiva marxista está lastreada pela teoria do capital humano e, o que disso cabe estender à questão do trabalho, inserida no contexto da Primeira República e suas populações, é, ao que nos parece pertinente, principalmente pela análise da racionalidade interna dos comportamentos humanos próprios aos fluxos desses entre outros trabalhadores.

De onde vem essa linha de argumentação do trabalho, salário e capital humano? Do ponto de vista do trabalhador, vem a partir de Gary Becker e Theodore Schultz¹⁰⁷,

¹⁰⁷ Gary Becker foi um economista norte-americano (1930 – 2014) que juntamente a Theodore Schultz (1902 – 1998) também economista nascido nos Estados Unidos, foram precursores da teoria do capital humano,

economistas que retomam a definição de Irving Fisher, também economista, sobre o que é rendimento. E o que é o rendimento? É a receita ou produto de um capital, chamando-se capital tudo o que pode ser de uma forma ou de outra fonte de rendimentos atuais ou futuros. Foucault pergunta e em seguida responde: O que é o capital de que o salário é o rendimento?

“É o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam alguém capaz de ganhar determinado salário, de forma que, visto do lado do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria reduzida por abstração à força de trabalho e ao tempo (durante) o qual é utilizado.” (Ibidem)

Essa abordagem que decompõem o trabalho em capital e rendimento futuro implica que o capital é extensão de quem o possui. Desse modo, pode ser entendido como a competência e aptidão para fazer determinada atividade. Isso torna o trabalhador uma “máquina”¹⁰⁸ que é inseparável do trabalhador. Essa máquina entendida pela competência do trabalhador

“(...) vai ser remunerada durante um período de tempo por uma série de salários que, tomando o caso mais simples, começarão por salários relativamente baixos na altura em que a máquina começa a ser utilizada, aumentam depois e baixam com a obsolescência da própria máquina ou com o envelhecimento do trabalhador enquanto máquina.” (Idem; p.285)

Não sendo, portanto, uma força de trabalho, deve ser entendida como uma concepção do capital-competência, ao qual somam-se outros aspectos inclusive um rendimento-salário, o que faz com que esse trabalhador seja para si mesmo, um tipo de empresa. Então, o que parece estar na base desse “liberalismo”, não são indivíduos, mas empresas. Assim, uma economia de indivíduos empresas está nas configurações de um plano de “racionalização de sociedade e de economia”. Mas, pensando ainda no salário como remuneração de um certo “capital” inseparável do trabalhador, Foucault retoma a definição de

sendo Becker quem ampliou o alcance da teoria. Ambos receberam o Nobel de economia, sendo que o trabalho de Schutz, dedicou-se a entender a economia do trabalhador agrícola pobre e Becker, de forma complementar, ocupou-se das pesquisas sociais que pudessem avaliar os investimentos feitos em saúde, migração, trabalho, mas sobretudo o retorno direto e indireto da educação. Ambos eram vinculados à Universidade de Chicago. (Sandroni, 1999, p.546-547; Encyclopaedia Universalis: Le Capital Humain, 2018.)

¹⁰⁸ Foucault lembra que nesse caso, não se trata da crítica sociopsicológica e econômica, em que o capitalismo transforma o trabalhador em máquina e o aliena.

“capital humano”, com questões do trabalho que a economia clássica não havia conseguido resolver. O interesse estaria voltado a entender, portando, como se constitui e se acumula o capital humano, aplicando as análises econômicas às áreas particularmente novas. De forma resumida aborda-se que há duas formas de compreensão do capital humano: nato e adquirido. Vamos comentar os pontos que envolvem a forma adquirida.

Todos os problemas que se colocam na constituição do capital humano dizem respeito à forma adquirida. Formar capital humano significa fazer investimentos educativos, mas os elementos que integram o capital humano estão muito além do repertório educativo e se somam a formação profissional, a apreensão sociocultural, estando também implícitos aspectos ligados à relação de atenção dos pais na infância, porque todos os estímulos culturais e afetivos para a criança reverter-se-ão em elementos colaborativos na formação do capital humano; até chegar às possibilidades favoráveis e desfavoráveis ao capital humano, que estão presentes na família e no meio ambiente, para constituir a competência-máquina. Todo esse questionamento segundo Foucault, poderia também se aplicar os cuidados médicos e, de forma geral, todas as formas de tratamento e manutenção da saúde dos indivíduos, assim também outros elementos que possam aprimorar e manter o capital humano durante o máximo tempo possível. Nesse conjunto, ainda, podem ser pensadas todas as questões de proteção à saúde, os direitos trabalhistas, problemas relativos à higiene pública, como veremos no próximo capítulo; suscetíveis de melhorarem, ou não, uma política justa e com anseios genuínos que favoreçam o capital humano, por exemplo, voltada à habitação popular.

Para alargar esse entendimento ainda, Foucault comenta e esse era o ponto em que queríamos chegar, sobre a mobilidade, um dos elementos constituintes do capital, ou seja, sobre a importante capacidade de um sujeito se deslocar e, em especial a capacidade de migrar, partir para um lugar novo. A migração pode ser entendida a partir de uma busca de aprimoramento das condições de manutenção dessa competência-máquina, um grande esforço custoso em todos os sentidos.

“Porque a migração representa um custo já que o indivíduo deslocado, durante o tempo em que se desloca, não ganha dinheiro, e há um custo material, bem como um custo psicológico da instalação do indivíduo no seu novo meio. Há também menor ganho devido ao fato de o período de adaptação do indivíduo não lhe permitir receber as remunerações que tinha anteriormente ou as que terá depois de se ter adaptado. Enfim, todos esses elementos negativos mostram que a migração tem um custo. E qual é a função deste custo? Obter um melhoramento do estatuto, da remuneração etc; ou seja, é um investimento. A migração é um investimento, o migrante é um inves-

tidor. É um empresário de si mesmo que faz algumas despesas de investimento para obter um certo melhoramento.” (Foucault, 2019; p.291)

Ainda, a mobilidade de imigrantes, migrantes de determinada população são escolhas para obter melhorias para um futuro rendimento, assim, não é necessário pensar em escolhas apenas sob influências de um grande sistema que consegue a todos manipular. Não, é mais simples, é possível analisar estes comportamentos enquanto busca de melhoria da empresa individual, do empreendimento de si mesmo, como investimentos para rendimentos.

Por fim, ainda, a “inovação” a que se refere Joseph Schumpeter¹⁰⁹, teria nessa perspectiva, além de sua importância econômica, outras possibilidades dadas pelo tipo de inovação, seja um novo bem, um novo método, um novo mercado, uma nova fonte de matéria-prima, o aparecimento de uma nova estrutura de organização, porque se há inovação, formas novas, invenções tecnológicas, isso significa que há o rendimento de um certo tipo de capital, que é o capital humano, ou, ainda, a inovação como o conjunto dos investimentos que foram feitos ao nível dos próprios trabalhadores, nesse nosso caso da Primeira República, de imigrantes, nacionais e ex libertos. O aspecto da inovação, não pode ser justificado para Foucault (2019; p.292) apenas pela análise da economia clássica a partir do tripé terra-capital-trabalho, sendo o trabalho considerado em tempo de trabalho, número de trabalhadores e número de horas.

É necessária uma análise do capital humano e como esse capital foi transformado, quais os segmentos beneficiados, para que então se possa avaliar os elementos que fizeram parte do investimento no capital humano, para explicar crescimento e desenvolvimento numa dada situação. Isso pode orientar as políticas de crescimento que no caso dos países subdesenvolvidos custam mais a serem empregadas, ou quando o são, ocorrem de forma incipiente ou relativa. A partir disso e do entendimento do capital humano são concebidas e implementadas, de melhor forma, tanto as políticas sociais, culturais quanto educativas. É oportuno repensar como os imigrantes em São Paulo buscaram transformar o contexto de limitações impostas pelas dificuldades, criando novas condições, com escolas estrangeiras, ligas operárias e associações profissionais, sociedades de auxílio e

¹⁰⁹ A introdução da *inovação* no sistema econômico é definida por Schumpeter de *ato empreendedor*. Muitos fatos podem ter esse papel: um novo produto, uma nova substância, a introdução de um produto comercial, um novo modo de produção, uma novidade na comercialização de bens e serviços. O empreendedor, não importa o tamanho da empresa em que atua, é o agente da inovação e da *destruição criativa*, esta entendida como a força propulsora não só do capitalismo como do progresso material. (Sandroni, 1999; p.547)

amparo, imprensa operária, centros culturais, dentre muitas outras atividades responsáveis por melhorar as relações, ampliando o atendimento das próprias necessidades e ainda fornecendo elementos para que outros grupos e nacionais pudessem disso tirar proveito, além de envolvidos indiretos em suas interações. Ainda que o investimento do capital humano possa ocorrer de modo individual e autônomo, em outros casos e realidades de desenvolvimento precário, é consequente que as questões econômico-financeiras, de certo modo insuficientes, dêem espaço e permitam visibilidade ao investimento no capital humano, como saída transformadora e de ruptura ao serem compreendidas e assumidas por suas populações.



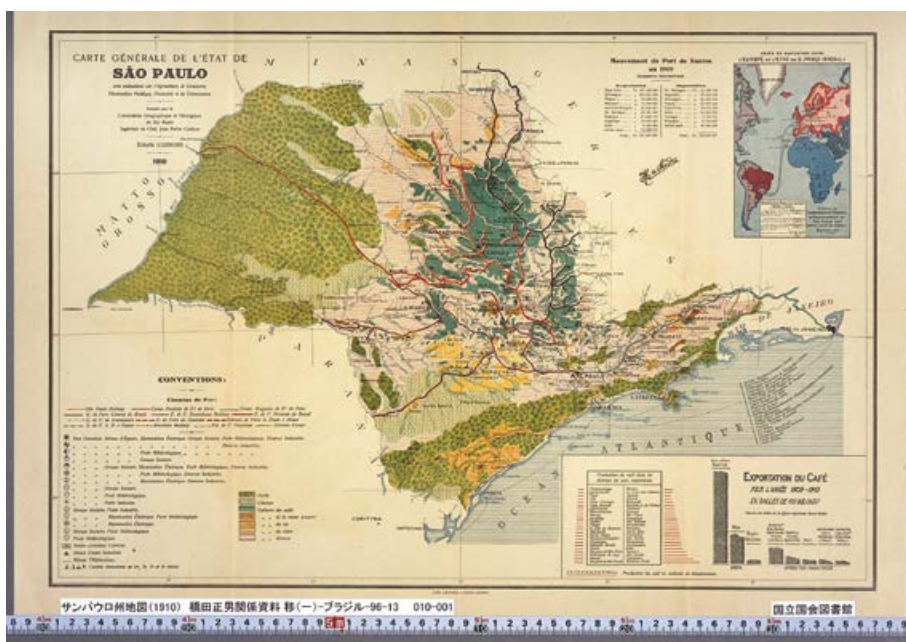
12. Hospedaria dos Imigrantes, um investimento privado entre sócios, dentre os quais Martinho Prado, ainda no período Imperial. Sua gestão e custeio seria absorvido pelo Estado no final do século XIX. A hospedaria, além de imigrantes estrangeiros, acolhia trabalhadores nacionais vindos de outros estados. “Territórios de Espera”, como definiram Chrysostomo e Vidal (2014, p.195-217) “as hospedarias contribuíram para impor o Brasil como novo ator no cenário internacional, um ator que é tanto capaz de controlar sua população como de modernizar seu território empregando mão de obra estrangeira”. Acervo MI.



13. Fazenda Pau-d’alho em Ribeirão Preto e Fazenda Laranjeiras, São Manoel. Fotos de Guilherme Gaensly, entre 1900 e 1920. Museu da Imigração. APESP.



14. Famílias de colonos imigrantes, com destaque para mulheres e crianças no trato dos cafezais. Museu da Imigração, AESP, 1925.



E. Mapa de São Paulo, como parte da divulgação entre japoneses interessados na emigração. Vale reiterar que os súditos ao deixarem o Japão, gozavam da Lei de Proteção aos Emigrantes de 1896 que os amparava em casos de abusos ou desrespeito aos contratos. A política de emigração estava incluída no projeto de modernização de sua estrutura feudal, segundo o qual, era necessário garantir a imagem e os princípios de “nação moderna e civilizada”. Tanto assim, que a Constituição japonesa de 1890 buscava inspiração nos países ocidentais para que fosse possível adquirir modelos de desenvolvimento industrial e financeiro (Sakurai in Fausto, 1999). MI. APESP.



15. Os migrantes nacionais pobres eram atraídos por oportunidades de trabalho com passagens, as vezes subsidiadas, podendo permanecer na Hospedaria pelo prazo de pouco mais de uma semana. As obras de infra-estrutura urbana, as ferrovias e a derrubada das florestas para novos cafezais eram os serviços, entre outros, mais requeridos. Museu da Imigração.



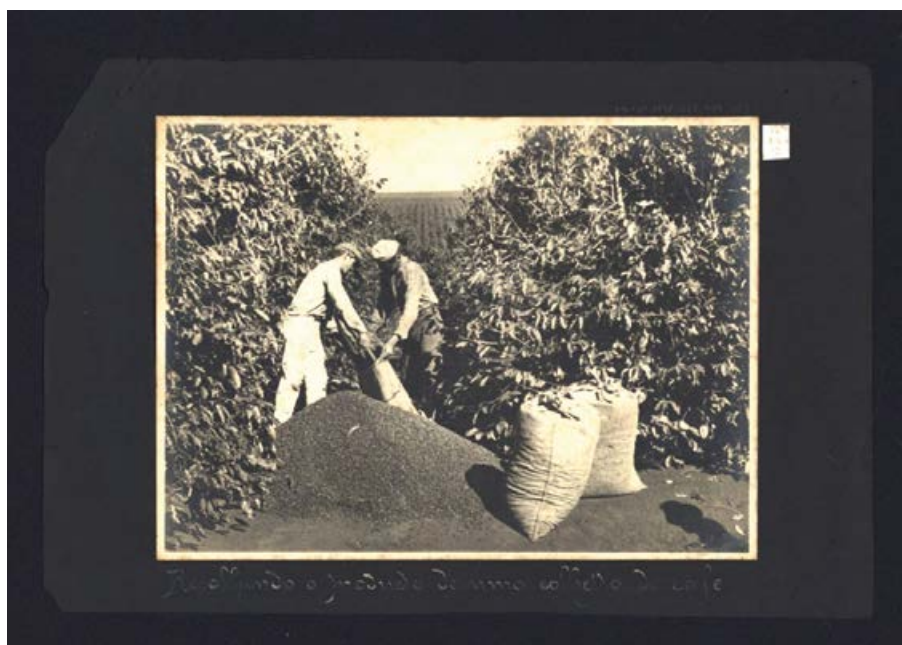
16. Jovens e crianças na Hospedaria dos Imigrantes à espera de trabalho, junto às famílias. 1924. Museu da Imigração. APESP



17. Para as obras da Serra Nova (1897) foi instalado um acampamento caiçara em taipa de mão, como canteiro de trabalhadores, no pé da Serra. (Reis Filho, 1989, p.27)



Gráfico 1. Relatório produzido a partir das entradas na Hospedaria dos Imigrantes. Museu da Imigração. S/D. APESP.



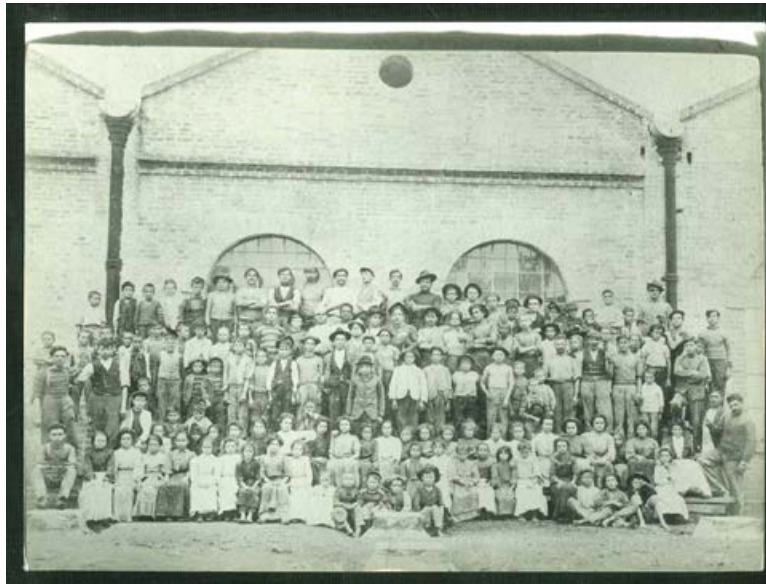
18. Recolhendo o produto de uma colheita de café. Museu da Imigração. APESP. S/D.



19. Entre 1885 e 1911 foram criados 25 núcleos coloniais no Estado de São Paulo. Mudanças jurídicas e políticas possibilitaram oportunidades para o estabelecimento de imigrantes e, conseqüentemente, mão-de-obra para as fazendas de café. A oferta para os núcleos era apresentada ao imigrante na chegada a São Paulo e na Hospedaria podiam escolher o núcleo ao qual seriam destinados. Frequentemente assinavam o contrato para a aquisição de um lote de terra, nessa ocasião. Foto de Núcleo Campos Salles, região de Cosmópolis e Arthur Nogueira. Museu da Imigração. APESP.



20. Oficina em São Paulo, 1924, com cinco funcionários. Museu da Imigração. APESP



21. Operários italianos da tecelagem Mariangela (Matarazzo) 1910. Museu da Imigração. APESP.

22. Vincenzo Pastore, fotógrafo italiano (1865 -1918), artífice, portanto, estabeleceu-se em São Paulo de 1894 até 1914. No Estúdio localizado à Rua Direita, produzia o Retrato Mimoso, uma técnica de inserção da fotografia em formato de losângulo em cartões adornados. Tornou-se conhecido. Como muitos outros que emigraram, pôde prosperar e retornar à região italiana de origem, Puglia. Sua sensibilidade e qualidade como fotógrafo, no entanto, o fez percorrer as ruas e, ao contrário dos demais fotógrafos da época, ocupados com a arquitetura e a nova feição da cidade e suas paisagens, Pastore ocupava-se dos tipos populares, dos trabalhadores e transeuntes. Algumas fotos de estúdio estão também marcadas por sua atenção social, como podemos confirmar. O acervo está sob a guarda do Instituto Moreira Salles e, sob permissão, construí uma metalinguagem fotográfico-social a partir dessa primeira em que aparece fotografando-se ao lado de um possível ex liberto, indicando sua trajetória imigrante. Além dessa, outras nos permitem reconhecer, nas imediações da Sé, em intensas transformações, seus habitantes, que na pesquisa estão em destaque.





23. Fotos de Vincenzo Pastore em 1910. No estúdio captura da expressiva religiosidade católica negra e no Mercado dos Caipiras, mulher de costas.



24. Mulheres conversam nas imediações do Parque D.Pedro II. Foto de Vincenzo Pastore. São Paulo - Brasil -1910.



25. Encontro de mulheres, próximo ao mercado dos caipiras - São Paulo - Brasil - 1910 - Cena de rua, Vincenzo Pastore



26. Homens conversam em Praça, proximidades da Sé. 1910. Vincenzo Pastore.



27. Realejo e crianças na Praça da República. Nota-se os diferentes segmentos sociais representados no grupo. 1910. Foto de Vincenzo Pastore



28. Meninos engraxates no Largo de São Bento, 1910. Foto Vincenzo Pastore

Capítulo 5

Reformas urbanas:
higiene, sanitarismo e o
poder sobre as cidades

Às vésperas do golpe militar que instituiu o Estado Republicano em 1889, prosseguia em São Paulo a política de imigração ou de “povoamento” com trabalhadores livres, num sistema de colonato já alterado¹¹⁰, para a vinda de europeus em vista dos investimentos para a produção e exportação de café, como retratado em capítulo anterior. Liderada pela Sociedade Promotora de Imigração, a política apresentava uma lógica operacional diferente dos padrões adotados à imigração durante o regime servil. Dentre algumas implicações com a vinda de imigrantes para as lavouras, há, primeiramente, uma mudança na composição étnica da população da província¹¹¹. Segundo dados do censo de 1872 e das pesquisas posteriormente desenvolvidas¹¹², na década de 1870, a população de afro-brasileiros correspondia a 45% da população estadual paulista. Em 1890, decresceu para 30% e em 1920 já equivalia a 10% da população. Mas esses números são dados menos pelo deslocamento do negro, o que ocorreria décadas depois; e mais pelo aumento da população branca que ocorreria na ordem de um quinto, entre 1872 e 1886. Quanto ao deslocamento de negros no pós-abolição, “o estoque racial branco converte-se no contingente populacional que deveria fornecer o grosso da mão-de-obra, em um sistema de produção em que o trabalho escravo seria eliminado pelo trabalho livre” (Fernandes, 2007, p.161). Com isso, no entanto, não apenas o africano livre, ou escravizado à ganho, como os nacionais, se ressentiriam da falta do trabalho, cujo agente passou a ser o imigrante. Além dos aspectos configurados pela República e pelo pós-abolição, a cidade também fora objeto de uma série de reformas, particularmente empreendidas com a instalação das ferrovias a partir de 1869. A circulação e uma nova escala de mobilidade contribuiriam para um grande adensamento populacional e toda série de mudanças construtivas a partir do facilitado transporte de pedras, ferro e tijolos, desde as últimas décadas do século XIX e início do XX.

São marcos no calendário das reformas principiadas pela gestão do professor da Academia de Direito, João Theodoro Xavier, algumas intervenções expressivas, como a iluminação pública a gás, o arruamento das margens do Tamanduateí na altura do Mer-

¹¹⁰ Durante o Império núcleos de colonos imigrantes foram formados, com outra escala, em diversos estados brasileiros.

¹¹¹ Viotti da Costa (2008) e Beiguelman (1978) ilustram entre mudanças no cenário econômico internacional, o avanço do capitalismo e a Revolução industrial inglesa, como causas e efeitos para o fim do modelo escravocrata na economia agrária exportadora paulista.

¹¹² Samuel Lowrie e Horace Davis - As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

cado da rua 25 de Março e a criação da Ilha dos Amores, na altura do antigo Mercado de Peixes e Almoarifado (Toledo, 2004; p.80). Também voltado às melhorias da face leste da Cidade, criar-se-ia a ligação da Rua do Hospício até a Ponte da Mooca; a abertura da Rua General Glicério com novecentos e oitenta e dois metros de extensão e treze metros de largura, além dos melhoramentos nas Ruas do Pari e do Gasômetro com um extenso aterramento da várzea de dois mil metros de comprimento e doze metros de largura, unificando essa área com o centro da Cidade. Contudo, o que deu notabilidade à gestão de Xavier, no entanto, seriam os cuidados de “embelezamento” do Jardim Público da Luz, um prenúncio de que o paisagismo, a estética e os lugares para o lazer ganhariam cada vez maior prestígio. Tais esforços revelados pelo gestor que governara de 1870 a 1874 eram parte da estratégia para atrair a elite de maneira permanente para a Capital da província, com todos os negócios daí decorrentes. No fim dessa década e nas seguintes, com investimentos de capital de empresas estrangeiras, teríamos a implantação do sistema canalizado de água da Companhia Cantareira em 1877; a luz elétrica pela Companhia Paulista de eletricidade em 1888; o viaduto do chá, com projeto de Jules Martin, inaugurado em 1892 e substituído apenas em 1938, pelo atual. Contudo, a cidade sofreria com a falta de infra-estrutura e as habitações coletivas se converteriam em solução temporária para acomodar as famílias de trabalhadores, que por diferentes motivos, entre oportunidades de trabalho urbano acabaram na Capital, entre outras cidades se fixando.

Males urbanos

Já na gestão republicana de Antônio da Silva Prado de 1899 à 1910, do PRP (Partido Republicano Paulista) membro pertencente à elite produtora de café da região oeste (Ribeirão Preto), banqueiro e herdeiro de inúmeros imóveis e ainda industrial proprietário da Vidraria Santa Marina e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, São Paulo receberia um novo pacote de intervenções sanitárias e urbanas voltadas a conferir modernidade, segundo a expressão da *Belle Époque* francesa, a partir da difusão e influência dos planos do Barão de Haussmann e do higienismo sanitário em Paris e outros centros europeus. Em São Paulo, como em outras cidades latino-americanas, com aumento da população e sua diversificação, houve uma substituição das características e vínculos religiosos comunitários para formas de sociabilidades caracterizadas pelos espaços novos ou reformados. Diferentes instituições e associações que agregariam interesses políticos e identitários laicos, recreativos ou mesmo de ajuda mútua foram criadas. Nesse

período, ainda, Prado perseguiu os vestígios da cidade colonial, substituindo, como o seria por décadas e bem lembrado por Benedito Toledo (2004; p.91), todas as edificações de taipa por novas edificações em tijolos. A expansão voltou-se à face oeste da cidade na direção do Centro novo, e primou pelo “ornamento” de praças; pelo projeto e início das obras do Teatro Municipal, do escritório Ramos de Azevedo; além de ser responsável pela concessão de serviços de eletricidade para o transporte dos bondes, sempre voltando-se aos ideais da cidade europeia como modelo.

Embora o grande contingente de imigrantes estivesse de passagem, pois o destino eram as lavouras de café, uma parcela significativa era atraída pelas oportunidades da cidade, obrigando ao acúmulo de trabalhadores e suas famílias em cômodos nas regiões de Santa Efigênia, Brás, Mooca e Bela Vista. A cidade que em 1874 possuía 23.352 habitantes passaria em 1894 a 154.000 e em 1900 a 260.000 habitantes (Santos,1998; p.32). Ainda assim, foram necessárias outras medidas de higiene, visto que entre 1882 e 1914, entraram em São Paulo 1.553.000 imigrantes e saíram 687.000 (Hall,1987 apud Kowarick, p.165). É também desse período a expansão dos empregos urbano-industriais e mesmo a saída dos imigrantes insatisfeitos com as condições, sem que tivesse faltado mão-de-obra na cidade e nas lavouras.

Ainda que a economia prosperasse e criasse um modelo de exportação importante, garantindo uma “enxurrada” de negócios faltavam diferentes insumos, o que acabava obrigando a um bom saldo de importações. Além disso, havia uma franca oscilação do preço do café na balança comercial, em vários momentos, durante o último quinquênio do século XIX e primeiras décadas do XX. Com isso, houve um afluxo migratório do meio rural para o urbano, fenômeno observado em diferentes municípios do Estado, além da Capital. Devido à superprodução, e às tentativas de conter a queda do preço do café, como lembra Caio Prado Jr. (1984; p.221) passa a haver uma restrição ao trabalho nas lavouras o que provocaria êxodo das fazendas para as cidades. “Em 1896 o café brasileiro enfrenta sua primeira dificuldade comercial: os preços declinam, estoques invendáveis começaram a se acumular. Estava-se diante de uma situação nova e inteiramente insuspeitada no passado: a superprodução.”

Essa, entre outras instabilidades na oferta da produção, obrigou, muitas vezes, a queda em até 50% do valor original do café, trazendo benefícios apenas aos intermediários e obrigando os fazendeiros a rebaixar o valor pago pelo trabalho da cultura aos imigrantes. A deterioração das condições de trabalho, por sua vez, contribuiu para a promulgação do Decreto Prinetti, de 1902 (Beiguelman, 1978; p.91), por meio do qual o Comissariado de emigração italiana, juntamente ao Ministério dos Negócios Estrangei-

ros de Roma, proibiu a emigração subsidiada, sem impedir, no entanto, que os interessados arcassem com o próprio custeio da viagem. Mas a questão que aqui mais interessa é o fato que as instabilidades econômicas, em diferentes circunstâncias, acabavam por preterir o trabalho nas lavouras, estimulando a vinda de parte dos imigrantes para as cidades, à procura de outras formas de trabalho como já referido.

Dados do último decênio do Oitocentos, pós-abolição e no início da República indicam já uma forte presença de estrangeiros na Capital, com 55% dos residentes, que ocupavam 84% das atividades manufatureiras, do setor da produção fabril; 81% no ramo de transportes e 72% nas atividades comerciais. No início do Novecentos, 92% dos trabalhadores na indústria eram estrangeiros ou filho de estrangeiros, os quais incorporaram o manuseio e operação das máquinas, de ambos os sexos, sem contar crianças, conjunto o qual não somava sequer 10% de integrantes nacionais (Bandeira Jr. apud Kowarick, p.103). Vale reiterar, no entanto, que ao contrário da convicção de qualificação para a indústria, a maior parte dos imigrantes nesse período tinha a qualificação artesanal para a prestação de serviços. Sapateiros, ferreiros, pedreiros, padeiros, agricultores, tal e qual os serviços tradicionalmente prestados pelos nacionais. A diferença estava na forma como o imigrante, ávido por tarefas e expedientes de trabalho, se lançava à busca de empreitadas. (Beiguelman, 1978; p.118)

Mas é em decorrência da política de imigração assumida em São Paulo, do crescimento da população e necessidades advindas das transformações do contexto social e econômico, que a implantação de serviços sanitários se deu, primeiramente como empreendimento privado dos fazendeiros paulistas (Mehry, 1985; Beiguelman, 1978; Kowarick, 1987; Hochman, 2011). Já premiados pela suspensão da imigração italiana pelos órgãos de controle, em função de baixos salários e pelas péssimas condições de salubridade dos centros urbanos, os fazendeiros do oeste paulista foram “empurrados” para atuar no protagonismo sanitário, até porque parte de seus interesses iam muito além das lavouras de café, alcançando também as oportunidades geradas nas cidades. O grupo responsável por decisões estratégicas estava representado, ou ocupava cargos no Governo da província, depois estado ou do país, tornando a relação entre os interesses privados e as facilidades obtidas pelas posições na estrutura republicana e suas deliberações, conseqüentes umas das outras. Nesse circuito político econômico, a elite cafeeira também estava presente nos empreendimentos industriais, na direção das ferrovias, dos bancos; além, é claro, da política imigratória e seus critérios adotados, nesse caso pela Sociedade Promotora de Imigração, contrária ao que propunha a Sociedade Central de Imigração, representada por André Rebouças e Alfredo D’Escragnolle Taunay, cujos interesses es-

tavam definidos pela formação e distribuição de diversos núcleos coloniais e pequenas propriedades produtoras de alimentos. Com a proibição da imigração italiana, outros grupos acabam por substituí-la, como os portugueses, espanhóis e japoneses.

No empreendimento e percurso imigratório, duas cidades eram destinos obrigatórios dos trabalhadores que vinham em vapores da Europa, principalmente na terceira classe, com passagens subsidiadas, juntamente às suas famílias: Santos e São Paulo. Parte dos imigrantes podia ser convocada já no Porto, mas o usual era que os trabalhadores fossem trazidos pela ferrovia, a Inglesa, de Santos para a Hospedaria de Imigrantes na Mooca. Para lá se dirigiam os responsáveis para a contratação das famílias levadas às colônias nas lavouras.

Dizem os diferentes estudos históricos (Luz, 1982; Mehry, 1987, Cordeiro et al, 2010) que as epidemias de febre amarela, cólera-morbo, peste bubônica, varíola e malária que invariavelmente circulavam por São Paulo, Santos e Campinas desde os últimos decênios do século XIX, foram responsáveis por práticas sanitárias e medidas para a saúde pública¹¹³, simultâneas. Tais iniciativas visavam impedir a restrição ao fluxo de imigrantes estrangeiros e de migrantes brasileiros de outras regiões e, sobretudo, garantir que as condições de insalubridade não colocassem em risco a circulação¹¹⁴ e a economia estadual em seus ramos de localização essencial. Parece importante destacar, que a configuração de uma política de valorização do café manteve um permanente estímulo à ampliação de novos cafezais e à expansão dos latifúndios no Estado de São Paulo, sempre acompanhados por novos ramais ferroviários. Segundo os investimentos feitos e a ascensão política dos segmentos oligárquicos em cujo contexto estava incluída a imigração, como um fator dinâmico, operava-se ao mesmo tempo a expansão do setor agrário, o fortalecimento de um mercado interno, dado pelo adensamento gerado pelos próprios imigrantes em seu necessário consumo, além do desenvolvimento do setor industrial urbano e todos os aparatos de cuidados higiênicos e reformas com melhoramentos para a vida nas cidades no início do século XX, em São Paulo, e demais cidades do sistema econômico. Do ponto de vista dos segmentos sociais, a tensa distribuição de forças contava de um lado, com parte da alta burguesia vinculada à parcela agroexportadora da economia e com o latifúndio; e de outro lado, a burguesia

¹¹³ Nesse período há uma distinção entre serviços de saneamento e serviços de saúde pública, ficando a cargo dos primeiros as obras e infraestrutura para abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos. Já os serviços de saúde pública estão objetivados por práticas médicas como a obrigatoriedade das medidas de vacinação, o policiamento e a vigilância das condições de salubridade de estabelecimentos, transportes e habitações. (Luz, 1982)

¹¹⁴ E também a expansão ferroviária, segundo Nogueira de Matos (1990).

voltada a fortalecer as atividades de um incipiente mercado interno, que por proximidade de interesses estava mais ligada à classe média e ao proletariado, força de trabalho e habitantes principais do crescente cenário da vida urbana (Beiguelman, 1973; p.90).

A saúde e a salubridade

A partir da Independência e durante o período imperial, a questão da saúde emerge como fundamento das relações econômicas e sociais, particularmente inserida no trato com o mercado externo. Ao longo das décadas, a ordem médica implantaria modelos e projetos institucionais em associação ao Estado para infundir, por meio de dispositivos¹¹⁵ de dominação, inspeção e controle médico, o conjunto social. Segundo Luz (1982; p.33), a medicina proporá, por meio de agentes, “os médicos”, “uma terapia, uma resposta, uma explicação para cada situação, principalmente quando a ordem social estiver em jogo”. A partir dos anos 1870, com a crise do regime de trabalho servil e a expansão da economia cafeeira, dotando de expressão a região sudeste, a presença médica se fará em todas as manifestações políticas, por meio de institutos e associações sempre moldadas pelos discursos de apologia da modernização e da transformação social.

Com o advento republicano e o impacto das mudanças sociais, econômicas e políticas do final do século XIX em diferentes contextos, cidades latino-americanas, europeias e particularmente brasileiras, elencariam propostas médicas de intervenção sobre o espaço urbano, com o propósito de saneá-lo e, segundo princípios médicos e também “morais” para a salubridade, cujo significado implicaria um conjunto de requisitos adequados à saúde coletiva, segundo fundamentos da teoria miasmática e posteriormente, com as diretrizes da teoria microbiológica e a configuração teórica e prática da área de higiene pública e da engenharia sanitária. Desse momento em diante, pode-se considerar que “o nascimento de um movimento a favor do urbanismo é diretamente ligado a uma sensibilidade generalizada para questões de higiene pública” (Calabi, 2012; p.81). E ainda, na direção da tarefa de criar as condições sanitárias urbanas necessárias à manutenção da saúde “(...) O desafio é poder aperfeiçoar uma legislação que permita planejar

¹¹⁵ A partir do campo filosófico político de Michel Foucault, segundo o qual “dispositivo” tem sempre um desempenho estratégico concreto e se insere numa relação de poder. Pode ser identificado a um conjunto de coisas heterogêneas como discursos, instituições, edifícios, leis, normas, medidas, proposições teóricas sendo “dispositivo” a rede tecida entre esses elementos integrantes. Também devemos, nessa perspectiva entender “dispositivo” com aquilo que possui a capacidade de orientar, modelar, controlar, e capturar gestos, condutas e opiniões num determinado contexto e, ou episteme.

um futuro no qual os “males” urbanos possam ser debelados” (Ibidem). Nesse sentido, compreender as injunções históricas e os princípios políticos de ordenação da vida urbana e sob quais práticas foram criadas as especialidades de projeto e gestão na nascente República, se destacam na rede de sentidos desta parte do trabalho.

Ainda no Governo Provisório, a Constituição de 1891 orientou a descentralização das ações sanitárias terrestres levando para a gestão dos governos regionais, o fato doravante inédito da autonomia das práticas de saúde pública e saneamento, possibilitando a criação e capacitação de órgãos, institutos e departamentos para as estratégias de higiene e para enfrentamentos sanitários em casos de epidemias. O teor constitucional formalizaria o que seriam as práticas sanitárias no Brasil durante a primeira República. Assim, fica evidente a organização de uma estrutura administrativa para práticas sanitárias, de competência estadual, ou em alguns casos municipal, expressando a dinâmica do complexo político em diferentes arranjos da oligarquia. Na última década do Oitocentos, o investimento em Saúde Pública correspondeu a 23% do Orçamento Estadual, tendo decrescido até 1920, em cada decênio a ordem de 8% e 10%. A justificativa dada por Mehry (1987) para o decréscimo está desenhada pelo efeito posterior à implantação de determinadas ações, de manutenção, acomodação e não mais de criação (mais oneroso) do aparato sanitário. De outra forma, também

“os gastos com a organização do aparelho militar do Estado mostram, que as questões sociais eram tratadas, fundamentalmente, como questões de polícia, mesmo quando se efetivassem outras propostas de política social.”
(Mehry, 1987, p.71)

Para ordenação e controle dos espaços da cidade, foi muito difundido no século XIX, o manual sobre polícia médica do autor alemão Johann Peter Frank “Sistema de Polícia Médica Geral” (Jori, 2013). Dos assuntos tratados, destacam-se a importância da estatística, a configuração de hospitais militares, as doenças epidêmicas, as moléstias infecciosas, entre outros. No manual fica também patente que as normativas são de ordem geral e reúnem indicações sobre as condições de higiene das moradias, localização física, instalações de edifícios e necessidade de circulação do ar, além das dimensões ideais para o interior das casas. Com grande capilaridade, este entre outros manuais difundiram-se na consolidação de uma relação entre saúde e sociedade por meio das noções da polícia médica. O conhecimento ou “ciência da polícia médica” normatizou práticas diversas como indústrias poluentes, matadouros, lixo nas ruas e animais mortos, mas também sobre a prática de costumes, eventos religiosos, higiene individual,

comércio, segurança, manufaturas, que posteriormente deram corpo às diferentes especialidades, seus conteúdos, repertórios e operações sobre a vida urbana, o governo e a população. No contexto nacional e especialmente paulista, a Polícia Sanitária foi criada em fins do século XIX com o objetivo principal de detectar o inadequado e insalubre. Sob a responsabilidade municipal tinha como agentes os inspetores sanitários que agiam indicando possíveis focos de doenças, recaindo as ações de intervenção em habitações, estabelecimentos de comércio, cemitérios em Igrejas e, principalmente os cortiços. Sob os princípios miasmáticos e bacteriológicos, esses que já integravam parte dos discursos e práticas médico sociais, a polícia sanitária no ano de 1894, segundo relato de Silva Pinto, realizou 57.088 visitas domiciliares e 12.265 vacinações (Mastromauro, 2010, p.58). Além disso, tal atuação se dava em parceria com o Desinfectório Central, que havia sido criado em 1893 com a finalidade de higienizar ambientes em que houvesse a suspeita ou confirmação das moléstias, pelas equipes de desinfectores, policiais e fiscais.

Em 1892, criou-se o Instituto Vacinogênico e a Comissão de Vigilância Epidemiológica para a zona urbana paulista; em 1893, regulamentou-se o Laboratório Bacteriológico e o Serviço de Desinfecção, redigindo-se o primeiro Código Sanitário Estadual em 1894, e no mesmo ano regulamentando-se o funcionamento do Hospital de Isolamento, para os casos em que as quarentenas ou cordões sanitários não pudessem ser aplicados. O Instituto Butantã foi criado em 1901, e em 1903, o Instituto Pasteur. (Merhy, 1987; p. 48). Acompanhando os Institutos, toda uma dinâmica de saberes e conteúdos profiláticos circulariam por meio de Boletins, Revistas e relatos em Periódicos, consolidando a normalização médica e disciplinar em meio urbano, principalmente com apoio da imprensa diária.

Com a República, um conjunto de iniciativas dentre as quais a institucionalização das normas e práticas sanitárias, muitas das quais atribuições da província, passaram para o controle do poder municipal. Em 1892, é criada a Intendência de Obras Municipais, que passaria a contar com uma Comissão de Melhoramentos da Cidade. Essa tinha como atribuição, de forma inédita e aí está o mérito segundo Leme (in Ribeiro e Pechman et al 1996, p.247), da organização do plano geral da Cidade, sendo a Comissão que vincularia “pela primeira vez a execução de obras, edificações, melhoramentos e embelezamentos à organização de planos ou projetos urbanos”. Ainda, são do campo profissional da engenharia sanitária, os primeiros projetos e planos urbanos com sua expressão maior, Francisco Saturnino de Brito que levaria à prática, as diferentes influências do higienismo de Charles Barde com o manual “*Salubrité des habitations et hygiène des villes*” e também do plano como ferramenta de saneamento, do francês Jules

Rochard co-autor da “*Encyclopedie d’hygiène et de médecine publique*” ambos dedicados à sistematizar o conhecimento sobre a cidade, sua construção, edifícios públicos, habitações etc, demonstrando o interesse da medicina e da engenharia por processos científicos de intervenções e transformações urbanas. (Bertoni, 2015; p.76). A visão orgânica da cidade, aliada ao plano estético permitiu que as intervenções trouxessem soluções pensadas como complementos às demais partes características da cidade, segundo um organismo vivo, com o relevo, o clima e sua topografia; garantindo assim diretrizes para a expansão com elementos restaurados do passado. Como exemplo, o sistema de canais de fluxo e drenagem das águas concebido e realizado entre 1905 e 1910 por Saturnino de Brito, acabou por definir para o futuro de Santos toda a estrutura do sistema viário das áreas de futura expansão da cidade.

A febre amarela, a cólera morbo e a peste bubônica em cidades do interior, São Paulo e Santos, orientaram autoridades médicas para programas de visitas domiciliares em “áreas” para as quais as aglomerações em habitações coletivas de trabalhadores despertavam a atenção. Em São Paulo, localizavam-se nos distritos da Sé, Consolação e Santa Efigênia. No ano de 1893 a Intendência Municipal, sob a influência dos segmentos sociais e políticos, cria a “Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Efigênia” constituída de especialistas para avaliar as condições de higiene mais afetadas pela febre amarela. O relatório revela em detalhes a situação interpretada pelos inspetores e analistas que adentravam os imóveis e seus cômodos para conferir a vida íntima desses trabalhadores e a responsabilidade de proprietários pela situação oferecida aos inquilinos. As propostas disso advindas indicavam desde a demolição ou reforma dos edifícios até a construção de “habitações operárias de caráter urbano” (Cordeiro et al 2010; Bresciani, 2010, p.21). Duas plantas são indicadas, uma com características aceitáveis para construção na cidade e outra, com características de vilas operárias para que fossem implantadas fora dos perímetros urbanos, nos subúrbios ou periferia. Quanto às plantas das vilas operárias é destacada a importância de lotes com saneamento e de acordo com a distância, desejável proximidade de ramais ferroviários para o transporte. Dos terrenos nos limites centrais são sugeridas as áreas desocupadas nos distritos do Pary, Mooca, Cambuci, Pacaembu e Bexiga.

Mas, se em 1893 os cortiços inspecionados pela Comissão de Saúde Pública tinham desaprovadas as condições em vista da salubridade e do saneamento de possíveis focos epidêmicos, o levantamento feito sobre as condições dos cortiços em 1900 (Cano in Azevedo et al, 2009, p. 233-34) permite verificar que há uma nova distribuição de cortiços em diferentes regiões, estendendo-se até a Barra Funda, além do Brás, Móoca,

Cambuci, Liberdade e Bexiga. As regiões em que não se registravam as ocorrências de cortiços eram as mais distantes como Santana, Vila Prudente, Ipiranga e Vila Mariana. A concentração, portanto, dos cortiços em áreas mais centralizadas confrontava as determinações tomadas pela legislação municipal que proibia, desde 1886, esse uso nas ocupações urbanas no perímetro considerado cada vez mais exclusivo ao comércio, em ruas centrais da Sé e, desde 1896, já na República, em todas as áreas da cidade. No entanto, ao reconhecer cortiços em diferentes regiões, além de Santa Efigênia¹¹⁶, a Municipalidade, com seus regulamentos, estabeleceu diretrizes para o tabelamento de impostos, relativa ao tipo de habitação definida a partir do número de unidades ou cubículos, como eram chamados. Vai daí, inclusive, o interesse maior de localizar esse tipo de moradia para que se pudesse executar tal cobrança, já que isso devia movimentar grande soma em impostos, recolhidos aos cofres da municipalidade.

Como setor de negócios, aparentemente oneroso pelos impostos que deviam ser pagos pelos proprietários segundo o tipo de moradia oferecido, os cortiços tinham, no entanto, o seu lado rentável, em vista dos diferentes proprietários e do número variável de seus cubículos. Alguns possuíam três ou quatro, outros inclusive ocupavam um dos demais, até aqueles como Joaquim Antunes dos Santos proprietário de 25 cubículos, sendo 16 num imóvel e os demais distribuídos em dois outros imóveis no Bexiga. Curiosamente, também, Veridiana Prado, da elite paulista, era proprietária de 114 cubículos, sendo 18 num único imóvel na Rua da Consolação e os demais entre outros dois imóveis na Rua Martinho Prado (Idem, p.236). Nesse sentido, parece importante destacar, que de diferentes maneiras havia solicitações para anistia da dívida desses impostos e disposição de certa negociação entre a fiscalização, que acabava via municipalidade, concedendo muitas vezes o perdão

“Na rotina administrativa e fiscal da municipalidade de negociação ante a fiscalização que não visava meramente a eliminação dos cortiços, mas enquadrava-os nos trâmites padronizados da administração pública, com suas regras, seus limites e seus direitos, como de representação direta, por

¹¹⁶ Em Santa Cecília, na Av. Angélica, onde atualmente encontra-se um edifício comercial, número 916, existiu por mais de 70 anos um cortiço em meio lote do terreno (15m x 50m), tendo uma entrada lateral estreita, com aproximadamente 24 cubículos distribuídos e alinhados ao muro da frente e das laterais, formando um U e com um grande pátio vazio ao centro. Composto esses cubículos estavam celas de sanitários e alguns tanques. A demolição das habitações aconteceu em 1970, quando o terreno foi vendido para o empreendimento atual. É testemunha dessa existência a pesquisadora que vos escreve e que durante a infância olhava de seu apartamento vizinho, aquele cotidiano que acreditava tão organizado, limpo e bonito, com festas juninas, crianças brincando e mulheres lavando e estendendo roupas. Era chamado pelos adultos, de maloca, por parecer uma habitação indígena.

meio de requerimentos, revelando um cotidiano que se fazia de possibilidades mais amplas do que sugeria a polarização entre o cortiço e seus miasmas de um lado e as higiênicas vilas operárias de outro.” (Cano in Azevedo et al, 2009, p. 233-34)

Nessa oposição, que traz em si o princípio de organização da relação dos indivíduos diante da ordem higiênica e seus pressupostos para a vida urbana, esconde-se a exclusão desses sujeitos do trabalho na cidade, de seus espaços públicos para usufruto comum, pela condenação de suas formas possíveis de viver e de habitar. Em nome da neutralidade científica ou técnica dos conhecimentos sobre os espaços foram tomadas as medidas que garantiriam a viabilidade da permanência imigrante em solo paulista. No entanto, as intervenções urbanas pautadas pelo ideário europeu para transformação das cidades e, cuja eliminação constituía uma das diretrizes, em São Paulo, entre outras cidades brasileiras (Marins in Novais e Sevckenko et al, 1999) ao buscar sanear a cidade das condições inadequadas de vida e trabalho de nacionais e afrodescendentes, acabou por incluir também os trabalhadores imigrantes, igualados pelas dificuldades colocadas pelo princípio da pobreza urbana na qual se viam todos inseridos. Ainda que todos os cortiços pareçam inadequados, e nessa visão há um triunfo que deveria ser reavaliado, é importante que suas qualidades possam de alguma maneira ser revistas e valorizadas. Devem-se eliminar os estigmas que marcaram os cortiços como tipificação da insalubridade, reiterando que esses imóveis recebiam poucos investimentos em infraestrutura ao contrário das áreas mais ricas da cidade. A história demonstrou viabilidade¹¹⁷ em unidades habitacionais reduzidas, mas com localização central para os serviços e o trabalho nas cidades, entendendo-se, portanto, um impacto muito menor das alegações higiênicas do início do século XX.

Urbanismo

O significado da palavra “melhoramento” era empregado para qualquer intervenção, com ou sem plano até, aproximadamente, a década de 1940. A expressão “urbanis-

¹¹⁷ “Os cortiços hoje são menos numerosos, mas não constituem reminiscências do passado, uma vez que estão presentes em todos os distritos da capital, alcançando significativa proporção nas áreas centrais da cidade, por possibilitarem o acesso a pé ao trabalho, proximidade com vasta oferta de bens e serviços coletivos, como creches, postos de saúde, escolas de ensino fundamental etc., e o pulsar de uma vida que inexistia nas longínquas periferias, onde se alastram os loteamentos assim chamados clandestinos”. (Kowarick, 2013, p.49-77)

mo” teria sido incorporada do francês *urbanisme* em publicação no Boletim do Instituto de Engenharia, em 1918, por Victor da Silva Freire, e pode ser entendida também como expressão da consolidação desse saber especializado que a partir da segunda década do século XX distingue-se dos higienistas, gestores públicos, ainda que os pressupostos do higienismo-sanitarismo tenham permanecido ativos mesmo depois de estabelecido o campo profissional do “urbanista” (Fapesp:Bresciani,2010). Para a configuração desse “saber pragmático e operativo” (Calabi,2012) contou com a convergência de competências da higiene pública, da química, da medicina, da arquitetura, da engenharia urbana, dentre outras e consolidar-se-ia entre meados do século XIX na Europa e entre nós, até o início da década de 1920, tendo sempre como meio de trocas e informações a “Sociedade Urbanística Internacional” (Ibidem, p.32) a realização de Congressos de habitação, as Exposições Internacionais, os Códigos de Higiene, Posturas e Obras particularmente obtidos para o controle das grandes populações urbanas.

O engenheiro português Victor da Silva Freire com formação em prestigiada escola francesa, atuou por vinte e seis anos à frente do Departamento de obras da Prefeitura de São Paulo, sendo considerado grande responsável e crítico de projetos e obras, códigos e, da formação da engenharia paulista daquele período, contribuindo na consolidação do “urbanismo” como especialidade e nas configurações urbanas do período. Exerceu suas funções, primeiro na Superintendência de Obras Públicas no início da República e na gestão de Antônio Prado, assumindo posições na Diretoria de obras públicas. Em 1911, na publicação da Revista da Escola Politécnica, Victor da Silva Freire assume o discurso da arquitetura ideal para habitação, com as indicações testadas em outros países para a melhoria da iluminação e ventilação internas. Voltando-se para a abordagem mais adequada das residências e sua tipologia, reforça padrões de aberturas e alturas e sua aplicabilidade, segundo a geografia, o clima e as condições ambientais, elementos com ajustes socioculturais que deviam ser respeitados sob pena da perda dos princípios para a “salubridade”. (Leme in Ribeiro e Pechman,1996; p.251). Foi professor da Escola Politécnica, responsável por um manual de projetos e obras, enriquecido com atividades e novas experiências advindas de congressos e viagens. Trouxe para o âmbito municipal a título de inovações, parte das soluções e ideias inovadoras à época; contudo, manteve por muito tempo uma relação de interesses que mesclavam público e privado, com a “Companhia City of São Paulo” reforçando o perfil de negócios privilegiados comuns à elite naqueles anos de República (Bertoni,2015; p.76). A esse propósito, é importante que se diga, que a Companhia City, constituída por investidores belgas, ingleses, franceses e russos, todos com experiência em in-

vestimentos coloniais, tinha sede em Londres e em São Paulo desde 1911. Por meio de agentes paulistas, a City em São Paulo adquiriu grandes áreas, emitindo debêntures, por meio de hipotecas dos terrenos junto à *Imperial and Foreign Corporation*, fundada pela City para esse fim. Estavam na direção da City em São Paulo, além de integrantes da elite política paulista membros da *Light and Power*. No bojo dos interesses em adquirir grandes terrenos como parte dos objetivos em investimentos da empresa, já em 1912 a Companhia City detinha cerca de 37% de toda a área urbana de São Paulo (Sevcenko, 2014, p.126). Por conta do relacionamento privilegiado com a Light e figuras-chave da política e administração da Capital, a City dispunha de serviços básicos de infraestrutura e valorização imobiliária agregada aos vários empreendimentos e loteamentos, contando inclusive com serviços favorecidos e financiados pela prefeitura, entre isenção de impostos durante extensos períodos, às custas das áreas mais adensadas, empobrecidas e sem infra-estrutura básica. Os resultados dos loteamentos projetados, sendo o Jardim América o primeiro, vieram no pós-guerra, demonstrando alta qualidade urbanística e arquitetônica, viabilizada pelas condições de vendas facilitada, aproveitando-se o momento de opulência localizada.

Parte das atitudes institucionais para o controle da salubridade que marcaria a atuação do urbanismo para a higiene em São Paulo nesse início do século XX estaria evidente na imprensa diária, no código sanitário e de posturas, nos boletins de associações e institutos, nas revistas. No encontro desses conhecimentos técnicos, configurar-se-ia a cidade como objeto de intervenção e reforma no início do século XX. Nesse contexto, a adesão às causas técnicas na transformação da cidade reuniria desde cientistas sociais à médicos, engenheiros e higienistas (Bertoni, 2015, p.78). A escala de observação e intervenção vai se ampliando, da arquitetura passa-se às ruas, praças e às cidades. Criam-se órgãos de representação para os saberes e práticas sobre o urbano.

Com certa frequência podemos ler ou ouvir que foram as grandes epidemias e até certas endemias, as responsáveis pelo aparecimento dos “urbanistas”. Para Guido Zucconi (2001) no entanto, todas as grandes cidades ao longo da história foram marcadas por grandes desastres sanitários, desde a peste negra, varíola até as gripes. O que mudaria no século XX seria a abordagem do problema atestando a necessidade de uma profilaxia sanitária como forma preventiva nas patologias ambientais e que, além das condutas de quarentena ou restrições sanitárias, seria possível remediar tais problemas de contágio e transmissão, “com remédios estruturais, como instalações de defluxo, habitações salubres e espaços verdes (Zucconi, 2001, p.84) seguindo-se novos manuais e condutas preventivas. Mas essa consciência foi possível com o desen-

volvimento de instrumentos e tecnologias, destacando-se entre outras a “topografia médico-estatística”. Após as descobertas da microbiologia de Pasteur e de Koch sobre a origem bacteriana das doenças, há uma maior compreensão sobre causa e efeito e das operações do corpo vivo em interações com a natureza. No início do século XX, o discurso médico já estaria marcado pela bacteriologia (Czeresnia, 1997, 71) e a visão de eliminar os males ou as patologias ambientais com essa abordagem positiva corroboraria na atualização da medicina urbana e do urbanismo. A cidade passa a ser também um organismo vivo a requerer para a “boa saúde”, a prevenção, o saneamento e a salubridade.

Tecnologias para a cidade

De todos os discursos científicos, o discurso médico, no final do século XIX e início do século XX, foi o que adquiriu maior notoriedade entre a vida social e política em transformação. No Brasil, em especial, já estava presente desde a Colônia e o Império (Costa; 1979; Machado; 1978) como saber primordial para as condutas da vida social e familiar. Nesse sentido, Roberto Machado situa a importância da investigação histórica da medicina, pois ao contrário de outros estudos, a medicina social não nasce na atualidade e tampouco é resultado da emergência de outras tecnologias no capitalismo e assim também, não é característica da teoria e prática médica universal. Antes do século XIX não se encontraria a relação que se estabeleceria entre vida social e salubridade. Os princípios para a gestão dos núcleos coloniais estabeleciam - evitar a morte como objetivo principal, pois não era a doença que configurava o perigo a ser prevenido com medidas de garantias para a saúde, como veríamos no início do século XX, era, no entanto, tão somente, a morte.

Em países europeus e também o Brasil do XIX, uns nas primeiras décadas e outros nas últimas, o processo de transformações político-econômicas alcança saberes e práticas da medicina configurando uma tecnologia que se integra à sociedade e “que incorpora o meio urbano como alvo da reflexão e da prática médica, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado” (Machado, 1978; p.155).

Importa também afirmar que o projeto político da medicina passa a ser a saúde e nesse sentido sua ação será dificultar por completo o aparecimento e disseminação da doença, impedindo as causas e os demais aspectos que dificultam o bem-estar da população.

“A inserção do indivíduo no social, a necessidade de conhecer o meio e agir para proteger o indivíduo de um perigo ao mesmo tempo médico e político não significa porém que a medicina saia de seu campo prévio de ação. Se a sociedade, por sua desorganização e mal funcionamento, é causa de doença, a medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando a neutralizar todo perigo possível. Nasce o controle das virtualidades; nasce a periculosidade e com ela a prevenção.” (Ibidem)

A medicina moderna, portanto, é uma matéria que tem na sua origem o desenvolvimento de uma tecnologia instrumentalizada sobre o “corpo” social e somente um entre seus diversos aspectos é “individualista” e valoriza as relações médico-paciente. Segundo a hipótese de Foucault (1998), no capitalismo o que se vê não é a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário. Como exemplo, temos os códigos sanitários nos quais podem ser interpretadas as inversões. O Código Sanitário de 1894 em São Paulo, que sucede o de 1882 (Lei nº 43 de 18 de julho) dispõe majoritariamente sobre o corpo coletivo da cidade e não mais prioritariamente sobre condutas, regulamentos e hábitos pessoais. “Desaparecem as normas para cuidados com criados, amas de leite e cocheiros, com o sossego público e sobre injúrias e ofensas à moral, mas surgem 76 artigos no Capítulo II dedicado às “Habitações em geral” (Bresciani in Cordeiro et al 2010, p.21). Além das habitações coletivas, integradas por prisões, quartéis, internatos e hospitais, chama a atenção os capítulos que tratam em destaque das “habitações de classes pobres e habitações insalubres” demonstrando como os preceitos higienistas e a partir das funções exercitadas pelas comissões e inspeções de verificação das condições de salubridade configuraram saberes e normas que rapidamente investiram sobre as populações criando dispositivos em nome da sanidade pública. A esse propósito, foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista em configuração. O corpo é uma realidade política e nesse sentido a medicina se tornou uma estratégia política.

A exemplo da influência que o Brasil recebeu da França e como o modelo da medicina urbana se propagou entre os profissionais em São Paulo, considero aqui uma breve ontologia do modelo de intervenção nas cidades (Foucault, 1998) que ao contrário do modelo alemão possui características que nos aproximam, visto que, tanto a medicina social francesa como a brasileira possuem a urbanização como suporte, embora o modelo da medicina social inglesa tenha elementos aos quais poderíamos traçar analogias, num outro momento. Dito isso, recuperamos que a medicina social surge como media-

ção entre as dificuldades enfrentadas ainda no século XVIII, para a criação de uma unidade territorial inexistente, diante de inúmeros interesses conflitantes nos povoados e cidades. Tais disputas se davam entre os poderes exercidos pela Igreja e suas diferentes ordens religiosas, por corporações de ofícios, comunidades senhoriais de leigos, cada qual com suas regras e normas, além da força dos representantes do rei, como a polícia e os parlamentares.

A questão do papel da unificação do poder urbano que se tornaria o futuro desempenho do Estado teve, a princípio nas cidades maiores francesas, a missão de organizar o corpo urbano por meio de códigos e regulamentação centralizada. Há, na hipótese de Foucault (1998), dois motivos principais para isso: motivos econômicos – à medida que a vida comercial e seus mercados arregimentavam relações locais, regionais e nacionais, passava a ser impossível operar com múltiplas leis e regras no âmbito diverso de cada uma das instituições e entidades. Adicionado a isso, o início da indústria demanda também soluções para a cidade não apenas como lugar, requerido para o comércio, mas também de local para produção, com regras coerentes, específicas e não conflitantes.

Outros motivos são os políticos e respondem ao adensamento das cidades europeias como Londres e Paris, no início do século XIX, com o surgimento da população operária que iria transformar-se no proletariado, cujas relações com a burguesia desenrolam-se de forma tensa e com conflitos urbanos. O que eram as diferenças de ofícios se transformou numa cisão entre pobres e ricos. As revoltas de subsistência, consequência da alta de preços ou queda de salários conduziria às sublevações, saques e no limite à própria Revolução Francesa. De certa forma, as revoltas urbanas tornam-se alvo do poder político em suas estratégias de analisar e controlar a população.

Além dos motivos, um aspecto em destaque surge pelo medo da cidade e dos males que representava. As aglomerações, a sujeira, as doenças, os miasmas e cemitérios, constituíam focos de pânico. Para dominar esses fenômenos médicos e políticos, pelo clamor da burguesia, criaram-se soluções baseadas no antigo modelo da quarentena e no seu regulamento de urgência. Em resumo, o regulamento obrigava as pessoas a permanecerem em suas casas; a cidade devia ser dividida em bairros e os inspetores deviam vigiar diariamente as casas para posteriormente informarem em seus relatos, o número de vivos e mortos. A limpeza e purificação das casas e de ambientes “doentes” era feita com a queima de diferentes ervas e uso de perfumes. O segundo modelo utilizado para as “doenças” na cidade adveio da lepra e caracterizava-se pela exclusão. O doente era expulso para um local distante, um hospital de isolamento e a purificação da cidade era, então, garantida. Foucault (1998) lembra que medicalizar alguém era expulsá-lo da cida-

de, porque a medicina consistia numa prática de exclusão de doentes, loucos, mendigos e criminosos. Já no esquema estabelecido pela medicina contra a peste, a solução estava em distribuir os indivíduos, isolá-los, vigiá-los e constatar o estado de saúde de cada um, esquadrinhando os espaços internos e externos

“E o esquema suscitado pela peste; não mais a exclusão, mas o internamento; não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas ao contrário, a análise minuciosa da cidade, a análise individualizante, o registro permanente; não mais um modelo religioso, mas militar. É a revista militar e não a purificação religiosa que serve, fundamentalmente, de modelo longínquo para esta organização político-médica.” (Foucault 1998, p.89)

Nessa direção, ainda, a medicina urbana que emerge na França na segunda metade do século XVIII e início do XIX, é um aperfeiçoamento do esquema político-médico da quarentena medieval. Também a higiene pública é uma variação de um dos temas da quarentena, segundo Foucault (1998, p.89) derivando daí a medicina urbana que tinha três grandes objetivos: Analisar os lugares de aglomerações no espaço urbano, antecipando a formação de epidemias ou endemias, também pela proximidade de cemitérios e a forma como os corpos eram enterrados. Nesse sentido transforma-se o trato dos mortos em função das determinações político-sanitárias. Os cemitérios mudam-se para as periferias. No nosso caso, deixam as Igrejas para ocupar áreas públicas com sepulturas individualizadas. Outro objetivo seria uma nova atenção à circulação, não de indivíduos, mas de coisas como a água e o ar. Pensava-se o ar na teoria dos miasmas como um agente de doenças que por ação mecânica, agia pressionando os corpos. Para fazer com que o ar fosse sadio era necessário não o bloquear entre muros, casas e ambientes internos. Daí que as grandes avenidas tornar-se-iam alvos tão perseguidos nas reformas urbanas, diante da crença que ajudariam a airar e manter a saúde pública. No caso da água, também era importante permitir sua circulação e fluidez. Não se podia represá-la, no caso dos rios, o que costumava condensar umidade às margens trazendo prejuízo ao ar. Diante dessa crença, eram demolidas e proibidas a construção de casas nas pontes e às suas margens, entendendo que impedindo a circulação do rio, impediam que se levassem e lavassem os miasmas para purificação da cidade. Eis o importante aspecto original do que viria a ser um campo de atuação da engenharia sanitária. O outro aspecto apontado por Foucault diz respeito à organização dos espaços segundo “distribuições e sequências” (idem, p.91) de elementos para a vida na cidade como a posição das fontes para abastecimento de água limpa separadamente do sistema de esgotos de modo a im-

pedir a contaminação. Essa desordem teria sido responsável pelas principais doenças epidêmicas das cidades europeias. Vai daí que em meados do século XVIII já havia sido elaborado o primeiro plano hidrográfico da cidade de Paris, em que era possível identificar os pontos corretos em que se podia dragar água não contaminada pelos esgotos.

A medicalização da cidade foi de extrema importância pois conseguiu reunir diferentes especialidades técnicas e científicas avançando de um conhecimento sobre o individual para o coletivo. A medicina urbana configurou-se como uma medicina intermediária, por assim dizer. Não sendo uma medicina de organismos humanos, mas uma medicina das condições de vida, ajudou a criar a consciência do meio ambiente.

"A relação entre organismo e meio será feita simultaneamente na ordem das ciências naturais e da medicina, por intermédio da medicina urbana. Não se passou da análise do organismo à análise do meio ambiente. A medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo." (Foucault, 1998, p.93)

A noção de meio ambiente também será imprescindível à medicina social na sua concepção de salubridade e é com relação a essa que decorrerá a noção de higiene pública. Todo o desenvolvimento operativo para controle e transformação das condições de vida na cidade que poderão colocar em risco a saúde, sofrerão as ações da higiene pública, pois o controle "político-científico" terá a salubridade como objetivo, sendo essencial no quadro das diferentes especialidades da cidade, cuja mediação será, no início, da medicina urbana.

A consciência de meio urbano, imprime uma noção de ambiente quase "natural" ao homem social. Esta emergência do âmbito "natural", dentro da artificialidade política da cidade, será fundamental para a síntese do plano como intervenção sobre o organismo que é formado pela cidade e suas populações. Portanto, as ciências dos conjuntos das populações¹¹⁸ e as médias como limites entre normal e anormal serão centrais para os cálculos e operações de mudanças, a partir desse momento. Foucault cita Jean-Baptiste Moheau e seus Estudos sobre a população em França, considerado um dos fundadores da demografia no final do século XVIII, como o primeiro tratado de biopolítica. Contudo, será no século XIX, sim, que a noção de meio urbano será aper-

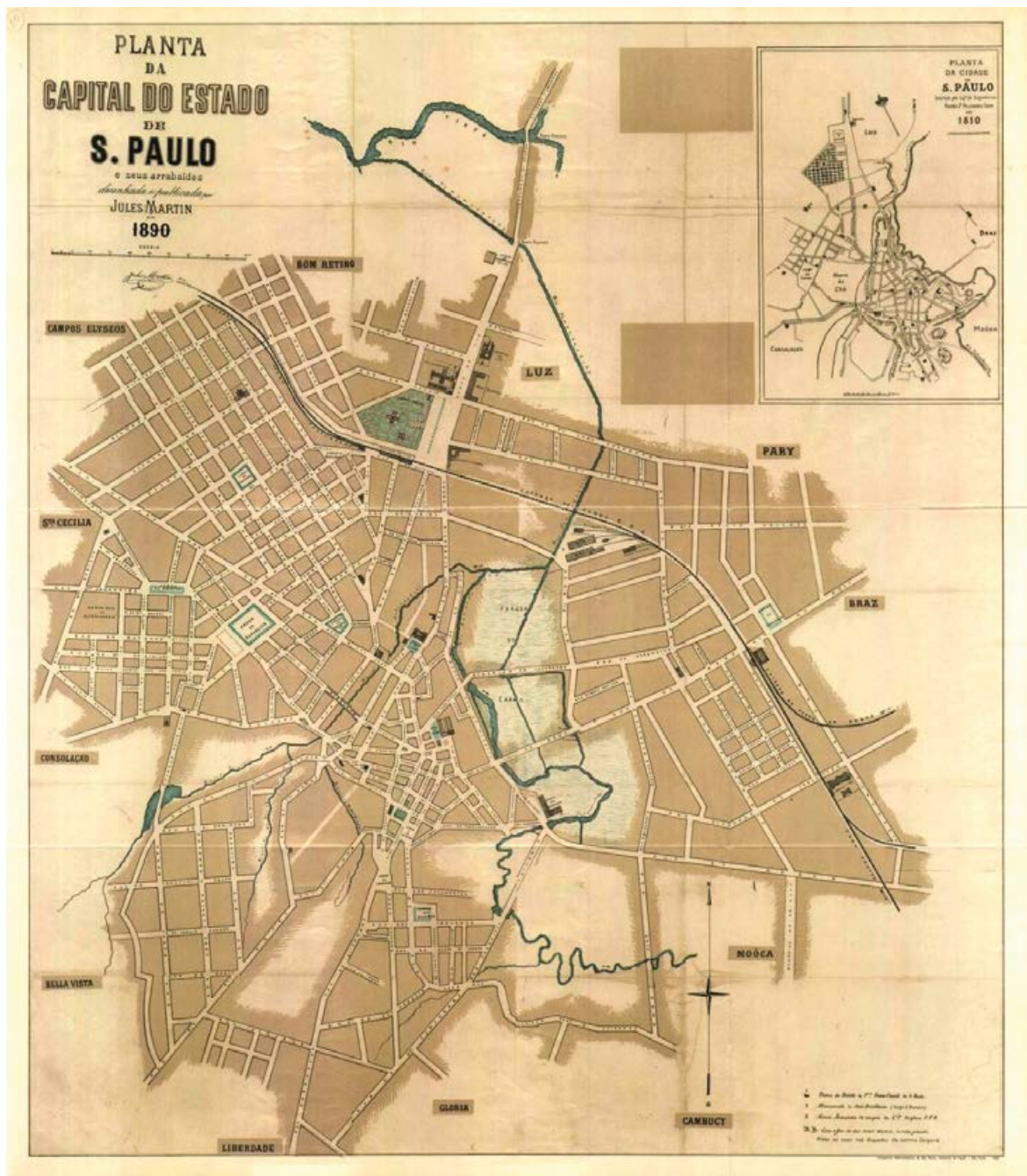
¹¹⁸ Nesse sentido, as técnicas estarão voltadas, não mais para os indivíduos, mas em atenção às necessidades, carências, fraquezas, doenças na intersecção dos grupos de indivíduos que "vivem, trabalham e coexistem uns com os outros, num conjunto de elementos materiais que agem sobre eles e sobre os quais eles agem de volta" (Foucault, 2009, p.29)

feiçãoada, com a capacidade de previsão de um certo número de efeitos de massa sobre todos os que habitam as cidades.

Os dispositivos de segurança, dirá Foucault (2009, p.29) criam, planejam e atuam sobre o meio antes mesmo disso, tornar-se um objetivo calculado. O meio será, portanto, o suporte da circulação, em que estão reunidos tanto o conjunto de elementos naturais, como pântanos, rios, morros, como o conjunto de elementos artificiais como as aglomerações de pessoas, o ajuntamento de casas, os cemitérios e hospitais nas áreas centrais. O “meio” será entendido como um certo número e consequência de efeitos que atuam sobre todos. O “meio”, portanto, será visto e tratado como um elemento aglutinador de causas e efeitos em sentido circular, por ser efeito de um lado e tornar-se causa, em outro. Como exemplo, quanto maior o ajuntamento desordenado de indivíduos, mais miasmas serão produzidos e, logo, mais doentes surgirão. Os doentes por sua vez, ao morrerem, emanarão miasmas dos corpos que contaminarão o meio

“O meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania –, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem.” (Idem, p.28)

A atuação técnica, portanto, nas cidades dos séculos XIX e XX, de urbanistas, de engenheiros e de sociólogos buscará atingir os itens produzidos pelas populações no meio, de tal modo que, uma sequência de acontecimentos articulados acaba criando quadros de exceção, ao ambiente “natural”, sendo passíveis de intervenção, para cessar determinadas circulações de causas e efeitos. Esse exemplo delineia uma atenção do dispositivo de segurança do bio-poder.



F. Planta da Cidade, com novos marcos de localização, ganham as praças e largos e perdem os edifícios religiosos ou casarões mais antigos. O mapa apresenta o processo de expansão, sem incluir, no entanto, inúmeras transformações e ocupações feitas pelos próprios proprietários, em face da morosidade do atendimento municipal. (Rolnik, 1997)



29. O comércio de alimentos vendidos nas ruas deixa de ser uma tradição e passa a ser perseguido e sujeito à apreensão e multas. Vendedoras de frutas, verduras e transeunte. Proximidades do atual parque D. Pedro II. São Paulo - Brasil - 1910. Vincenzo Pastore



30. Criado pela epidemia de varíola de 1860, Hospital de Isolamento, futuro Emílio Ribas. Arquivo Público do Estado de São Paulo



31. Casal trabalhando na roça de milho. 1910, Vincenzo Pastore.
Essas atividades rurais, provavelmente no Vale do Saracura, tornar-se-iam cada vez mais restritas, nas imediações da região central. IMS

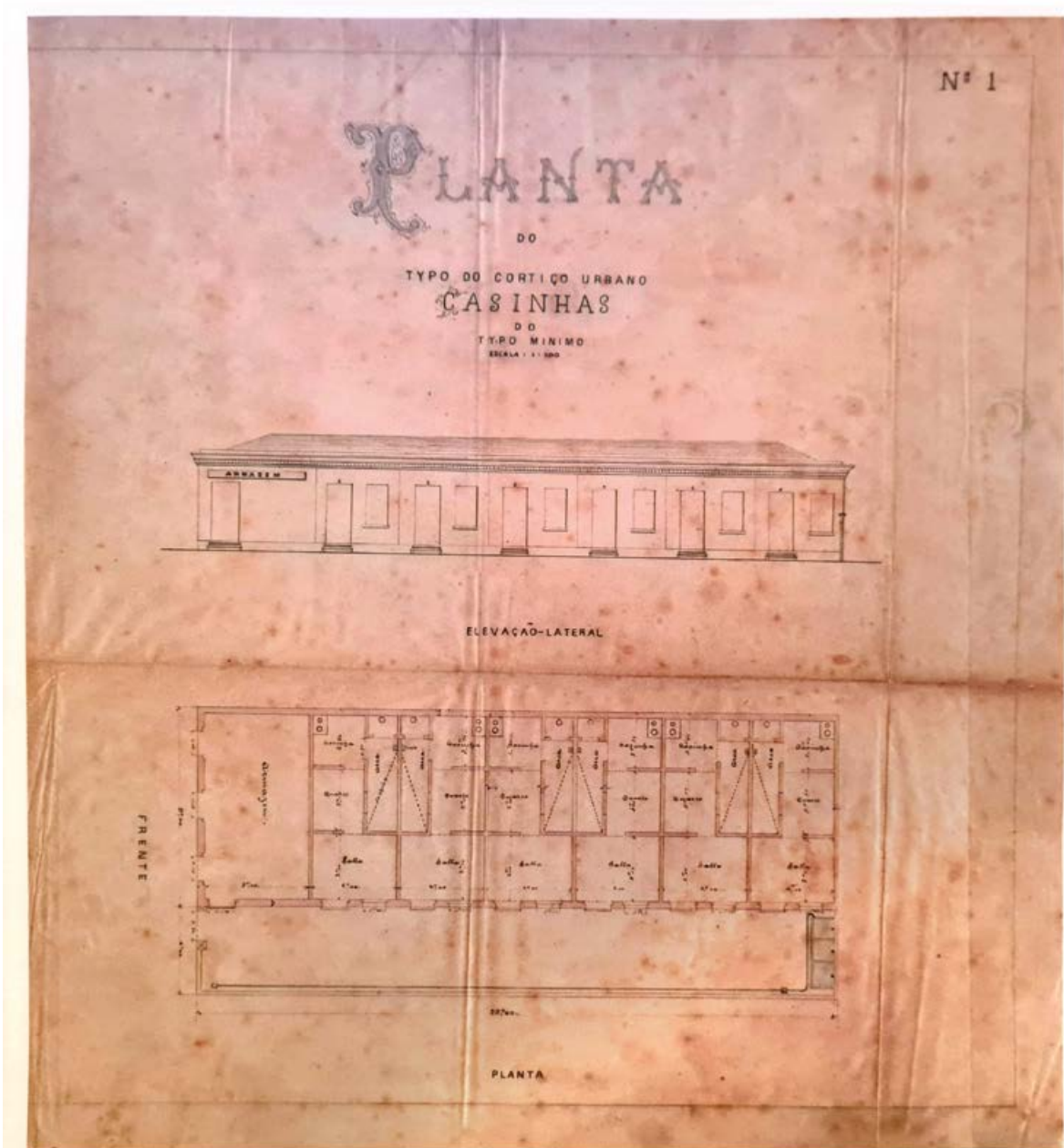


Cons. Ramalho, 247-A

32. Cortiço localizado à rua Conselheiro Ramalho. Autoria desconhecida, s/d.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo



33. Inúmeras quadras seriam demolidas próximas à Sé, no início do século XX. Foto do casario em pé e em demolição na Rua da Esperança, 1911. Vincenzo Pastore. IMS



34. Projeto para moradias da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no Districto de Sta. Ephigenia, de 1893. (Cordeiro et al, 2010)

Capítulo 6

Sociabilidades na cidade-espetáculo

Igrejas, irmandades e o anti-popular

Confirmada pela Constituição de 1891, a separação Igreja - Estado, em São Paulo tem características singulares dadas anteriormente pela expulsão jesuítica no Seiscentos e reforçada pela reforma pombalina, no Setecentos, entre aspectos que o catolicismo popular aqui adquiriu¹¹⁹, configurando paisagens e traços do urbano na cidade. Desse modo, o impacto das transformações que advêm das últimas décadas do século XIX, teria gerado consequências decisivas irreversíveis, na manutenção de ritos e tradições presentes no imaginário e cotidiano popular e nesse interregno, ainda, o sagrado e o profano antes percebidos, tratados e assimilados frequentemente de maneira integrada surgem separados e progressivamente deixam de ser assumidos e compartilhados nos preparativos e na realização de procissões, novenas, rezas, féretros e festas de rua, como bem trata Murilo Marx (1987/2003) criando rupturas permanentes nas sociabilidades e nos usos coloquiais dos espaços públicos. As distinções sociais católicas mudam e o laico e familiar núcleo da experiência religiosa no espaço público migra para a nova ordenação romanizada de um catolicismo centralizado, anti-popular com restrições ligadas à frequência dos templos que, por sua vez, doravante, adotariam novas pedagogias devocionais. Mas a defesa de certos autores¹²⁰ para o fortalecimento do catolicismo popular a partir da modernidade secular e romanização¹²¹ que advêm do Concílio Vaticano I (de 1869 a 1870)¹²² no Brasil, ajuda a entender as características adotadas em São Paulo, entre dois perfis ou tendências que dividiram

¹¹⁹ Augustin Wernet – *A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de Dom Antonio Joaquim de Mello (1851 – 1861)*.

¹²⁰ Revista Teologia e Ciências da Religião UNICAP, Recife, v.7, n.1, p.98-113, jan-jun., 2017

¹²¹ Romanização aqui entendida também como Ultramontanismo, movimento da segunda metade do XIX, numa iniciativa do Vaticano, diante do enfraquecimento da interferência da razão católica na sociedade europeia, incluindo aí a secularização do Estado e as mudanças culturais e éticas disseminadas pelo protestantismo. Os países primeiramente alvo eram os além-Alpes como a França com seus ideais liberais e a Alemanha cujos princípios de Lutero a tornaram uma liderança plurireligiosa para o mundo.

¹²² O Concílio do Vaticano I foi o acontecimento de maior relevo na História da Igreja do século XIX e foi conduzido por Pio IX que liderou o Vaticano de 1846 a 1878. Mais de trezentos anos havia decorrido desde o Concílio de Trento. De maneira resumida pode-se dizer que estabeleceu [1] o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; [2] a reafirmação da escolástica; [3] o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); [4] a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica Quanta Cura de 1864. Medeiros (Ano I, 2013)

a Igreja diante das concepções e práticas católicas, quais sejam: uma impregnada pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade dos movimentos e revolução francesa, cuja argumentação influenciou parte do clero na defesa da Monarquia e de um modelo cristão de Estado e Governo; diferente da Igreja no Padroado Régio, com seus interesses junto à ordenação social. A segunda tendência, que no caso paulista teve maior repercussão, encontrou a adesão de outra parte do clero brasileiro, mais conservador, que preconizava a completa separação do episcopado da vida política e suas questões, ponderando sobre um ideal de Igreja independente e sem vínculos com o Governo monárquico ou republicano. Essa Igreja pregava a exclusiva ligação com o Papado Romano atinente à inteira submissão aos seus desígnios, reiterando a fidelidade e a guerra antiliberal da Santa Sé.

Muito mais profundas, no entanto, as mudanças ocorridas com a Igreja Católica na Europa, reverberariam no Brasil como oportunidades para a vinda, no início do século XX, de inúmeras congregações religiosas que além dos ofícios emprestaram um conjunto de quadros sociais principalmente na educação e assistência. A Igreja Católica no Brasil contava, até 1880 com sete ordens masculinas e onze femininas. Os religiosos não passavam de 107 e as religiosas eram 286 (Beozzo, 1983, p.97 apud Bittencourt, 2017). Somados os padres seculares, não havia três mil religiosos para uma população estimada pelo Censo de 1872 em 10.112.061 brasileiros. No Império, o número de religiosos foi ainda menor do que no período colonial. Com os princípios de laicização presentes na reforma liberal que revolucionou o mundo, a Igreja Católica alteraria suas diretrizes por pressão dos novos estados nacionais criados, aproximando as novas bases de sua evangelização das recentes repúblicas latino-americanas. As congregações religiosas cuja vinda ao Brasil foi ininterrupta durante mais de oitenta anos desde o fim do Oitocentos, operaria grandes mudanças sociais, a começar por substituir o poder laico da centralidade dos templos.

Com o aumento da atividade agrícola cafeeira e um remanejamento de cativos para São Paulo e Rio de Janeiro, haveria uma maior adesão às irmandades reforçando a concentração e a sociabilidade desses grupos nos núcleos urbanos paulistas. O adensamento das irmandades e confrarias de "pretos e pardos" teria impactos políticos, contribuindo de forma decisiva no movimento abolicionista, em diversas localidades. Mas o que transformaria a frequência e a adesão às confrarias, tema tratado por Isaura Pereira de Queiroz (1978), teria sido no pós-abolição, o esvaziamento do papel das entidades diante das restrições impostas pelo catolicismo reformador de Roma. A isso também se poderiam somar as novas regras do mundo do trabalho na cidade, o imenso adensamento populacional e as redefinições urbanas para o uso dos espaços em São Paulo.

As irmandades estavam tradicionalmente ligadas às manifestações religiosas de grande parte da população, sendo independentes da hierarquia católica, embora contassem com o clero secular para determinados ofícios religiosos. Diante da conjuntura da romanização no fim do Império e principalmente na República, as irmandades passaram a representar obstáculos, não apenas pelo tipo de interação popular que nesse caso existia, diametralmente oposto ao distanciamento desse sacerdócio neófito na relação com o público, mas pelo tipo de gestão dos templos. As críticas feitas pela Igreja às irmandades leigas iam desde o mau uso do dinheiro arrecadado em nome de Santos padroeiros, até a difamação pela prática de uma fé católica julgada impura. Entre a pureza e a impureza, surgiria como estratégia da Igreja, a criação das Pias-Uniões das Filhas de Maria em todo o Brasil, um modelo de Irmandade - moral e devocional – que existiu durante muitas décadas, estimulado e aprovado pela nova ordem eclesiástica conservadora que se implantou no início do século XX.

De modo geral, Riolando Azzi (1983) entende a romanização como uma proposta importante no fortalecimento do projeto de nação que se delineava com as elites que protagonizavam a República, ainda que a antítese entre o liberalismo e a fé católica acabasse por mostrar-se menos grave, a ponto de unir princípios de ação pastoral e educação religiosa, ao controle, sobretudo nas Cidades, da aliança entre ciência e técnica que redimensionava as bases da vida social. Do conjunto de bispos desse momento histórico destaca-se Dom Duarte Leopoldo e Silva¹²³, o primeiro Arcebispo de São Paulo, que operou mudanças conservadoras segundo os novos padrões católicos da Santa Sé. Substituiu a prática tradicional do catolicismo luso brasileiro colonial, devocional, ao que seria o novo desempenho desejável do catolicismo, com ênfase nos sacramentos¹²⁴, nas práticas litúrgicas formais e na obediência à autoridade eclesiástica. Tal racionalização religiosa pregada, não só no Brasil, passou a ser a expressão oficial da Igreja Católica no Mundo, impactando entidades em desacordo com tais preceitos, caso do catolicismo popular em todo Brasil, cujas associações leigas passaram a ser combatidas como contrárias à Igreja Apostólica, aqui e em diferentes contextos latino-americanos.

¹²³ Importante destacar que o primeiro Arcebispo de São Paulo foi o maior interessado no processo de desapropriação e demolição da antiga Matriz da Sé, também, da ampliação do Largo, o que resultou em mudança completa na escala das desapropriações, processo milionário em que esteve primeiramente envolvido Antônio Prado e posteriormente Raimundo Duprat. Aproximadamente 14 quadras foram desapropriadas e demolidas, incluindo a velha Igreja. Os estudos apontam benefícios advindos dos empréstimos feitos ao Bank of London para o custeio das grandes desapropriações, ao menos aos diretamente envolvidos, o Arcebispo e Antonio Prado. (Silva, 2021, vol.29).

¹²⁴ Os sete sacramentos são: batismo, eucaristia, crisma, penitência, matrimônio, unção dos enfermos, ordenação.

No início do Século XX, as devoções aos Santos mais populares foram, também por isso, recorrentemente desqualificadas. As iniciativas de festejos no conjunto das celebrações dos Santos, também reprimidas, doravante teriam os padres no controle das festas, antes sob a responsabilidade de leigos e da estrutura associativa das Irmandades. Afastando a figura de Santos ou Padroeiros do centro das festas, principalmente nas cidades maiores, as procissões perderiam o encanto e a encenação lúdica tradicional. Como reitera Maria Aparecida Gaeta (1997), a reforma que se tentava implantar no final do século XIX em São Paulo, tinha como princípio de difusão doutrinária ultramontana, uma transformação radical das formas devocionais e das ações caritativas praticadas pela maior parte da população, nas Américas luso-hispânicas como um todo. Nesse contexto, as manifestações organizadas por leigos de confrarias e irmandades, cujo domínio clerical era mínimo, passaram a ser indesejáveis, segundo o catolicismo disseminado nas dioceses do Brasil, sobretudo na República. Há uma inversão de papéis e de poderes, uma vez que antes imperava o coletivo e suas decisões e na mudança, a figura unitária do sacerdote tornar-se-ia central na pedagogia devocional reformadora. O Padre passaria a ser o grande responsável por “toda a dinâmica da espiritualidade e da política da Igreja” (Gaeta, 1997; p.3) e seria somente sob sua aprovação que se desenvolveriam as atividades antes planejadas e realizadas pelos leigos. O “redimensionamento das devoções” seguiria o trajeto de práticas populares, que sem poderem mais ocupar o centro da atividade religiosa se tornariam práticas simbólicas não oficiais e periféricas, deixando de pertencer às zonas de importância da geografia religiosa e ficando cada vez menos evidentes e ocorrendo em locais mais distantes, cujo poder clerical era menos presente¹²⁵. Importante destacar que embora as mudanças da Igreja Católica pareçam mais concentradas nos centros urbanos em expansão na Primeira República, a estratégia no Brasil voltou-se à criação de novos territórios religiosos em todo o país reordenando-os com novas dioceses, prefeituras, prelaturas, paróquias, criando circuitos de propagação do Catolicismo Apostólico Romano, principalmente no interior dos estados. Com tal estratégia a Igreja ampliou, no plano espiritual e no controle religioso, os antigos domínios, transferindo para as novas dioceses, o poder institucional e simbólico da Igreja sob influência ultramontana, doravante sem a subordinação e intermediação da Coroa. (Aquino, 2012, p.143-170)

¹²⁵ Muitas das festividades realizadas em São Paulo, ao serem impedidas, passariam a acontecer, principalmente, no município de Bom Jesus de Pirapora. O treze de maio, entre outras festas religiosas reuniam muitos devotos, entre jongos, danças e procissões, durante muitas décadas, como adiante trataremos.

Embora Martins Campos e Vieira de Melo ponderem que as mudanças pela via do combate aos aspectos devocionais do catolicismo popular naquele início do século XX fosse sutil em concordância com outros autores que advogam sobre o vigor renovado do catolicismo popular até a atualidade; as determinações das novas autoridades eclesásticas em São Paulo feriram profundamente as sociabilidades devocionais de irmandades e confrarias, ao que se poderia afirmar de saída como exemplo, a disputa entre a Diocese e a Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão, cujos documentos demonstram, exatamente o contrário: um processo de disputa pelo controle daquela Igreja, erigida e sempre gerida por sua Irmandade, que acabou nos Tribunais e foi largamente noticiada em forma de campanha difamatória contra a natureza associativa e da posse de bens da Igreja, sendo um dos casos pelos quais é possível ilustrar o percurso de algumas Irmandades, que com a separação do Estado da Igreja perdem representatividade, com a destituição da figura do Juiz de Capela, um funcionário e intermediário a serviço da fiscalização de contas do Império. Perdendo efeito a interlocução com o poder público de associações e irmandades que tinham estatuto civil de personalidade jurídica para gerir e administrar bens, segundo Decreto nº 119 de 7 de Janeiro de 1890, há um isolamento e enfraquecimento nas ações. Assim, as Irmandades continuaram a custear despesas e arrecadar contribuições sem prestação de contas, inclusive para os representantes das Dioceses. Daí despontaria parte dos conflitos, que levariam à dissolução judicial como penalidade, e a própria demolição, anos depois, conforme publicação no Correio Paulistano de 1890

(...) Considerando que a irmandade, sob o fundamento de ser proprietária da igreja de N. Sra. da Conceição de Santa Efigênia; ereta em Matriz por provisão de Dom João, Príncipe Regente de Portugal, dactada de 21 de abril de 1809, intentou, nessa supposta qualidade, uma acção de posse da matriz, contra o revd. parochio, a qual corre no juízo de direito da primeira vara desta capital. (Cert. fls 21 e fls 24 a 35).

(...) Considerando que à irmandade não cabe semelhante acção, porque na posse della tem estado a igreja representada pelos parochos, nem foi construída as expensas suas; mas com esmola e doações dos fieis e pelo esforço do vigário colado padre Antonio Joaquim da Silva, que mandou construir em mil e oitocentos e dezeseite a primeira torre com madeiras que sobraram da construção da Capella dos Pinheiros; que mandou levantar paredes, para isso vendéra castiças de valor, para o que obteve licença do bispo d. Matheus; sendo reconstruída mais tarde com dinheiro da Caixa Pia, e esmolas do finado bispo D. Sebastião Pinto do Rego, de saudosa memória, do dr. Martinho Prado, do desembargador Gavião Peixoto e de outros, o que é de publica notoriedade, e ainda com o producto de loterias concedidas pelas extintas assembléas provinciais.

(...) Considerando que mesmo quando a irmandade tivesse construído

aquella igreja à sua custa, Ella não lhe pertenceria mas a todos os catholicos, pois foi erecta em Matriz no anno de 1809, celebrando se nella quotidiana e publicamente o culto divino, pelo que não se pode, enquanto conservar o seu destino ser objecto de acção possessória, visto estar fora do commercio e ser imprescriptivel.

(...) Considerando que a irmandade tendo nomeado e constituído advogado para dar queixa contra o rvd.párocho José de Camargo Barros, e tratar de seus supostos direitos este tem publicado artigos violentos, desrespeitosos (...)

O que tudo visto, e examinado e bem ponderado, usando das faculdades concedidas ao exmo vigario geral, cônego Antonio Guimaraes Barroso, que nessa qualidade e na de visitador das irmandades erectas desta Capital, o qual começou esse processo ex-officio, faculdades de que também me revestio S. exma rvma. O Senhor Bispo Diocesano – Dissolvo e de facto dissolvido tenho a irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão, erecta na igreja parochial de N. Sra. da Conceição de Santa Efigênia, da Capital deste Estado de S.Paulo.

Mando que o escrivão deste juízo intime esta minha sentença a mesa administrativa da mesma irmandade; scientifique aos rvds párochos das diversas freguezias da Capital, aos seus superiores dos conventos, às Confrarias terceiras e demais irmandades desta cidade.

Outrossim, mando que se publique na imprensa o inteiro teor desta sentença e se afixem editaes nas portas da Sé e igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Santa Efigênia. Mando finalmente que seja intimado o fabricante d'aquella matriz para recolher á fábrica, depois de feito arrolamento assignado por elle e duas testemunhas, todos os móveis, alfaias e imagens pertencentes a irmandade dissolvida, ordem que será cumprida em virtude da competência deste juízo, pois com o decreto n.119 de 7 de janeiro ficou extinto o juízo de capellas, afim de serem entregues á irmandade que com a mesma invocação for erecta n'aquella matriz. São Paulo, 10 de maio de 1890. Padre Adelino Jorge Montenegro. (Publicado no Correio Paulistano, 11/05/1890. Grafia original mantida)

Haviam cinco templos nos distritos da Sé e Santa Efigênia cujas Irmandades foram responsáveis por suas construções e manutenção, desde o período colonial, passando ao Império, impactados pelas medidas da República em São Paulo e a romanização da Igreja Católica, como referido na primeira parte: Igreja de N.Sra. dos Remédios; Igreja de N. Sra da Conceição e São Gonçalo; Igreja de N. Sra. Do Rosário; Igreja de N.Sra da Conceição e Santa Efigênia; Igreja da Virgem N. Sra.da Boa Morte. Três, injustamente, de irmandades de “homens pretos”, acabaram demolidos no início do século XX, integrando outras decisões tomadas para a urbanização viária. Antes disso ainda, na gestão de João Theodoro Xavier (1871-1875) foram desapropriadas e demolidas as casas da Rua das “Casinhas” nas imediações do Largo do Rosário em que se localizava a Igreja de N. Sra do Rosário e o cemitério da Irmandade, que reunia, além de centro comercial certo nú-

mero de fogos ocupados por trabalhadores, num desdobramento de sinais de valorização imobiliária e de ampliação dos imóveis daquela área, inclusive, uma medida que se repetiria eliminando completamente toda a arquitetura colonial de taipa, característica de São Paulo. Dos três templos demolidos, apenas a Irmandade do Rosário conseguiria um novo templo e a responsabilidade por sua gestão. A Igreja de Santa Efigênia depois de demolida e reconstruída, segundo arquitetura neo-gótica, sediaria provisoriamente a Igreja Matriz, até que as obras da Catedral, idealizada por Maximilian Hehl, professor da Escola Politécnica, fossem concluídas. Da Igreja de N.Sra.dos Remédios muito pouco restou¹²⁶. Outra Igreja completamente diferente, branca e europeizada, sem memória de sua importância na abolição foi construída no Cambuci nos anos 1945-1950. Os templos das irmandades de homens pardos, Boa Morte e São Gonçalo, acabaram absorvidas para outras necessidades e finalidades católicas. A Igreja da Boa Morte, que havia nascido como esforço da Irmandade que frequentava, originalmente a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, voltaria a ser pela Ordem Terceira, tutelada. A Igreja de São Gonçalo já destituída da responsabilidade de sua Irmandade acabou sendo entregue aos Jesuítas, no retorno do longo período de expulsão do Brasil, com o fim de realizarem atividades pastorais de evangelização da comunidade de japoneses que adensava o bairro da Liberdade.

De maneira concomitante às transformações do catolicismo tradicional e a perda do reconhecimento social dos significados das Confrarias e Irmandades leigas, particularmente com templos próprios¹²⁷, surgiria um conjunto de leis com intuito de criminalizar ações e atividades dos nacionais pobres, ainda que nunca tivessem deixado de estar sob controle. Um novo Código Penal dos Estados Unidos do Brasil em 1890 submeteria práticas religiosas, ao domínio da Saúde Pública, enquadrando diferentes e possíveis hábitos da população que, ao não dispor de assistência médica, havia constituído um manual de crenças e saberes, integrados ao cotidiano e passam a ser combatidos segundo critérios científicos que definiam como charlatanismo e curandeirismo tais iniciativas, como se pode depreender, dos artigos 157 e 158:

¹²⁶ Conta Barros Ferreira (1971, p.74) que para o projeto do Viaduto Dona Paulina, o Prefeito Prestes Maia, desapropriou a Igreja dos Remédios e também o edifício da antiga Biblioteca do Estado. Surgiu assim um grande espaço livre no antigo largo, de onde foram também retiradas todas as árvores. Para não causar grande transtorno ao tráfego e não chamar a atenção, ordenou que as obras ocorressem dia e noite, para que os serviços de demolição e “limpeza” do largo fossem acelerados. Iniciados os trabalhos, o Prefeito passou a morar no seu gabinete no Palacete Prates para resolver, imediatamente, qualquer problema que viesse a surgir.

¹²⁷ A Irmandade de São Benedito que sempre esteve vinculada ao altar lateral da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco da Penitência de São Paulo (1787) da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, com fachada construída por Joaquim Pinto Oliveira (Tebas), que existiu até a década de 1960, sempre tinha na Presidência de honra um membro convidado, pertencente à elite.

"Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão celllular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Si por influencia, ou em consecuencia de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporaria ou permanente, das faculdades psychicas:

Penas - de prisão celllular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação, incorrerá o medico que directamente praticar qualquer dos actos acima referidos, ou assumir a responsabilidade delles.

Art. 158. Ministrarr, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:

Penas - de prisão celllular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Si o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporaria ou permanente de suas faculdades psychicas ou funções physiologicas, deformidade, ou inhabilitação do exercicio de orgão ou aparelho organico, ou, em summa, alguma enfermidade:

Penas - de prisão celllular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

Si resultar a morte:

Pena - de prisão celllular por seis a vinte e quatro annos"

No mesmo Código, no Livro III, Capítulo XIII¹²⁸ há a explicitação de contravenções penais, referentes aos vadios e capoeiras, configurando um importante instrumento de criminalização e de controle social dos negros ao longo da Primeira República e de eventuais imigrantes, sob pena de deportação. O Código de 1890 enquanto instrumento

¹²⁸ Livro III. Capítulo XIII - Dos vadios e capoeiras. Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes: Pena - de prisão celllular por quinze a trinta dias. § 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena. § 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos. Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes. Paragrapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado. Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condemnado provar superveniente aquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue. Paragrapho unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della.

de construção da criminalidade segundo o ideário burguês, teve o objetivo de inibir a ociosidade e obrigar as classes populares ao trabalho, o que aparece nesses dispositivos de penalização. Algumas discussões feitas por juristas da época, no entanto, insistiam que o Código era apenas um ponto de partida, ainda brando frente às urgências colocadas pela ordem política e social republicana. Assim, desde a promulgação do Código, críticas de criminologistas e médicos defendiam novos formatos, tanto nos processos, quanto no regime penitenciário. Outrossim, defendiam abordagens criminais pautadas por parâmetros lombrosianos¹²⁹. Mesmo polêmicas, no entanto, as reformas não foram produzidas nesse período, tão somente mais de uma década depois.

Com esses dispositivos penais, transformar-se-iam antigas práticas da população, que diante da ausência de amparo, com exceção dos irmãos de confraria, desenvolveram ritos e benzeduras com uso de chás e ervas, cuja prescrição era dada por pessoas de reconhecido talento comunitário. A tenda de ervas do Pai Inácio no antigo mercado da várzea do Carmo, entre vendedoras de rua na Sé e nas feiras livres, cujas tendas específicas de ervas demonstravam a apropriação popular como indicado por Hoehne¹³⁰ em 1920 sobre os ervanários de São Paulo, disso davam provas (Bruno, 1954, p.1171; Wissenbach, 2018; p.207).

"A racionalidade da ordem social com vistas a modelar a nação "moderna" assumiu a religiosidade popular e o misticismo como colaboradores no "atraso" que devia ser vencido. Ainda que o branqueamento previsse uma desejável miscigenação por meio das interações entre brancos e negros, ou mulatos, constituiu-se grande capilaridade na produção de estigma socioracial contra esses grupos, mesmo com tentativas de valorização da cultura engendrada pelos povos autóctones ou africanos e descendentes brasileiros, pelos movimentos de vanguarda, como o modernismo, em sua busca de elementos nacionais genuínos para produções estéticas autênticas. Mesmo em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, entre outros núcleos de produção cultural e artística como Recife, cidade da Parahiba (atual João Pessoa), entre contribuições de artistas e poetas mineiros por quem os modernistas paulistas mantinham grandes laços; para que a mestiçagem viesse a reordenar-se no interior da ideia das origens nacionais, seria necessário, ainda,

¹²⁹ O modelo determinista da antropologia criminal de Cesare Lombroso buscava indicar a natureza biológica do crime e sua relação com os aspectos físicos e hereditários e de possível identificação nas diversas sociedades.(Cardachevski, 2004; p.83)

¹³⁰ F.C. Hoehne, botânico do Instituto Butantã, autor do estudo publicado *O que vendem os ervanários da cidade de São Paulo*, Casa Duprat, 1920.

“um esforço sistemático e concentrado pelo desenvolvimento de pesquisas sobre cultura popular sertaneja e iniciativas pela instauração de uma arte que fosse imbuída de um padrão de identidade concebido como autenticamente brasileiro” (Sevcenko, 1992; pp. 236 – 237).

Resistências, trabalho e Estado

Além dos últimos anos do pré-abolição terem registrado a vinda de inúmeros escravizados que deixavam a economia açucareira do nordeste, para a economia cafeeira em ascensão no sudeste, houve uma troca cultural muito expressiva considerando-se as frentes de trabalho no Vale do Paraíba e, posteriormente no oeste paulista, na região de Campinas, entre os que já estavam no eito e os que chegaram naquela ocasião. Na emancipação, com a ida de muitos imigrantes para o sistema de colonato, há um fluxo significativo de grupos saídos do ambiente rural para as cidades. A mobilidade não ficaria apenas com os imigrantes, mas também com ex libertos e nacionais. A esses grupos seriam oferecidos os trabalhos mais pesados. Como carregadores, lavadores de casas, serventes de obras públicas, carroceiros, entre outros. As mulheres sempre tiveram visibilidade no comércio de rua, com tabuleiros e quitandas. O serviço doméstico, além do serviço de lavadeiras, cozinheiras e costureiras também tinham preferência a tal ponto, como lembra Ferreira dos Santos (1998) de ter normalmente atrás de si o sustento de toda família. Além dos libertos que aqui residiam, e sobre o contexto específico de atração exercida pelas oportunidades paulistas de trabalho, Marileide Cassoli (2017) em pesquisa que trata do pós-abolição na região mineira de Mariana, revela, com base em documentos do início da primeira República, como o mercado de trabalho livre na região acabou desorganizado em função das oportunidades oferecidas por São Paulo. Nesse sentido, reportando-se aos libertos a crítica por um terceiro

“É difícil hoje encontrar-se trabalhadores porque os libertos da Lei de 13 de maio de 1888, seduzidos pelos grandes salários que pagam os cafeeiros do Estado de São Paulo, emigraram quase todos para aquele lado e hoje com dificuldade se obtém trabalhador à razão de 1\$500 réis e mais diárias”. (Ayuroca, 13/11/1892 apud Cassoli, 2017; p.58)

Outra comparação reproduzida a partir da Ata do Conselho Distrital de Laranjal (apud Cassoli, *Ibidem*), em 28/09/1892, Minas Gerais, reitera

“E pelas informações colhidas de alguns lavradores, somos forçados a dizer que estes (os imigrantes italianos) como os libertos, primam pela inconstância, conquanto sejam bons para o trabalho, cuidadores na conservação da lavoura”.

Mas essa visão e o discurso de impertinência sobre a recusa de certas situações laborais de ex libertos seriam alardeadas inclusive por jornais e revistas que circulavam na época, tornando-se recorrentes. Um dos aspectos em destaque na República foi um suposto projeto “educativo” para os ex libertos, que era julgado apropriado, sem ferir, no entanto, o domínio senhorial. A República criou um ideário de expressão da nova ordem, segundo princípios pedagógicos aplicados ao povo que resultaria numa versão “melhorada”, e que, portanto, justificava a constante vigilância policial, para fazer-se cumprir todo o rigor das novas leis que vieram para regular e “ajustar” todas as ações dos pobres que doravante gozariam de liberdade. Na incapacidade de transformar o liberto em cidadão de direitos, porque “tutelado”, tornar-se-ia o objeto privilegiado de todas as leis e normas, que reservariam a esses grupos, apenas obrigações: o trabalho, o cárcere ou a morte.

* * *

A liberdade traria entre agruras e delícias um ônus social aos grupos de ex libertos e negros na primeira República, imenso. Instituir-se-ia o que Foucault definiu como racismo de Estado. A partir do século XIX, uma das grandes transformações seria do direito político que passaria a complementar o direito de soberania, já referido no primeiro Capítulo, quando tratamos do panorama territorial nas premissas do poder do Rei. Esse novo direito, que não apaga o direito natural (do soberano) de “fazer morrer ou deixar viver” vai

“penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, com este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer” (1999; p.287).

Já tratamos brevemente das técnicas disciplinares ao discutir o mundo do trabalho e da ordenação dos indivíduos nos espaços da São Paulo Republicana. Essa outra tecnologia que surge e vai conviver com a disciplinar, modificando, talvez, alguns aspectos, con-

segue essa convivência porque atua em outras sequências e interações, possuindo outros instrumentos. No final do XIX e início do XX tínhamos, pela emergência das ciências e de suas técnicas de poder, processos ocupando-se além da distribuição dos indivíduos e seus gestos nas fábricas, escolas, quartéis, prisões e habitações, medidas para prevenir aglomerações, para garantir a saúde, evitando as doenças e a morte, como vimos ocorrer com o surgimento de uma medicina urbana para adestrar o “homem-corpo”; e de forma adicional vemos uma nova atenção voltada ao “homem-coletivo” que será chamado de “homem-espécie”

“A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.” (Foucault, 1999, 289).

A abordagem e as técnicas aplicadas ao corpo-espécie, diante dessa perspectiva ampliada do corpo-humano, será investida de biopoderes. Assim, esse corpo-espécie demandará processos estatísticos para seu conhecimento, como médias estimadas a partir dos dados coletados sobre nascimentos, mortalidade, fecundidade da população, doenças endêmicas; dados também estimulados por metodologias criadas por ramos científicos específicos das ciências, como: demografia, escolarização, higiene pública e sanitária, tão em evidência ao acompanharem as reformas urbanas em diversas cidades, incluindo São Paulo. A partir dos efeitos das interações do homem-espécie com o meio ambiente, que os problemas deixar-se-ão tratar como resultados de meio climático, hidrográfico. Mas será especialmente na interação com o ambiente das cidades, não natural, portanto, criado, ou mal-criado para o convívio humano, que surgem práticas e conhecimentos para intervenções garantidoras de vida para esse personagem, que será a “população”. A esse conjunto de funções, mecanismos, resultados e seus desempenhos vinculados à *governamentalidade* do Estado, Foucault chamará de “biopolítica”.

Quanto ao racismo de Estado, no contexto do fim da escravização, quando os limites de distinção social são eliminados, surgirá o que pode ser entendido resumidamente como complemento aos mecanismos de segurança da biopolítica, destinados à prolongar e proteger a vida, a saúde, evitar acidentes, promover bem estar. Mas como um conjunto de poderes em suas técnicas para salvaguardar a vida das “populações” po-

derá trazer em si, a indiferença ao outro, o abandono ou “o deixar morrer” pergunta-nos Foucault (1999, p.304)? Como esses poderes que têm essencialmente o objetivo de fazer viver podem deixar morrer? “(...) Como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?”

O racismo já existia e o próprio autor recupera isso por meio do discurso histórico da antiga luta das raças e a contra-história da luta das raças (1999; pp.49-78), mas não entraremos nessa análise e digressão, chamando a atenção, apenas, para a questão de como o racismo está inserido nos Estados modernos, a partir dos mecanismos de emergência dessa biopolítica. A princípio, está marcado pela clivagem de “*o que deve viver e o que deve morrer*” e por um ideário racializado sobre vida humana e civilização, no qual tem sentido uma discriminação que qualifica as características étnicas, desde há muito, segundo sub grupos raciais inferiores e superiores, conotação que vem de configurações definidas, seja pelo uso de determinados instrumentos, seja pelo uso de símbolos e da escrita. O século XIX aperfeiçoou o que a Igreja havia apontado sobre povos pagãos, os gentios, na era colonial mercantil, nos países de diferentes continentes. Essa modulação de qualidades melhores ou piores no interior dos povos teria gerado a classificação de subespécies. Isso seria o primeiro desempenho do racismo. O segundo, seria o de fazer acreditar que a eliminação de determinadas subespécies, atualizadas como indivíduos pouco aptos à cidadania nas sociedades modernas, pode ser benéfica para a segurança e plenitude da vida de outros grupos ou subespécies mais evoluídas. É a relação polarizada em uma guerra que se assemelha no racismo. “É a relação guerreira: *para viver, é preciso que você massacre seus inimigos*”. Mas o racismo faz atuar essa relação de tipo guerreiro – “*se você quer viver, é preciso que o outro morra*” (ibidem, 305). Nessa simetria entre viver tendo a morte como alteridade, a segurança de um indivíduo parece depender da morte desse outro, maléfico, “a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura”, e as cidades mais organizadas e limpas. Esse confronto biológico, que desenha melhores e piores na perspectiva biológica, terá permeabilidade social e também cultural. Para complementar, como faz Foucault, podemos pensar nessa morte racializada segundo o fundamento da *normalização*¹³¹. O direito do Estado em matar está associado à normalização como con-

¹³¹ Em *Segurança, Território, População* (2008; p.73 – 117) Foucault, na aula de 25 de janeiro de 1978, tratou das características gerais dos dispositivos de segurança, a partir da definição de normação e normalização. Considerando a ideia de direito para Hans Kelsen como um conjunto de normas para a conduta humana e, que possui uma unidade que forma um sistema, Foucault diria o contrário “que, se é verdade que a lei se refere a uma norma, a lei tem portanto por papel e função – é a própria operação da lei – codificar uma norma, efetuar em relação à norma uma codificação, ao passo que o problema que procuro identificar

dição para o poder de eliminar, tendo as justificativas emprestadas pelo racismo. Com isso e a partir disso, podemos pensar o Estado Republicano, com as características locais e regionais adquiridas em São Paulo, mas, também, para além disso. Ainda voltaremos ao tema da cidade e os biopoderes.

Mas, voltemos às características com que a República em seus dispositivos, operou as transformações pelas quais foram destituídos e resistiram os habitantes originais dos espaços que definiam a cidade, Freguesias da Sé e Santa Efigênia e, depois Distritos. As populações lá fixadas, em fogos de aluguel, foram perdendo as suas referências à medida que toda aquela região, particularmente no triângulo formado pelas ruas São Bento, Direita e Quinze de Novembro, passa a reunir o comércio importado mais valorizado, as sedes de instituições bancárias, os escritórios de empresas internacionais e os órgãos de governo igualmente expressivos. Mas ainda sobre trabalho e trabalhadores, o início da República trouxe migrações de diferentes grupos vindos de muitos estados como informa o Memorial do Imigrante, nos primeiros anos do novo regime. Os trabalhadores nacionais que habitavam São Paulo, com a vinda de imigrantes, principalmente italianos, passaram a disputar serviços e atividades antes exclusivas desses grupos, como já visto. Os nacionais estavam presentes em todos os ramos de atividades, portanto desempenhavam desde a limpeza urbana até os ofícios mais qualificados como de alfaiate e marceneiro. A partir do Decreto Prinetti, em 1902, o estado lançaria mão de outros grupos de imigrantes e inclusive dos nacionais, o que iria se repetir durante a Guerra. Com a migração, muitos serviços como obras de infra-estrutura nas cidades acabavam executadas pelos nacionais que sempre estiveram à frente desses trabalhos pesados. Nos registros fotográficos, a exemplo de Ferreira dos Santos (1998)¹³² isso fica mais evidente. O que também não significa que as obras de construção civil não tivessem imigrantes, ao contrário, os italianos, durante certo período, juntamente com portugueses monopolizaram os serviços nas edificações residenciais e comerciais na Cidade, na primeira década. Muitos vinham perseguindo as oportunidades oferecidas pela expansão, fugindo da pobreza e da falta de amparo, como os exemplos vistos no início da Segunda Parte. Mas havia exceções entre os que podiam escolher, caso das obras da ferrovia São Paulo Railway Santos-Jundiaí, na duplicação da Serra Velha – Serra Nova, que teria empregado mão-de-obra de presidiários, além de caiçaras como é possível verificar pelo registro

é mostrar como, a partir e abaixo, nas margens e talvez até mesmo na contramão de um sistema da lei se desenvolvem técnicas de normalização” (2008; 74). A norma, para ser estabelecida depende de um modelo aplicado que resulte na identificação do normal e do anormal (grifo meu).

¹³² *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*.

fotográfico do canteiro de obras¹³³(Reis Filho,1989; p.27) ao final do Capítulo. A mobilidade de trabalhadores atraídos por São Paulo em suas diferentes frentes de trabalho, nas fazendas e nas cidades, promoveu o encontro de grupos, com origens e experiências regionalizadas que seriam adaptadas e recriadas nos contextos, principalmente urbanos.

Pelo censo estadual de 1890¹³⁴, a população de negros e mulatos representava quase 20% da população da Cidade. Com proporção semelhante estariam distribuídos nos Distritos, com exceção do Brás que era majoritariamente habitado por italianos. Lá, os nacionais estavam presentes com 12% de participação. O sul da Sé, em que hoje encontram-se os bairros da Liberdade, Cambuci e parte da Aclimação reuniam territórios habitados por esses grupos de negros e mulatos, muitos vindos de outras regiões, inclusive. Importa destacar, segundo Rolnik (1997, p.75) que o tipo de agrupamento e territorialidade na primeira República em São Paulo não criou ordenações exclusivas de determinadas etnias. Esse efeito ficou sob responsabilidade da burguesia, como veremos mais à frente. Era possível identificar a concentração de determinados grupos em certos bairros ou partes desses, com determinados locais de cultos, escolas, associações culturais, entrepostos, padarias, mas abertas ao público, de modo geral. Isso explica, até a atualidade, as características de determinados bairros¹³⁵. Apenas a região semirural de N. Sra. Do Ó chegou a ter uma população de 40% de negros e mulatos. O bairro do Bexiga, segundo dados levantados (Schneck, 2018)¹³⁶ teve o grupo de italianos e ítalo brasileiros, um pouco maior do que os de afro-paulistas entre 1911 e 1925, sem impedir, no entanto a configuração de um território expressivo de habitantes que criaram Agremiações e futuras Escolas de Samba. O agrupamento negro do Bexiga, por sua vez, foi, também efeito da expansão do Lavapés (Rolnik, 1997, p.76) na direção do caminho de Santo Amaro. Outro aspecto que teria contribuído seria uma antiga ocupação do vale do Saracura em que viviam muitos negros, próximo ao espigão do Caguassu, não necessariamente ex-libertos, já que a Cidade contava com muitos na condição de liberdade desde o Impé-

¹³³ Reis Filho, N. G. *Aspectos da História da Engenharia Civil em São Paulo 1860 – 1960*; p.27

¹³⁴ São Paulo = brancos-28.709; pretos-2.058; caboclos-442; mestiços-3.027; total-34.236; brancas-24.495; pretas-2.388; caboclas-446; mestiças-3.369; total-30.698; Total ambos: brancos(as)-53.204; pretos(as)-4.446; caboclos(as)-888; mestiços(as)-6.396; total-64.934. Bassanezi, Maria Sílvia C. Beozzo (organizadora), Núcleo de Estudos de População – NEPO - UNICAMP 1998. São Paulo do Passado – Dados Demográficos V 1890. <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1890.pdf>

¹³⁵ Os russos e ucranianos na Vila Ema e os lituanos na Vila Zelina, os judeus, italianos, coreanos e bolivianos no Bom Retiro, os afrodescendentes na Sé e Santa Efigênia e os africanos na República e Santa Efigênia; os migrantes nordestinos, italianos e latino-americanos no Brás e Móoca; os portugueses, japoneses, coreanos, chineses e afrodescendentes na Liberdade.

¹³⁶ Bexiga: cotidiano e trabalho (1906-1931).

rio. Enquanto a Cidade crescia sob intervenção urbanística, seja pela higiene pública ou a política de “embelezamento” com algumas das melhorias já citadas, os trabalhadores ocupavam os espaços que ficavam à margem dos projetos implementados. A cidade desconhecida cresceu, também, mas sem nenhum tipo de proteção oficial. Essa resistência, por sua vez teve vitórias e fracassos. A desapropriação acontecia em grande parte, mas, em outras vezes, foi vencida.

De todos os territórios negros¹³⁷, no entanto, o pertencente ao bairro da Barra Funda pelas condições e distância, acabou concentrando, nas primeiras décadas números expressivos de famílias com inúmeros trabalhadores e trabalhadoras, que pela proximidade com bairros como Campos Elíseos, Bom Retiro, Santa Cecília e Higienópolis favorecera o deslocamento de homens e mulheres que desempenhavam atividades domésticas nas residências próximas ou ofícios em Santa Efigênia ou na região da Sé¹³⁸. A Estação Ferroviária da Barra Funda, possuía um entreposto comercial de café, além disso, nos armazéns dispostos junto à linha ferroviária, eram estocados produtos das fazendas vindos do interior, como açúcar, milho, entre frutas e outros insumos naturais. As atividades de carga e descarga dos produtos teciam oportunidades para muitos negros que chegavam à Cidade à procura de trabalho. Conseguir alojamento não era difícil, uma vez que o aluguel dos porões era muito comum e sua ocupação por esses grupos, era mais viável. Várias famílias com graus próximos de parentesco lá instalaram-se porque, além das facilidades apontadas, era territorialmente desvalorizado, naquele período, com menos infra-estrutura urbana e alagamentos recorrentes, apesar de ter recebido uma linha de bonde elétrico, Barra Funda – Largo de São Bento, desde 1900. Vale reiterar que o habitual, nesse período, seriam as zonas negras da cidade estarem localizadas nas proximidades das zonas ricas e exclusivas – configurando lugares dos ajudantes gerais, delineando extremos, portanto (Rolnik, 1997, p.76), mas sem as grandes distâncias, ainda, conformadas pelas futuras periferias da Cidade a partir dos anos 1950.

Mas a resistência sociocultural daquele território deve e pode ser entendida mais além, pela sociabilidade que lá tornou possível a criação das manifestações culturais, sendo o samba, uma delas, como assinala a pesquisa de Iêda Marques Britto, sobre essa emergência entre o período de 1900 a 1930. Diferentes grupos de negros e ex libertos chegaram à São Paulo em busca de novas formas de trabalho, mas também atraídos por novas experiências e sociabilidades, próprias da vida urbana.

¹³⁷ Rolnik, 1990 - Territórios Negros nas Cidades...

¹³⁸ O sistema de transportes da região chegou em 1902, com o primeiro bonde elétrico de São Paulo, que ligava a Barra Funda ao largo São Bento

Podemos inclusive supor que, de certa forma, buscava-se em São Paulo certo anonimato, como forma de ruptura com o passado escravizado. O silêncio foi uma forma tática de enfrentamento nesses grupos, como lembra a pesquisa desenvolvida a partir de depoimentos - Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo¹³⁹

“O esquecimento ou a ausência de comentários podem estar determinados por forte carga emotiva, relacionada à identificação entre escravidão e sofrimento. A narração de D. Maria Francisca Bueno, de Rio Claro, é significativa a respeito. Essa senhora, de 106 anos e uma excelente capacidade evocativa dirá: Da escravidão, nossa, nem eu me lembro. Os únicos cativos aqui da minha gente foram só minha avó e meu avô. Só, só. Por isso que eu não gosto nem que fale porque me dói o coração” (Janotti e Queiroz, 1989, 15)

Muitos dos negros migrantes já haviam vivido etapas intermediárias de adaptação quando saíam das fazendas, indo para cidades mais próximas. Em São Paulo, além dos bairros com grupos de afrodescendentes, já citados, podemos adicionar o Jabaquara e o Bosque da Saúde, ambos na Zona Sul, bem mais distantes do Centro e com prováveis fortes características rurais, à época, conforme planta dos anos 1920. Sob vínculos associativos de antigas irmandades, de parentesco ou de laços culturais dos diferentes grupos que vieram para a Capital, foram formadas as bandas musicais e cordões de carnaval, da Barra Funda¹⁴⁰ para os demais bairros.

Durante toda primeira República o calendário festivo para o encontro dos grupos, além do Carnaval, ficaria por conta das datas religiosas e do 13 de maio. Como narra Geraldo Filme de Souza, em entrevista para Olga Von Simson, em 1981. As co-

¹³⁹ Coordenado pelas historiadoras Sueli Robles Reis de Queiroz e Maria de Lourdes Mônaco Janotti

¹⁴⁰ O samba se criou em São Paulo pela mistura cultural com o Samba Campineiro, o Samba da Umbigada, Samba de Bumbo, Samba de Lenço, a Pernada, a Tiririca, e o Jongo, referências consolidadas na cidade de Pirapora do Bom Jesus, dando origem ao que se chamou como Samba do Trabalho, nas primeiras décadas do século XX. “O samba paulista é diferente do samba baiano que se instalou no Rio de Janeiro a partir da casa das “tias”. O samba paulista é mais puxado ao batuque, ao samba de trabalho. Do toco, durão. O samba paulista vem das fazendas de café. O crioulo vindo do interior ia se instalando perto dos locais de trabalho: Jardim da Luz, Barra Funda, Largo da Banana, Praça Marechal, Alameda Glete, Bexiga, Rua Direita, Praça da Sé. E aqui, como no Rio de Janeiro, a polícia perseguia o samba e os sambistas. No Rio de Janeiro, os pagodeiros subiam o morro e a polícia se acanhava, e aí, não havia remandiola. O samba era solto, batido na mão, espalhado pelo terreiro. Aqui, o sambista se recolhia nos porões e lá puxava o samba, mas, naturalmente, não era a mesma coisa. Um samba espalhado debaixo de um céu cheio de estrelas e de luar e um samba espremido em porões, nos quais crioulo de mais de um metro e setenta tinha que mostrar o que sabia todo dobrado, pra não bater com a testa nas vigas. E quando o pagode esquentava, era tanta poeira que subia, que só era possível saber que estava havendo samba pelo ronco da cuica e pelo gemido do cavaquinho, porque ver, não se via ninguém”. Entrevista de Plínio Marcos para o jornal Folha de São Paulo 13/02/1977.

memorações ao Bom Jesus de Pirapora, no dia 6 de agosto, reuniam muitos grupos de devotos e romeiros nos chamados barracões, localizados à certa distância da cidade. As famílias passavam alguns dias nas comemorações, também sob o pretexto de que São Paulo não oferecia mais espaços com a liberdade que as manifestações culturais lá em Pirapora, ocorriam. Além dos préstitos em rituais e nas procissões, em que já aconteciam sob a rememoração de antigas tradições afro religiosas, havia a sociabilidade e as manifestações que aconteciam depois das obrigações devotivas dos eventos religiosos, e que reuniam os sambas de roda, batuques, cururu de viola, desafios. Como configuravam expressões originais com dança e muita música, atraíam o interesse de viajantes estrangeiros, como

“ (...) o Abade L. Gaffre, em 1911, o antropólogo Lévi-Strauss, décadas depois e os estudiosos das tradições populares, tais como Afonso de Freitas, em 1921, e Mário de Andrade, em 1937, e Mário Wagner da Cunha no mesmo ano. Vinham ao que parece, atraídos por uma unidade significativa que aí se estabelecia entre os festejos religiosos e o samba que corria solto nos barracões, locais onde se abrigavam grupos de negros vindos de diferentes pontos de São Paulo e dos estados vizinhos: os bandos de São Paulo, de Campinas, de Tietê, de Minas.” (Wissenbach, 2018; p.78)

Antes das Missões Folclóricas do ano de 1938, Mário de Andrade que já havia conhecido as festas de Pirapora, analisava os encontros repletos de músicas, danças e desafios, deles extraíndo características que o faziam entender como *samba rural paulista*¹⁴¹, responsável por engendrar o Samba dessa época. Nas primeiras décadas da República, os festejos em Pirapora desempenharam papel aglutinador de grupos negros organizados de São Paulo e outras localidades. Por meio da narrativa dos antigos sambistas, no encontro, entre desafios, danças e receptividade, os sambistas trocavam tradições localizadas com elementos facilmente identificáveis pelos participantes, e que faziam surtir efeitos nas novas inspirações, recriações e atualização. Vale reiterar, que

“(...) os movimentos entre cidades e o mundo rural e mais do que isso, a constituição do samba paulista a partir da experiência coletiva dos negros de São Paulo e de outras cidades do interior, um samba urbano e não meramente rural aderindo inclusive práticas de lutas e passos vindos da tiririca e da capoeira de São Paulo.(Mário de Andrade apud Wissenbach, 2018, p.79)

¹⁴¹ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, São Paulo, volume XLI, 1937.

Na perspectiva de uma resistência criada no silêncio, mas também na música e na política, vários bairros cuja presença de negros era tradicional como Liberdade, passam a sediar escritórios sede de jornais e periódicos produzidos, entre associações e escolas negras, a exemplo do que fora feito pelos grupos de imigrantes, criando as escolas da comunidade lituana, da italiana; de espanhóis, dentre outras.

A Primeira República, além da Imprensa Negra que se renovou em inúmeros periódicos, viu consolidar grande número de associações cujo auxílio e sociabilidade eram intrínsecas às propostas e aos anseios da população, até a importante formação da Frente Negra Brasileira, a partir dos anos 1930, sediada no bairro da Liberdade. Clóvis Moura lembra que o negro sempre foi um organizador de coletividades. Segundo o autor, irmandades, festividades, procissões, quilombos, terreiros de umbanda e candomblé, entre blocos e grupos de carnaval demonstram a habilidade em articular desempenhos, reiterados pelas associações e uniões operárias. Parte¹⁴² das associações estava ligada aos periódicos, caso do *Jornal de 1899 - O Progresso órgão dos homens de cor*¹⁴³, *Notícias de Ébano: órgão noticioso de Ébano Atlético Clube de Santos*; *O mutirão: órgão da associação cultural do negro de São Paulo*; *Elite: órgão oficial do Grêmio dramático, recreativo e literário*; “*Elite da Liberdade*” de São Paulo; *O Baluarte: órgão oficial do “Centro Literário dos Homens de Cor”*; *Kosmos: órgão do grêmio dramático e recreativo Kosmos de São Paulo*, entre outros. Mas a grande quantidade de órgãos de associação e seus veículos de expressão tinham de enfrentar inúmeros obstáculos e dificuldades, como ocorrido nas organizações civis de identidade étnica em Campinas, no pós-abolição. Em São Paulo também a experiência de vida coletiva das Irmandades e posteriormente das associações teriam força política e cultural no desenvolvimento de projetos educativos e profissionalizantes para homens e mulheres, como se pode aprender pela imprensa negra.

Alguns estudos tornaram evidente o vínculo existente entre as confrarias e as associações que foram criadas para e pelos negros no início da República, ainda que pareçam omitir de seus nomes a identidade de “pretos ou pardos”. É o caso da Sociedade Recreativa União Operária de Laguna em Santa Catarina, objeto de estudo de Thiago Juliano Sayão¹⁴⁴ (2015, p.131-154) sobre as “Heranças do Rosário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição”. Nesse caso o pesquisador conclui que o silêncio pode

¹⁴² De acordo com material pesquisado no acervo digital da Biblioteca Nacional, que contém outros periódicos de outras localidades do Rio de Janeiro, Minas, Rio grande do Sul, Paraná aqui omitidos.

¹⁴³ Anais do 7º encontro Escravidão e Liberdade, 2015. Associativismo Negro: Federação Paulista dos Homens de cor (1910-1936). Lúcia Helena Oliveira Silva

¹⁴⁴ Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, n° 697.

ser interpretado como uma marca sociocultural do escravismo, o que também pode ser reiterado por Janotti e Queiroz (1982); mas nesse caso, tem o reforço de uma prática, não revelada de desaprovação de comentários que destacassem a história e as possíveis contribuições dos afro-brasileiros e descendentes na formação sociocultural lagunense. O esquecimento que pode ser confrontado a outros novos estudos em diferentes localidades que venham a se desenvolver, configura um processo de ocultamento que corrobora princípios identificados no estudo de Janotti e Queiroz (1981), como parte de uma estratégia de atuação política de afro-brasileiros, não devendo ser entendida como uma vitória do ideário de branqueamento, não; mas uma “tática localizada que, ao evitar o confronto direto com o discriminador, possibilitou a conquista e a manutenção de um novo território negro”¹⁴⁵.

Antes de avançarmos na identificação de espaços urbanos de ocupação operária, vale recuperar outros dados que informam sobre o adensamento de trabalhadores nos distritos, como de Santa Efigênia que no fim do Oitocentos e início do Novecentos reunia proporcionalmente, um maior número de negros e mulatos, aproximadamente quinze por cento da população daquele distrito. Outros distritos, segundo Rolnik (1997, p.77) como Brás, por sua vez, era responsável por reunir majoritariamente imigrantes italianos, ainda que houvesse uma minoria de nacionais. Mas o que aproximava os dois distritos em seus diferentes bairros era que ambos estavam em desconformidade com a normativa urbanística da época, o que corresponde a serem bairros invisíveis à cidade legal, aproximando-os da ilegalidade¹⁴⁶

¹⁴⁵ Revista Brasileira de História, vol.35 n°69. A igreja do Rosário em Laguna foi demolida em 1930.

¹⁴⁶ Algumas necessidades geradas pelas reformas na cidade altamente adensada pelos trabalhadores, fez com que os profissionais da engenharia lançassem o desafio para a produção cartográfica, uma vez que a limitação nas informações criava dificuldades no serviço de fiscalização urbana da cidade. Nesse sentido, eram as plantas do município, como instrumentos de trabalho da área de engenharia que limitava as autorizações para o arruamento e a construção em distritos distantes, sob o pretexto da não “existência” das ruas. Os conflitos entre os engenheiros e os proprietários eram originados pelos pedidos de legalização de construções em ruas abertas sem a autorização da municipalidade, o que passou a ser muito reprimido. A gestão municipal, no uso do solo havia entrado na fase administrativa republicana como retratado por Kuvasney apud Eudes Campos (2016) “(...) As Câmaras haviam sido suspensas e substituídas pelos Conselhos de Intendência Municipal e a Lei Estadual n. 16, de 13 de novembro de 1891, art.38, §1º, estabeleceu que, uma vez extinto o tradicional *rossio* (área que constituía o patrimônio municipal e dentro de cujos limites exerciam o seu poder as Câmaras Municipais), ficava criado em seu lugar nas povoações de mais de mil almas um círculo com seis quilômetros de raio. As terras devolutas contidas nesse círculo poderiam, em caso de necessidade, ser alienadas como forma de aumentar as rendas municipais. Fato que desencadeou um processo de natureza privatista que, no caso de São Paulo, se arrastava desde 1852, quando a Câmara havia cogitado pela primeira vez pôr à venda os terrenos desocupados de seu patrimônio”.

“Entre 1893 e 1920 o distrito do Brás teve acréscimo de quase 13 mil prédios, 24% do total de novos prédios construídos no período, segundo as estatísticas prediais. Ao examinarmos o número de alvarás no mesmo período, na mesma região, constatamos que a porcentagem de alvarás expedidos para o Brás (em 1920, abrangendo também Mooca e Belenzinho) não chega a 10% do total de alvarás do período. Assim, a ilegalidade diante da legislação não foi privilégio dos negros, vítimas do racismo feroz das elites brancas. Os imigrantes europeus, de quem se esperava o “sangue oxigenado de uma raça livre e laboriosa”, tampouco preencheram as imagens de civilidade e higiene idealizada pelas elites” (Rolnik, p.77-78)

O trabalhador imigrante, fixado na cidade de São Paulo, ou saído das lavouras de café, já possuía alguma qualificação artesanal, no início da industrialização. Algumas inferências a esse respeito levantam que esse deslocamento era dado após a fase de colonato permitir a formação de certo pecúlio, expressão de alguma ascensão econômica, favorecendo, portanto, o esforço de buscar na cidade aquilo que o trabalho nas lavouras de café não permitia, seja a retração gerada pelas crises, seja a forma de sujeição ao trabalho repleta de traços escravistas e inibidora da liberdade. As passagens subsidiadas foram aceitas mesmo por adultos cujo trabalho principal era de artífice (Carone, 2000, p.77). Esses artesãos traziam, além da experiência objeto do trabalho, como carpinteiros, marceneiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates; a experiência do trabalho coletivo, organizado em associações e federações de categoria, cujas origens remontavam às guildas medievais e corporações de ofícios.

As guildas foram corporações com origem medieval que tentavam, como lembra Richard Sennett (2009, p.71), expressar de forma profana o antigo princípio *rex qui nunquam moritur*¹⁴⁷. Essas instituições urbanas de ofícios possuíam certificação obtida por meio de diplomas jurídicos e tinham por fundamento a forma de transmissão de conhecimentos práticos e de organização com a finalidade de tornar as guildas autônomas e autossustentadas. Esse “capital de conhecimento” ou “capital humano” (Foucault, 2019; p.292-293) era considerado o centro do poderio econômico da guilda. Com relação à estruturação, a guilda assemelhava-se à uma federação de oficinas independentes nas quais os mestres, geralmente seus proprietários, eram responsáveis pelas exigências ou promoções das funções inferiores como aprendizes, jornaleiros e ou ajudantes. No período medieval europeu existiam aproximadamente cem profis-

¹⁴⁷ Tradução: O rei nunca morre.

sões que estavam ordenadas dessa maneira e distribuídas em sete grupos: metais, tecidos, comerciantes têxteis, joias, alimentos, peles e construção. As guildas estavam sob a autoridade de um artífice cristão. “Desde suas origens, o cristianismo primitivo abraçou a dignidade do artífice” (Sennett, 2009, p.69) sendo essa relação do trabalho como princípio de humildade, um importante elo estabelecido na parceria. Com o crescimento das cidades e as diversas propriedades da Igreja estabelecidas no ambiente urbano, era frequente que as guildas se estabelecessem nalguma das propriedades, por vezes arrendadas ou compradas.

A relação estabelecida entre o mestre e aprendiz tinha como base a honra e não o amor. Como pai substituto, o artífice baseava sua autoridade na transferência dos conhecimentos e na qualificação prática. O código de honra em que o jovem era introduzido para tornar-se um artífice, era valioso o bastante para transformar sua ética e visão do mundo e isso parecia suficiente. No entanto, alguns motivos para o enfraquecimento das corporações estariam nas possíveis transformações do papel de autoridade. O sistema de corporações teve dois fundamentos básicos: a igualdade entre os senhores e a fácil mobilidade que fazia passar o aprendiz à mestre. Em algumas corporações, no entanto, a igualdade se perdeu e o poder cada vez maior do mestre modulou interesses que criaram divisões e separações. Sugiram as Corporações *superiores* e as *inferiores*. Outro aspecto infeliz para o enfraquecimento, esteve no aumento da distância entre mestre e jornaleiro. O circuito que até então esteve marcado como aprendiz-jornaleiro-mestre passou a ficar restrito à aprendiz-jornaleiro. As possibilidades para tornar-se mestre inviabilizar-se-iam (Huberman, 1981, p.72-73). Ainda com tal declínio, as corporações de ofício atualizadas, permaneceram de outras maneiras e com princípios definidos para as oficinas práticas dos artífices.

De acordo com esses modelos históricos, a atividade artesanal é praticada manualmente, sendo que é distinta das demais pelo conjunto técnico ao qual pertence sua manipulação. Mas como referido no Capítulo 2 a associação religiosa com caráter de corporação de ofício, não encontrou permissão e capilaridade no Brasil, mas tão somente, as irmandades e associações estritamente religiosas e de ajuda mútua. Foi necessária a organização do imigrante, com esse perfil, para que uma nova organização do trabalho ocorresse. Dos europeus que emigraram para São Paulo, muitos eram artífices. Entre italianos, portugueses e espanhóis encontravam-se desde simples padeiros, sapateiros, até excelentes alfaiates. Nas lavouras, muitos artesãos trabalhavam com reparos de maquinário, serralheria e carpintaria.

O historiador Carlos Oberacker Jr., tratou da contribuição de imigrantes artesãos, tantos nas vilas, cidades quanto em comunidades agrícolas.¹⁴⁸ Entre as localidades favorecidas pelo trabalho dos artífices especialmente suíços, encontram-se Curitiba, São Paulo, Campinas, Jundiaí e o Rio de Janeiro. Alguns exemplos e seus empreendimentos são: em Curitiba, Gottlieb Mueller de Unterkulm, fundou com os seus cinco filhos uma das importantes fundições e fábricas de máquinas no sul; em São Paulo, as firmas J. Schmuziger e Honegger desempenharam papel importante no campo da fabricação de máquinas têxteis e os respectivos acessórios; em Piracicaba, Peter Kraehenbuehl, já em 1870 constituiu uma oficina mecânica para a fabricação de carruagens. No Rio, ex-colonos de Nova Friburgo deram impulso à economia industrial, além do engenheiro José Villiger ter fundado em 1888 a Cervejaria Brahma. A população de Rio Claro, no interior de São Paulo, com 2500 habitantes, contava com muitos estrangeiros, em sua maioria antigos colonos de parceria, que lá se estabeleceram, como artífices e em parte prosperaram bem. Na abordagem sobre o trabalho urbano, Beiguelman (1978) recupera a interlocução de um Deputado da Assembleia Provincial em que o colono estrangeiro, ainda que viesse desempenhar o colonato nas fazendas, pouco tempo depois já era encontrado no comércio, inclusive quebrando o contrato, ao sair para a vida nas cidades. As atividades artesanais desenvolvidas pelo nacional entre cidades e fazendas tinha qualidade, mas, “psicoeconomicamente” o imigrante, com o perfil delineado e ainda, como empresário de si mesmo, acabava levando vantagem. Muitos imigrantes deslocados para as cidades, portanto, haviam abandonado os contratos

“O contratado se se crê lesado, não se dirige às autoridades do país (...). A cidade de São Paulo, por exemplo, está cheia desses imigrantes que não podem colocar-se em parte alguma porque dependem ainda de um contrato que não executam mais” (Louis Couty apud Beiguelman, 1978; p.116)

De acordo com estudos realizados sobre o trabalho e transformação urbana em São Paulo nesse período republicano (Fernandes e Bastide, 2008; Fausto, 1976; Beiguelman, 1978; Kowarick, 1987; Azevedo et al, 2009; Rolnik, 1998) é possível considerar que na primeira década do Novecentos a estrutura da indústria é dada pela pequena empresa, com pouca base técnica e capital. Na pequena empresa, o que pre-

¹⁴⁸ Vestígios suíços na história do Brasil. Oberacker e Viagem à Província do Espírito Santo - *Imigração e Colonização Suíça 1860*, Johan Jakob Von Tschudi.

valece é o operário especializado, conhecedor do uso da ferramenta e com habilidade manual. A distinção entre o artífice e o produto de seu trabalho não estaria dada, como aconteceria na grande indústria, cujo maquinário pertencia aos proprietários burgueses. Nessa pequena empresa, oficina ou fábrica, muitas das ferramentas pertenciam ao operário. Isso ocorria com os gráficos, sapateiros, marceneiros, alfaiates e, para aprofundar o sentido das paralisações e greves, além da recusa ao trabalho, acabavam suprimindo o uso de todas as ferramentas próprias.

Na pequena fábrica ou empresa, a distância que separava o empregado do patrão não configurava a hierarquia de comando evidente, por exemplo, na indústria têxtil. O patrão seria uma figura acessível “(...) saído com frequência dos meios operários, o pequeno empresário é antes um modelo de ascensão para cada um de seus empregados” (Fausto, 1976, p.128). O contraste a essa fábrica ou oficina ocorre com a indústria têxtil, que conta com alto grau de mecanização, reunindo inúmeros operários, com energia elétrica em lugar da máquina a vapor, oposta na escala e nas relações de produção das oficinas; gráficas, fábricas de mobiliário e de vestuário. Mas essa autonomia do artífice tornado trabalhador industrial, tão somente, merece distinções, porque ainda carecemos de pesquisas mais específicas voltadas aos artesãos imigrantes¹⁴⁹ e sua enorme contribuição, não só às práticas tradicionais de produção, mas às formas de concepção do trabalho, das relações pessoais e das sociabilidades.

Reiterando ainda os aspectos da organização o tipo de instrumentos e as formas individuais e coletivas de trabalho (Guillaume in Woodcock et al, 1998) é possível pensarmos nas profissões primeiramente, que não dependem de grandes instrumentos para o trabalho e no qual quase não há divisão, quando o artesão trabalha por conta própria. Os exemplos típicos, além dos camponeses, são os sapateiros e alfaiates e suas instalações que podem se ajustar em pequenos espaços. Em seguida vêm as profissões em que, um pequeno número de operários, trabalha em equipe e em pequenas oficinas, que podem ser nas próprias habitações, num cômodo separado: são marceneiros, tipógrafos e serralheiros. E por fim, há uma terceira categoria de indústrias¹⁵⁰, em que a divisão do trabalho está colocada diante de uma produção em larga escala que emprega maquinário pesado e o investimento de grande capital de

¹⁴⁹ Além de pesquisas já consagradas como *Trabalho Urbano e Conflito Social e Do Cabaré ao Lar*, ainda que não tratem apenas dos artesãos.

¹⁵⁰ Em São Paulo, o setor com maior número de operários e operárias era o têxtil, com 45,7% de todos trabalhadores, sendo, homens 44%, mulheres 55,3% e menores de 14 anos distribuídos em meninos 45,6% e meninas 54,4%. (Fausto, 1976, p.134)

seus proprietários. São exemplos dessa categoria, as indústrias têxteis e siderúrgicas. De modo geral, pode-se dizer que os libertários italianos, entre espanhóis e portugueses, além de brasileiros, estavam assim colocados, segundo essas categorias de trabalho em São Paulo da Primeira República.

Muito preocupados com a educação, os anarquistas em São Paulo fundaram ao menos 25 escolas livres, centros de qualificação profissional, centros de cultura proletária, grupos de estudos e dramático-musicais. Em 1909, inspirada por Francisco Ferrer y Guardia, anarquista espanhol, e sua Escola Moderna, foram fundadas por João Pinheiro e Adelino de Pinho, as Escolas Modernas do Brás e Belenzinho que tinham por princípio ministrar de forma mista, ensino racional, laico, sem promoções ou castigos e repertório mais conveniente aos libertários. (Fausto, 1976, p.102; Rago, 1985, p.211-212). Também no Rio de Janeiro o protagonismo anarquista conseguiu fundar em 1904 a Universidade de Ensino Livre, também por inspiração de Ferrer y Guardia, concebida para atuar como centro de instrução superior e educação dos trabalhadores libertários. Além de cursos, a Universidade organizava palestras e conferências sobre temas diversos, de interesse dos trabalhadores. Contava com biblioteca e Museu, entre eventos e atividades artísticas. A instituição não era gratuita, dependia de mensalidades pagas e, também dispunha de consultório médico e jurídico. Teve uma duração curta. Como parte de instrumentos para a estratégia libertária, o jornal era fundamental para a capilaridade dos ideais anarquistas. “Veículo de expressão escrita, transformava-se, também, com frequência em veículo oral, ao ser lido em voz alta para os trabalhadores analfabetos.” (Fausto, 1976, p.112). Para os libertários o conhecimento deveria basear-se na experiência, nas descobertas próprias, nas escolhas mediadas por desejos, na observação e nas práticas, um pouco inspiradas pelo modelo de dedicação e aprendizagem dos artífices aprendizes.

Curiosamente, Richard Morse (1954, p.238-239), ao referir-se ao problema da habitação em São Paulo, em face da grande quantidade de cortiços na Primeira República e da repressão da municipalidade, quanto a isso, lembra, que a solução para tanto, não estaria nem nos dispendiosos projetos de vilas higiênicas, nem na redistribuição de pessoas em unidades distantes e sem empatia dos seus moradores. A reeducação que defende, portanto, deveria incluir ambos os lados, moradores e planejadores para uma busca de ações pertinentes nas quais se pudesse integrar os aspectos da vida coletiva dos trabalhadores e as experiências vividas nos próprios cortiços. Segundo Morse, ainda, ao contrário de outras habitações coletivas em outras partes do mundo, os cortiços paulistanos em sua planta mais corriqueira de cubículos com

áreas comuns e pátios centrais, manifestavam forte solidariedade social semelhantes às associações anarquistas.

“(...) as pessoas que nasceram e cresceram em um cortiço de, digamos, duzentos moradores, desenvolvem a sociabilidade e os hábitos de auxílio mútuo e experiência compartilhada. Aqueles que projetam as vilas operárias descentralizadas e auto-suficientes devem ver no cortiço não apenas um cancro pernicioso, mas também uma instituição que, dentro de seus estreitos limites, corresponde a necessidades humanas e engloba atitudes sociais. O cortiço retém, conquanto em forma degenerada, certos aspectos da “vizinhança” pré-industrial e suas relações face-a-face. Esse espírito mutualista – tal como o dos primeiros sindicatos e das ligas anarquistas – deve ser até certo ponto utilizado pela metrópole industrial.” (ibidem)

O parque industrial paulistano, com o referido porte das empresas à época, estabeleceu-se na região de maior mobilidade e, também, de menor valor imobiliário, como eram as várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí, junto às estações e linhas ferroviárias. Muitas pequenas oficinas e algumas empresas de médio porte dominaram os bairros do Brás, Móoca, Bom Retiro, Água Branca, Lapa, que passaram a lotear seus terrenos para inúmeros empreendimentos, vilas e cortiços. Segundo o censo de 1907 (Rolnik, 1997; p.78) existiam 326 empresas com 24.196 operários, tendo a maior parte desses estabelecimentos industriais, um número de cinco funcionários. Considerando que as grandes indústrias eram as têxteis, e que as pequenas oficinas ou fábricas eram a finalidade do trabalho dos imigrantes, a relação do trabalhador com o grande espaço fabril ainda era reduzida. Porque, segundo dados de Bandeira Jr. (apud Rolnik, idem) dos 239.820 mil habitantes em 1901, em São Paulo, 50 mil estavam empregados nas diferentes indústrias, levando a acreditar que a condição de trabalhador assalariado não era expressiva, comparativamente ao número de imigrantes residentes; fazendo ainda com isso crer, que o sonho higiênico das elites em promover os bairros operários era uma, entre outras formas de disciplinar o cotidiano dos pobres para o trabalho. Outro aspecto suscitado pelas famílias de imigrantes (Rolnik, 1997) estava no fato de que o espaço requerido para o trabalho preferencialmente devia ser também local de moradia, o que contraria o princípio de unidades individualizadas das habitações populares no ideário para salubridade dos modos de vida familiar. Com isso, era comum que na parte dos fundos, nos quintais, houvesse uma construção ou

em outro cômodo da casa, em que pudesse funcionar a marcenaria, a vidraçaria, entre ateliers e oficinas de costura, ourivesaria, alfaiataria, chapelaria, sapatarias, serralherias, entre muitas outras.

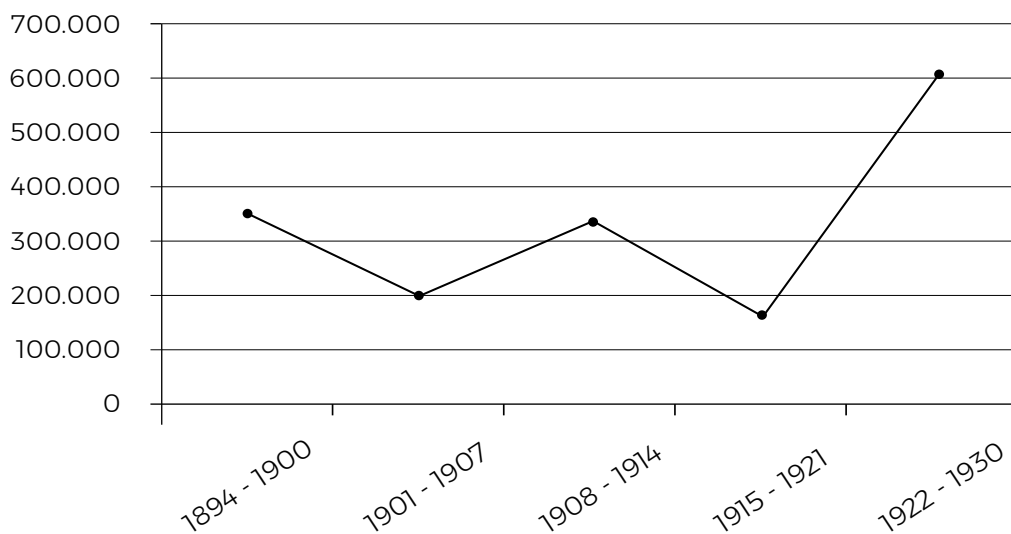
Ao associarmos os perfis de trabalhadores urbanos e a atuação desses artífices, também os estamos vinculando (Azevedo, 2002; Parra, 2003; Fausto, 1976; Rago, 1985) à militância expressa pelas associações, ligas de trabalhadores, jornais entre escolas e centros culturais e, ao grande movimento operário da Primeira República, expressivo em São Paulo e, também, no Rio de Janeiro. Do conjunto de trabalhadores que emigraram da Europa ítalo-ibérica, com destino principal para as lavouras, os anarquistas, anarco-sindicalistas e até anarquistas cristãos, foram os mais perseguidos no contexto da repressão, atraindo sobre si uma criminalização em face do posicionamento tático adotado, além de um certo silenciamento histórico sobre o papel desempenhado em contexto urbano, de denúncias sobre os inúmeros abusos cometidos dentro do ambiente fabril contra homens, mulheres, jovens e crianças em jornadas de trabalho inadmissíveis.

Tabela 6: Imigração por nacionalidade em São Paulo - Capital

Período	Total	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Outros
1888-1890	157 781	76,5%	10,5%	5,8%	7,2%
1891-1900	733 335	66,3%	9,9%	12,8%	11,0%
1901-1920	857 149	32,1%	22,3%	27,7%	17,9%

(Fonte: Bassanezzi, M.; Scott, A.; Bacellar, C.; Truzzi, O. Atlas da Imigração Internacional em São Paulo 1850-1950. São Paulo: Editora Unesp, 2008.)

Ao contrário dos imigrantes que buscavam a Argentina e o Estados Unidos, com características voltadas ao trabalho urbano, os imigrantes que chegavam a São Paulo estavam dispostos, pela experiência anterior, ao trabalho agrícola, ainda que tivéssemos muitos artesãos e pequenos comerciantes, além da emigração espontânea. Algumas experiências com núcleos coloniais haviam criado expectativas a partir de São Paulo, como foi da Colônia Cecília, no município de Palmeira, no Paraná, uma comunidade experimental com princípios anarquistas, fundada em 1890 e liderada pelo escritor e agrônomo italiano Giovanni Rossi.

Gráfico 2: Fluxo de alojados na Hospedaria dos Imigrantes

(Fonte: SÃO PAULO. Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1892, 1894-1895; 1898-1908; 1910-1914; 1916-1930. Arquivo Público do Estado de São Paulo.)

As condições de trabalho promoviam situações econômicas precarizadas, nas fazendas e nas cidades por diferentes motivos já relatados. As greves e paralisações na Primeira República criaram grande ressonância, como o caso das grandes greves e mobilizações solidárias em 1917 que reuniram grevistas de São Paulo ao Rio de Janeiro, com a adesão de aproximadamente 80 mil trabalhadores. Assim, referendamos a seguir, como os confrontos foram importantes para a modulação capital-trabalho a favor dos operários e operárias que viria ao final da década, mas antes que isso viesse a ocorrer, vale lembrar como foram criados os dispositivos legais para a opressão desse enfrentamento.

A Lei de Expulsão dos Estrangeiros de 1907, dava poderes para que qualquer estrangeiro considerado indesejável por perturbar a ordem pública ou social, fosse expulso do país. Outra medida contrária, em reprimenda às manifestações anarquistas viria em 1918, com o decreto de dissolução da União geral dos trabalhadores, além de outros sindicatos. Nessa ocasião foram presos 78 anarquistas. Em 1919 uma nova greve em São Paulo teria a adesão de mais de 40 mil trabalhadores e, por esta paralisação foram presas e expulsas outras lideranças. No ano seguinte, 1920 os jornais de maior circulação operária como A Plebe e A Lanterna foram recolhidos. Em 1921 outros Decretos nº 4247 e nº 4269, sendo o primeiro q tornava efetiva a expulsão dos estrangeiros com menos de cinco anos de residência no país e cujas ações fossem consideradas prejudiciais à ordem pública. Esta ficou conhecida como a segunda Lei Adolfo Gordo,

que também impunha condições prévias aprovadas para a entrada de estrangeiros. O segundo decreto (4269) passava a considerar crime qualquer manifestação que incitasse a subversão da ordem social. As instâncias aqui citadas pertencem à esfera do Direito, mas a instância do controle tático pode sugerir como o aparato policial acabou aperfeiçoado também para o confronto e a repressão violenta aos episódios. Mais adiante trataremos das características policiais na cidade “renovada”.

Por fim, importa reiterar que a grande contribuição dada pelos anarquistas, especialmente em São Paulo, tem significado na luta pelo respeito à dignidade das condições do trabalho nas fábricas e mesmo nas fazendas, além de terem criado culturas e experiências que incluíam práticas de autogestão dos processos de trabalho, formas alternativas de vida com liberdade, decisões baseadas na igualdade de gênero ou reconhecimento e aceitação do protagonismo feminino¹⁵¹, defendendo a participação coletiva nas decisões sobre a gestão de espaços e da cidade e, a educação libertária, entre outras atitudes emancipatórias sociais que tanto no início do Século XX, como hoje, continuam a ser importantes, para não dizer vitais.

Transformações, rupturas e consumo

O que parece relevante é que, enquanto as oficinas de trabalho dos imigrantes, unificavam os espaços da casa e do trabalho, as residências urbanas na ordem burguesa mostravam-se muito mais compartimentadas e alteradas. Um novo padrão de normalidade é criado, também e a partir das distinções de anormalidade. Conforto, bem-estar, higiene, sociabilidade, luxo, novos códigos de conduta passam a ser requeridos e as transformações são coetâneas a isso. As mudanças espaciais ocorreriam nos espaços das pessoas, entre pessoas e para distinguir e separar pessoas. Haveria certo aperfeiçoamento e atualização do poder disciplinar no seu efeito controlador de indivíduos, ao garantir novas métricas na configuração das escalas. O uso dos transportes urbanos, do bonde, trem ao automóvel, além do pedestrianismo ampliado contribuiriam nessas novas distâncias entre deslocamentos pela cidade.

¹⁵¹ A importância do feminismo libertário está evidente na contribuição de Maria Lacerda de Moura, desde suas crônicas em 1912 e quando nos anos 1920 passa a morar em São Paulo. Entre 1928 e 1937, viveu em uma comunidade agrícola em Guararema, no interior de São Paulo, formada por anarquistas individualistas e desertores espanhóis, franceses e italianos da Primeira Guerra. Como pacifista, anarquista, educadora e escritora teve inúmeros livros publicados. (Leite, M. M., Maria Lacerda de Moura - trajetória de uma rebelde. 2003, documentário)

O padrão construtivo alterado se prestaria à novas localidades e tipologias de edificações. Casas recuadas com entradas imponentes e portões em ferro tinham a função de separar a rua, mas sem deixar de serem vistas, demonstrando independência entre a residência e a cidade. O paisagismo transformaria esteticamente o lugar com seu apelo de natureza controlada, compondo o cenário planejado. A intimidade da vida familiar estaria consagrada pelas inúmeras residências que surgem em bairros planejados como Campos Elíseos, Higienópolis, Cerqueira César, Jardim América, entre outros que viriam depois de 1911, inspirados igualmente pela Companhia City, grande proprietária de áreas como visto no capítulo anterior.

Enquanto a Cidade expandia-se para além do vale, loteamentos surgiram em lugar das grandes áreas que abrigaram antigas chácaras e fazendas. Novos edifícios públicos seriam construídos em lugar dos antigos casarões ou em novas áreas. Mesmo com absoluta falta de habitações populares em áreas mais centrais, as residências foram sendo limitadas para dar lugar às lojas, aos escritórios, hotéis, cafés e comércio de importados. A urbanização na República acabou viabilizando, além do controle das habitações populares, o zoneamento dessas áreas em locais cada vez mais específicos e distantes, para atender os princípios de exclusão ditados pelas elites. Mesmo com o adensamento populacional, a cidade foi criando bairros delimitados por lotes e construções para atender exclusivamente os setores médios e a burguesia, separando vizinhanças incompatíveis aos preceitos da nova ordem. A cidade do Rio de Janeiro era o maior exemplo com o “bota-abaixo”, um processo de demolições de casas de cômodos na região central sem precedentes. São Paulo, entre outras cidades faria o mesmo. A criação das vilas operárias que peremptoriamente definiram o padrão de habitação familiar higiênico, reiterava o combate aos cortiços ou as unidades de oficina-moradia. Facilitando o controle sanitário, as unidades populares individualizadas configuraram as primeiras experiências de habitação coletiva planejada com rígida disposição de plantas e fachadas.

De outro lado, os palacetes ou mesmo casas com dois e até três andares contribuíram na paisagem em suas novas distinções socioespaciais

“A diferenciação espacial entre as ruas e os lotes das residências abastadas prosseguia nos ambientes internos. As plantas arquitetônicas e as residências que restaram do período evidenciam uma gramática rígida para as atividades privadas das famílias – o que dificilmente ocorria nos cômodos superlotados das habitações populares. As áreas sociais são repartidas em salões numerosos, com funções específicas: hall, recepção formal, estar (living), jo-

gos, fumoir, música, escritório, gabinete etc. Cada aspecto da vida privada das famílias devia se processar em seu espaço correto, característica que distinguia também os cômodos para homens, mulheres e crianças.” (Marins in Novais e Sevckenko, 1998; p.177-78)

A distinção criada sob influência dos padrões importados para as residências, inclusive mantendo-se cômodos da criadagem ao fundo da casa, juntamente à área de serviços, reverberaria numa explícita ordenação de dentro dos ambientes residenciais para fora, na cidade e em seus espaços de atendimento social. A norma do privado invadiria a forma de conceber o espaço social, público. Essa definição dos assuntos públicos, a partir das influências e do controle da mão privada que impele é uma determinante que acompanha não só esse período, mas em São Paulo, tornar-se-ia o cinzel que modelaria a sua fisionomia e as interações socioespaciais e institucionais futuras. A memória de uma cidade colonial e imperial cujas ruas estreitas tiveram na tipologia da taipa a definição da sua inserção nos espaços urbanos, orientando os fluxos e que abrigava todas as diferenças sem distinção de vizinhanças, chegaria rapidamente ao fim.

“Exclui-se a proximidade dos menos favorecidos, desestimulando-se seu trânsito público nas ruas dos bairros de elite. Uma ampla faixa que cercou o centro paulistano de oeste a sudoeste livrou-se da intersecção de bairros ou habitações populares”. (Ibidem)

O centro, distrito da Sé, vinha se transformando desde 1870, quando as casinhas do Largo do Rosário foram desapropriadas e demolidas. No início do Novecentos, muitas outras alterações já haviam ocorrido. O triângulo, formado pela Rua São Bento, Rua Direita e Rua 15 de Novembro, já ostentava diferentes vitrines e os melhores estabelecimentos comerciais da cidade, como lembra Heloisa Barbuy (2006) resultado de gradativa e permanentemente destituição das antigas construções. Ainda no início do século, projetos de tipologia mista, comércio no térreo e residências nos andares superiores, sem caráter popular, no entanto, seriam em pequeno número, aprovados.

Desde o início republicano, as Intendências Municipais eram cada qual, responsáveis por serviços junto à população, como: Justiça e Polícia, Finanças e Obras Municipais, Higiene e Saúde Pública. Essas entidades, mesmo que substituídas por outras posteriormente, acabaram assumindo e desempenhando, todos os controles sobre a cidade. “Os proprietários que quisessem executar reformas amplas ou reconstruir seus prédios eram obrigados a fazê-lo em obediência aos recuos determinados pelo plano novo”. (Barbuy, 2006, p.44)

Havia sido instituído um sistema de desapropriações com valores de indenização pelas áreas que eram perdidas. Para efetivar-se o plano municipal, deixariam de ser autorizadas obras de manutenção para prolongar a durabilidade do imóvel, mesmo aqueles que estivessem em perfeitas condições. Essa foi a maneira encontrada para garantir a substituição dos antigos sobrados pelos novos edifícios, com novos métodos e estilos de construção dentro do recuo que havia sido definido. As autorizações só eram concedidas para limpeza e pintura das fachadas. Nenhum tipo de reforço em pedra ou reconstrução tinha solicitação aprovada. Algumas exceções ocorreram (Barbuy, 2006; p.47) principalmente quando altas somas na aquisição de imóveis lindeiros tivessem sido despendidas no conjunto da solicitação de reformas.

Mas o que disso talvez mais interesse como ilustração daquelas transformações, seria o fato vitorioso do triângulo ter se tornado, pouco antes da década de 1920, no polo do comércio mais requintado da cidade, com base no caráter compulsório deflagrado pela municipalidade. O *progresso*¹⁵² tornou-se a ideia central, por excelência, para definir a meta deste período republicano. Mesmo tendo a Grande Guerra arrefecido parte das crenças nesse ideário, continuou entre paulistas e brasileiros como um ideal caro e oportuno. Em seu nome poder-se-ia inclusive reformular as matérias tratadas pelas posturas municipais, seja quanto ao direito urbanístico, seja quanto ao tipo de intervenção para a modelação das cidades. Com parâmetros extraídos das principais matrizes estrangeiras, o poder republicano em suas diferentes instâncias trouxe para si, a responsabilidade sobre as configurações ideais da cidade e vida urbana, de maneira contrária e à revelia de seus habitantes (Barbuy, 2006, p.35). O poder público acabou por fazer-se perceber, como oposição e não como regulador em parcimoniosa representação de ambas as partes. Vai daí, também ter adquirido a forte conotação policial e repressora que acabou assumindo. Em nome de um suposto *bem geral*, todas as medidas eram tomadas e reafirmadas

“São normas imperativas de conteúdo negativo e fins preventivos, gerais, impessoais, de execução permanente, que os corpos administrativos elaboram no exercício da sua competência regulamentária como entes autônomos e que obrigam na área das respectivas circunscrições, tendo como limites a lei e os

¹⁵² Le Goff (2019, p.245-46) lembra que “progresso” se tornou o ídolo do século XX como uma ideia que imperou e regulou a concepção de civilização ocidental. “Civilização e progresso”, “liberdade e progresso”, “democracia e progresso” tornaram-se pares pertinentes como justificativas, para quase tudo, mas principalmente como “teoria que engloba uma síntese do passado e uma profecia do futuro”. Lembra, no entanto, que a análise política desse ideário de “progresso”, depois de 1890, aproximou a extrema-direita “revolucionária” e a extrema-esquerda “antidemocrática. Foi com esse elemento, segundo o autor, que ocorreu a preparação ideológica ao fascismo. Nessa direção podemos pensar os encadeamentos políticos brasileiros que veríamos na década de 1930.

regulamentos superiores que elas não podem contrariar ou substituir. A sua coercitividade consiste numa pena – em regra multa ou coima – que cominam relativamente a cada caso” (Franz-Paul Langhans, apud Barbuy, 2006; p.36)

De um lado, a questão à revelia dos maiores interessados, surge nas intervenções urbanas, demonstrando completa desconexão aos emergentes direitos sociais e, de outro lado, ainda, sugere não haver nenhuma preocupação com os efeitos sociais de tais medidas. Para alguns autores (Pechman e Leme, in Ribeiro e Pechman, 1996) há uma assimetria na forma como o ideário urbanista se dissemina na concepção, orientações e aplicação das normas. Enquanto nas discussões travadas em contextos europeus e norte-americanos, as reformas adquirem outros sentidos, não só de transformações urbanas, mas também sociais, educativas e de direitos políticos, no Brasil, em especial nas capitais, os problemas urbanos não ultrapassam sua dimensão técnica. Esse esvaziamento, no entanto, está também acompanhado por outra crítica que diz respeito ao contexto de origem das práticas urbanísticas produzidas e sua transferência e implantação para outra realidade de intervenção

“(...) a tradução que se faz dos conceitos urbanos gerados em outra conjuntura histórica incorporava apenas os seus aspectos técnicos, ou, se quiser, os problemas urbanos são depurados de sua qualidade de problemas produzidos a partir do confronto entre grupos sociais num determinado espaço e por uma disfunção espacial do organismo urbano. Por isso mesmo, no Brasil, a questão social passa ao largo da questão urbana e se articula com a questão nacional. A questão urbana jaz isolada de outras articulações, ou melhor, não se legitima como questão transdisciplinar, ficando afeita unicamente às lides do discernimento técnico, racionalista, funcional de seus profissionais” (Pechman in Ribeiro e Pechman, 1997; p.340)

Nesse sentido, a *haussmanização* pode ser entendida como a transposição de aspectos técnicos, sem nenhuma articulação entre social e urbano, por todos os posicionamentos indiferentes e pela maneira autoritária que foram revestidas as intervenções em Paris e nas demais cidades do mundo, cuja influência desses princípios transfiguraram seus territórios. As diferentes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, entre muitas outras, adotaram os mesmos padrões estéticos e ideário proposto para a capital francesa, símbolo da “cidade-exposição”.

O teórico e escritor Walter Benjamin, cujas diversas narrativas tratam do fenômeno metropolitano de Paris como a cidade ideal do século XIX, aborda como a capital tor-

nou-se um modelo para tantas outras. As exposições comerciais¹⁵³, ricamente concebidas transformar-se-iam em eventos de grande atratividade. Como um desfile de mercadorias, em pouco tempo as exposições pela novidade e teor inusitado, tornaram-se um especial e diletante divertimento “Inauguram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para divertir-se. A indústria de entretenimento facilita isso elevando-o ao nível da mercadoria. Ele se abandona às suas manipulações ao desfrutar a sua própria alienação e a dos outros”. (Benjamin, 2019; p.60). A integração da mercadoria no cotidiano e a distração que disso adviria seria retratada e criticada de diversas maneiras. À nova sensibilidade estética vinculada aos produtos industrializados ou exóticos¹⁵⁴ e ao consumo, surgiriam vitrines, lojas, propagandas em jornais, revistas e almanaques todos impulsionados pelo glamour envolvente das exposições e das novas formas de comércio, cujas soluções plásticas e funcionais vindas de Paris, rapidamente seriam assumidas como modelo de negócios e necessidade urbana, tanto em São Paulo quanto em Buenos Aires. As galerias¹⁵⁵ e passagens reforçariam a destinação de ruas e avenidas para os novos usos dos espaços centrais das cidades. E ligado à tais transformações o primado das demolições ganharia empoderamento.

“O reino florido das decorações
O encanto da paisagem, da arquitetura
E todos os efeitos do cenário repousam
Sobre a lei única da perspectiva.”

(Franz Bohle, Theater – Katechismus, apud Benjamin, 2019 ;p.86)

A cidade idealizada pelo Barão de Haussmann estava ligada às visões em perspectiva, possíveis pelos longos traçados das ruas. Isso fazia ressoar a aptidão expressa entre o século XIX e início do XX, de enriquecer os apelos da técnica, não com os aspectos sociais, mas empregando objetivos estéticos e artísticos. No sentido político, ainda, a atuação de George Eugene Haussmann¹⁵⁶ em Paris, está marcada pelo fortalecimento

¹⁵³ As pequenas cidades formadas nas exposições universais entre 1878 e 1889 em Paris, foram concebidas segundo os preceitos de demonstração de produtos e mercadorias baseados nos planos urbanísticos de Haussmann, que inclusive teria sido consultor para a finalidade.

¹⁵⁴ Produtos vindos de países distantes na Ásia, África ou Américas.

¹⁵⁵ Como as Galerias de Cristal para São Paulo, projeto de Jules Martin, de 1896, nunca executado. (Segawa, 2000; p.30)

¹⁵⁶ A Segunda República de Luis Napoleão teve início em 1848 e terminou com o golpe em 1851 que o transformou em Imperador Napoleão III até 1870. Nessa fase Haussmann tornou-se o Chefe de Departamento de Paris (prefeito) estando a frente desse governo durante 20 anos. Mesmo depois de ter sido obrigado a deixar o cargo, seus projetos continuaram a ser executados até 1920. Sem ser engenheiro ou arquiteto, mas administrador público foi responsável por quase vinte mil edifícios demolidos e trinta e cinco mil novas

de instituições burguesas na França, sendo também momento áureo do governo de Napoleão III. A “limpeza” de Paris pelo auto denominado “artista demolidor” era parte do projeto imperial para o favorecimento do capital financeiro, beneficiado pelo financiamento das desapropriações e de obras novas. Paris vivia o auge da especulação, como aponta Benjamin (2019; p.67) “A atividade especulativa nas bolsas supera as formas de jogo de azar herdadas da sociedade feudal. (...) As expropriações feitas por Haussmann fazem surgir uma especulação fraudulenta”. O apogeu da ordem burguesa espacialmente expressa pelo Plano Paris de Haussmann transforma-se numa onda anti-popular. Os discursos contra a população que aflui do campo ou de outras regiões em busca de trabalho tornam-se reverberantes em todos os meios.

Na cidade, a retórica está marcada pela necessidade de eixos, avenidas radiais, praças definidas pelos monumentos como marcos da história oficial para a memória nacional. O mecanismo econômico é diluído em meio à argumentação técnica. Modernidade, progresso, salubridade e circulação. A melhoria das condições de transporte, moradia e infra-estrutura transformaram-se em ideais universais. Assim também a ampliação das funções da cidade, com distribuição de pessoas, alimentos, remoção de lixo, água. As mudanças permitiriam o estabelecimento de diversas novas instituições, mas seria a separação resumida à necessidade do individualismo urbano que resultaria sob a forte pressão para a divisão política da multidão.

Como um reformador que tanto agradava a burguesia na França e em outras partes do mundo, Haussmann fez muitos discípulos técnicos e mestres que muito contribuíram para a formação de incontáveis profissionais, que como consultores puderam opinar e incrementar diferentes projetos de cidades na Europa e fora dessa. Contudo, não podemos deixar de comentar a principal funcionalidade das grandes Avenidas criadas nas intervenções de Paris, como sendo político-estratégias. Assim, as áreas delimitadas por Luís Bonaparte foram tratadas para impedir a guerra civil e, portanto, sufocar as rebeliões e a construção de barricadas, habituais no *Marais*, bairro popular mais afetado pelas demolições. Além disso, as novas ruas configuradas pelas demolições deveriam estabelecer o caminho mais curto entre os quartéis e os bairros operários. “Os contemporâneos batizam o empreendimento de “embelezamento estratégico” (Benjamin, 2019; p.68) reforça o crítico, trazendo de Engels, o comentário sobre a tática das barricadas

construções. Outras obras de infraestrutura como redes de esgoto, de água, parques e edifícios públicos vieram a atender os interesses da cidade que entre 1835 e 1848 tornara-se uma das maiores cidades industriais do mundo, com 400 mil operários e um milhão de habitantes.(Calabi, 2012;p.173)

“O máximo que a insurreição pode realizar numa ação realmente tática é o estabelecimento e a defesa de uma única barricada. Todavia, mesmo na época clássica dos combates de rua, a barricada tinha um efeito...mais moral do que material. Era um meio de abalar a firmeza dos soldados. Se ela resistisse até se atingir esse objetivo, estava assegurada a vitória; caso contrário, era a derrota.” (Friedrich Engels apud Benjamin, 2019; p.229)

O plano urbano desenvolvido no século XIX e início do XX como um sistema de ordenação e controle social com base no ideário do “progresso”, seguiu os princípios de distribuição da população, mesmo com alto custo social provocado pela estratégia higienista. O modelo da “cidade moderna” capacitada por sua escala às expectativas de um futuro planejado com grandes avenidas, linhas retas e axiais, largos, praças, quadras e edifícios públicos com jardins e paisagismo, símbolos da racionalidade funcionalista, requereu como interesses comuns engendrados numa legislação pública, o que eram de fato, interesses de uma classe, a dominante.

No capítulo anterior, vimos como o financiamento das obras sanitárias tiveram o empenho da elite para que fossem implantadas e que posteriormente tornar-se-iam iniciativa e prática de governo. A busca da salubridade, nessa medida, deixa de ser uma intervenção excepcional para tornar-se um padrão de normalidade. Como um instrumento disciplinar a serviço do padrão da ordem burguesa, as normas e códigos tratariam de distinguir os funcionamentos, circuitos e pessoas, em escala ampliada e com a mescla da segurança biopolítica nesse momento de transformação espacial das cidades.

A cidade-espetáculo, como uma cidade cenográfica, está dividida entre trabalho e condições precarizadas de vida para muitos, entre higiene, diversão, consumo, conhecimento e novas sociabilidades para alguns segmentos entre oportunidades financeiras, comerciais e industriais para as elites. Mas como numa cena teatral, seus atores não podem atuar de forma espontânea, ou alguns podem mais do que outros, principalmente quando se tem o Estado e o estabelecido a seu favor. A cidade-espetáculo, que também é a cidade das mercadorias, como referido pelo tempo das exposições, estará cada vez mais voltada a ocupar a vida social. Como lembra Guy Debord ¹⁵⁷a propósito da dominação da mercadoria

¹⁵⁷ Debord definiu a sociedade capitalista moderna como sociedade do espetáculo. A partir de sua definição “O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação” (2016,p.14); sugiro pensarmos a São Paulo, com essa demarcação histórica, com o conceito de cidade-espetáculo; território apropriado como instrumento de disseminação e materialidade do capital e suas mercadorias.

“Com a revolução industrial, a divisão fabril do trabalho e a produção em massa para o mercado mundial, a mercadoria aparece como uma força que vem ocupar a vida social. É então que se constitui a economia política, como ciência dominante e como ciência da dominação. (...) O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo é o seu mundo.”(2016, p.30)

As “melhorias” em São Paulo, desde o final do Oitocentos denotam preocupação com o estético. As vitrines e novas fachadas passam a ser mais decoradas e atraentes. Os objetos e utensílios mais tradicionais perdem espaço para a novidade e a moda, que gradativamente alteram os princípios de necessidades. Os comerciantes assumem a responsabilidade de manter a cidade mais convidativa, o que acaba atraindo mais negócios e, ainda os faria vocacionados para transformar a cidade em metrópole. O crescimento do comércio criou diversas oportunidades para ascensão social e econômica (Padilha, 2001,p.67) principalmente para imigrantes, além dos italianos, que depois dos anos 1920 viriam de diferentes partes da Europa, como o leste. Artífices, comerciantes e empreendedores dos setores médios encontrariam em São Paulo formas para expansão profissional, lucros e rendimentos. Outros, no entanto, tornar-se-iam grandes empresários nos diferentes ramos, fazendo fortunas.

A exposição de produtos e mercadorias traziam em seu interior, novos padrões de qualidade que reunidos despontavam como atrativos nos roteiros de visitaçào (venham conhecer as novas sedas da China!). Esses princípios que orientavam a nova cidade, estavam chancelados por engenheiros, arquitetos, médicos e políticos segundo os princípios de visibilidade e novo zoneamento social

“Enquanto as antigas ruas eram deixadas ao povo e, como verdadeiras feiras permanentes, fervilhavam de atividades modestas, mas transbordantes de seus pequenos mercadores e ofícios, as novas, sobre as quais se localizam os palácios das grandes lojas, transformam-se em território reservado à burguesia. Nesta ocasião, os estabelecimentos comerciais e o comportamento consumidor que erigem em prática urbana tomam conta de todo o espaço central.” (Martine Bouveret Gauer et al, apud Barbuy, 2006; p.71)

Por fim, não poderemos deixar de comentar brevemente as contribuições do célebre arquiteto francês Joseph Antoine Bouvard, convidado à planejar, em 1911, inúmeras transformações urbanas em São Paulo, depois de dirigir, por muitos anos até aposentar-se, o Serviço de Arquitetura, Passeios e Paisagismo da Cidade de Paris, tendo trabalhado pró-

ximo à discipulos do próprio Haussmann. Era representante de uma tendência urbanística quase alegórica que celebrava como espetacular a cidade e a vida moderna. A contratação de Bouvard com o objetivo de analisar e propor melhorias à projetos e intervenções em São Paulo, acabou por fazer com que certas soluções por ele apontadas, fossem aprimoradas. O respeito à topografia e a urbanização associada à criação de parques como o D. Pedro II, na várzea do Carmo, a paisagem criada no Vale do Anhangabaú, além da Praça do Patriarca tornaram-se emblemáticos para a cidade, fazendo com que São Paulo ao lado do Rio de Janeiro fossem modelos urbanos para o Brasil, como Paris havia sido no Novecentos, para o resto do mundo.

Polícia e Cidade

Alguns aspectos sobre a relação de polícia¹⁵⁸ e cidade merecem uma introdução porque em São Paulo, na Primeira República, essa instituição teve características que subverteram a vida cotidiana, mas sem que isso fosse acidental. A instauração da polícia deve sempre ser vista como associada às teorias e práticas de governo. Seria um item fundamental para o fortalecimento do poder dos Estados diante da competição comercial, para a expansão das relações, como aponta Foucault (2009, p.454). A estratégia básica seria, cada estado (ou nação) administrando suas populações, numerosas de preferência, sendo colocadas para trabalhar intensamente; os salários pagos devem ser os mais baixos possíveis, para que, desse modo, as mercadorias ou produtos tenham um baixo preço de custo e possam ser vendidos à preços igualmente baixos, mas em grande quantidade, facilitando a importação. Com esse esquema Foucault lembra que esse mecanismo para a importação do ouro no século XVIII, permitia o recrutamento de soldados e a força militar para o crescimento dos Estados (europeus) no jogo de força para um certo equilíbrio. Portanto,

“(...) polícia e desenvolvimento urbano, polícia e desenvolvimento de todas as atividades de mercado no sentido amplo, tudo isso vai constituir uma unidade. (...) É um feixe de relações inteligíveis, analisáveis, que possibilitam ligar, como as faces de um mesmo poliedro, um certo número de

¹⁵⁸ A partir de pesquisa para identificar o perfil do funcionário que integrava o corpo policial em São Paulo no final do século XIX, Rosenberg (2010, p.107-108) concluiu que ao contrário das demais profissões, a policial agregava o maior número de negros e mulatos. Dos 1167 brasileiros, 45,75% aparecem como: morenos, pardos, pretos, fula, caboclo e outros.

elementos fundamentais: a formação de uma arte de governar, que seria ajustada ao princípio da razão de Estado; uma política de competição na forma do equilíbrio europeu; a busca de uma tecnologia de crescimento das forças intra-estatais por meio de uma polícia que teria essencialmente por finalidade a organização das relações entre uma população e uma produção de mercadorias; e, por fim, a emergência da cidade-mercado, com todos os problemas de coabitação, de circulação, como problemas do âmbito da vigilância de um bom governo de acordo com os princípios da razão de Estado.” (Idem, p.455)

Nesse complexo “razão de Estado e privilégio urbano, polícia e o princípio da mercadoria” vê-se emergir o bem-estar ou melhor-viver dos indivíduos, como um interesse para o governo. Estaria aí a origem da *governamentalidade* do Estado. Interesse pela existência, coexistência humana, circulação, trocas, bem ou mal-estar; relacionado aos aspectos da saúde da população, dos temas do comércio, da circulação e habitação na cidade e da consolidação de uma medicina urbana, como visto no capítulo anterior. Nessa medida, o comércio pode ser entendido como propulsor e principal instrumento para o crescimento das forças do Estado.

Um segundo aspecto introdutório sobre a polícia e a razão do Estado, preocupação das inúmeras preleções feitas por juristas¹⁵⁹ na Primeira República estaria nas diferenças existentes entre as origens da polícia tratada por Foucault no século XVII, e o poder de justiça, o poder régio. Vimos no primeiro capítulo como a teoria da soberania é criada a partir do direito romano para dar-lhe sustentação, pois bem, “polícia não é justiça”. Ainda que seja desdobrada do poder régio, assim como a justiça, a polícia, em suas origens não fora concebida como um instrumento para o exercício ou a aplicação das medidas judiciais. Não seria o rei “agindo através do aparelho de justiça, é o rei agindo diretamente sobre seus súditos, mas de forma não judiciária”. Reiterando, ainda, não se pode dizer, portanto, que o direito de polícia possa pertencer ou defender alguém mais, que o próprio rei.

“A polícia é a *governamentalidade* direta do soberano como soberano. Digamos ainda que a polícia é o golpe de Estado permanente. É o golpe de Es-

¹⁵⁹ O princípio sobre o poder de polícia buscava resolver as contradições existentes entre o respeito ao direito individual e o poder discricionário da polícia, que passou a estar autorizada a lançar mão de atitudes extremadas e arbitrárias para resguardar a supremacia da ordem jurídica e social diante das proteções legais individuais. O jurista Viveiros de Castro era um defensor do poder de polícia, inclusive para “(...) promover a expulsão dos estrangeiros, realizando uma obra de saneamento moral da sociedade” (Souza, 2009, p.133)

tado permanente que vai se exercer que vai agir em nome e em função dos princípios da sua racionalidade própria, sem ter de se moldar ou se modelar pelas regras de justiça que foram dadas por outro lado.” (Idem, p.457)

Uma polícia sempre agindo como estado de exceção tem, no entanto, regras pelas quais poderá agir. Mas as regras da polícia são de outra ordem, diferente das leis civis. Os assuntos da polícia são da ordem menor, dos detalhes e os assuntos da justiça são mais definitivos, tem outro tempo de existência. Dizer, no entanto que a polícia entre os séculos XVII e XVIII agia sempre como uma exceção significa para essa leitura de Foucault que isso só poderia ser feito mediante um instrumento: o regulamento, a instrução, o decreto e a proibição. A polícia depende de regulamentos mais do que das leis, portanto. O mundo da polícia é o mundo do regulamento e da disciplina. Há uma grande expansão, até o século XVIII das disciplinas locais e regionais, nos conventos, exércitos, escolas (contexto europeu) numa tentativa de disciplinarização geral dos territórios e indivíduos, com um modelo de polícia urbano. Curioso, pois o plano ideal da polícia seria transformar a cidade num quase convento e o reino numa espécie de cidade. Até a primeira metade do século XVIII (europeu) cidade, comércio, disciplina e regulamentação são os elementos fundamentais da prática policial (Idem, p.459). No entanto, essa prática alterar-se-ia no final do século XVIII, o que afetaria seus fundamentos inclusive. Essas mudanças estariam relacionadas ao contexto da crise da escassez alimentar e do custo dos cereais, tema sobre o qual há uma argumentação muito extensa que procurarei aqui resumir, já que há algumas referências histórico-econômicas atinentes aos fisiocratas, que não cabem nessa reflexão; portanto, serão os economistas que permitirão uma nova arte de governar diferente do Estado de polícia, a partir dos questionamentos sobre a escassez dos cereais, o preço desses, sua circulação. As principais ideias econômicas que estariam na base da desarticulação dessa razão policial de Estado, porque contrariando o pensamento vigente sobre os cereais, seriam: 1) para evitar a escassez alimentar é preciso que haja abundância de cereais, é necessário que sejam bem pagos¹⁶⁰; essa tese dos fisiocratas do século XVIII acaba sugerindo que os objetivos da intervenção política seja a própria agricultura, as possibilidades do investimento agrícola, o bem estar do trabalhador do campo etc. Foucault (2009) comenta que aquela razão anterior do Estado de polícia ordenada a partir

¹⁶⁰ Na visão anterior, mercantilista, o esquema era: os cereais produzidos terão que ser baratos para que possam ser consumidos pelo trabalhador, sem que seja preciso aumentar os salários e, ainda não encarecendo a produção.

do privilégio da cidade desarticular-se-ia (contexto europeu). Os limites da polícia, pautado pelo urbano, perdem a referência. Essas questões levantadas introduzem a problemática da produção de alimentos pela agricultura no âmbito da nova *governamentalidade* racional do Estado. “A terra aparece agora, ao lado da cidade, pelo menos, tanto quanto a cidade, mais que a cidade, como objeto privilegiado da intervenção governamental.” (Idem, p.461). A *governamentalidade* está ocupada com a produção e não mais com a venda dos produtos, mas com o reembolso da produção. Não é a cidade e sim a terra, o centro da atenção, uma desurbanização em benefício do agrocentrismo.

2) Sendo o cereal bem pago, seu preço poderá subir livremente em função da oferta e da procura. A tese do preço justo, portanto é quanto melhores forem as colheitas, estando a bom preço, mais estimulado à venda ficará o produtor. Caso o preço esteja muito alto, a tendência será a de fixar-se e estabilizar-se. Aí os economistas, ao defenderem essa auto-regulação dos preços, contrapõem-se ao princípio fundamental do sistema de polícia que era a regulamentação para os interesses do rei. A disciplina imposta pela polícia, para o cumprimento de todas as necessidades não poderia mais ser aplicada pelos efeitos prejudiciais que traria à questão econômica da escassez e sua superação. A flexibilidade passa a ser o nó górdio dessa questão da autonomia da variação dos preços. O Estado dedicar-se-ia à sociedade, mediado pela economia e as intervenções ocorreriam sem regulamentos inflexíveis. Quando indispensáveis as intervenções, passam a ser geridas e não mais regulamentadas.

Com a economia respondendo às questões próprias à nova arte de governar, há transformações, como administrar as populações, organizar um sistema jurídico de respeito às liberdades além de se valer de um instrumento de intervenção, não mais naqueles moldes anteriores, de polícia. Ainda, aquele antigo modelo de polícia correlato à razão do Estado se distribui entre quatro elementos: polícia, prática econômica, gestão da população, o direito (justiça) e respeito às liberdades, além de somar-se ao aparelho diplomático-militar. Por fim, Foucault (2009) lembra que o poder está visível pelos dispositivos, porque

“Vocês estão vendo que é perfeitamente possível fazer a genealogia do Estado moderno e dos seus aparelhos, não precisamente a partir de uma, como dizem, ontologia circular do Estado que se afirma e cresce como um grande monstro ou máquina automática. Podemos fazer a genealogia do Estado moderno e dos seus diferentes aparelhos a partir de uma história da razão governamental. Sociedade, economia, população, segurança, liberdade: são os elementos da nova *governamentalidade*, cujas formas, parece-me, ainda conhecemos em suas modificações contemporâneas.” (Idem, p.476)

Na colônia e início do Império, a atuação policial ficava por conta de forças militares com funções de patrulhamento no espaço urbano, e quando necessário, de atividades no controle de estradas e recuperação de escravizados em fuga, geralmente numa superposição de funções que nas vilas estava expresso na união das casas de câmara e cadeia. Esta atuação, portanto, ainda era definida pelo panorama criminal especificado pelas Ordenações Filipinas (Bretas e Rosemberg, 2013, p.162-173). O Império, por sua vez, estará marcado por modelos policiais adotados dos diferentes países europeus. Estiveram em destaque durante o período, a Intendência Geral de Polícia criada em 1808 e a Guarda Real de Polícia, de 1809.

O contexto de atuação policial na ordem escravista esteve voltado para as exigências de repressão e controle social, primeiro dos trabalhadores escravizados e, dos demais nacionais empobrecidos. Como corpo mal preparado, atuação limitada nas cidades e com condições precárias, tal aparato revela para a historiografia mais recente, um papel supervisor mais geral com pouco impacto transformador na sociedade do período.

A República, por sua vez, tornar-se-ia o período em que o aparelho policial ganharia maior efetividade, deixando em evidência sua razão. O federalismo de 1891, ao deixar a cargo dos Estados a organização de sua instituição policial promoveu uma série de diferentes corpos policiais no interior dos Estados. Segundo Leal (1949|1986, p.198-201) foi adotada a prática da livre nomeação das chefias de polícia, delegados e subdelegados¹⁶¹, o que permaneceu por décadas, como costume. A máquina policial, tal como concebida na Primeira República, também contava com a participação da estrutura militar, cuja inspiração vem do exército, sendo os postos de comando das milícias entregues à oficiais que acabavam atuando como delegados. O policiamento dos Estados, seguia essa estrutura básica: soldados, cabos e sargentos distribuídos nos municípios, sob o comando do delegado civil ou militar. As atividades policiais a serviço das campanhas eleitorais em

¹⁶¹ Os delegados nomeados passaram a receber salários pagos pelo Estado apenas a partir da República. Já os subdelegados durante o período de existência da função (anos 1960) não recebia nenhum comissionamento, sendo pessoas leigas sem formação em Direito, embora tivessem por atribuição atender ocorrências na ausência do titular. Geralmente pessoas influentes no bairro, os subdelegados eram úteis, como depoimento de delegado aposentado, Roberto Genofre: “Os subdelegados, sem qualquer tipo de remuneração, nem formação policial, eram auxiliares, pessoas do povo que funcionavam como informantes e, dependendo do bairro, tinham muito prestígio junto às comunidades, ostentando sempre a carteirinha com distintivo que usavam na lapela, quando saíam em diligência junto com as autoridades policiais. As nomeações eram políticas e as indicações eram feitas pelos chefes políticos ao chefe de gabinete da Segurança Pública, ou por indicação do delegado titular dos distritos ou delegacias” (apud Martins, 2014, p.130)

diversas localidades e regiões também esteve configurada como atuação, dentre as demais a serviço do Estado ou dos mandatários locais. Vale reiterar que durante a Primeira República, a organização policial, em determinadas regiões do país tornou-se um dos sólidos sustentáculos do coronelismo e das formas de dominação, usando-se o serviço público, especialmente a polícia e as relações com delegados e sub-delegados para perseguições contra adversários. Visto na ordem escravocrata e sobretudo na Primeira República (Franco, 1997, p.137-139; Leal, 1949|1986, p.201), como um fenômeno mantido por muitas décadas depois.

Em São Paulo, o aparato policial foi reformado em 1896, quando passou a ter novo regulamento sob o nome de Força Pública. Com um efetivo de 5.178 homens (Martins, 2014, p.51) e comandada por oficial do exército, estava diretamente subordinado às ordens do presidente do Estado. Treinada pela Missão Militar Francesa em 1906¹⁶², a Força Pública do Estado de São Paulo tornou-se um pequeno exército paulista como definiu Dalmo de Abreu Dallari¹⁶³. Com a reforma, o Estado pretendeu organizar um corpo policial capaz inclusive de intervir em outros estados, quando necessário, dando demonstrações de força política e condições de enfrentamento de guerras e rebeliões civis. Foi assim nas tropas enviadas a Canudos (1897) e na Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904 e nas rebeliões militares dos anos 1920, quando batalhões foram designados para confrontos com rebeldes no Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Com a frase “a questão social é um caso de polícia” dita por Washington Luís, então Secretário de Justiça e Segurança, entre os anos de 1906 e 1911, a pesquisadora Heloísa Cruz (1987, p.115-130) ilustra como as elites entendiam o adensamento da população em São Paulo, reiterando o aparato policial como instrumento privilegiado para o controle social do trabalho, diante de reivindicações e mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras e, do não trabalho, do desemprego e as formas tidas como vadiagem, mendicância e vagabundagem. Como grande parte da pobreza na cidade estava integrada por imigrantes, principalmente italianos¹⁶⁴, o estrangeiro acabaria atraindo parte do

¹⁶² Cf. *A Missão Militar Francesa na Força Pública de São Paulo...* Linhares, S.H.

¹⁶³ Cf. *O pequeno exército paulista....op.cit*

¹⁶⁴ A postura dos operários estaria explicitamente criminalizada, como se pode ler: Art. 204. Constranger, ou impedir alguém de exercer a sua industria, commercio ou officio; de abrir ou fechar os seus estabelecimentos e officinas de trabalho ou negocio; de trabalhar ou deixar de trabalhar em certos e determinados dias: Pena - de prisão cellular por um a três mezes. Art. 205. Seduzir, ou alliciar, operarios e trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa, ou ameaça de algum mal: Penas - de prisão cellular por um a três mezes e multa de 200\$ a 500\$000. Art. 206. Causar, ou provocar, cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos operarios ou patrões augmento ou diminuição de serviço ou salario: Pena - de prisão cellular por um a três mezes. § 1º Si para esse fim se colliga-

estigma antes exclusivo dos negros e mestiços, quanto ao não-trabalho. A indignação demonstrada pelas autoridades policiais, por sua vez, culpavam os imigrantes pela desistência do trabalho nas lavouras e pela condição flutuante ocasionada nas cidades

“São homens válidos e capazes, que em vez de se empregarem no serviço da lavoura, no interior do Estado ou tomarem uma ocupação qualquer de utilidade, preferem arrastar uma vida miserável e ociosa nessa Capital ou nas principais cidades do Estado, fazendo desse *modus vivendi*, uma rendosa fonte de especulação” (Relatório do Chefe de Polícia de 1895 apud Cruz, 1987, p.121).

Ao lado da cidade que transformar-se-ia por meio das melhorias urbanas promovidas na Primeira República, recrudescia a violência policial que ganhou fama até ser abertamente criticada pela imprensa. Casos diversos de abuso de autoridade, violação de direitos, eram reportados. Mesmo assim e com o aumento do efetivo policial não se obtinha a *docilidade* esperada. Os choques e confrontos de resistência, sobretudo de operários e operárias tornaram-se comuns¹⁶⁵. Casos de extorsões cometidas por policiais, espancamentos promovidos por subdelegados e exauros cometidos à indivíduos embriagados ou em situação de tumultos populares, tornar-se-iam rotineiros. As ações cotidianas que poderiam ter outro tipo de intervenção policial, acabavam sempre em detenção e terror, reiteradas pelas condições de exposição à tortura, como denunciadas pelos jornais locais, entre a imprensa operária, nos casos de militância. Episódios de intervenção de Consulados a favor dos estrangeiros vítimas de abusos policiais foram recorrentes.

O fortalecimento do aparato policial é dado também pelos pressupostos da criminalidade definida pelo direito positivo, que deu ênfase à formulação de dispositivos e técnicas capazes de definir o infrator, sua periculosidade e suas motivações

rem os interessados: Pena - aos chefes ou cabeças da colligação, de prisão cellualar por dous a seis mezes. (Decreto N° 847, de 11 de Outubro de 1890 - Código Penal)

¹⁶⁵ Como referido na Edição de março de 1906 do periódico fundado em 1903 por Oreste Ristori *La Battaglia*, a repressão e violações eram constantes: “A polícia, seja de dia ou de noite, viola os domicílios à vontade; nas vias públicas, prende a toa e não raro persegue os cidadãos; nos conflitos pacíficos entre capital e trabalho, os grevistas são presos nos seus domicílios, as ligas operárias invadidas pelos esbirros e, como aconteceu ultimamente em Santos, na greve dos estivadores, representantes das ligas são presos como malfeitores. A polícia é soberana suprema do país, faz e desfaz à vontade, desprezando a liberdade que a Constituição sanciona.” (apud Beiguelman, 1978, p.147-148)). Esse autoritarismo que desrespeita a lei máxima é comentado pela autora lembrando os casos de degredo arbitrário cometido pelas autoridades policiais, de operários enviados ao Acre, que acabaram vendidos como escravizados; além disso, os casos de desrespeito costumeiro ao instrumento *Habeas Corpus*, o que fazia com que os policiais antes da deliberação pelo Juiz, escondessem e transferissem ilicitamente os detidos, de delegacia em delegacia para impedir a soltura.

“A Escola Positiva de Direito Penal opunha-se à igualdade preconizada pelo direito liberal, na penalização do crime, mesmo porque, não era o delito que se defendia punir, mas a qualidade especial dos delinquentes. Ainda, a finalidade de sua lei não era restabelecer a ordem jurídica, mas instituir o combate ao crime, como um novo fenômeno, do qual a sociedade precisava defender-se. Essa reação antiliberal percorreria longos anos até que os veredictos sobre os crimes pudessem chegar à resultados consensuais, dos especialistas envolvidos na acusação e defesa” (Cardachevski, 2004, p. 91).

A partir da reforma do Código Penal em 1890, como já citado, há um deslocamento da ênfase do ato criminal para a figura do criminoso. Com isso, as práticas mais comuns das camadas populares passam para significados delinquentes ou criminosos. O não-trabalho torna-se vadiagem, a prática da capoeira, sobretudo quando praticada em grupos, configurando milícias, seria enquadrada como agressão, sem falar na embriaguez e prostituição. Para os que fossem maiores de 21 anos, ficava estabelecida a prisão em celas, que variava de 5 dias a 4 meses. Já os menores, entre 14 e 21 anos, acabavam recolhidos em estabelecimentos disciplinares de profissionalização¹⁶⁶ (Santos, 2004, p.138-169). No entanto era contra os reincidentes que recairia a maior punição

“Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena – de prisão celular por dois a seis meses. Parágrafo único. É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro. Art. 403. No caso de reincidência, será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400. Parágrafo único. Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.”(Decreto Federal 145, de 11 de Julho de 1893)

Na República, adotar-se-ia um padrão de prisões em massa em nome da tranquilidade da cidade, segundo o instrumento da “prisão por averiguação”. Com isso, tanto a polícia criava um relatório com suspeitos que passariam a figurar na galeria dos “perigosos”, quanto daria demonstração de austeridade e serviços em prol da moral. De outro lado, ainda, era uma forma de pressão para a expulsão de segmentos da população, de

¹⁶⁶ Santos, M. S. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, p. 138-169. A prisão dos Ébrios, Capoeiras e Vagabundos no início da Era Republicana

espaços em que a ordem requeresse a ausência, inclusive visual, da pobreza. Na Estatística Policial de 1904, publicada no Correio Paulistano de 3 de fevereiro, Edição nº 14536 é possível ler:

“Do volumoso caderno de mapas que constituem o trabalho extraímos os dados que seguem: Prisões de Detenções – Effectuaram-se na Capital 12.839 prisões e detenções assim discriminadas: Na 1ª Circumscipção 3149, na 2ª Circumscipção 2457, na 3ª Circumscipção 2729, na 4ª 2171, na 5ª 2333”.

Desses números verificamos que eram brancos, 8811 indivíduos, levando a crer na grande prisão de imigrantes, sendo 5692 brasileiros e 5065 italianos e 2044 mulheres. No interior há diferenças, começando pelo total de 15250 detidos, sendo indivíduos menores de 18 anos, 2091, provavelmente incluídos no grupo de homens ou parte no grupo de italianos; os homens somaram 13258 e as mulheres, 1992. Desse total, 9889 eram brasileiros, 8567 eram brancos, 3556 eram pretos e 2562 eram italianos. Com esses dados, pode-se depreender que no interior, o número de brasileiros presos era proporcionalmente maior aos italianos na Capital, demonstrando a capilaridade da austeridade imposta pelo plano policial. Na somatória entre Capital e interior, os motivos de maior incidência no Relatório de Detenções de 1904 seriam: desordem e embriaguez.

Em 1910, foi promovida uma reestruturação num segmento policial da Força Pública em São Paulo, que criou um destacamento de Inspetores cuja finalidade seria a aproximação com a população, buscando eliminar a péssima fama conquistada por suas práticas e procedimentos. No entanto, nem assim, a polícia paulista abandonou sua face terrível sobretudo entre os pobres

“Todos sabiam da existência das geladeiras, como eram apelidados os cárceres das delegacias do Cambuci, Liberdade e Vila Mariana, que infundiam terror entre a população. Os detidos eram levados para os distritos e trancados em cubículos de cimento sem luz, imundos e estreitos, onde ficavam amontoados, incomunicáveis, às vezes nus, definhando no chão por semanas” (O Estado de São Paulo, 3/09/1919 apud Martins, 2014, p.142).

A contabilidade de greves e paralisações em São Paulo diretamente, quando operários reivindicavam melhorias salariais ou indiretamente, quando funcionários de outros segmentos da indústria ou serviços públicos, faziam mobilizações solidárias, negando-se ao trabalho para apoiar causas requeridas, não isenta um ano republica-

no, sequer para esse tipo de contestação¹⁶⁷. Em forma de paredes ou greves, o confronto acabava sendo inevitável, porque a repressão policial praticada de diferentes maneiras contra os trabalhadores e trabalhadoras era um princípio e uma razão do Estado. Os anarquistas, especialmente pela forma destemida com que taticamente difundiam suas críticas, tiveram a polícia contra si em incontáveis situações. Desde prisões arbitrárias para “averiguação”, até torturas, invasão domiciliar e prisões e degredo sem formalidade judicial eram promovidas pela polícia paulista. A arbitrariedade levou Washington Luís, então Secretário de Justiça e Segurança e seu Chefe de Polícia, à época, José Cardoso de Almeida, a promover a Campanha “não prender sem motivo, não prender sem processar” (Martins, 2014; Cruz, 1987). As medidas para controlar as formas de violência policial, no entanto, não conseguiram reduzir a tensão entre policial e policiado. São Paulo iniciou em 1911 e inaugurou em 1920, um dos maiores complexos penitenciários para 1200 presos, a Penitenciária do Estado, do qual tinha muito orgulho, não só por pertencer ao prestigioso engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo, mas pela moderna pedagogia de encarceramento lá aplicada, que previa separação de réus primários de reincidentes e por tipo de delito, num modelo de recuperação empregando trabalho e disciplina. Em 1924 a Polícia Política com o DEOPS, criaria outras liberalidades para atuação opressora de condutas sociais e políticas da população, preventivamente organizada em ligas, grêmios, associações, federações pertinentes, diante da total falta de amparo ao trabalhador na época.

O poder do Estado por meio de suas instituições legislativa, judiciária e policial tratou imigrantes e brasileiros pobres, os sem-trabalho ou trabalhadores com discriminação e prevenção, ajudando a constituir uma tipologia de inadequação de todas as formas criadas por esses grupos para a sobrevivência nas cidades, reiterando com isso, todas as demais medidas violentas, excludentes e arbitrárias em curso para manter impecável a ordem burguesa e sua civilização na São Paulo da Primeira República. As ruas em São Paulo sofreriam uma enorme distinção. Progressivamente foram eliminados os espaços de sociabilidade e referência que possibilitavam o antigo uso espontâneo de seus habitantes empobrecidos. O comércio e novos caracteres para seus espaços de circulação restringiram o acesso desses segmentos, ditando o consumo e as novas sociabilidades, pouco dispostas à experiência ou pretensas tradições coloniais. O projeto de mestiçagem e branqueamento, por meio do imigrante europeu, dava mostras de deficiência, à medida que a figura indócil que resistia, tam-

¹⁶⁷ Cf. *A Formação do Povo no Complexo Cafeteiro... Beiguelman, P.*

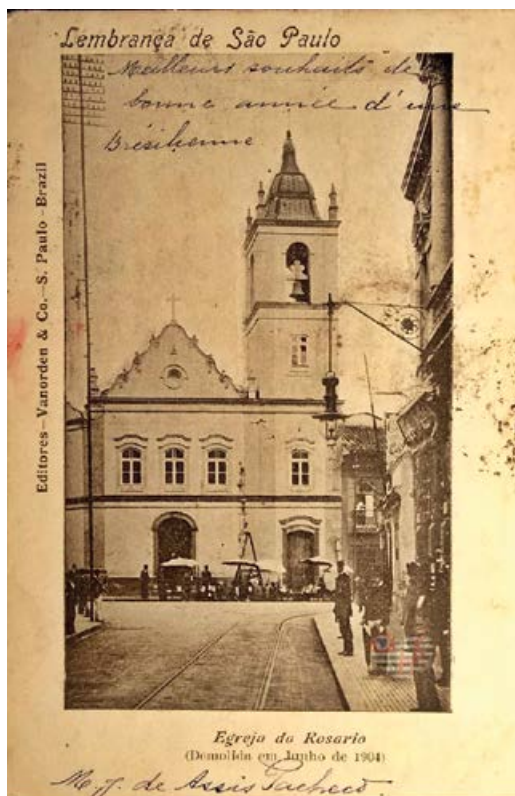
bém não era da terra. Com a contribuição dos regulamentos, proibições e posturas, a ordenação disciplinar, por meio de seu dispositivo policial atuaria, impedindo que o *sem-trabalho* pudesse sobreviver sem as formas assujeitadas oferecidas nas lavou-
ras ou nas cidades.



35. Antigo Theatro São José e nova paisagem do Vale do Anhangabaú, no início do século XX. Guilherme Gaensly - acervo do Museu Paulista- USP.



36. Provavelmente procissão de Corpus Christi à caminho da Igreja Matriz, na direção da antiga Igreja da Misericórdia, 1910. Ao contrário do que parece, essa procissão já demonstra restrição conforme os limites permitidos da nova ordem romanizada do catolicismo paulista. As antigas procissões das Irmandades eram alegóricas e formadas por blocos temáticos. Note-se o número de pessoas negras que compõem o préstito. À direita, no canto da foto, aparece vitrine expondo os modelos de fotos em losângulo do fotógrafo, Vincenzo Pastore.



37. O cartão Postal informa sobre a Igreja demolida em 1904. A Igreja do Rosário no Largo do Rosário foi desapropriada por 180 contos, sendo que a Igreja havia pedido 500 contos. O Prefeito Antonio Prado acabou elevando para 250 contos, cedendo uma área adjacente à Igreja no Largo do Paissandu, conforme Ato da Prefeitura de São Paulo, nº 159 de 26 de dezembro de 1903 (Barros Ferreira, 1971;p.40).



38. Igreja N.Sra do Remédio e Largo remodelados em 1920. Seria desapropriada e demolida no início da década de 1940 pelo então Prefeito Prestes Maia para a construção do viaduto Dona Paulina.



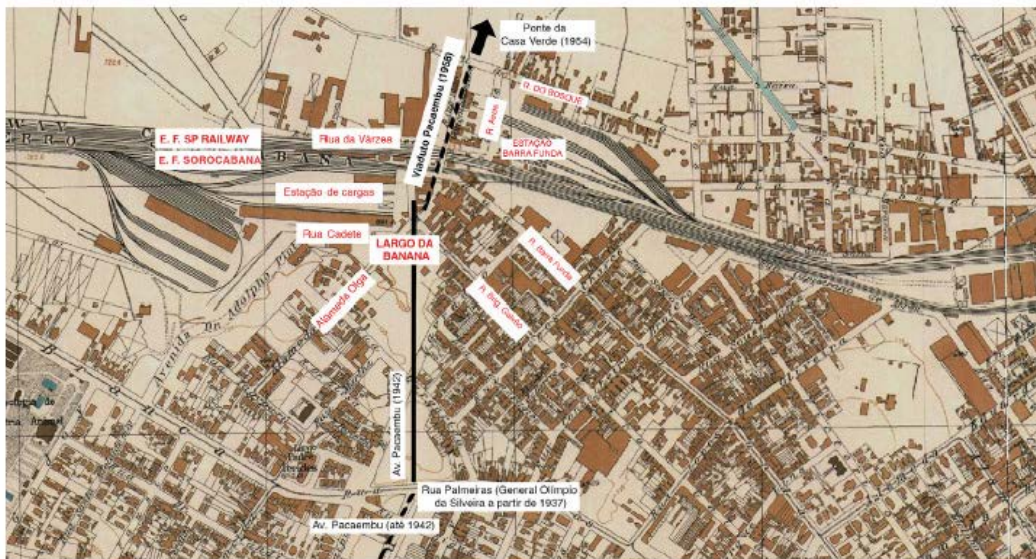
39. Modelo de aprisionamento, a Penitenciária do Estado projetada por Ramos de Azevedo em 1911, seria inaugurada em 1920. APESP



40. O Bexiga, importante território afro-descendente e ítalo-brasileiro. Vale do Saracura - Vincenzo Pastore, São Paulo - Brasil - 1900. (atual Praça 14 bis).



41. O Largo da Banana, no pátio de manobras da linha ferroviária, na Barra Funda, local de origem do “Samba Trabalho” paulista. Área foi desapropriada na década de 1950 para a construção do viaduto Pacaembu. Acervo digital da Prefeitura de São Paulo.



G. Localização do Largo da Banana, antes da construção do Viaduto Pacaembu, sobre mapa elaborado pelo consórcio Sara-Brasil em 1930. Fonte: Geosampa, 2018



42. 1925 - Grupo de crianças do Cordão Camisa Verde na romaria a Bom Jesus de Pirapora. (Acervo Centro de Documentação e Memória do Samba. DPH- PMSP)



43. Cordão da Barra Funda, em Pirapora do Bom Jesus, com sua formação original de doze integrantes, 1915. Acervo Centro de Documentação e Memória do Samba. DPH- PMSP.



44. Procissão popular, anos 1920. Note-se os instrumentos musicais de fanfarras e bandas. APESP. MI.

Considerações Finais

Algumas diferenças na configuração da Vila de São Paulo, depois Cidade de São Paulo fizeram com que tivesse um outro percurso a exemplo da ocupação e extensão da Coroa nos núcleos do litoral. De poucos atrativos aos olhos do rei, no entanto, no planalto criara-se, talvez por isso, um tipo de empreendimento independente, na base do apresamento, da busca e exploração do ouro e do alargamento de fronteiras, seguindo-se a rede fluvial abundante na parte ocidental do território, entre as atividades agropastoris, intermitentes e permanentes.

Como em toda colônia e, ainda que na São Paulo colonial os jesuítas já tivessem sido expulsos desde o século XVII, as Igrejas como espaços, as irmandades e ordens leigas, como modos associativos, seguiriam durante muito tempo como formas de distinção social. As características de seus habitantes, somadas ao conjunto de funções desempenhadas na cidade deixavam entrever que, mais do que “um burgo de estudantes”, era um local em que as diferenças sociais não estavam pré determinadas pelos espaços. Ao contrário, portanto, o trabalho de livres, forros e escravizados a ganho os aproximava e, como princípio, permitia o convívio entre diferentes condições, o que era, em geral, endossado e os estatutos de todas as irmandades de “homens pretos” e de homens pardos” continham essa determinação em suas regras. A autonomia dessas populações igualadas pelo cotidiano e com a qualificação social atribuída pelo desempenho do trabalho, garantiu por muito tempo relações próprias, fossem pelos serviços, mas, ainda, pela sociabilidade indistinta provocada pelas rezas comuns nos oratórios de rua, nas procissões, nas Igrejas e no tradicional comércio ambulante, nas vizinhanças das quatorze igrejas que existiam naqueles arredores da Sé, o que permitiu, durante muito tempo as experiências compartilhadas.

Como vimos, no entanto, com o fim do Padroado e a instituição do Estado laico republicano, muitas transformações nesse âmbito acabaram também por impactar, não apenas as tradições, mas um conjunto de legitimidades associadas à materialidade dessas práticas religiosas leigas, que desagradavam não só os republicanos antimonarquistas, mas também as diretrizes ultramontanas do Vaticano, que especialmente em São Paulo, estiveram definidas pela presença política marcante do último bispo e primeiro arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva. A sua postura de reprovação dos templos em taipa sempre foi explícita. O desprezo por uma arquitetura co-

lonial favoreceu a substituição de diferentes edifícios com projetos inspirados na arquitetura neogótica, bem ao gosto das aspirações europeizantes. A “diocesanização” como um movimento de conquista de novos territórios católicos em todo Brasil, demonstrava a importância de conquistar fiéis, atraídos por novas premissas, avessas às práticas de um catolicismo místico e popular, contrário ao racionalismo que marcava a doutrina dos sacramentos presidida pelo sacerdote. Dom Duarte foi transferido pelo papa Pio X para a diocese de São Paulo em 1906. Em junho de 1908, com a elevação de São Paulo à província eclesiástica independente, Dom Duarte foi nomeado por Pio X, arcebispo da nova arquidiocese de São Paulo. Por iniciativa do novo Prior foram criadas cinco dioceses em São Paulo: Campinas, Taubaté, São Carlos, Botucatu e Ribeirão Preto. Em virtude das ações, recebeu da Santa Sé os títulos de Conde romano e assistente do Sólido Pontifício. Teve atuação política em diferentes momentos de sua permanência até 1938, inclusive apoiando a Revolução de 1932.

Ainda que não se possa atribuir a completa responsabilidade de D. Duarte às inúmeras demolições de igrejas originais de irmandades de “homens pretos”, em São Paulo no período, entende-se aqui, que sua contribuição para que isso acontecesse, também não foi pequena. Para isso, por exemplo, considera-se que o episódio de maior visibilidade nessa contribuição, viria de seu posicionamento contrário à preservação da igreja matriz, a velha igreja da Sé, na qual, previa-se uma inicial pequena desapropriação que acabou por se tornar muito maior do previsto, resultando na demolição de 14 quadras inteiras, como referido, de antigas casas populares desde há muito tempo utilizada pelos trabalhadores daquela região. Com essa medida que envolveu tantos interesses e especulação, foram eliminadas e dissolvidas sociabilidades e antigos vínculos e grande parte de suas memórias. A construção da Catedral, iniciada em 1913, só seria inaugurada quarenta e um anos depois, em 1954, ainda parcialmente inacabada, sendo finalizada apenas na década de 1960.

Dito isso, interessa reiterar nessas considerações, portanto, que houve uma convergência de interesses nos episódios das demolições, pelos quais o de N. Sra. do Rosário dos Pretos ganhou maior notoriedade, por conseguir resistir e pelos apoios recebidos que foram imprescindíveis. Não foi o caso da Igreja de Santa Efigênia, que pouco tempo depois de ter sido a Irmandade dissolvida por medida judicial, foi demolida e no local, fora construída outra Igreja, que serviu de Matriz durante o período das obras da Catedral. Nesses interesses há um ideário de “progresso” ou melhor, de “ordem e progresso” que animava a República, estando, portanto, expresso nos diferentes setores de configuração da cidade, na instalação de inúmeras residências e de um conjunto de equipa-

mentos culturais além do comércio e a própria expansão da indústria, como maneira de diversificação de investimentos advindos da exportação do café.

Mas antes de avançarmos para meados das considerações gostaria de ponderar sobre um dos aspectos de que se revestem essas igrejas coloniais em taipa, cujas irmandades estiveram por tantos anos à frente e que marcaram a convivência na região da Sé e que dizem respeito à uma definição de lugares antigos, que são mantidos, mas acabam deslocados no tempo. Esses são os locais heterotópicos sobre os quais trata Foucault. Diferente entre os espaços, alguns possuem a capacidade de “neutralizar, suspender e inverter” o sentido dado ao conjunto dos posicionamentos dos lugares, não deixando, no entanto de serem reais. Assim, sendo contrários aos utópicos, as heterotopias contribuem no entendimento dessas igrejas como lugares de antiga expressão e memórias das irmandades, num contexto das novas configurações republicanas, que buscava eliminar o passado colonial e subjugado. Esses espaços, com a peculiar diversidade intrínseca, justificariam sua existência, num determinado período histórico, configurando contestação mítica e real aos demais espaços e seus valores num respectivo momento. As Igrejas-cemitérios, portanto, seriam marcos relacionais confrontantes na paisagem que se pretendeu reformar.

Desde 1870, quando as primeiras desapropriações e demolições no Largo do Rosário têm início, um conjunto de transformações vão se impondo. A centralidade das atividades comerciais, criaram mecanismos de valorização imobiliária, que por sua vez receberam apoio da municipalidade, com reforços de uma normatização cada vez menos tolerante com a manutenção do patrimônio colonial, sobretudo no triângulo (ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro) dando demonstrações de como o processo das demolições era também um processo de substituições econômicas, com franca participação do capital estrangeiro. O caso da desapropriação e demolição do casarão do Barão de Taui, da família Paes de Barros, arrastado nos Tribunais por quinze anos é exemplo dessa disputa. O projeto de Jules Martin para a construção do primeiro viaduto do Chá sairia vitorioso e ovacionado e a parte contrária, bastante achincalhada. Nessa articulação, do capital estrangeiro financiando e se beneficiando com a contrapartida do Governo estaria presente em inúmeras iniciativas, na Capital e para diferentes empreendimentos no Estado. A questão, portanto, relacional remete à expansão da economia cafeeira que fez do Brasil o maior produtor de café do mundo, liderado por São Paulo e seguido pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais, numa composição de cenário político também determinante.

Disso também importa dizer que a pesquisa abre uma outra linha de possíveis e futuras pesquisas ligadas ao ideário do “desenvolvimento”, passado o apogeu cafeeiro

e adentrando as décadas de 1930 e 1940, que merece ser investigada, seja pelo grande ônus ambiental causado, inicialmente, pelas frentes pioneiras do desmatamento cafeeiro. Importa aqui também reiterar que os países europeus, talvez sem sabê-lo, entre outros, consumiam, naquele período "o cafezinho mais caro do mundo" (grifo meu); pois às custas das florestas virgens paulistas, que como havia dito Saint Hilaire "florestas tão antigas como o mundo". Somado a isso, ainda nessa direção, há um alto custo socioeconômico com a implantação de mais de sete mil quilômetros de ferrovias no Estado, que em menos de oitenta anos já se encontravam em grande parte desativadas. Além desses dois aspectos, há ainda um terceiro que os antecede, muito expressivo e que diz respeito à posse e grilagem de terras no período, com enorme custo social, já que houve uma privatização sem precedentes das terras devolutas que até o fim do século XIX correspondiam à 2/3 do Estado de São Paulo e, menos de cinquenta anos depois, haviam passado à propriedade privada com critérios jurídico-administrativos frágeis e com base no favorecimento de determinados interesses privados. A questão da centralidade da Capital frente ao crescimento e articulação do território paulista está por tais características, também reiterada, como colocado no início das afirmações provisórias da pesquisa.

Do trabalho livre como medida para atração e com a oferta de terras fartas, São Paulo tornou-se uma rota privilegiada no negócio da emigração europeia, principian-do com a Itália, de onde recebemos o maior número de imigrantes, seguida por outros países. Das fazendas para as cidades, das cidades para as fazendas. Esse circuito, possível pela mobilidade das ferrovias é expressão de uma movimentação que se tornou constante na Primeira República, seja pelas crises e pela retração de trabalho nas lavouras, seja pelas oportunidades criadas nas cidades. Ao contrário do que parece mais corriqueiro, as atividades realizadas nas cidades e inclusive em São Paulo eram muito menos fabris ou industriais e muito mais artesanais. Apenas 1/5 da população estava distribuída nas indústrias do período, principalmente as tecelagens. A maior parte do trabalho era realizado pelos artífices. Grande número de candidatos ao trabalho nas lavouras tinha ao menos duas qualificações. Nas cidades, muitas casas acomodavam conjuntamente as oficinas. Sapateiros, pintores, chapeleiros, marceneiros, encadernadores, alfaiates entre outras funções.

Refletir sobre a contribuição desses trabalhadores, empresários de si mesmos, tanto nas lavouras, quanto nas cidades e ao lado dos nacionais, pois além de coabitarem, também trabalhavam próximos, me permitiu avançar nessa parte da pesquisa, para a qual não havia dimensionado quando me lancei a seguir as implicações da substituição do trabalho escravizado pelo trabalho livre, num pressuposto de conflitos e de pouca

colaboração. No entanto, ainda que as oportunidades tenham favorecido em muitas ocasiões os imigrantes, estariam todos equiparados à situação semelhante de pobreza ou dificuldades, ainda que em condições pioradas ao nacional ou ex liberto. Com alto custo de vida, os preços dos alimentos, somado aos valores dos aluguéis obrigava ao trabalho familiar, com mulheres e crianças. E era assim, tanto nas lavouras quanto nas cidades. Nas lavouras as dietas melhoravam e ainda era possível ganhar-se com a produção dos excedentes, todavia, o endividamento não era pequeno e as condições de trabalho eram invariavelmente árduas. A expectativa estava nos núcleos coloniais ou nas ofertas para propriedades de lotes de terra, pagos em longos financiamentos.

Ainda que próximos pelo princípio de pobreza, no entanto, os imigrantes, assim como os nacionais, reforçavam suas existências por meio das formas associativas. Os italianos recriaram suas condições por meio de uniões e federação de amparo ao trabalhador, além de escolas e jornais, reafirmando junto aos nacionais, a importância de outras formas associativas que substituíssem as religiosas leigas, que já assumiam outros formatos entre ligas operárias, grêmios, clubes, cordões e escolas de samba, responsáveis por novos protagonismos culturais e políticos fundamentais no Brasil da Segunda República. Em meio às resistências desenhadas pelos italianos anarquistas artífices e pelos nacionais, fui levada ainda a considerar o desempenho notável dos trabalhadores também à luz da teoria do capital humano trazida por Foucault na tentativa de avaliar a possível extensão das configurações do enriquecimento socioeconômico desse período, pelas qualidades pertinentes à tal abordagem.

A nova geografia do trabalho, desenhada por bairros orbitando outros, com oferta de trabalho na capital, estavam representados na Barra Funda, no Bexiga, entre os tradicionais, Brás, Moóca e Santa Efigênia. São Paulo, tanto a cidade como o Estado tornaram-se centros de fluxo e afluxo de pessoas, nacionais e estrangeiros que transformaram ambas as realidades. Das novas sociabilidades disso advindas, quanto mais adensados e sem infra-estrutura ficavam os bairros, os cortiços e as habitações populares, mais compartimentadas se tornavam as habitações peculiares da ordem burguesa, expressão do gosto e dos gestos mais sofisticados. Entre a cisão dos bairros e locais de habitação populares, conforma-se uma cidade cuja centralidade comportaria muitas distinções socioespaciais, embora mantendo como negócio lucrativo, com alto valor imobiliário e econômico, os cortiços, que por muito tempo se reeditaram, ainda que fora de norma.

Por fim, interessa acrescentar que a pesquisa se lançou a tarefa de refletir, e abrir possibilidades sobre as condições de produção das memórias da velha Sé e sua sociabilidade marcada pelos tradicionais habitantes, irmanados por costumes e condições e,

pareceu impossível não considerar que a memória que estava na base da experiência e das trocas reafirmadas pelas tradições das ruas, das festas e das Igrejas só se permitirá perceber, por meio de alguns vestígios, sem que isso queira efetivamente dizer que será exequível alcançá-la. Houve uma grande ruptura que se processou com a instalação da cidade contemporânea, e disso nos alertou Walter Benjamin, sobre o fim da experiência. Crítico das formas engendradas pela cidade capitalista, lembra-nos como a destruição das tradicionais formas de memorização foi proporcional à substituição por outras maneiras de interação, cuja estruturação informativa resultou na difusão de uma cultura voltada à comunicação impressa de jornais e revistas, com direito à efemérides e propagandas de apelo ao consumo, em detrimento das narrativas orais, performáticas e alegóricas (das ruas) e escritas, sobre as experiências individuais e coletivas até então consequências naturais dos diferentes tempos da vida. Sendo a narrativa uma forma artesanal de comunicação e a “experiência” (*erfahrung*) uma prática enfraquecida, mas fundamental para a tradição e memória, o autor nos ajuda a refletir sobre a arte e suas maneiras de minimizar tal declínio, para garantir a existência de uma experiência coletiva, do trabalho comunitário, ao que acrescentaria, entre outras formas sensíveis de resistência.

Por fim, como o enfraquecimento da arte de contar histórias está vinculado ao declínio da tradição e da memória, e na iminência de uma completa ruptura com as tradicionais formas de sociabilidade, pareceu importante considerar que tais lembranças foram subsumidas numa reconstrução dos lugares, o que transformou suas características em suportes para uma outra história monumental em São Paulo. Cabe ainda reabilitar de Pierre Nora o papel do resgate científico e a importância da forma narrativa histórica, inclusive em apontar a ambiguidade de se lançar a uma reconstrução dos lugares e suas memórias, mesmo que a memória seja um fenômeno vivido e sempre atualizado por seus herdeiros, e a história, uma disciplina que está investida como a representação do passado. Sendo assim, a memória também pode estar perdida entre aspectos pouco vistos ou nas rupturas cujos atores foram completamente subtraídos da versão histórica. Parece, portanto, expressivo recuperar entre vazios e silêncios, pistas para conhecer, se não a memória, as maneiras pelas quais foi possível a recriação das condições de vida destes protagonistas, para outros sentidos históricos.

Referências

ACERVOS

Instituto Moreira Salles – Coleção Fotográfica Vincenzo Pastore (15 fotos) e Militão Augusto de Azevedo (3 fotos).

Arquivo Histórico Municipal Washington Luís – Decreto de desapropriação da Igreja de N. Sra. do Rosário, assinado por Antonio da Silva Prado em 24/12/1903.

Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva- Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP) – Catálogo de livros históricos Vol. I e Vol. II. **(Manuscritos)** 1) Paróquias e Igrejas não paroquiais. 1) (R. do Carmo, SP) Igreja e Irmandade de N. Sra. Da Boa Morte (Atas, Eleições, Compromisso, Entrada e Anuidades-1872-1923); 2) (Sé, SP) Paróquia de São Francisco de Assis, Irmandade de São Benedito (Assentamento de Irmãs, libertas ou cativas e Irmãos libertos ou Cativos-1803-1901); 3) (Sé, SP) Irmandade de Santa Efigênia na Igreja de N. Sra. Do Rosário dos Homens Pretos (Compromisso de 1778); 4) Santa Efigênia - Paróquia N. Sra. Da Conceição e Santa Efigênia (Tombo, Pastorais, Ordens e Provimentos 1809 a 1904); 5) Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão (Compromisso, Atas, Inventário de bens, Receitas e Despesas - 1813 a 1890); 6) (Sé, SP) Irmandade de N. Sra do Remédio, antigo Largo - Igreja demolida - Paróquia do Cambuci - Atas das mesas conjunta e administrativa, 1901-1937); 7) (Diocese de Guarulhos) Paróquia de N. Sra. Conceição: Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos e Irmandade dos Santos Elesbão, Efigênia e Benedito (Compromissos, Contas, Eleições, Posses, Inventário de bens, joias, alfaias, Registro de entradas - 1784 - 1878); 8) (Diocese de Mogi das Cruzes) Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos (Termos de entrada de irmãos e Registro de despesas das obras da Capela); 9) (Sé, SP) (Igreja demolida) Irmandade de São Pedro dos Clérigos (Compromisso, Atas e Eleições, Títulos de contribuições de irmãos, Escrituras, títulos e documentos - 1762 - 1928); 10) (Liberdade, SP) Igreja e Irmandade da Santa Cruz das almas dos enforcados - 1932 - 1934).

Arquivo Público do Estado de São Paulo (Novo e antigo) – Acervo Digital – Fotos.

Arquivo Público do Estado de São Paulo – (Manuscritos) Registro dos Estatutos da Sé de São Paulo (Compromissos, irmandades e de títulos de sacerdotes evangélicos-1794 a 1889); Fundo Secretaria de Governo da Província. 1) Registro de Carta aprovando o Estatuto da Sociedade Circolo Italiano da Cidade de Jundiahy, 03/09/1882; 2) Registro da Irmandade de São Benedito da Cidade de Santos, 04/04/1780; 3) Estatuto do Club da Lavoura da Cidade de Campinas, 19/09/1876; 4) Carta de Aprovação dos Estatutos da Sociedade denominada Associação

Tipographica Paulistana, 01/06/1876; 5) Compromisso da Irmandade de N. Sra. Do Rosário dos Pretos da Freguesia de Arêas (Vale do Paraíba), 1861; 6) Carta confirmação do Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Cidade de Sorocaba, 1860; 7) Carta de Confirmação da Irmandade do Rosário de Tatuhy 09/04/1864; 8) Compromisso da Irmandade de Santo Antonio da freguesia de Santo Antonio da Alegria – Tietê.

Museu da Imigração – Acervo Digital de Fotos e Relatório Gráfico.

Acervo do Museu Paulista- USP - Fotos Guilherme Gaensly e Mapa Corographico da Capitania de São Paulo - 1792

Departamento de Patrimônio Histórico – Prefeitura do Município de São Paulo (Acervo Centro de Documentação e Memória do Samba).

Acervo Instituto de Estudos Brasileiros - USP – Imprensa Negra – <http://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/>

Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente – Mapa da Capitania de São Vicente -1553-1597.

Acervo do Centro de Memória da Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

LIVROS

ABREU, C. J., **Capítulos de História Colonial**, Textos literários em meio eletrônico: Amazon do Brasil, 1907/ 2018.

ADDUCI, C. C. **A “Pátria Paulista”** – O Separatismo como resposta à crise final do Império Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

AMÂNCIO, K. A. O., **Pós-abolição e cotidiano** – ex-escravos, ex-libertos e seus descendentes em Campinas (1888-1926). São Paulo: Alameda Ed., 2013.

AMARAL, R. J. **Os pretos do Rosário de São Paulo**. São Paulo: J.Scoretcci Editora,1991.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas** – Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo:Cia das Letras, 2019.

ARRUDA, J. J. A. (Coord), **Documentos Manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)**. São Paulo: Imprensa Oficial/EDUSC/FAPESP, 2000.

AZEVEDO, E.; CANO, J.; Cunha M.C.P; CHALOUB, B. S.(Org) **Trabalhadores na Cidade**. Campinas: Ed Unicamp, 2009.

AZEVEDO, R., **A Resistência Anarquista** – Uma questão de identidade (1927 – 1937). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

AZZI, R., **A vida religiosa no Brasil** – Enfoques Históricos. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

BARBUY, H., **A Cidade-Exposição** – Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo -1860 -1914. São Paulo: EDUSP, 2006.

BARREIRO, J. C., **Campesinato e Capitalismo**. Campinas: Ed.Unicamp;1986.

BASTIDE, R. **Estudos Afro-Brasileiros**. São Paulo:Ed.Perspectiva, 1973.

BASTIDE R.,FERNANDES, F. **Branços e Negros em São Paulo**. São Paulo: Global Ed., 4ª Ed., 2008.

BASSANEZI, M.; SCOTT, A.; BACELLAR, C.; TRUZZI, O. **Atlas da Imigração Internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

BEIGUELMAN, P. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro**: Aspectos Políticos. São Paulo :Livraria Pioneira Editora, 1978.

Pequenos Estudos de Ciência Política. São Paulo: Ed.Livraria Pioneira, 1973.

Os Companheiros de São Paulo: Ontem e Hoje. São Paulo: Vozes Ed., 2002.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas – Magia e técnica, arte e política**. São Paulo:Brasiliense, 10ª reimpressão, 1996,

Passagens - Vol I. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2019.

BOMFIM, P. R. A.; SOUZA NETO, M. F.,(org) **Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil**. São Paulo: GeoPo-USP/Annablume,1ª ed., 2010.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista - A degradação do trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Ed Guanabara, 1987.

BRITTO, I. M., **Samba na Cidade de São Paulo (1900 - 1930) Um exercício de resistência cultural**. São Paulo: FFLCH_USP, 1981.

BRUNO, E. S., **Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo**. São Paulo: José Olympio Editores, vols 1, 2, 3 , 1954.

BUENO, F. A. V. **A Cidade de São Paulo** : recordações evocadas de memória, notícias históricas. **São Paulo**: Ed.Academia Paulista de Letras, 1976.

CALABI, D. **História do Urbanismo Europeu**: Questões, Instrumentos, Casos Exemplos. São Paulo: Perspectiva Editores, 2008.

CAMPOS, C.; OLIVEIRA, E.R.; GITAHY, M., L., C.,(org) **Território e Cidades** – Projetos e representações, 1870 – 1970. São Paulo: Alameda Ed., 2011.

CARONE, R., **A República Velha** (Instituições e Classes Sociais) São Paulo: Difel, 1975.

A Evolução Industrial de São Paulo (1889 – 1930) São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

CASSOLI, M. L., **A Construção da Liberdade** – Vivências da Escravidão e do Pós-Abolição. Jundiaí: Paco Ed., 2017.

CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.;CORREA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2012.

CORDEIRO, L. C. (Org) **Os cortiços de Santa Ifigênia**: sanitário e urbanização (1893), São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo|Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

COSTA, J.F. **Ordem Médica e Norma Familiar** . Rio de Janeiro: Graal Edições, 1979.

COSTA, Viotti, E. **Da Monarquia à República** - São Paulo:Ed UNESP, 9ª ed., 1998.

A Abolição. São Paulo: Ed UNESP, 9ª ed., 2008.

CRUZ, A. **Portugal Restaurado**. Porto: Livraria Civilização; 1940

CZERESNIA, D. **Do Contágio à Transmissão**: Ciência e Cultura na Gênese do Conhecimento Epidemiológico. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 1997.

DANON,D., ARROYO,L. **Memória e tempo das Igrejas de São Paulo**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.

DEAN, W., **A Ferro e Fogo** – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1995/2020.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Ed Contraponto, 1997.

DIAS, M.O. L. S., **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 2ª Ed, 1995.

Encyclopaedia Universalis. **Le Capital Humain, une analyse théorique et empirique de Gary Stanley Becker**. France: Ebook, 2018.

EWALD, F., **Foucault a Norma e o Direito**. Lisboa:Veja Editora, 1993.

FAORO, R. **Os Donos do Poder** – Formação do Patronato Político Brasileiro – **Vol.1 e Vol. 2**. Porto Alegre: Ed. Globo, 5ª Ed., 1979.

FARIAS, J.; GOMES,F.S.; SOARES, C.E.L; ARAUJO, C.E.M.; **Cidades Negras** – Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda Editorial, 2ª Ed., 2006.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social: 1890 -1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2016.

(org) **Fazer a América** – A imigração em Massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora, 2ª. Edição, 2007.

FERREIRA, B. **O nobre e antigo bairro da Sé**. São Paulo:Prefeitura Municipal de São Paulo, 1971.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Ed. Vozes,7ª ed., 1987.

Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: 13ª edição, Ed Graal, 1998.

Nascimento da Biopolítica. Lisboa: Edições 70, 2010.

Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

Segurança, Território e População: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: 2008.

FRACCARO, G., **Os Direitos das Mulheres**: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917 – 1937). Rio de Janeiro: FGV Ed., 2018.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo:Ed Unesp, 4ª edição, 1997.

FREYRE, G., **Casa Grande e Senzala** – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global Ed, 51ª Ed., 2006.

FURTADO, C., **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 2003.

GAGNEBIN, J. M., **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed 34, 2ª ed., 2009.

GOFFMAN, E., **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Ed Perspectiva, 1974.

GONÇALVES, P. C., **Mercadores de Braços** – Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo Mundo. São Paulo: Alameda Ed; 2012.

GRINBERG, K.; Salles, R.(org), **O Brasil Imperial – Vol.III – 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo:Centauro Editora, 2ª edição, 2006.

HARRIS, R., **Assassinato e Loucura** – Medicina, leis e sociedade no *fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HOBBSBAWN, E., **A Era do Capital**. São Paulo, Editora Paz e Terra. 2012.

HOCHMAN, G. **A Era do Saneamento**: As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec Editora, 3ª.ed., 2013.

HOLANDA, A. B., **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Folha, 1988.

HOLANDA, S.B. **Monções e Capítulos de Expansão Paulista**. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2014.

Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 27ª Ed, 2015.

Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Cia das Letras, 3ª ed., 1994.

HOORNAERT, E., **Formação do Catolicismo Brasileiro-1500-1800**. Petrópolis:Vozes, 1978.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.,17ª ed.,1981.

KEHL, L. A. B., **Simbolismo e Profecia na Fundação de São Paulo** – A Casa de Piratininga. São Paulo: Ed Terceiro Nome, 2005.

KOSSOY, B. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem** – A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEAL, V. N., **Coronelismo, Enxada e Voto** – O Município e o Regime Representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2019.

LINHARES, Y. L.; SILVA, F. C. S., **Terra Prometida** – Uma história da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

LEWKOWICZ, I.; GUTIÉRREZ, H.; FLORENTINO, M., **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: Ed UNESP, 2008.

LINS, I. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Cia. Nacional, 1967.

LOWRIE, S.; DAVIS, H. - **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2008.

LUZ, M. T. **Medicina e Ordem Política Brasileira**: Políticas e Instituições de Saúde (1850-1930). Rio de Janeiro. Graal Edições, 1982.

MARTINS, J. S. (org) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

O Cativo da Terra. São Paulo: Hucitec, 3ª ed., 1986.

MARTINS, M. T. Q. **A Civilização do Delegado** – Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889 -1930. São Paulo: Alameda, 2014.

MATOS, O.N. **Café e Ferrovias** – A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira. Ed. Pontes, Campinas, 1990.

MATTOS, L. A., **Primórdios da Educação no Brasil** – o período heróico (1554 – 1570), Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Ltda. 1958.

MACHADO, R. et Al., **Danação da Norma**: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal Edições, 1978.

MARX, M. **Nosso Chão** - do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 2003.

Cidade Brasileira. São Paulo: Ed Melhoramentos/EDUSP, 1980.

MEHRY, E.E. **O Capitalismo e a Saúde Pública**: A Emergência das Práticas Sanitárias no Estado de São Paulo. Campinas: Papirus Editora, 1987.

MENDONÇA, R. **História da Política Exterior do Brasil** – do período colonial ao reconhecimento do Império (1500 - 1825). Brasília: Fund. Alexandre de Gusmão, 2013

MIRA, J.M.L. **A evangelização do Negro no período Colonial brasileiro**. São Paulo: Ed Loyola, 1983.

MONBEIG, P., **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 2ª ed.,1998.

MONTEIRO, J. M., **Negros da Terra** – Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

MORAES, A. C. R., **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2ª ed.,2005.

MORSE, R. M. **De Comunidade à Metrópole** – biografia de São Paulo. São Paulo: Comissão IV Centenário, 1954.

MOURA, C.E.M (org) **Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX**. São Paulo:FEU- Fundação Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

MOURA, C. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil** – . São Paulo:EDUSP, 2001 (verbete - A Irmandade de N.Sra. do Rosário dos Homens Pretos, Raul Joviano do Amaral.

NAXARA, M.R.C., **Estrangeiro em sua Própria Terra** – Representações do Brasileiro 1870/1920, São Paulo: Ed Annablume/Fapesp, São Paulo.

NOVAIS, F. A., **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial** (1777 – 1808). São Paulo: Hucitec Ed., 2ª ed., 1983.

OLIVEIRA, M. L. F. **Entre a Casa e o Armazém** – Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1850 – 1900. São Paulo: Alameda, 2005.

OMEGNA, N., **A Cidade Colonial**. Brasília: EBRASA, 1971.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T., **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.1996.

PADILHA, M., **A cidade como espetáculo** – Publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, 2001.

PARRA, L. S., **Combates pela Liberdade**: O Movimento Anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924 – 1945). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.

PAGOTO, A. A. **Do âmbito Sagrado da Igreja ao Cemitério Público** – Transformações Fúnebres em São Paulo (1850-1860). São Paulo:Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2004.

PERROT, M., **Os Excluídos da História** – Operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 10ª Ed. 2021.

PONTUAL, V. LORETO, R. P. (org), **Cidade, território e urbanismo**, Recife: CECI, 2009.

PRADO Junior.C.**História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 30ª Ed. 1984.

Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 13ª Ed.,1983.

A cidade de São Paulo – Geografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cia das Letras, 1ª ed., 2011/2020.

QUEIROZ, S. R. R., **Escravidão Negra em São Paulo** – um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro/Brasília: José Olímpio/MEC, 1977.

QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil** – São Paulo: LTC/EDUSP, 1978.

REGINALDO, L. **Os Rosários dos Angolas**. São Paulo: Ed.Alameda, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed Ática, 1993.

RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar** – A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890 - 1930. São Paulo: Paz e Terra, 4ª ed., 2014.

REIS Fº.,N.G. **São Paulo e outras cidades**: Produção social e degradação dos espaços urbanos, São Paulo: Ed.Hucitec, 1993.

Aspectos da história da Engenharia Civil em São Paulo (1860 a 1960). São Paulo: Raízes Artes Gráficas, 1989.

REIS, J.J., **A Morte é uma Festa** - Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

REIS, E. P., **Processos e Escolhas** – Estudos de Sociologia Política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livr.,1998.

RIBEIRO & PECHMAN (org), **Cidade, Povo e Nação** – Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1996.

RISÉRIO, A. **A Cidade no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2ª ed., 2013.

ROLNIK, R., **A Cidade e a Lei** – Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo, São Paulo:Studio Nobel, 1997.

RYKWERT, J., **A Sedução do Lugar** – A história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALLES, I. G., **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada**. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro, 1986.

SALLUM JR., B. **Capitalismo e Cafeicultura** -Oeste Paulista: 1888 – 1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANDRONI, P. (org) **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Sellers, 1999.

SANTOS,C.J.Ferreira, **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume FAPESP,1998.

SCARANO, J. **Devoção e Escravidão** –A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII. São Paulo: Cia Ed Nacional, São Paulo, 1976.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das raças** – Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1999/2002.

SECCHI, B., **Primeira lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006/2016.

SEGAWA, H., **Prelúdio da Metrópole** – Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. Cotia: Ateliê Editorial, 2ª ed., 2004.

SENNETT, R., **Carne e Pedra** – O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

O Artífice. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.

SEVCENKO, N., **Orfeu Extático na Metrópole** – São Paulo e cultura nos frementes anos 20. São Paulo:Cia das Letras, 2014.

SILVA, L. O., **Terras Devolutas e Latifúndio** – Efeitos da Lei de 1850. Campinas: Ed.Unicamp, 1996.

SONTAG, S. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas** – A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, L. A. F., **Lei, Cotidiano e Cidade** – Polícia Civil e Práticas na São Paulo republicana (1889 – 1930), São Paulo: IBCCRIM, 2009.

STREVA, J. M., **Corpo, Raça, Poder** – Extermínio Negro no Brasil. Uma leitura crítica, decolonial e foucaultiana. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

TEIXEIRA, F. M. P.; TOTINI, M.E., **História Econômica e Administrativa do Brasil**. São Paulo: Ática Ed.,3ª ed., 1993.

TINHORÃO, J.R. **De índios, negros e mestiços**. São Paulo: Ed.Vozes, 1972

TOLEDO, B.L., **São Paulo: três cidades em um século**. São Paulo: Cossac Naif, 2007. São Paulo: Edusp, 2ª ed., 2012.

Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

TOLEDO, R.P., **A Capital da Solidão**: Uma história de São Paulo das origens a 1900. São Paulo: Ed. Objetiva, 2003.

VEIGA, J. E., **O Desenvolvimento Agrícola** – Uma Visão Histórica. São Paulo: Edusp, 2012.

VIANA, L. **O idioma da mestiçagem**. São Paulo: Ed Unicamp, 2007, Campinas.

VEYNE, P. **Como se escreve a História**. Brasília: UNB Ed.,1982.

WEBER, M., **Economia e Sociedade** – Vol.2. Brasília: Ed.UNB,1999/2009.

WERNET, A., **A Igreja Paulista no século XIX**: A Reforma de Dom Antonio Joaquim de Mello (1851 – 1861). São Paulo: Ed Ática, 1987.

WISSENBACH, M. C.C., **Práticas Religiosas, Errância e Vida Cotidiana no Brasil** (Finais do Século XIX e Inícios do XX). São Paulo: entr[H]istória/Intermeios Ed., 2018

WOODCOCK, G., **Os grandes escritos anarquistas**. São Paulo: LPM Ed.,1998.

ZERON, C. A. M. – **Linha de Fé: A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil Séculos XVI e XVII)**. São Paulo: EDUSP, 2011.

ZUCCONI, G. **A Cidade do Século XIX**. São Paulo: Perspectiva Editora, 2000.

CAPÍTULO DE LIVRO

ALVIM, Z., Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo in NOVAIS, F. A. e SEVCENKO, N.(org) **História da Vida Privada no Brasil** – República: da Belle Époque à Era do Rádio – Vol. 3., São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.215 – 287.

ALVIM, Z., O Brasil Italiano (1880 – 1920) in FAUSTO, B. (org) **Fazer a América** – A imigração em Massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 383 – 418.

BERNARDINI, S. P., O público e o privado na expansão da rede ferroviária no estado de São Paulo no início do século XX, in CAMPOS, C.; OLIVEIRA, E.R.; GITAHY, M., L., C.,(org) **Território e Cidades** – Projetos e representações, 1870 – 1970. São Paulo: Alameda Ed.,2011.

CARDOSO, A. M., Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social in **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales**, Buenos Aires: CLACSO, 2009, p.83 - 110.

DECCA, E. S., **Memória e Cidadania** In CUNHA, M. C. P. (org) **O Direito à Memória** – Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo STDP/DPH, 1992, p.129 – 138.

ITAÚ CULTURAL, verbete **Enciclopédia de Arte e Cultura**. São Paulo: ISBN 978-85-7979-060-7. 2021

LEME, M. C. S. A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX. In: RIBEIRO, L. C. Q. R.; PECHMAN, R., **Cidade, Povo e Nação** – Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira,1996.p.245-258.

MACHADO, M. H., **Sendo cativo nas Ruas: A Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo**, in PORTA, P. (org) **História da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed Paz e Terra, 2004, p.59 – 99.

MARINS, P. C., **Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras** in NOVAIS, F. A. e SEVCENKO, N.(org) **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio – Vol. 3.**, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.131-214.

MOURA, E. B. B., **Crianças operárias na recém industrializada São Paulo**, in Priore, M. et al, **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1999/2020, p.232 – 259.

PINTO, V. N., **Balanco das Transformações Econômicas no Século XIX** in MOTA, C. G.,(org) **Brasil em Perspectiva**. SP/RJ: DIFEL, 12^a ed.,1981.

SINGER, P. **Desenvolvimento** in SZMRECSÁNYI, T. (org) **História Econômica da cidade de São Paulo**. São Paulo: Globo, 2004, p.146 – 218.

WISSENBACH, M. C. C., **Da escravidão à liberdade: Dimensões de uma privacidade possível** in NOVAIS, F. A. e SEVCENKO, N.(org) **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio – Vol. 3.**, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.49 -130.

TESES E DISSERTAÇÕES

CAPONERO, M. C. *Festas paulistanas em perspectiva história de longa duração: produção e apropriação do espaço urbano, permanências e rupturas (1711 – 1935)* Tese (Doutorado) em Arquitetura e Urbanismo. PPGFAU, Universidade de São Paulo, SP, 2014.

CARDACHEVSKI, A.M. *Toxicomanias: História, Razão e Poder (1890 a 1980)* –Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais – Política – PPGCS Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2004.

LEITE, F. R. *A Língua Geral Paulista e o Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasileira*. Dissertação (Mestrado) em Língua Portuguesa/PPGIEL, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

ROCHA, L.P. *Imigração Internacional em São Paulo – Retorno e Reemigração – 1890-1920*. Tese (Doutorado) em História Social, PPGH-FFLCH, Universidade de São Paulo, SP, 2007.

SANCHES, A. T., *A questão de terras no início da República: o Registro Torrens e sua (in)aplicação*. Dissertação (Mestrado) Teoria Geral e Filosofia do Direito, Faculdade de Direito – USP. São Paulo, 2008.

SIMSON, O.R.M.V, *Branços e Negros no carnaval popular paulistano (1914-1988)* Tese (Doutorado) em Sociologia, PPGSFFLCH-Universidade de São Paulo, SP, 1989.

REVISTAS - versão eletrônica e impressa

ALVAREZ, M. C; SALLA, F. A; SOUZA, L. A. F. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. In: **Justiça e História**, v. 3, n. 6. Porto Alegre: 2003.

AQUINO, M., Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889 – 1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.32, n° 63, p.143-170 – 2012.

ARRUDA, J.J. A Essencialidade Agropastoril Colonial: a fazenda mista paulista DOSSIÊ História da Colonização em Terras Paulistas: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX) **História (São Paulo) v.39, 2020** e 2020022, ISSN 1980 – 4369. <https://dx.doi.org/101590/1980>

BERTIN, E. Sociabilidade negra na São Paulo do século XIX. **Cad. Pesq. CDHIS** Uberlândia, v.23, n.1, jan/jun.2010.

BERTONI, A. "A engenharia sanitária a serviço do urbanismo: a contribuição de Saturnino de Brito e Victor da Silva Freire para a construção dos saberes urbanos". **Revista RISCO de Pesquisa em arquitetura e urbanismo IAU USP**. São Paulo: 22| 2| 2015.pp (74-83).

BRESCIANI, M. S. e HAAG, C. "A Cidade dos Engenheiros". **Revista Pesquisa FAPESP. São Paulo**: n° 178, 12|06|2010.

BRETAS, M. L.; Rosemberg, A., A história da Polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **TOPOI**, v.14, n.26, jan/jul. 2013, p.162-173| www.revistatopoi.org

BUENO, B.P.S., Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: Metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. N. Série. V.13. N.1, p.59-97. Jan - Jun, 2005

CAMPOS, B. M.; MELO, B. S. V., Modernidade Secular e Romanização: o Fortalecimento do Catolicismo Popular no Brasil. **Revista Teologia e Ciências da Religião UNICAP**, Recife, v.7, n.1, p.98-113, jan-jun., 2017.

CAMPOS, Eudes. Casas e vilas operárias paulistanas. **Informativo Arquivo Histórico Municipal**, 4 (19): jul/ago.2008.

CAMPOS, E. Obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863. **Revista Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.15. n.1.p. 11-114. jan- jun. 2007.

CHRYSOSTOMO, M. I. J.; VIDAL, L., Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online]. 2014, vol.21, n.1, pp.195-217. Epub Feb 17, 2014. ISSN 0104-5970. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014005000008>

COLISTETE, R. P., Regiões e Especialização na Agricultura Cafeeira: São Paulo no Início do SéculoXX. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 69(3), 331 – 354.

CRUZ, H.F., Mercado e Polícia – São Paulo, 1890/1915. **Rev. Bras. de Hist. São Paulo**, v.7 n° 14 pp 115-130, mar/ago 87.

FRANCO, R. J. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa. **Revista Estudos Históricos** – Vol.27 n°53, Rio de Janeiro, Jan/ June de 2014

GAETA, M. A. J. V., A cultura clerical e a folia popular. **Revista Brasileira de História**, vol.17 n.34, São Paulo, 1997.

GONÇALVES, P. C., Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão-de-obra para a economia agroexportadora Oitocentista. **Almanack Guarulhos** n.17, p.307-361, Dez.2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320171710>

JANOTTI, M. L.M.; QUEIROZ, S. R. R., Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo (Projeto de Pesquisa). São Paulo, Ver. Inst. Est. Bras., SP, 28:77-89,1988. Relatório Final Xerocopiado.

JORI, G. “Población, política sanitaria e higiene pública en la España del siglo XVIII”. **Revista de Geografia Norte Grande**. Barcelona: no. 54, mayo de 2013.

KOWARICK, L., Cortiços: a humilhação e a subalternidade. **Revista Tempo soc.** [online]. 2013, vol.25, n.2, pp.49-77. ISSN 01032070. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000200004>.

LAHON, D., Da redução da alteridade a consagração da diferença: As irmandades negras em Portugal (XVI-XVIII). **Revista Projeto História** PUC SP, São Paulo, n. 4, PP 53-83, jun.2012.

LINHARES, S.H. A Missão Militar Francesa na Força Pública de São Paulo -Inovações Institucionais e a capacitação implementada do efetivo policial-militar **Revista do Exército Brasileiro**, v.155, Rio de Janeiro, p.52 -60

MASTROMAURO, G. C. "Alguns aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX". **Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan**. São Paulo: Vol VI (2) Jul-Dez 2010.pp (45 - 64).

MATOS, O. N., A Cidade de São Paulo no século XIX. **Revista História** USP n°21/22, 1955.

MEDEIROS, W. S., Concílio Vaticano I (1869 - 1870): Centralização do Catolicismo. **Revista Eletrônica Discente História** - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.; Ano I, N° I - 2013.

NEPO - Núcleo de Estudos de População - **UNICAMP** 1998. **São Paulo do Passado - Dados Demográficos**. V.1890. <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1890.pdf>

NORA, P. Entre Memória e História - A problemática dos lugares; **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História- PUC SP**, ISSN 2176-2767

OBERACKER JR. C. H., VESTÍGIOS SUÍÇOS NA HISTÓRIA DO BRASIL. Da Sociedade de Estudos Históricos. **Revista USP** v. 35 n. 72, 1967.

PATTO, M. H. S., **Estado, ciência e política na Primeira República**: a desqualificação dos pobres. P.167 - 198. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo. 13 (35), 1999.

PETRONE, P., A Cidade de São Paulo no século XX. **Revista História** USP, vol 10, n°21/22, 1955.

POLLACK, M., Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.03-15.

PRADO JUNIOR, C. Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo. **Revista Geografia**, ano I, n° 1, São Paulo, p. 692 - 700, 1935.

RIBEIRO, F.B., Vivências Negras na Cidade de São Paulo: Entre Territórios de Exclusão e Sociabilidade. **Projeto História**, São Paulo, n.57, pp.108-138, set-dez. 2016.

ROLNIK, R., Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Meio Eletrônico <https://raquelrolnik.wordpress.com/1989/09/16/territorios-negros-nas-cidades-brasileiras-2/>

SADEK, MT., org. In Uma introdução ao estudo da justiça [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2010. A organização do poder judiciário no Brasil. pp. 1-16. ISBN: 978-85- 7982-032-8. Available from SciELO Books.

SALLES, M. Instituto Moreira Salles. **Catálogo** exposição fotográfica: São Paulo de **Vincenzo Pastore**. São Paulo, 1997.

SAYÃO, T.J., - Heranças do Rosário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição. **Revista Brasileira de História**, vol.35 nº69 São Paulo Jan/jun 2015.

SCHNECK, S. Bexiga: cotidiano e trabalho (1906-1931). **Revista Anais Museu Paulista**, São Paulo , v. 26, e24, 23/11/ 2018 . www.scielo.br/scielo S0101-47142018000100415. acessos em 28 abr. 2020. Epub 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e24>.

SILVA, A. C., A antessala da demolição: revisitando o processo da montagem da Praça e Catedral da Sé em São Paulo, em primórdios do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo Nova Série vol 29,2021. <https://doi.org/0000-003-1275-6051>

SIMÕES JUNIOR., J. G.; CAMPOS, C. M. Permanências do urbanismo de colina como tradição luso-brasileira: os casos de Salvador e de São Paulo. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 1, p. 47-69, jan./jun.

SÃO PAULO, Prefeitura do Município de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. Departamento de Cultura, Vol XLI, 1937.

TEIXEIRA, M. C., A História urbana em Portugal: Desenvolvimentos recentes. Lisboa, **Revista Análise Social**, Vol XXVIII, 1993 (2º) p. 371 – 390.

ANAIS

SILVA, L. H. O., Associativismo Negro: Federação Paulista dos Homens de cor (1910-1936) in Anais do 7º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE, 2015.

ANDRADE, M. L., “Simples na malícia e prudentes nas boas obras: A Pia União das filhas de

Maria em Limoeiro – CE (1915 – 1945)” in XXV SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- Fortaleza, 2009.

DOCUMENTOS - Versão eletrônica e impressa

Brazil. *Relatório das Terras Públicas e da Colonização* -1861. Rio de Janeiro:Typographia Universal de Laemmert, 1861 (impressa)

São Paulo. *Estatística agrícola e zootécnica de Campinas* no anno agrícola de1904-1905, 2.º districto - publicação: 1907 (eletrônica)

São Paulo. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo* - publicação: 1918 (eletrônica)

São Paulo. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo* - publicação: 1919 (eletrônica)

São Paulo. *Anuario Estatístico de São Paulo* (Brasil) 1916, v.1 t.1 movimento da população e estatística moral - publicação: 1918 (eletrônica)

São Paulo. *Anuário Demographico. Secção de Estatística Demographo-Sanitaria: Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto*,1909 – publicação: 1910 (eletrônica)

São Paulo. *Anuário Demographico. Secção de Estatística Demographo-Sanitaria: Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto*, 1926 - publicação: 1927 (eletrônica)

São Paulo. Relatório Gráfico da Hospedaria de Imigrantes a partir da entrada (1900 – 1939) (eletrônica)

JORNAIS

O Correio Paulistano – Acervo Digital- Biblioteca Nacional

Correio Paulistano - 1890 a 1899 - PR_SPR_00140_090972

Correio Paulistano - 1880 a 1888 - PR_SPR_00140_090972

Correio Paulistano - 1900 a 1919 - PR_SPR_00140_090972

O Estado de São Paulo – Acervo Digital – 1900 a 1920

Artigo - SCHADEN, E. Os primitivos habitantes do território paulista. **O Estado de São Paulo**, Publicado em 25 de Janeiro de 1954.Edição Comemorativa.

LEIS E DECRETOS - (União e Estado)

Brasil. *Decreto n° 528, de 28 de Junho de 1890.* Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil <https://www2.lleg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935--1-pe.html>

São Paulo. *LEI N. 673, DE 9 DE SETEMBRO DE 1899* Regula o serviço de introdução de imigrantes no Estado <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1899/lei-673-09.09.1899.html>

São Paulo (Província). *LEI N. 5, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1840.* O Doutor Manoel Machado Nunes, Presidente etc. Art. 1.º - Fica pertencendo ao presidente da provincia a confirmação dos estatutos ou compromissos das irmandades, não contendo disposições legislativas, e depois de aprovados pelo prelado na parte religiosa. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1840/lei-5-26.02.1840.html>

Brasil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891)* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

Brasil. *CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL.* Decreto n°847, 11/10/1890 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil. (Império). *LEI No 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.* Dispõe sobre as terras devolutas do Império. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm

São Paulo. *Lei de Terras, n° 323, DE 22 DE JUNHO DE 1895* <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1895/lei-323-22.06.1895.html>

São Paulo. *Lei de Terras N. 545, DE 2 DE AGOSTO DE 1898.* *Modifica a lei n.323, de 22 Junho de 1895* <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1898/lei-545-02.08.1898.html>

São Paulo. *Dá regulamento á lei n. 1.844, de 27 de Dezembro de 1921, dispondo sobre a alienação de terras devolutas* <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1921/lei-1844-27.12.1921.html>

ENTREVISTAS

SOUZA, Geraldo Filme de.[Entrevista em 27 maio 1981] cedida a Olga Rodrigues de Moraes Von Simson. Acervo Online do Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/2T5Bb8L>

BARBOSA, Dionísio. [Entrevista em 20 nov. de 1976] cedida a José Ramos Tinhorão. Acervo Online do Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/2uAYbD7>

MARCOS, P., O CARNAVAL DOS CORDÕES Folha de S.Paulo, domingo, 13 de fevereiro de 1977, (acesso abril de 2021). http://almanaque.folha.uol.com.br/plinio_marcos_o_carnaval_dos_cordoes.htm

DOCUMENTÁRIO

LEITE, M. M. Maria Lacerda de Moura - Trajetória de uma rebelde. Lab Imagem e Som Antropologia FFLCH USP. São Paulo: 2003

ABREVIATURAS

AESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
DPH – PMSP	Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo
DEOPS	Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Civil de São Paulo
IMS	Instituto Moreira Salles
PUC – CAMPINAS	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
MI	Museu da Imigração
USP	Universidade de São Paulo
MP	Museu Paulista
VP	Vincenzo Pastore